



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Marcos Filipe da Costa Mesquita

**Cultura e Propaganda Políticas no Estado
Novo: as campanhas legislativas no distrito de
Braga (1945-1973)**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Marcos Filipe da Costa Mesquita

**Cultura e Propaganda Políticas no Estado
Novo: as campanhas legislativas no distrito
de Braga (1945-1973)**

Tese de Mestrado
Mestrado em História

Trabalho efetuado sob a orientação do
**Professora Doutora Maria de Fátima da Cunha
Moura Ferreira**

Agradecimentos

No final deste percurso académico desejo agradecer, como não podia deixar de ser, aos meus pais, ao meu irmão e à minha avó pelo apoio que sempre me deram.

Quero agradecer à Sofia Sá pela ajuda e apoio ao longo do meu percurso académico. Deste modo, não quero esquecer a amizade do Rafael Lima.

Agradeço à Professora Doutora Maria de Fátima da Cunha Moura Ferreira pela liberdade de que me facultou no estudo da presente dissertação e apoio neste percurso. Não posso também esquecer pela confiança depositada em mim e pelo trabalho que temos vindo a desenvolver.

Deixo também uma nota de agradecimento à Doutora Márcia Carolina Ferreira de Oliveira pelas pequenas lições dadas durante a realização da dissertação.

Resumo

O presente trabalho assenta num estudo de caso: as campanhas eleitorais do Estado Novo entre o período de 1945 a 1973 no círculo eleitoral do distrito de Braga. O trabalho está dividido em três capítulos os quais representam a organização com que o mesmo foi conduzido durante toda a investigação.

Num primeiro momento realiza-se uma síntese historiográfica a qual pretende introduzir o tema em estudo. Com efeito, foca as principais conjunturas políticas, sociais e económicas que tiveram lugar durante todo o período do pós Segunda Guerra Mundial até ao final do regime do Estado Novo. Portanto, surgem dois marcos importantes: o período de Oliveira Salazar e o período de Marcello Caetano. Não obstante, salienta-se os momentos mais marcantes para o regime: a via económica, nomeadamente os Planos de Fomento implementados em Portugal que permitiram ao país a abertura ao exterior, à entrada de capitais estrangeiros e à implementação de uma nova economia, a qual, por sua vez, passa da agricultura para a industrial; a abertura, ao nível da política externa, aos países democráticos; a política de facções internas; as eleições de Humberto Delgado em 1958; as guerras coloniais; a entrada de Marcello Caetano e a sua liberalização; e o retomar da ação repressiva.

Em seguida insere-se a compreensão do lugar das eleições legislativas num regime autoritário. Para isso aborda-se o lugar da Assembleia Nacional no sistema político português, a evolução do sufrágio no constitucionalismo do Estado Novo e as consequentes restrições e fraudes no sistema eleitoral. Não obstante, introduz-se à compreensão dos órgãos cívicos/partidos do regime do Estado Novo.

Na visão de conjunto do círculo eleitoral de Braga, em que são estudados: a utilização do espaço geográfico durante as campanhas; depois estuda-se as personalidades que participam; e, por fim, realiza-se a inserção dos deputados e os respetivos perfis.

Por último, aborda-se o discurso oficial e público adotado pelo regime e usado na prática política tanto na expansão da agenda das eleições como para manter encoberto qualquer ato insurrecional por parte da sociedade do distrito de Braga.

Palavras-chave: Estado Novo; eleições legislativas; elites; discurso oficial e público.

Abstract

The present work is based on a case study: the Estado Novo electoral campaigns between the period from 1945 to 1973 in the constituency of the district of Braga. The work is divided into three chapters which represent the organization with which it was conducted throughout the investigation.

At first, a historiographic synthesis is carried out, which intends to introduce the theme under study. In fact, it focuses on the main political, social and economic conjunctures that took place throughout the post-World War II period until the end of the Estado Novo regime. Therefore, arise two important landmarks: the period of Oliveira Salazar and the period of Marcello Caetano. Nevertheless, the most important moments for the regime are highlighted: the economic path, namely the Planos de Fomento implemented in Portugal, which allowed the country to open up abroad, to enter foreign capital and to implement a new economy, which, in turn, passes from agriculture to industry; the opening, at the level of foreign policy, to democratic countries; the policy of internal factions; the Humberto Delgado elections in 1958; the colonial wars; the entrance of Marcello Caetano and its liberalization; and the resumption of repressive action.

Then comes the understanding of the place of legislative elections in an authoritarian regime. For this purpose, the Assembleia Nacional is placed in the Portuguese political system, the evolution of suffrage in the constitutionalism of Estado Novo and the consequent restrictions and frauds in the electoral system are discussed. Nonetheless, it introduces itself to the understanding of the civic/party organs of the Estado Novo regime.

In the overall view of the constituency of Braga, in which they are studied: the use of the geographic space during the campaigns; then the personalities that participate are studied; and, finally, the members are inserted and their profiles. Finally, it addresses the official and public discourse adopted by the regime and used in political practice both in expanding the election agenda and in keeping any insurrectionary act on the part of the society of the district of Braga.

Keywords: Estado Novo; Legislative elections; Elites; Official and public discourse.

Abreviaturas

A.N.P.	Acção Nacional Popular
C.D.	Comissão Distrital
C.D.E.	Comissão Democrática Eleitoral
C.E.U.D.	Comissão Eleitoral de Unidade Democrática
Cf.	Confronte
C.C.	Comissão Concelhia
E.F.T.A.	European Free Trade Association (Associação Europeia de Comércio Livre)
E.U.A.	Estados Unidos da América
G.B.	Grã-Bretanha
G.N.R.	Guarda Nacional Republicana
I.N.T.P.	Instituto Nacional do Trabalho e Previdência
L.P.	Legião Portuguesa
M.N.D.	Movimento Nacional Democrático
M.P.	Mocidade Portuguesa
M.U.D.	Movimento de Unidade Democrática
M.U.N.A.F.	Movimento de Unidade Antifascista
N.A.T.O./O.T.A.N.	North Atlantic Treaty Organization/Organização do Tratado Atlântico Norte
O.N.U.	Organização das Nações Unidas
P.C.P.	Partido Comunista Português
P.I.B.	Produto Interno Bruto
P.S.P.	Polícia de Segurança Pública
S.N.I	Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo
S.P.N.	Secretariado da Propaganda Nacional
U.N.	União Nacional

Índice

Resumo.....	V
Abstract.....	VII
Introdução.....	2
Apresentação	4
Resenha Histórica do <i>Correio do Minho</i>	6
Organização e tratamento das notícias: a construção de uma base de dados.....	8
Capítulo I: A adaptação aos novos tempos ou um Estado velho num Mundo diferente?	15
1): Um Mundo Novo, irreversibilidade e a saudade de outros tempos	15
Portugal, que futuro finda a Guerra?	17
Ordem Externa.....	17
Ordem Interna: a política de fações	18
2): A entrada no Mundo Novo e dicotomia económica: ascensão e declínio	22
Agricultura	24
A Indústria na Vanguarda	27
Os Planos de Fomento	29
Depois de Delgado até 1968: nunca ceder!	30
O Marcelismo... ..	33
Capítulo II: As eleições: personalidades e <i>jornadas</i>	36
Qual a necessidade de eleições?	36
A Constituição e a Assembleia Nacional	36
Os «Movimentos Cívicos» do Estado Novo	39
A Oposição (legal) ao Estado Novo nos Atos Eleitorais.....	46
Eleições Legislativas e Sistema Político	51
Os Círculos Eleitorais: formação e integração do círculo eleitoral de Braga	54
As Campanhas Eleitorais no Círculo Eleitoral de Braga	58

Espaço e Tempo das Campanhas	59
Campanha Eleitoral de 1945.....	63
Campanha Eleitoral de 1949.....	66
Campanha Eleitoral de 1953.....	68
Campanha Eleitoral de 1961.....	73
Campanha Eleitoral de 1965.....	74
Campanha Eleitoral de 1969.....	76
Campanha Eleitoral de 1973.....	78
As Personalidades nas Campanhas: o culto do Estado Novo através das suas autoridades...	81
Quem figura nas sessões de propaganda eleitoral?	82
Os Deputados pelo Círculo Eleitoral de Braga: quem eram?	91
As Personalidades nas Campanhas: a inserção dos deputados.....	92
Perfis dos candidatos a deputados	95
Bases de Apoio.....	99
Anexo ao capítulo II	102
Capítulo III: A cultura propagandística: imagens escritas.....	120
Autoridades: a <i>veia</i> de comunicação da cultura política	120
Meios de difusão repressiva	124
Entre a verdade oficial e os mecanismos da censura	124
A produção da mensagem	128
O discurso oficial: a narrativa das campanhas eleitorais nos atos eleitorais	130
As campanhas eleitorais de 1945 e 1949	131
As campanhas eleitorais de 1953 e 1957	134
As campanhas eleitorais de 1961 e 1965	137
As campanhas eleitorais de 1969 e 1973	143
A Oposição Silenciada.....	152

A oposição na década de 1940	152
A oposição na década de 1950	154
A oposição na década de 1960 e 1970	156
O teatro das campanhas eleitorais: as reuniões autorizadas	158
Nota Conclusiva.....	172
Fontes Impressas	173
Fontes da Internet	194
Bibliografia dos parlamentares.....	198
Bibliografia citada e/ou lida	201

Índice de tabelas

Tabela 1: Distribuição dos deputados pelos círculos eleitorais através das alterações das leis eleitorais de 1945, 1949, 1961 e 1973.....	56
Tabela 2: Eleições para a Assembleia Nacional: períodos de propaganda e datas do ato eleitoral (1945-1973).....	59
Tabela 3: Espaços de realização das sessões de propaganda eleitoral no distrito de Braga, 1945-1973.....	63
Tabela 4: Universo de figuras que compunham a máquina eleitoral no distrito de Braga, por escalas de autoridade-poder, entre a IV e XI legislaturas (1945 a 1973).....	82

Índice de Mapas

Figura 1: Itinerário das sessões de propaganda eleitoral nos concelhos do distrito de Braga no ano de 1945	66
Figura 2: Itinerário das sessões de propaganda eleitoral nos concelhos do distrito de Braga no ano de 1949	68
Figura 3: Itinerário das sessões de propaganda eleitoral nos concelhos do distrito de Braga no ano de 1953	70
Figura 4: Itinerário das sessões de propaganda eleitoral nos concelhos do distrito de Braga no ano de 1957	72
Figura 5: Itinerário das sessões de propaganda eleitoral nos concelhos do distrito de Braga no ano de 1961	74
Figura 6: Itinerário das sessões de propaganda eleitoral nos concelhos do distrito de Braga no ano de 1965	76
Figura 7: Itinerário das sessões de propaganda eleitoral nos concelhos do distrito de Braga no ano de 1969	78
Figura 8: Itinerário das sessões de propaganda eleitoral nos concelhos do distrito de Braga no ano de 1973	80

Introdução

A jornada é um vocábulo que dá o significado de caminhada, trabalho, dia destinado para reflexão. No regime do Estado Novo, as eleições legislativas foram autênticas jornadas: percorreram-se os caminhos de todo o distrito, em prol do trabalho da glorificação nacional e do trabalho que a mesma jornada envolvia para as personalidades que a levavam a efeito e a reflexão da tomada de consciência inculcada, o mesmo é dizer as modalidades com que se vestiu a propaganda.

A presente dissertação tem por objeto de estudo analisar as campanhas eleitorais para a Assembleia Nacional, realizadas entre 1945 a 1973, no círculo eleitoral de Braga.

A ênfase atribuída às campanhas eleitorais tem um objetivo implícito: desconstruir os mecanismos de propaganda e dar a conhecer como atuava a máquina eleitoral no distrito de forma a criar a ilusão do consenso e da fidelidade ao regime. A perspetiva do estudo é, por conseguinte, local. Pretende-se conhecer as modalidades de divulgação da mensagem e as modalidades de contacto com as populações, como se agia, quem eram as personalidades que geriam a máquina que ciclicamente, de quatro em quatro anos, era mobilizada de forma a criar a ilusão de democraticidade e de ligação das populações ao regime.

Assim tendo presente os desenvolvimentos da historiografia recente, nomeadamente ao nível do estudo das elites políticas nacionais, do sistema de governação central e autoritário que caracterizou o salazarismo e a deriva de abertura ambígua protagonizada por Marcelo Caetano, procuram-se examinar os mecanismos e os conteúdos de difusão da palavra numa região tão marcada pelo imaginário salazarista. Neste sentido, importa destacar as duas linhas de análise que orientaram a investigação, em termos de enquadramento do objeto de estudo. Por um lado, a constatação que Oliveira Salazar não estava sozinho, logo, tinha, forçosamente, de contar com as personalidades que atuavam no terreno e que lhe asseguravam a ligação ao local de forma a manter-se no poder. Por outro lado, é necessário atender às figuras fiéis ao regime (e importará esclarecer o que isto significava de facto, em que é que se traduzia essa fidelidade e quais os fins que eram perseguidos em termos de agenda pessoal, usando uma linguagem atual) e ao modo como construíram a máquina eleitoral local, apoiados em personalidades de prestígio que contribuíram para manter vivas as diretrizes do regime. Neste sentido, o presente estudo pretende dar a conhecer as elites do distrito de Braga, bem como as instituições e os organismos que diligentemente eram acionados de forma a levar a cabo as jornadas nacionalistas.

O presente estudo articula, nestas circunstâncias, duas realidades: por um lado caracterizar a máquina política e propagandística que fazia mover as campanhas eleitorais, por outro lado, apreender o papel da ideologia que enformava a cultura política local, procurando apreender sintomas de mudança no arco temporal em estudo.

Apresentação

A presente dissertação é o resultado de um percurso de investigação. Inicialmente, era seu objeto estudar a biografia política de uma personalidade marcante do quotidiano de Braga e da região, a saber: António Maria Santos da Cunha. Dar a conhecer a construção do seu itinerário político, o modo como conseguiu atingir cargos de topo do regime, concretamente como deputado na Assembleia Nacional e como procurador na Câmara Corporativa, movendo-se privilegiadamente, pelo menos numa primeira fase, na instância local (vereador e presidente da Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso, em breve presidente da edilidade de Braga, mais tarde governador civil do respetivo distrito). Rapidamente, constatei que as exigências de calendário colocadas a um estudante de Mestrado para desenvolver em tempo útil a sua dissertação, não se compadeciam com o tempo necessário para produzir esse estudo. Em simultâneo, constatei a necessidade de me envolver mais diretamente na ambiência política e cultural do período histórico em estudo, o que passava por conhecer as dinâmicas nacionais e articulá-las com as suas repercussões locais e regionais, para além de atender à análise mais fina dos movimentos locais.

Nestas circunstâncias, impôs-se reconfigurar a investigação, direcionando-a, sem perder de vista a realização, mais tarde, do estudo sobre Santos da Cunha. Acabei por concluir que o presente estudo, que agora se apresenta, serve como um reforço à caracterização do ambiente em que este viveu e também para dar a conhecer os círculos em que António Maria Santos da Cunha se envolveu e conviveu. Pois para além dos cargos da hierarquia política que desempenhou, sabemos que esteve ligado às direções da União Nacional e da Acção Nacional Popular, bem como à malha associativa do distrito, na qualidade de Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Braga e de membro da direção do Sporting Club de Braga, destacando apenas as mais emblemáticas da região.

O mapeamento inicial do corpus documental incluía as intervenções parlamentares e as realizadas na instância concelhia e distrital¹, apoiado ainda no levantamento da imprensa periódica oficial do distrito, o jornal *Correio do Minho*, propriedade da União Nacional (e mais tarde da Acção Nacional Popular), do qual Santos da Cunha foi responsável como editor (para além de outros periódicos da região).

O conhecimento direto destes fundos permitiu-me alargar horizontes acerca das fontes históricas e ao mesmo tempo tomar consciência das possibilidades de abordagem diversa que

¹ Consulta do sítio de internet da Assembleia da República, para levantamento e análise das atas da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, bem como a consulta dos arquivos municipal e do governo civil de Braga.

estes encerravam. Fui assim levado a delimitar o objeto do estudo e a circunscrever o *corpus* documental, acabando por me restringir a uma fração do universo levantado.

Neste sentido, do levantamento exaustivo das notícias relacionadas com a ação de Santos da Cunha no concelho e no distrito, entre 1949 a 1972, organizadas e classificadas tematicamente, a partir da construção de uma base de dados, fomos levados a circunscrever o universo da análise aos artigos focados nas eleições legislativas entre 1945 a 1973. A redirecção da investigação obrigou-nos a ampliar o arco temporal em estudo, de forma a incluir as eleições legislativas, entre o pós-guerra e o final do regime. Procedi assim, num segundo momento, ao levantamento e seleção intensiva das notícias relativas às campanhas eleitorais de 1945 e 1973, o que se traduz no estudo das campanhas eleitorais que precederam as oito legislaturas (a saber: 1945, 1949, 1953, 1957, 1961, 1965, 1969 e 1973) que cobrem o arco temporal em análise.

**

A bibliografia da especialidade tem registado desenvolvimentos consideráveis, desde as décadas finais do século XX até ao presente. Além da sua extensão, caracteriza-se ainda pela coexistência de abordagens particulares que cobrem várias áreas disciplinares e subdisciplinares, nomeadamente a história política, a ciência política, a sociologia histórica, o que se traduz num diálogo rico ao nível das ciências sociais e humanas. Embora partindo de premissas diversas e singulares, as conclusões destes estudos têm contribuído para potenciar o conhecimento do período em análise, nomeadamente em termos da dinâmica social, ao mesmo tempo que estimulam estudos sobre o quotidiano político a várias escalas.

O conhecimento das elites na longa extensão do Estado Novo constituiu uma condição prévia para o estudo e a compreensão das respetivas campanhas eleitorais, atendendo às interações que se jogam no campo da política formal e informal. Com efeito, a política não é só feita de decisões do momento nem, tão-pouco, das vontades de quem figura no poder central, seja em contexto ditatorial ou democrático. O maior ou menor fechamento das elites dirigentes, obriga no entanto a considerar as negociações que se entretecem no terreno, de forma a assegurar, no caso concreto, a manutenção do *status quo*.

Mas, primeiramente, há que conhecer os enquadramentos político-jurídicos que regulam, formalmente, as práticas eleitorais. Igualmente, conhecer as organizações partidárias que davam

voz ao regime e que contribuíam para a montagem da ilusão de democraticidade do regime, fortemente autoritário e centralizado, vigente. Como ponto prévio, importa, porém, partir do exame detalhado das diferentes conjunturas que atravessam o período em estudo de forma a tornar mais legíveis as campanhas eleitorais que foram dinamizadas na época em análise – destacam-se, em particular, as eleições para a presidência da República que constituíram motivo de preocupação para o regime, razão que justifica a maior atenção por parte dos investigadores, como o espelham os estudos de Fernando Rosas e de Manuel Braga da Cruz². Há ainda a salientar os estudos particulares no campo da história política, em termos amplos, produzidos, no plano nacional, por Fernando Rosas, António Costa Pinto, Manuel Braga da Cruz, José Manuel Tavares Castilho, André Freire, Manuel Loff, Maria Antonieta da Cruz, Maria Antónia F. Pires de Almeida e Ana Sofia Ferreira³, alimentados pela investigação internacional, em particular evidenciada por António Costa Pinto, Tavares Castilho, Guy Hermet e Philippe Schmitter⁴.

Resenha Histórica do *Correio do Minho*

O jornal *Correio do Minho* foi fundado a 6 de Julho de 1926, numa terça-feira, por Álvaro Pipa, cuja direção cumpriu até ao ano de 1934⁵. Ainda nem havia passado muito tempo, no mesmo mês da sua fundação, é efetuada a encomenda de uma máquina de forma a dar um novo formato ao jornal, a 31 de Julho de 1926⁶. Porém, devido a vicissitudes financeiras, no ano de 1934 o jornal é comprado, a 3 de Abril, pela União Nacional do Distrito de Braga. Todavia, esta organização só ficou proprietária do jornal a 1 de Maio de 1950, tendo então ocorrido mudanças

² Fernando Rosas (coord.), *O Estado Novo*. Vol. 7 de *História de Portugal*, dir. José Mattoso (Lisboa: Editorial Estampa, 1998); Manuel Braga da Cruz, «Eleições», em *Dicionário de História do Estado Novo*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica (Porto: Livraria Figueirinhas, 1999).

³ Fernando Rosas, *As primeiras eleições sob o Estado Novo* (Lisboa: Edições O Jornal, 1985); António Costa Pinto, «As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional», *Análise Social*, XXVII, 116-117 (1992); António Costa Pinto, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de Interpretação nas Ciências Sociais* (Lisboa: Editorial Estampa, 1992); Cruz, «Eleições»; Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo* (Lisboa: Editorial Presença, 1988); António Costa Pinto e André Freire, org., *Elites, Sociedade e Mudança Política* (Oeiras, Celta Editora, 2003); André Freire, org., *O Sistema Político Português. Séculos XIX-XXI. Continuidades e Rupturas* (Coimbra: Edições Almedina); José Manuel Tavares Castilho, «A elite parlamentar do marcelismo (1965-1974)», em *Elites, Sociedade e Mudança Política*, org. António Costa Pinto e André Freire (Oeiras: Celta Editora, 2003); José Manuel Tavares Castilho, «A Assembleia Nacional (1934-1974) (tese de doutoramento, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da empresa, 2007); Maria Antónia F. Pires de Almeida, «As elites municipais e a revolução: Portalegre 1941-1997, em *Elites, Sociedade e Mudança Política*, org. António Costa Pinto e André Freire (Oeiras: Celta, 2003); Pedro Tavares de Almeida, António Costa Pinto e Nancy Bermeo, org. *Quem Governa a Europa do Sul?* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006); Manuel Loff, «Natureza, funções e efeitos das eleições em regimes ditatoriais: O *Estado Novo* em perspectiva comparada», em *Eleições e sistemas eleitorais no século XX português: uma perspectiva histórica e comparativa*, coord. André Freire (Lisboa: Edições Colibri, 2011); Manuel Loff, «As Eleições no Salazarismo: formalismo, controlo e fraude», em *Eleições e Sistemas eleitorais*, org. Antonieta Cruz (Porto: U. Porto Editorial); Ana Sofia Ferreira, «As eleições no Estado Novo. As eleições presidenciais de 1949 e 1958», *Revista da Faculdade de Letras*, III, s/nº (2006).

⁴ Pinto, *O Salazarismo...*, 61; Castilho, «A Assembleia...», 88-94.

⁵ Mário Matos e Lemos, *Jornais Diários Portugueses do Século XX: um dicionário* (Coimbra: Ariadne Editora, 2006), 193.

⁶ Cf. Lemos, *Jornais...*, 193.

ao nível da redação, da administração e das oficinas⁷. A substituição da União Nacional pela Acção Nacional Popular manteve os direitos de propriedade sobre o periódico⁸.

A fisionomia do periódico assentava em quatro páginas, exceto nos dias festivos e/ou políticos de relevo, como são exemplo os relativos às comemorações do 28 de Maio, data do aniversário do jornal que celebrava a efeméride nacional, em que o número de folhas ultrapassava o valor apontado. Assim, os «números especiais» eram oferecidos aos leitores a duas cores, ainda sem recurso às técnicas designadas de «triconomias ou quadrinomias»⁹.

O jornal caracteriza-se por ser um «Diário Regionalista», matutino, título que ostentou entre dezembro de 1960 e 6 de abril de 1974¹⁰. A edição tinha lugar entre terça-feira a domingo, podendo, em ocasiões especiais, ser publicado à segunda-feira, dia que correspondia à folga semanal¹¹. A disposição das notícias manteve uma estrutura uniforme, ao longo do período em estudo: na primeira página, frontal, eram registadas as notícias mais relevantes no momento, tanto do ponto de vista internacional, nacional e/ou local, sendo continuadas nas páginas subsequentes. Esta página podia ainda incluir pequenas informações, como são exemplo a deslocação do Presidente da Câmara de Braga e do Governador Civil a Lisboa ou artigos de opinião. Na segunda página eram lançadas notícias gerais sobre a cidade bem como de matéria informativa nacional, designadamente sobre o movimento de entradas e saídas do Hospital da Misericórdia, alusões sobre necessidades materiais da cidade ou sobre a exigência de dinamizar programação no campo das artes e da cultura na cidade, bem como a programação da Radiotelevisão de Portugal (R.T.P.). A terceira página, a mais versátil em notícias, era dedicada a assuntos vários, designadamente sobre matéria agrícola (situação particularmente relevante ao longo de 1949 e meados dos anos 50), atividade cultural na cidade, incluindo ainda um espaço dirigido às mulheres, espaço que paulatinamente veio a ser substituído por informação desportiva, ganhado o futebol destaque particular. Esta página contemplava ainda o desenvolvimento das notícias lançadas na primeira página. A quarta e última página contemplava, maioritariamente, os conteúdos finais das notícias da primeira página. As edições festivas do *Correio do Minho*, em que se destacava o 28 de Maio

⁷ Cf. Lemos, *Jornais...*, 193.

⁸ Durante o período em estudo (1945-1973) os editores do periódico foram: Aníbal Mendonça, de 1944 a 1948, António Maria Santos da Cunha, de 1948 a 1960; António Pestana, de 1960 a 1961; Manuel Faria Gonçalves, de 1961 a 1963; Benjamim Salgado, de 1963 a 1970; Euclides de Barros, de 1970 a 1972. Por sua vez, os seus diretores foram Henrique Cabral, de 1942 a 1945; Videira Pires, de 1945 a 1946; Miranda de Andrade de 1946-1949; Francisco Matos Chaves, de 1949 a 1950; Graciliano Marques, de 1950 a 1958; Manuel de Araújo, de 1958 a 1960; Teófilo Esquivel, de 1960 a 1961; Sérgio da Silva Pinto, de 1961 a 1963; Benjamim Salgado, de 1963 a 1970; Coronel Graciliano Marques, de 1950 a 1959; Euclides de Barros, de 1968 a 1970 e Joaquim de Macedo, de 1970 a 1974.

Cf. Lemos, *Jornais...*, 193.

⁹ Lemos, *Jornais...*, 193.

¹⁰ Lemos, *Jornais...*, 191.

¹¹ Cf. Lemos, *Jornais...*, 191.

como efeméride maior, registavam alterações ao nível da estrutura, em especial no que toca ao espaço nobre do jornal. Com efeito, a primeira página era reservada a artigos celebratórios sobre o significado da data em termos históricos e da sua simbologia nacional e local. As páginas seguintes continham a informação corrente das edições diárias normais, acrescentando-se ainda a perspetiva regional da efeméride e o elogio da ação do Estado Novo no campo das realizações materiais no distrito. Em suma, a celebração constituía uma oportunidade para propagandear o regime, através do espaço reservado ao uso da palavra, pelas personalidades da região: Governador Civil e Presidentes das Câmaras dos concelhos do distrito.

Organização e tratamento das notícias: a construção de uma base de dados

A exploração privilegiada do periódico *Correio do Minho* foi projetada como meio de permitir o mapeamento das matérias consideradas mais relevantes por parte das elites dirigentes locais, em termos quantitativos. Não só em termos de categorias temáticas, mas igualmente em termos de escala de incidência. Concretamente, qual o espaço reservado às temáticas nacionais e às distritais e/ou locais. Igualmente, possibilitar a análise fina, qualitativa, do conteúdo das notícias referentes às campanhas eleitorais e reconstituir a respetiva trama, no período em estudo. Com efeito, a exploração sistemática de uma fonte oficial do regime permitiu dar a conhecer o modo como decorreram as campanhas, dando acesso ao cruzamento da informação a nível local com a informação proveniente de outros locais do País, nomeadamente através dos comunicados da União Nacional de Braga.

A organização da base de dados afigurou-se constituir uma ferramenta importante pelas possibilidades que abria ao mapeamento do universo das temáticas contempladas. Em termos de estrutura, foram criadas um conjunto de grandes categorias – 1. Política; 2. Instituições do Poder Local; 3. Economia; 4. Organização Corporativa; 5. Trabalho Nacional; 6. Planeamento e Obras Públicas; 7. Educação; 8. Assistência; 9. Igreja; 10. Misericórdia; 11. Cultura; 12. Desporto; 13. Forças Armadas e organizações de enquadramento; 14. Visitas; 15. Acontecimentos/Festividades; 16. Outras – a que se acrescentaram subcategorias, que permitiriam realizar incursões mais detalhadas de acordo com o foco do estudo.

Particularizando: uma notícia cujo conteúdo dominante é sobre matéria política é classificada como «Política». Num segundo momento é precisado o seu conteúdo temático que pode revestir diferentes títulos, a saber: organizações partidárias do regime,

«União Nacional (e Acção Nacional Popular)» – inclui todas as notícias relacionadas com a comissão distrital da região em estudo (reuniões e dirigentes); comissões concelhias (dirigentes) e a composição das listas para as eleições –; «Campanhas eleitorais» – engloba notícias sobre todos os atos eleitorais (Assembleia Nacional, Câmara Corporativa, Juntas de Freguesia e Presidência da República) –; «Política Internacional»; «Política Nacional» e «Política regional e local» – integra as notícias sobre reuniões de personalidades regionais e locais com outras individualidades. Procedeu-se, analogamente, para as demais grandes categorias, criando subcategorias de acordo com o universo empírico disponibilizado pela consulta do periódico. Desta forma, foi possível apreender o quotidiano da cidade (e em menor escala da região), nas suas diferentes facetas – política, económica, social, cultural, recreativa ... – que esperam a vir a ser trabalhados analiticamente em investigações futuras. Ao mesmo tempo, foi possível recensear as figuras e personalidades que figuram no periódico e que permitirá, mais tarde, recensear os núcleos do universo das sociabilidades em presença.

A enumeração está organizada pela ordem da importância das notícias a qual assume a seguinte forma:

1. Política;
2. Instituições do Poder Local;
3. Economia;
4. Organização Corporativa;
5. Trabalho Nacional;
6. Planeamento e Obras Públicas;
7. Educação;
8. Assistência;
9. Igreja;
10. Misericórdia;
11. Cultura;
12. Desporto;
13. Militar e Mocidade Portuguesa;
14. Visitas;
15. Acontecimentos/Festividades;
16. Generalidades.

Estes pontos estão interligados, contudo não assumem a mesma importância, isto é, ao iniciar-se uma investigação com um tema concreto, depois de formado o tronco do trabalho, as notícias irão compor o seu valor conforme as necessidades em que se direciona a investigação. Não há fontes mais ou menos importantes, mas assumem o seu peso perante a crítica e confronto dos resultados que se vão obtendo.

O Tema Dominante da Política concentra, como subcategorias, as notícias dos partidos do regime, nomeadamente, da União Nacional e, mais tarde, da Acção Nacional Popular; nestas estão reproduzidas a Comissão Distrital de Braga (as suas reuniões e os dirigentes) e as Comissões Concelhias de cada Concelho (dirigentes), bem como a composição das listas para as eleições. As campanhas eleitorais, respetivamente: para a Assembleia Nacional, Câmara Corporativa, Juntas de Freguesia e para o Presidente da República. Notícias de cariz político internacional. Reuniões do Governo Civil (quando o Presidente da Câmara e o Governador Civil realizavam reuniões com certas individualidades nos órgãos de poder respetivos, nomeadamente António Maria Santos da Cunha), reuniões no Governo Civil, reuniões na Presidência da Câmara e reuniões da Junta Distrital de Braga. A tipologia destas notícias são de cariz local, distrital e nacional.

O Tema Dominante das Instituições do Poder Local está referente à organização das instituições ao nível local e distrital, em que agregam-se as notícias das posses dos presidentes das Câmara Municipais do distrito, dos Governadores Cívicos, de funcionários das instituições de Poder (Braga, enquanto concelho, os quais se inserem os da Câmara e do Governo Civil), das Juntas de Freguesia e distribuição dos vereadores pelos pelouros da Câmara Municipal de Braga. Do mesmo modo também estão integrados neste ponto: a posse de Juizes, Serviços Municipalizados e do INTP.

O Tema Dominante da Economia, como o próprio nome dá a entender, congrega notícias do âmbito económico local, distrital e, em alguns casos, do Minho como um todo. Aqui é possível ver agrupadas notícias: de abertura de empresas, questões ligadas ao fornecimento do leite, produtores de leite, crises (indústria, lavoura), Feiras (Francas, Agropecuárias), questões da Indústria de Braga (chapelaria, Lei do Condicionamento, tentativas de abertura de indústria), questões da Agricultura/Lavoura, questões do comércio, Casa entre-douro-e-Minho, cursos, empresas (abertura, empresa de melhoramentos de Braga), adega cooperativa, abertura de agências bancárias, reuniões dos Grémios do comércio e da Lavoura, Turismo, defesa de operários, organização do Mercado, hotelaria, inaugurações, energia, Caixa de Crédito Agrícola,

promoção de desenvolvimento do Minho, intervenções na Assembleia Nacional (assuntos que deputados levantam neste órgão).

O Tema dominante da Organização Corporativa agrega a posse dos Corpos Gerentes do Grémio do Comércio. Estas notícias são de âmbito local.

O Tema Dominante do Trabalho Nacional concentra notícias do Estatuto do Trabalho Nacional, reuniões do INTP, do Sindicato e do Sindicato Nacional de Caixeiros.

O Tema Dominante do Planeamento e Obras Públicas estão referentes as atividades da vida camarária de Braga (da Câmara Municipal e do Conselho Municipal) e as Obras realizadas por esta entidade. Por isso, este ponto congrega notícias: abastecimento/restrições de água, ajardinamento, cemitério, comissão municipal de assistência, comissão venatória concelhia, comparticipação de Estado, Conselho Distrital, Conselho Municipal, Contas da Gerência, correspondência, energia/iluminação, Estádio 28 de Maio, expropriações, feira, fiscalidade, higiene, inaugurações, Junta distrital de Braga, lixo, lotes de terreno, obras, Parque da Ponte, progressos e intenções, provas de velocípedes, recenseamento da População, regionais (obras e inaugurações ao nível regional, isto é, noutras zonas do distrito), reuniões da Câmara Municipal, subsídio, transportes/trânsito, vendas/hasta pública, concessão e plano de atividades.

O Tema Dominante da Educação está refente, ao nível local (concelho de Braga), cerimónias de abertura e encerramento de aulas (no Liceu, na Faculdade Pontifícia de Filosofia), entrega de prémios/diplomas, aniversários de instituições escolares e da Faculdade Pontifícia de Filosofia, campanhas contra o analfabetismo e Nacional de Educação de Adultos, Educação Nacional, Centro Académico de Braga, renovação de cargos de diretor/reitor, centro académico de Braga, concurso, congresso, cursos, Doutoramento, assuntos da Educação Nacional levada a cabo pela ANP de Braga, tentativa de criação de ensino superior mais alargado (Faculdade de Direito, Universidade Católica, Universidade de Braga, Escola de Enfermagem), ensino Liceal (Liceu de Braga, Liceu D. Maria II), formação social e corporativa, exposição, inauguração, organização cultural académica (corpos gerentes), professorado primário e exposições.

O Tema Dominante da Assistência está referente a notícias do foro social, onde se pode encontrar: abono, abrigos, ação social, asilo, camas, cantinas, Casa de Saúde, Casa do Gaiato, Casa do Minho, Casa do Povo, Casa da Mãe de Deus, centros de saúde, cerimónia da desobriga, colónia, comissão municipal de assistência, cortejo das oferendas, cozinhas económicas, crise, cruz vermelha de dedicação, famílias numerosas, Fundação Salazar, habitações económicas e sociais, homenagem, infantários/creches, Jeira de Deus, lactário, luta contra o cancro, Natal

Pobres, prevenção de riscos rurais, previdência, serviços sociais, subsídio e ambulância. Estas notícias são âmbito local e distrital.

O Tema Dominante da Igreja está referente a notícias do foro religioso: Acção Católica Portuguesa, aniversários, bênção, celebrações litúrgicas, centro apostólico do Sameiro, Comemorações Gregorianas, comunhão pascal dos legionários de Braga, Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, Congresso Nacional Mariano, coração de Jesus (ano jubilar), correspondência, Cortejo Farrapeiro, Cruz do Brasil, Encíclicas Sociais (comemorações), Festa de Cristo-Rei, festas jubilares (António Bento Martins Júnior), I centenário das Aparições de Lourdes, III Congresso Nacional do Apostolado da Oração, inaugurações, Nuncio Apostólico, Nuno Álvares Pereira (comemorações), obras, organismo Independentes Católicos, peregrinação a Fátima, sagração de Bispo, Sagrado Lausperene, Semana Santa, Semanas Sociais, Te Deum, Tibães, Virgem Maria, Aniversário de Santos, devoção e culto a Santos, Pio XII. Estas notícias são do foro local.

O Tema Dominante da Misericórdia insere notícias ligadas à Misericórdia e ao Hospital de São Marcos. Agrega assim: corpos gerentes/mesa, diretor clínico, estabelecimentos hospitalares e assistenciais de Braga, aniversário da misericórdia, Santa Casa da Misericórdia e Hospital de S. Marcos de Braga e serviços de especialidade.

O Tema Dominante da Cultura está referente a atividades culturais em Braga (enquanto concelho): atividade cultural, arte, arte fotográfica, bibliotecas, Boletim Municipal, cinema, colóquio, concerto, conferência, congresso, Conservatório de Música, estudos, exposições, festival, festival da canção, festividades em Orense, folclórico, Fonte do Ídolo, História/Arqueologia, inaugurações, inquérito, Moda, Museu, Música, Orfeão, Pintura, recital, revista, Sala Manuel Monteiro, sessão cultura, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, tesouro da Sé e Turismo. Estas são notícias são do foro local e internacional.

O Tema Dominante do Desporto concentra notícias de subcategorias de dinâmicas desportivas em Braga, nomeadamente: académico de Braga, atividades gimnodesportivas, associações de Futebol, Atleta, campeonatos Nacionais Universitários, columbofilia, concurso Palpite, Corpos Gerentes, delegado dos Desportos, distrital de árbitros, festival desportivo, futebol, homenagem, hóquei, imprensa, inaugurações, inquérito, jogadores, Medalhas, Modalidades Pobres (A.B.C.), Motonáutica, Natação, obras, opinião, Patinagem, pesca, reunião, Sporting clube de Braga, Tiro, Torneio Nacional de Barragens e volta a Portugal em Bicicleta.

O Tema Dominante do Militar e Mocidade Portuguesa concentra notícias do foro militar e da Mocidade Portuguesa, nomeadamente: confraternização, Defesa Civil do Território, exercícios, homenagem, inauguração, Juramento de Bandeira, Legião Portuguesa, Mocidade Portuguesa e R.I.8 e agrega também intervenções na Assembleia Nacional. Estas notícias são do foro local.

O Tema Dominante das Visitas concentra notícias das personalidades que visitaram, ou, das de Braga como o Presidente da Câmara e do Governador Civil nas suas deslocações, Braga tanto como concelho como distrito. Assim, as subcategorias são as seguintes: Braga-Lisboa; Lisboa-Braga (deslocações de António Maria Santos da Cunha, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Braga e Governador Civil), Chefe do Distrito, comissão técnica, Conservatório Regional, Estado, FNAT, Igreja, Individualidades (individualidades diversas), Individualidades Estrangeiras, Militar, Mocidade Portuguesa, Presidente da Federação das Caixas de Previdência, Presidente da Câmara Municipal, Salazar em Braga e Visita de Franco.

O Tema Dominante dos Acontecimentos/Festividades concentra notícias do foro comemorativo e de reconhecimento a personalidades. Por isso, encontram-se as subcategorias: aniversário de pessoas públicas, Comemoração de Salazar no Poder, comemorações histórico-culturais e político-militares (notícias onde se inserem assuntos festas de acontecimento políticos, como o exemplo do 28 de Maio, 1º de Dezembro), Festividades Etnográficas/Religiosas (festas de S. João e outras festividades de cariz popular e religioso), Homenagens (a diversas figuras de relevo) e Funerais. Estas notícias são do foro local.

O Tema Dominante das Generalidades, um ponto residual, onde existem as subcategorias: Academia de Braga, agraciado, agradecimentos, Bombeiros Voluntários, Brasil, círculo de cultura musical, correspondência, clube automóvel, cumprimentos, dádiva, distinções sociais (personalidades destacadas recebem comendas ou qualquer outro tipo de distinção), doença, éditos, energia/iluminação, entrega de prémios, entrevistas de Imprensa/Rádiodifusão, escutismo, estudantes, Governador-Geral de Moçambique, Instituto Luso-Britânico, Jogos Florais, medalha de Ouro, mensagem (Salazar), mensagem (Santos da Cunha), monumentos, nacionais, natal/fim de ano, patriotismo, política, publicidade, quotidiano das sociabilidades/construções, receção, regionais e saudações. Estas são do foro local, distrital e internacional.

Uma observação final deve ser apontada. Uma vez que a fonte principal que estrutura a presente investigação se reporta a um canal oficial do regime, são excluídas as matérias consideradas subversivas, concretamente é residual o espaço reservado à oposição ao regime,

bem como outras matérias que sistematicamente são silenciadas de forma a ir ao encontro do objetivo do jornal: contribuir para manter o imaginário do regime, numa perspectiva local.

Das linhas expostas, na introdução e apresentação, apreende-se a estrutura do trabalho que importa, agora, explicitar. O capítulo I apresenta um quadro panorâmico das tendências políticas e económicas que atravessam os chamados anos dourados, na terminologia de Eric Hobsbawm, de forma a enquadrar o contexto onde se desenrolam as campanhas eleitorais, como o espelha o seu título: «A adaptação aos novos tempos ou um Estado velho num mundo diferente?» e as subseções do mesmo. O capítulo II, designado «As eleições: personalidades e jornadas», corresponde a uma antecâmara ao objeto em estudo, ao examinar, numa primeiro momento, o enquadramento político e jurídico da organização política do Estado Novo, e em particular, das eleições, acompanhado, num segundo momento, pela análise extensiva das oito campanhas legislativas que tiveram lugar no distrito, bem como o perfil, traçado a grosso, dos deputados do distrito. Por último, o capítulo III ocupa, por excelência, o âmago do estudo realizado, ao focar-se na análise da «Cultura propagandística: imagens escritas». O subtítulo é expressivo da mancha central em análise que, deixou de lado, por constrangimentos de tempo e de espaço de reflexão, exigido pela escrita, outras materiais documentais de relevo, designadamente os registos fotográficos que acompanhavam as reportagens sobre a dinâmica da cidade.

Capítulo I: A adaptação aos novos tempos ou um Estado velho num Mundo diferente?

1): Um Mundo Novo, irreversibilidade e a saudade de outros tempos

O regime do Estado Novo a partir do pós-1945 passou por ciclos particulares que marcaram a sua experiência histórica. As pressões externas e internas suscitaram pequenas mudanças no plano da orgânica política e ideológica que não acompanharam, em termos de ritmo, as mudanças observadas no campo da sociedade. Seja como for, afigura-se útil partir da cronologia faseada do período em estudo, proposta por Fernando Rosas. Assim nos anos 50, o regime vive os denominados «anos de chumbo»¹², que terminam com a candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República, ao mesmo tempo que se desenrola o fim da autarquia. A década de 60 é dominada, politicamente, pela questão colonial, ou na terminologia do regime, pela «defesa do Ultramar», e que obriga, em simultâneo, o Estado Novo a recolocar a sua posição no mundo; o último ciclo, mais breve, abarca a etapa final do Estado Novo, sob o signo do Marcelismo (1968 a 1974)¹³.

**

A Segunda Guerra Mundial trouxe ao mundo uma visão nova de si, arrastou a criação de novas relações internas e externas, o fomento das infraestruturas que propulsionaram uma etapa de crescimento económico e social desconhecida até então, estimulando mudanças no campo político. Todavia, este mundo novo emergiu com uma nova fisionomia, em termos geopolíticos: a dicotomia ideológica entre o Ocidente e o Leste, a que correspondiam modelos de organização social e política diferenciados, representados na oposição entre os regimes capitalistas e os regimes socialistas. Com efeito, de uma forma ou de outra, o Mundo não voltaria a ser o mesmo, a recriação operada arrastou consigo reconfigurações dos modos e estilos de vida e igualmente das modalidades de fazer política e de mobilizar a ideologia.

¹² Fernando Rosas, «A Lenta Agonia do Salazarismo», em *O Estado Novo*, coord, Fernando Rosas (Lisboa: Editorial Estampa, 1998), 451.

¹³ Cf. Rosas, «Marcelismo: A Liberalização Tardia (1968-1974)», em *O Estado Novo*, coord, Fernando Rosas (Lisboa: Editorial Estampa, 1998, 485-493; Castilho, «A Assembleia...», 110-132.

Do lado do Ocidente não foram somente as matérias económicas e sociais que se diversificaram. A tradição política europeia mergulhou numa «crise existencial», em que as potências europeias foram ultrapassada pelas superpotências – Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – e, por isso, esses mesmos países tiveram de se reorganizar no Mundo Novo.

Portugal, sob a mão do seu Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, procurou manter o regime ditatorial, iniciado em 1933, o que significava defender-se, obrigatoriamente, desse mundo novo emergente. A utilização das instituições do regime tornaram o processo menos complexo. Todavia, Oliveira Salazar vê-se a braços com as esperanças de mudança que alimentavam esses primeiros tempos. É com relutância, pressionado pela necessidade de posicionar Portugal no Mundo que, procede a ligeiras modificações. O objetivo era conservar intato o Estado Novo. Não obstante, novos perigos se manifestavam. Do Oriente pairava a ameaça comunista. Do lado do Ocidente, a ameaça de democratização, apoiada no relançamento dos regimes parlamentares, perturbavam o cenário que julgara definitivamente ultrapassado.

As eleições presidenciais, legislativas, os movimentos autonomistas, encabeçados pela Índia e, mais tarde das colónias portuguesas em África, a entrada na O.T.A.N./N.A.T.O. e demais organismos internacionais e/ou europeus (O.N.U., E.F.T.A.,...) impulsionaram mudanças, mesmo que não desejadas. A morte de Salazar foi acompanhada pela esperança de abertura do regime, encarnada pelo novo líder. Contudo, as dinâmicas da sociedade mostravam a desadequação da ordem política vigente, ditando, a breve trecho, o fim do regime.

É possível assim, identificar a segunda metade da década de 40 como o ponto de viragem em que Oliveira Salazar redefiniu as orientações para a entrada na nova década¹⁴. A partir daqui Salazar teve de organizar a sua astúcia política por forma a assegurar(-se) que o Estado Novo, apesar dos perigos de rutura, nada o derrubaria.

¹⁴ Cf. Rosas, «A Lenta Agonia...», 451; Filipe Ribeiro Meneses, Salazar – *Uma Biografia Política* (Alfragide: Publicações D. Quixote), 361.

Portugal, que futuro finda a Guerra?

Ordem Externa

A Ocidentalização do Mundo sob a hegemonia dos Estados Unidos da América (E.U.A.) e, em grau bastante menor da Grã-Bretanha (G.B.) trouxe uma nova ordem, a qual era pouco desejada, na perspetiva do regime. À partida, Portugal encontrava-se bem posicionado, na medida em que, finda a Segunda Guerra Mundial, o mundo anglo-saxão ficou agradecido pela disponibilização de bases militares pelo governo português. Os primeiros tempos revelavam-se auspiciosos para o País¹⁵.

A relutância de Salazar pela «Ocidentalização» explicava-se, entre outras razões, pela ameaça que esta poderia representar em termos da manutenção do regime. A sua «sobrevivência»¹⁶ dependia das relações políticas e diplomáticas a estabelecer com os regimes democráticos, tanto mais complexas em face da orientação dominante fixada pela Organização das Nações Unidas (O.N.U.), que tanto poderia servir de ânimo à subversão interna, como podia estimular as aspirações de libertação aos Impérios Coloniais. Por isso, a aliança alicerçada nos E.U.A., ao contrário da tradicional (Portugal-Reino Unido)¹⁷ consistiu num jogo complexo, marcado por descontinuidades, mas necessário perante a eliminação da Alemanha no quadro da reconstrução europeia em curso e em face do reputado inimigo Soviético¹⁸.

O inimigo russo parecia ser para Salazar a premissa para uma aliança multilateral¹⁹ ao contrário da tradicional alicerçada na G.B. mas, no entanto, a mesma não significava que a Europa deveria estar sob alçada dos princípios democráticos do Mundo Pós-Guerra. Esta aliança deveria ser uma partilha comum do fator que unia o Ocidente, o anticomunismo.

Apesar dos imperativos desta época, a estrutura do Estado Novo não sofreu uma mudança quanta seria a desejada²⁰. A ideologia era para ser mantida. Contudo, o regime foi forçado a associar-se à ordem geral, apesar da relutância em o realizar. Os receios eram conhecidos. Temiam-se a ameaça do materialismo e dos princípios democráticos. Dificilmente, se podia

¹⁵ Cf. Rosas, «Sob os Ventos da Guerra: A Primeira Crise Séria do Regime (1940-1949)», em *O Estado Novo (1926-1974)*, coord. Fernando Rosas. Vol. 7 de *História de Portugal*, dir. José Mattoso (Lisboa: Editorial Estampa, 1998), 353.

¹⁶ Cf. Rosas, «A Lenta Agonia...», ; António Costa Pinto, «Portugal Contemporâneo: uma introdução», em *Portugal Contemporâneo*, coord. António Costa Pinto (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2004), 48.

¹⁷ Cf. Rosas, «Sob os...», 354-355.

¹⁸ Cf. Rosas, «Sob os...», 354.

¹⁹ Cf. Rosas, «Sob os...», 355.

²⁰ Cf. Rosas, «Sob os...», 355; Pinto, «Portugal...», 44-45; Meneses, *Salazar...* 361-362.

escamotear as resistências ideológicas colocadas à ordem dominante. «A estratégia de Salazar, que, em última análise, consistia argumentar que todos os outros estavam errados tornou-se cada vez mais insustentável»²¹.

Ordem Interna: a política de fações

O Presidente do Conselho do Estado Novo perguntava-se «qual devia ser a prioridade – o regime ou a economia?»²², face às fragilidades que o País mostrava. A política económica a adotar gerou o desenvolvimento de fações no interior da elite política. Contudo, é certo que estas eram já conhecidas. No entanto, a questão colonial acabou por agravar as tensões, desta vez entre civis e militares²³.

As conferências da União Nacional nos anos 40 serviram para o próprio regime negociar a convergência das diversas opiniões, no entanto, findo o conflito da Segunda Guerra foi altura de clarificar ressentimentos e prontificar novos caminhos. É a partir deste momento que há a difusão de um discurso, que não era propriamente novo, mas que ganha novos contornos: o anticomunismo. Com efeito, a política repressiva que é levada a cabo é justificada pela urgência em conter o perigo que recai sobre a Pátria, ou se é a favor ou é-se contra ela²⁴.

Mas mais do que conter a política de Moscovo, o importante parecia residir em aproximar as vozes dissonantes no interior do regime. Pois apesar de parecer que estava mais confiante que nunca, as divergências existiam e pretendem marcar posição:

«sob a carapaça do cinzentismo oficial, é a sucessão de Salazar que se começa pela primeira vez a discutir seriamente [...] terá como notar não tanto a ofensiva externa dos seus inimigos mas a desagregação interna dos seus apoiantes [...] ao longo dos anos 50, é a ideia da transição, da evolução do regime, que polarizará as esperanças de mudanças»²⁵.

O Estado Novo foi assim forçado a abrir-se e albergar diferentes sensibilidades, não no sentido da sua queda – ambição da oposição antifascista – mas no sentido de dar espaço a uma oposição «ordeira» e alinhada com o regime²⁶. Por isso, a política consistia em balançar forças,

²¹ Meneses, *Salazar...*, 384.

²² Meneses, *Salazar...*, 361.

²³ Cf. Meneses, *Salazar...*, 424.

²⁴ Cf. Rosas, «A Lenta Agonia...», 451;

²⁵ Rosas, «A Lenta Agonia...», 451.

²⁶ Cf. Rosas, «A Lenta Agonia...», 451.

conhecê-las e atuar conforme as exigências. Todavia, o fim da Segunda Guerra Mundial marca a época de endurecimento²⁷.

As fações políticas suscitadas na década de 1940 (e prolongadas nos anos subsequentes) demarcaram-se e exprimiram-se segundo três concepções. Os que não abdicavam do Salazarismo enquanto regime. Os que desejavam uma aproximação às políticas sociais de massas, concretamente pelo investimento na melhoria das condições de vida das populações, em termos de rendimentos e distribuição de riqueza, educação e assistência. E aqueles que eram favoráveis a uma solução intermédia, a uma evolução compassada²⁸. Estas diferentes concepções traduziram-se nos chamados «reformistas», «ultramontanos» e «costistas» (estes inscritos numa linha dura do Salazarismo)²⁹.

As diferenças entre «reformistas», «ultramontanos» e «costistas» exprime diferentes sensibilidades, mas sem nunca colocar o Corporativismo em causa ou os alicerces do regime. A força aliada à abertura do regime olhou para o Estado Novo, não como algo a terminar, mas a modificar. Caetano pretendia manter o regime, mas sem grandes convulsões³⁰, desejava manter um Estado forte. Era igualmente adverso às instituições liberais (parlamentarismo, multipartidarismo)³¹ e mais que tudo pretendia instituir um Estado verdadeiramente corporativista onde as associações tivessem espaço de manobra e não assente somente no corporativismo estatal. Pretendia um Estado aberto dentro de si e para o exterior. Em contraponto, para Salazar isto suava a «blasfémia» contribuindo para agravar a relação de forças entre as fações. Com efeito, os chamados «ultramontanos» e «costistas», aliados de Salazar, olhavam para a prática salazarista como a mais viável.

A ação de Marcello Caetano e dos seus apoiantes foi lançarem-se subtilmente no jogo político e foi isso que lhes permitiu a entrada no círculo da governação³², contando com a habilidade do líder na gestão das inimizades políticas. A entrada dos Marcelistas e as mudanças ministeriais que entretanto tiveram lugar, são a prova disso mesmo³³. Marcello Caetano, um dos principais reformistas e críticos do sistema corporativista, desempenhou um papel ativo na celebração de alianças³⁴. Soube, à sua maneira, explorar as diferentes conjunturas, entrar e estar dentro do aparelho de Estado e, ao mesmo tempo, gozar de certa autonomia, algo que os «ultramontanos»

²⁷ Cf. Pinto, «Portugal...», 44-45.

²⁸ Cf. Rosas, «Sob os...», 356-357.

²⁹ Cf. Rosas, «A Lenta Agonia...», 452.

³⁰ Cf. Rosas, «A Lenta Agonia...», 453.

³¹ Cf. Rosas, «A Lenta Agonia...», 453.

³² Cf. Rosas, «A Lenta Agonia...», 454; Meneses, *Salazar...*, 439, 444.

³³ Cf. Rosas, «A Lenta Agonia...», 455.

³⁴ Cf. Rosas, «A Lenta Agonia...», 454; Meneses, *Salazar...*, 437.

e «costistas» pouco apreciavam. Estes seriam os opositores abertos aos novos valores dos «reformistas». O exemplo de Craveiro Lopes (Presidente da República eleito em 1951) e de Marcello Caetano (este vinha já ocupando cargos primordiais no aparelho de Estado e na União Nacional) criaram fatores permeáveis à mudança: de um lado, o desejo de criar o Estado Novo mais Corporativo e, por outro, colmatar as exigências do exército³⁵.

Os «ultramontanos e «costistas», aliados de Salazar e à sua mentalidade intransigente, as suas bases de apoio assentavam naquilo a que os «reformistas» aspiravam ultrapassar: autarcia, condicionamento, colonialismo comercial, arcaísmo industrial e agricultura tradicional. Viam como ameaça e ofensa qualquer tentativa que fosse contra estes princípios, os quais, na sua perspetiva, uma vez impostos, eram a permeabilidade da entrada do comunismo³⁶. Esta geração junto a Salazar partilhou as cadeiras do poder com os «reformistas» à medida que estes ascendiam na hierarquia. Porém, apesar dos «reformistas» ingressarem na escala do poder, os salazaristas vão dominar sempre o aparelho de Estado e os seus principais órgãos.

Os membros do exército também entraram na política e jogo de fações. Contudo, apesar de o exército ser o braço forte de Salazar, pela mão de Santos Costa (daí o nome de «costistas» aos aliados de Salazar³⁷), registaram-se, porém, momentos de tensão para o regime nascidos no interior das forças militares. Os exemplos do confronto de Craveiro Lopes e Humberto Delgado, os quais eram ambos oficiais do exército³⁸, servem para ilustrar que o exército estava fortemente politizado e não compactuava, uniformemente, com o salazarismo.

Oliveira Salazar em plena década de 1950, e de modo a ultrapassar este período conturbado, apela ao reforço dos valores da «Revolução Nacional», na esteira do golpe militar de 1926. A coexistência entre os imigos permanentes – o comunismo, a democracia parlamentar, os partidos, a ameaça russa – e a defesa dos valores do regime – a integridade do império colonial, o sistema corporativo, os princípios fundamentais (Deus, Pátria, Autoridade, Família, Trabalho) – suscitavam tensões e desconfiança crescente dos tempos que se avizinham, sob a influencia das matérias económico-financeira, relacionadas com a modernização da base industrial e a paulatina integração europeia³⁹. o que sugere a imagem de um mundo que desponta o qual Salazar não consegue entender.

³⁵ Cf. Meneses, *Salazar...*, 443.

³⁶ Cf. Rosas, «A Lenta Agonia...», 456.

³⁷ Cf. Rosas, «A Lenta Agonia...», 456.

³⁸ Cf. Meneses, *Salazar...*

³⁹ Cf. Fernanda Rollo, «A industrialização e os seus impasses», em *O Estado Novo (1926-1974)*, coord. Fernando Rosas. Vol. 7, de *História de Portugal*, dir. José Mattoso (Lisboa: Editorial Estampa, 1998), 403 e 413; Rosas, «A Lenta Agonia...», 460.

O principal perigo levantado pelas tensões do regime e para o próprio Salazar era o texto constitucional. A constituição de 1933 dava primazia formal ao Presidente da República uma vez que de acordo com o articulado 81º era possível este destituir o Presidente do Conselho («competete ao Presidente da República: 1º Nomear o Presidente do Conselho e os Ministros, de entre os cidadãos portugueses, e demiti-los»⁴⁰). Mas igualmente o Artigo 72º constituía fonte de apreensões para o regime, ao determinar que «O Chefe do Estado é o Presidente da República eleito pela Nação»⁴¹. Qualquer fissura poderia dar a oportunidade de os «reformistas» tomarem as rédeas do regime. A política de alianças não era accidental, os «contra-reformistas»⁴² eram opositores acérrimos às ideias «marcelistas» e viam no «salazarismo» o meio da sua subsistência e de conservarem as práticas políticas, sociais e económicas tradicionais. Eram aqueles a quem mais assustava o novo mundo da nova ordem emergente⁴³. Esta elite é constituída por civis e militares, cabendo a liderança de Fernando Santos da Costa, aliado à concepção do Estado Novo sobre as diretrizes fixadas pelo salazarismo⁴⁴.

Em suma, as exigências do fim da guerra, nomeadamente de ordem económica, tais como: a inflação, os problemas da agricultura, do abastecimento de géneros, dos salários, obrigam Oliveira Salazar a criar novos equilíbrios. Contudo, a abertura que marcou a década de 1950 não foi fácil para este. A sua relutância não se prendia apenas com a exigência de se aproximar (isto é de se submeter), ao nível externo, aos E.U.A., mas de lidar, analogamente, com as tensões abertas pelos adeptos da chamada Modernização, à qual não eram indiferentes muitos indivíduos das elites industrial e comercial portuguesas⁴⁵. Salazar sabia que a riqueza era pertinente, mas o reverso da medalha não era o Portugal que imaginava⁴⁶.

A convergência era o ponto fulcral do regime, as forças reformistas vão demonstrar a sua clarividência à política e economia europeias. Surge assim, um processo de modernização, o qual, gradualmente, vai-se disseminando na sociedade e na economia portuguesas. Como havia uma certa impossibilidade de direccionar um controlo dentro dos quadros do Estado Novo do topo à base⁴⁷, Salazar teria de saber equilibrá-los.

⁴⁰ Artigo 81º, do Decreto-lei nº 22:241, 22 de Fevereiro de 1933, 232.

⁴¹ Artigo 72º, do Decreto-lei nº 22:241, 22 de Fevereiro de 1933, 232.

⁴² Rosas, «A Lenta Agonia...», 456.

⁴³ Cf. Rosas, «A Lenta Agonia...», 456.

⁴⁴ Cf. Rosas, «A Lenta Agonia...», 456.

⁴⁵ Cf. Meneses, *Salazar...*, 361.

⁴⁶ Cf. Meneses, *Salazar...*, 366.

⁴⁷ Cf. Meneses, *Salazar...*, 361.

2): A entrada no Mundo Novo e dicotomia económica: ascensão e declínio

Na entrada neste Mundo Novo propriamente dito, a economia é certamente um tópico principal de discussão do regime. A economia nacional sofreu reorganizações, as quais, na sua grande maioria, tiveram no Estado a sua direção. Consequentemente, os industriais e reformistas perspetivavam a modernização como uma vantagem para o País. Muitos indivíduos recusavam a pobreza entendida como um fator de orgulho, motivada por considerações históricas-naturais. Em contrapartida, defendiam a elevação das condições de vida dos portugueses. Salazar acabou por pactuar, pese embora a sua desconfiança visceral do materialismo, com as mudanças (lentas) observadas no campo social, mas sem com isso significar aceitar a mudança substancial no regime.

Os desenvolvimentos registados na economia, em termos académicos e instrumentais, acabou por estimular novas formas de ver e fazer política, tanto mais que estamos perante uma nova geração que ascende a lugares do aparelho estatal responsável pelo planeamento económico. A prática da economia assente em padrões científicos e técnicos, aplicados ao estudo das necessidades das sociedades, acabou por estimular outros cenários para o desenvolvimento do país, alguns dos quais acabaram por ser implementados. Assim, lentamente foram criadas as condições para um novo crescimento económico, nunca antes verificado, ao mesmo tempo que se acelerou o desprendimento da velha economia agrária, das velhas formas de sociabilidades, colocando-se a tónica na especialização e, mais tarde, no sistema educativo.

Na Europa Ocidental o tempo era de alimentar a convergências⁴⁸, aproximar as diferentes economias, entre as mais desenvolvidas e as que se distanciavam em termos industriais, estimulando mudanças de mentalidade.

Portugal não ficou indiferente ao cenário espelhado pela Europa Ocidental, mas, todavia, a abertura possibilitada ficou aquém das exigências. Numa leitura exclusivamente económica, Portugal também teve o seu lugar no de crescimento triunfal que se abriu ao mundo⁴⁹.

As estruturas e a capacidade de o manter marcam em muito a capacidade com que Portugal usufruiu para o seu crescimento económico⁵⁰. Como refere Pedro Lains⁵¹, as condições daí resultantes permitiram a vários países concentrarem esforços para uma política económica

⁴⁸ Cf. Pedro Lains, «A Economia Portuguesa no Século XX: Crescimento e Mudança Estrutural», em *Portugal Contemporâneo*, coord. António Costa Pinto (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2005), 117-118.

⁴⁹ Cf. Lains, «A Economia...», 117.

⁵⁰ Cf. Lains, «A Economia...», 118.

⁵¹ Lains, «A Economia...», 117-136.

comum. Assim, a «capacidade tecnológica, desenvolvimento de infraestruturas e desenvolvimento de instituições económicas»⁵² está implicado na capacidade que os países arquitetaram para gerirem o crescimento e de crescerem conjuntamente.

Os capitais precisavam de difundir-se na economia portuguesa. Como em Portugal havia o receio de investir o capital estes teriam de ser implementados pelo estrangeiro. O processo teria de ser mediado, pois uma Europa saída da guerra, Portugal teria de mostrar que estava à altura de participar nos mercados onde os países europeus estavam. Por isso, à medida que os capitais foram circulando na economia, a intervenção estatal tornou-se crucial; pois pretendia criar uma economia nacionalista, em que o mercado português estava protegido havendo, por vezes, monopólios de certas indústrias. Caso contrário, o Estado teria mesmo de intervir em indústrias-chave, por forma a assegurar a sua organização. Assim, era esperado que a força industrial fosse superior à economia artesanal⁵³.

Portugal beneficiou de fatores produtivos e a capacidade produtiva dos mesmos serviram para aliciar o investimento estrangeiro⁵⁴. As ofertas consideráveis de capital, as quais permitem desenvolver práticas de crescimento, ou seja, os diferentes capitais (humano, físico e, não sendo capital, o trabalho) permitem percecionar as taxas propulsoras ao fomento da economia. O investimento nesses capitais e o aumento da sua produtividade evoluíram ao longo das décadas⁵⁵, contribuindo para o crescimento económico. Portugal passou de uma economia agrária para uma mais avançada, assente no desenvolvimento técnico, capaz de aumentar os seus índices de produtividade e no fomento de investimento. Portugal pode dizer-se, teve um crescimento tardio, mas normal comparado com padrões europeus.

Apesar deste quadro propício houveram choques entre as conceções de política económica. Os exemplos de Ferreira Dias ou Daniel Barbosa, os quais eram sensíveis à modernidade, encontraram entraves, na medida em que a agricultura e a indústria chocam de frente. A primazia da primeira em detrimento da segunda era o confronto da política dura de Salazar quando este subiu ao poder nos primeiros anos da ditadura e início do Estado Novo e da reformista. Mas, a Salazar também muitos outros se juntaram na oposição às iniciativas modernizadoras⁵⁶.

⁵² Lains, «A Economia...», 125.

⁵³ Cf. Meneses, *Salazar...*, 364.

⁵⁴ Cf. Lains, «A Economia...», 126.

⁵⁵ Cf. Lains, «A Economia...», 127-128.

⁵⁶ Cf. Meneses, *Salazar...*, 364-365.

Para haver um crescimento efetivo na económica a agricultura e a indústria teriam de funcionar em conjunto. Todavia, gerou relutância, na medida em que o objetivo era ambos modernizarem-se em conjunto. Por outras palavras e como refere Filipe Ribeiro Meneses, as reformas na economia visavam a modernização dos sectores agrários, por forma a este tornar-se mais intensiva e do mesmo modo libertar mão-de-obra para a indústria; e, no reverso da medalha, haver mais consumo originado pelas mudanças económicas⁵⁷. Conforme a divergência dos interesses económicos era necessário usar uma política baseada no equilíbrio de forças reformista e conservadora⁵⁸.

O avanço da nova economia estava sob desconfiança de vários sectores do regime político. Salazar, o principal doutrinador das disciplinas do Estado Novo, olhava com ceticismo à abertura económica. Cosmopolitismo, indústria, finança internacional,..., e as consequências que lhes estavam adjacentes: vulnerabilidade, exigências de grandes grupos, classe média...; era um «mal necessário»⁵⁹ ao qual não era permitido fugir. Por isso, o Corporativismo da década de 1950 passou por conter os trabalhadores e dar veemência à área industrial e comercial conforme as necessidades do regime, bem como em dar proteção à economia⁶⁰. Contudo, apesar das infraestruturas necessárias e que começam a fazer-se sentir ao longo desta década, a agricultura e o modo de vida dos portugueses mantêm-se, na sua generalidade, parco nestas mudanças, permanecendo ainda uma agricultura de subsistência e sem modernização⁶¹. Todavia, o regime utilizaria o «progresso» como política dos novos tempos; mas, no entanto, apenas atingiu certos sectores chave da vida económica, pois a escola de Salazar era para continuar.

Agricultura

O panorama da agricultura no início da década de 1950 (e não só) era de uma importância vital para a economia do país. Desde há muito tempo a diversidade agrícola portuguesa estava deficitária, com desproporções entre Norte e Sul. Apesar de ser uma forma económica para o regime e para o país, esta era pobre, em regime de autoconsumo⁶². E como se pode perceber

⁵⁷ Cf. Meneses, *Salazar...*, 364-365.

⁵⁸ Cf. Rosas, «A Lenta Agonia...».

⁵⁹ Meneses, *Salazar...*, 366.

⁶⁰ Cf. Meneses, *Salazar...*, 366.

⁶¹ Cf. Meneses, *Salazar...*, 372.

⁶² Cf. Baptista, «Modernização...», 185.

a agricultura precisava de mudanças efetivas. Esta ideia não vem somente do regime do Estado Novo, mas era já uma ideia defendida por Oliveira Martins no final do Século XIX⁶³.

A década de 1950 será o encontro principal entre agrários e a sua política e os industriais, os quais iniciam a sua jornada de difusão dos discurso industrial e modernizante sendo um discurso marcante do regime⁶⁴. A agricultura gozou desde o início do regime de uma certa hegemonia económica, com o pós-1945 a situação já não foi a mesma, originando uma situação de rutura com esta linha de pensamento. A exemplo disso veja-se o incremento da hidráulica agrícola, povoamento florestal e colonização interna⁶⁵ serão os três fatores principais para fomentar a agricultura.

Implementar uma economia agrícola em Portugal não foi fácil. A vontade em trazer a agricultura para o centro da riqueza nacional começou cedo dentro do quadro ditatorial português. As tentativas de mudança passavam por emparcelar o Norte e parcelar o Sul; criar uma Junta Autónoma capaz de fomentar a hidráulica agrícola, colonizar o interior de Portugal; e, depois a industrialização ocupar-se-ia do restante⁶⁶.

Dentro dos órgãos do poder a discussão entre as diferentes conceções esbate-se. Os ministros que ocupavam o lugar balançam as cadeiras conforme as suas ideias económicas. De um lado, os «fisiocratas», não deixariam que as ideias industriais tivessem o devido seguimento. A sua pretensão por interesses imediatos de riqueza fazia com que não olhassem a reforma agrária como um bem geral à economia criando uma oposição à indústria, sendo ela a causa da sua ruína. Por consequência, o lado industrial olhava para a agricultura, pelo menos no modo como esta estava a ser procedia, como uma necessidade de finalizar o seu primado económico⁶⁷.

A maior reocupação dos «fisiocratas» era manter o seu estatuto social e a sua supremacia económica, bem como dentro do poder⁶⁸. Por isso, a sua confrontação no poder político trouxe adversidades de vária ordem, alterando as forças políticas dentro do regime; do mesmo modo, esta força vai perdendo capacidade, bem como no resto da sociedade, devido às mudanças económico-sociais.

Havia uma grande necessidade em contrariar uma série de indícios que levassem à mobilização capitalista da agricultura justificando que esta poderia originar a desmoralização das

⁶³ Cf. Amaral, «Agricultura...», 383.

⁶⁴ Cf. Luciano do Amaral, «Agricultura e política agrícola: o país que nós perdemos», em *O Estado Novo*, coord. Fernando Rosas. Vol. 7 de *História de Portugal*, dir. José Mattoso (Lisboa: Editorial Estampa, 1998), 384-386.

⁶⁵ Cf. Amaral, «Agricultura...», 384.

⁶⁶ Cf. Amaral, «Agricultura...», 384-385.

⁶⁷ Cf. Amaral, «Agricultura...», 394 e 400-401; Fernanda Rollo, «A industrialização e os seus impasses», em *O Estado Novo*, coord. Fernando Rosas. Vol. 7 de *História de Portugal*, dir. José Mattoso (Lisboa: Editorial Estampa, 1998), 409.

⁶⁸ Amaral, «Agricultura...», 386.

populações, na medida em que as mesmas estariam numa situação económico-social de operários industriais e envolvidos na vida da cidade⁶⁹. Do mesmo modo, havia necessidade em criar condições para os trabalhadores rurais, isto é, fomentar a «desproletarização»⁷⁰.

As estruturas sociais acompanharam as económicas forçando a um crescimento mais eficiente. Por um lado, a tecnologia aplicada permitiu baixar os custos de produção. A aplicação de novas formas de produtividade fez com que houvesse um maior rendimento das culturas agrícolas. Por outro lado, em termos de estrutura social, permitiu o êxodo rural o qual fez aumentar os salários, fruto de uma economia mais rentável e modernizante⁷¹.

O processo de política agrícola assentava no pressuposto de que ao fomentar a indústria, esta, conseqüentemente, arrastaria a agricultura para o crescimento⁷². Veja-se a exemplo a irrigação do Alentejo e da redistribuição da propriedade latifundiária⁷³. Além do mais, visto que a agricultura foi um ideal de política económica, no pós-1945 a preocupação crucial seria a agricultura ser um escoador de produtos básicos de consumo. Para isso, a agricultura adotou a aplicação da indústria química e implementou os conhecimentos tecnológicos por forma a garantir resultados mais satisfatórios⁷⁴. E, assim, a agricultura poderia tornar-se mais independente do exterior.

A agricultura tinha agora de suprimir as necessidades básicas do consumo. As populações urbanas começavam agora a necessitar de produtos mais ricos⁷⁵, como é o exemplo do leite⁷⁶. Para isso haveria de existir consumidores. Por conseguinte, haveria que permitir níveis de produtividade e só seria possível através do apetrechamento mecânico agrícola. Assim, neste círculo seria necessário o seguinte: criar uma indústria capaz de produzir maquinaria e haver trabalhadores para os produzir. Com efeito, isto geraria melhores produtos, tanto industriais como agrícolas e o crescimento do sector terciário, o qual permitia a venda destes produtos. Como a própria mecanização suprimia trabalhadores agrícolas, estes encontrariam lugar na indústria e, por sua vez, tornar-se-iam consumidores de produtos agrícolas⁷⁷.

A disparidade espacial agrícola, à qual o regime foi antes da década de 1950 indo ao encontro da modificação estrutural, não foi muitas vezes levada ao efeito esperado. Os interesses

⁶⁹ Cf. Amaral, «Agricultura...», 387.

⁷⁰ Amaral, «Agricultura...», 387.

⁷¹ Cf. Fernando Oliveira Baptista, «Modernização Agrícola, Política e Economia», em *Corporativismo, fascismo, Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e Álvaro Garrido (Coimbra: Edições Almedina, 2012), 180; Amaral, «Agricultura...», 391-392.

⁷² Cf. Baptista, «Modernização...» 179; Amaral, «Agricultura...», 393.

⁷³ Cf. Baptista, «Modernização...», 185.

⁷⁴ Cf. Baptista, «Modernização...», 184.

⁷⁵ Cf. Amaral, «Agricultura...», 399.

⁷⁶ Cf. Baptista, «Modernização...», 187.

⁷⁷ Cf. Baptista, «Modernização...», 189; Amaral, «Agricultura...», 399.

dos grandes agricultores criavam um grupo grande perante as tentativas de qualquer mudança na estrutura agrária.

A agricultura durante os Planos de Fomento, entre a luta de interesses agrícolas e industriais, esteve, por parte destes últimos votados ao «indiferentismo»⁷⁸. A sua visão passava pela vontade em tornar a agricultura rentável, mecanizada, intensiva (por forma a acabar com a sua pobreza) e viam no emparcelamento e parcelamento como um fator positivo dos espaços agrícolas⁷⁹. Todavia, durante este processo não lhe foi dada atenção devida acabando por, dentro dos três projetos iniciais (hidráulica agrícola, colonização interna e povoamento florestal), não terem tido a eficácia desejada. O exemplo da junta de Colonização Interna mostrou o desapego à agricultura.

Nos anos 60, a agricultura acabou por modernizar-se, pois, foi forçada a isso, na medida em que a população saiu das áreas rurais para as urbanas e o efeito da emigração também acentuou a diminuição população dessas áreas. Contudo, apesar da modernização da agricultura, a indústria ganhou uma importância socioeconómica esmagadora, arrastando a agricultura para um setor economicamente secundário. Todavia, a pretensão, já na década de 1960, de modificar os fatores negativos da agricultura não vão conseguir encontrar viabilidades práticas⁸⁰.

O ímpeto de reorganização agrária encontrou obstáculos até ao final do regime. Pode dizer-se que a agricultura era economicamente inviável. As assimetrias, a pouca produtividade, bem como todos os fatores produtivos ligados à agricultura não conseguiram fazer frente às vicissitudes durante as décadas de 1960 e 1970. Apesar disso os salários agrícolas vão sofrer aumentos substanciais⁸¹. De uma forma ou de outra, a agricultura não conseguiu satisfazer as necessidades de consumo que a sociedade portuguesa e o país precisavam⁸².

A Indústria na Vanguarda

A influência política de novos agentes económicos em detrimento dos agentes «fisiocratas» elevou a importância da indústria. Os industrialistas pouco interesse tinham em fazer do problema agrícola uma solução viável. As mudanças estruturais e a nova forma de se fazer economia com bases técnicas e teóricas lecionadas na Universidade trouxeram uma perceção mais global dos

⁷⁸ Amaral, «Agricultura...», 388.

⁷⁹ Cf. Amaral, «Agricultura...», 388.

⁸⁰ Cf. Amaral, «Agricultura...», 396.

⁸¹ Cf. Amaral, «Agricultura...», 401-402.

⁸² Cf. Amaral, «Agricultura...», 402.

problemas económicos de Portugal. O desejo de mudança e a clarividência técnico-teórica originou uma perspicácia por parte de indivíduos que agora faziam escola no regime, em aproveitarem as conjunturas económicas para implementarem as suas ideias.

A mudança na estrutura económica beneficiou nesta crença da industrialização. Como o conjunto de homens novos⁸³ se inseriu em desbloquear todos os obstáculos que estiveram na origem do condicionamento de novas ideias para a economia portuguesa, a subordinação do sector da agricultura acabou por se realizar à indústria⁸⁴. Além da ideia de industrialização junta-se a eletrificação do país, ideias das quais partiram das mudanças na estrutura económica portuguesa⁸⁵.

A juntar a isto, o fim da Segunda Guerra Mundial, a aproximação ao «capitalismo europeu, a evolução da economia, o crescimento industrial»⁸⁶ estiveram na base dos Planos de Fomento, os quais foram prática na conjuntura do pós-guerra⁸⁷.

O carácter industrialista não significou que a economia saída beneficiada em todos os seus quadrantes. A falta de crescimento equilibrado foi em parte um forte incentivo à captação de investimento estrangeiro⁸⁸, no entanto, apesar disso, o ritmo do crescimento da indústria foi impressionante e ganhou hegemonia.

Nas décadas de 1960 e 1970, a indústria e os projetos económicos utilizados nem sempre foram os mais indicados para o crescimento em Portugal, ou seja, apesar do crescimento verificado retiraram-se bases vitais da economia portuguesa. Nem sempre o processo industrial foi o mais viável por forma a resolver, por via industrial, as assimetrias e problemas económicos do país. Mas estas décadas ficaram marcadas pela aderência de Portugal a instituições que permitiram abrir o país ao investimento estrangeiro (o qual era o único com fatores produtivos baratos para o efeito). É durante a abertura às instituições económicas europeias e internacionais que há novas formas na reformulação estrutural, a iniciativa privada ganha um novo ímpeto.

A abertura da economia a partir de 1958 e continuada pelas décadas de 60 e 70 marcou o fim da autarcia e permitiu a implementação de um processo económico-financeiro. Começa haver a concentração de grupos financeiros, isto é, instituições bancárias que se tornarão a ponte entre o exterior e Portugal, nomeadamente em permitir os investimentos das instituições exteriores, no fomento de investimento para o crescimento de indústrias viáveis e na exportação

⁸³ Cf. Rollo, «A industrialização...», 404-405

⁸⁴ Cf. Rollo, «A industrialização...», 407.

⁸⁵ Cf. Rollo, «A industrialização...», 402.

⁸⁶ Rollo, «A industrialização...», 402.

⁸⁷ Cf. Rollo, «A industrialização...», 403.

⁸⁸ Cf. Rollo, «A industrialização...», 416.

dos produtos para o exterior⁸⁹. Com efeito a capacidade de concentração financeira a certos grupos permitiu criar novas indústrias, as quais se baseavam no aumento da produção nacional, bem como no incremento de grupos empresariais especializados em determinadas indústrias. Assim, o fluxo de capital estrangeiro permitiu criar uma «gestão» de sectores produtivos permitindo que a economia nacional atingisse um crescimento positivo, repercutindo no aumento de salários, investimento estrangeiro, entre outros. A economia encontrou na tecnocracia e da sua ligação ao Estado (mais propriamente quando Marcello Caetano já se encontrava no poder, sendo ele adepto à abertura de Portugal ao estrangeiro e no apoio aos grupos económicos) um modo de aumentar os seus interesses económicos⁹⁰.

Os Planos de Fomento

O contexto histórico do Plano de Marshall⁹¹ permitiu a estruturação económica debruçada em linhas de desenvolvimento controlado que presidiram ao crescimento económico europeu⁹². No seu conjunto, os planos de fomento marcam no pensamento económico português, a entrada da macroeconomia, no sentido de dinamizar as estruturas e infraestruturas socioeconómicas do país, reservando-se ao Estado a função de definir a política de planeamento⁹³.

Portugal ao associar-se a instituições económico-financeiras internacionais, para além de estabelecer um novo tipo de alianças, foi beneficiado em termos de oferta e procura de produtos, ao mesmo tempo que usufruiu de canais de investimento direto de capital estrangeiro⁹⁴. Contudo, o processo não foi tão simples quanto se pensa. As diferentes fações internas do regime reclamaram para si aquilo que achavam qual deveria ser o lugar de Portugal e como a economia deveria comportar-se. Divididas entre si, agrários e defensores da autarcia, por um lado, e industriais, abertos à mudança, por outro lado, a economia portuguesa entrou na era do planeamento, a vários ritmos⁹⁵.

⁸⁹ Cf. Rollo, «A industrialização...», 416-417.

⁹⁰ Cf. Rollo, «A industrialização...», 420-421.

⁹¹ Cf. Rollo, «A industrialização...», 405; Eugénia Mata e Nuno Valério, *História de Económica de Portugal: uma perspectiva global* (Lisboa: Editorial Presença, 2003), 204 e 211; César Oliveira, «O Estado Novo e os municípios corporativos», em *História dos Municípios e do Poder Local (Das Finais da Idade Média à União Europeia)*, dir. César Oliveira (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), 298.

⁹² Cf. Mata e Valério, *História...*, 205; Oliveira, «O Estado...», 299.

⁹³ Cf. Carlos Farinha Rodrigues, «Planos de fomento», em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996).

⁹⁴ Cf. Mata e Valério, *História...*, 204-208; Oliveira, «O Estado...», 298-299.

⁹⁵ Cf. Rollo, «A industrialização...», 405; Mata e Valério, *História...*, 210-211; Oliveira, «O Estado...», 302.

Os Planos de Fomento projetados (que incluíram quatro planos quinquenais a que somou ainda um plano intercalar) pretenderam dinamizar setorialmente a economia e as infraestruturas, sendo definidos novos objetivos na viragem dos anos 60. Contemplaram, ainda, na sua fase terminal, as políticas de desenvolvimentos regional, dossier particularmente emblemático no âmbito do nosso objeto em estudo.

Depois de Delgado até 1968: nunca ceder!

O ano de 1958 foi marcado por um abalo no regime. O Estado Novo sofreu um golpe o qual se prolongou na década de 1960. Para fazer-lhe frente foi necessário o reforço da aliança aos militares «costistas» e no aumento de uma dura política de repressão. Mesmo internamente, o regime dividiu-se, se as fações não encontraram consenso até 1958⁹⁶, a partir daí acentuou-se ainda mais o incómodo onde a amargura deu lugar a mudanças de agentes políticos, a casamentos de ideias políticas que estiveram desde cedo votadas à separação.

A sociedade sentia-se asfixiada e é possível observar isso através das eleições para o Presidente da República do mesmo ano. O fenómeno «delgadista», o General que poucos podiam deter⁹⁷, conseguiu agitar a sociedade em massa, algo imprevisível aos olhos de «situacionistas» e dos oposicionistas nos seus vários quadrantes⁹⁸.

As eleições para o Presidente da República no ano de 1958 pôs em claro a fenda do regime nas suas alas mais «situacionista» e reformista. A reeleição de Craveiro Lopes estava inviabilizada por parte de Oliveira Salazar, ao contrário da intenção de Marcello Caetano e de Trigo de Negreiros. Posto isto substituiu-se Craveiro Lopes pelo almirante Américo Tomás «um homem suficientemente cinzento, anódino e fiel para poder vir a causar problemas»⁹⁹ viabilizado pela Comissão Central da União Nacional.

Do lado das oposições aparece inesperadamente um candidato a Presidente da República, não que o mesmo seja desconhecido do regime¹⁰⁰, mas desconhece-se a sua aptidão para melindrar as bases do Estado Novo, o General Humberto Delgado. A oposição no seu conjunto,

⁹⁶ Cf. Rosas, «A Lenta...», 468.

⁹⁷ Cf. Meneses, *Salazar...*, 448.

⁹⁸ Cf. Rosas, «A Lenta...», 468.

⁹⁹ Rosas, «A Lenta...», 469.

¹⁰⁰ Cf. Rosas, «A Lenta...», 470; Meneses, *Salazar...*, 448. O General Humberto Delgado esteve ligado aos dias seguintes do 28 de Maio, desempenhou funções durante a II Guerra Mundial, nas conversações com o aliados e mais tarde com os grupos de trabalho na N.A.T.O./O.T.A.N., em Portugal foi também diretor da Aeronáutica Civil.

apesar de «unida» não se uniu na totalidade na escolha efetiva de um candidato. Humberto Delgado é apoiado pelo «Directório Democrato-Social» sob intervenção de Henrique Galvão e António Sérgio.

Humberto Delgado constitui uma oposição diferente, o seu contacto com americanos através das negociações da N.A.T.O./O.T.A.N. deu-lhe perspectivas diferentes de fazer política e mexer com a sociedade. A sua candidatura distinguiu-se em comparação com as campanhas que o regime estava habituado a realizar. As suas atividades políticas de rua, ao contrário das do regime que eram em locais específicos para o efeito¹⁰¹, levam ao carisma da sua imagem, a qual, consequentemente, faz explodir um turbilhão de ansiedades até agora mitigadas e que acabaram por causar o arrebatamento da sociedade devido à popularidade do general. Com efeito, a polícia do regime age devido a tal confronto resultando em conflitos de ordem social devido ao entusiasmo efusivo dos apoiantes deste. A ação de Santos Costa neste momento foi um imperativo à sobrevivência do regime, em que a militarização dos setores de segurança permitiu controlar as massas.

O maior confronto foi quando Humberto Delgado mostrou a sua ida até às urnas¹⁰². Porém, pouco lhe valeu a audácia, pois o candidato da «situação» acabou por vencer. Contudo, a maior vitória foi mostrar ao regime que a sociedade já não queria o sistema político em vigor. No ano seguinte Humberto Delgado vê-se perseguido e exilado no Brasil¹⁰³, mas sem nunca perder a força opositora ao Estado Novo.

Os momentos imediatos ao terramoto de Humberto Delgado o regime estava a começar a ficar sozinho internamente¹⁰⁴. No ano de 1958, Salazar modificou de imediato a constituição, permitindo que o Presidente da República fosse eleito pelo sufrágio orgânico, ao contrário do que então acontecia. E, assim, em 1965 Américo Tomás foi eleito por este sistema. Ainda em 1958, Salazar procede à reorganização ministerial com o intuito de apaziguar as tensões, chamando Botelho Moniz e Pedro Teotónio Pereira e afastou Marcello Caetano e Santos da Costa. Porém, se o desejo seria sossegar forças, o mesmo não aconteceu¹⁰⁵.

Ao longo da década de 1960 o regime continuou a ser abalado e os setores que lhe apoiavam voltam-se contra o mesmo. Botelho Moniz com ligações ao grupo de Craveiro Lopes encetou um golpe contra o regime que o poderia ter derrubado. Porém, este ficou morto à

¹⁰¹ Cf. Rosas, «A Lenta...», 471.

¹⁰² Cf. Meneses, *Salazar...*, 455.

¹⁰³ Cf. Rosas, «A Lenta...», 474.

¹⁰⁴ Rosas, «A Lenta...», 473.

¹⁰⁵ Cf. Rosas, «A Lenta...», 473.

partida¹⁰⁶. Mas, outro golpe para o Estado Novo fez separar posições como foi o impedimento da entrada do Bispo do Porto em Portugal, por este ter avaliado negativamente os métodos da polícia política.

Neste quadro geral a repressão exercida torna-se mais agressiva principalmente até 1962¹⁰⁷. A oposição em todos os seus quadrantes não é poupada, a vaga de prisões faz-se generalizadamente, bem como procede-se a desmantelamentos de organizações oposicionistas.

Se ao nível interno a sociedade se agita e intensifica o seu aparelhopositor, ao nível externo Portugal ficou votado à solidão. Pela primeira vez, a oposição interna conseguiu levar e ter apoio do exterior, conseguindo dar a conhecer o sistema do Estado Novo¹⁰⁸. Em 1961, da «defesa do ultramar» colocou na consciência geral uma hostilidade ao regime e fez com que Portugal ficasse isolado praticamente até ao seu fim.

Apesar de Humberto Delgado não ter ganho as eleições no ano de 1958, este continuou determinado na sua luta, secundado por Henrique Galvão. Galvão, numa aliança coordenada entre portugueses e espanhóis vão em conjunto encetar a usurpação de um navio português, o *Santa Maria*, transporte que o levaria a implantar-se em Angola e a partir daí criar um ponto fixo para uma revolta. Esta nunca chegou a ser concretizada. Mas, todavia, permitiu beneficiar a causa da oposição. Com efeito, o Estado português no pedido de ajuda feito aos seus aliados fica abandonado por estes, visto que os mesmos pouco ou nada fizeram para ajudar Portugal. O único país a intervir foram os E.U.A. que intercetaram o navio, mas a sua ação centrou-se mais na compreensão dos propósitos de Henrique Galvão. O navio acabou por ser devolvido a intermédio do Brasil¹⁰⁹ e a ação de Galvão não surtiu efeitos. Porém, os olhos internacionais viraram-se para Portugal.

A mudança de atitude dos E.U.A. devido ao início da guerra colonial criou esperanças à oposição que viam agora nesta ação a possibilidade de se auxiliarem e criarem ofensivas ao regime. Neste ano Portugal conhece o afastamento dos E.U.A. devido às novas perspetivas face às políticas coloniais que varriam o mundo. O golpe de Botelho Moniz é um exemplo da esperança em ter este país como uma plataforma de salvação¹¹⁰. Os E.U.A. começam, direta ou indiretamente, a cercar Portugal e a O.N.U. segue o mesmo caminho, na medida em que proferiu deliberações que proporcionassem às colónias a autodeterminação.

¹⁰⁶ Cf. Rosas, «A Lenta...», 476-477.

¹⁰⁷ Cf. Rosas, «A Lenta...», 475.

¹⁰⁸ Cf. Rosas, «A Lenta...», 476.

¹⁰⁹ Cf. Rosas, «A Lenta...», 476.

¹¹⁰ Cf. Rosas, «A Lenta...», 476-477.

O Estado Novo no mundo tornou-se arcaico e afastado da sociedade do seu tempo. A década de 1960 foi vivida pelos ideais da libertação, autodeterminação, entre outros, sentimentos que não entravam na política deste regime. Por isso, a persistência em manter um império já não cabia neste mundo. A radicalização e certamente a jovialidade de muitos movimentos políticos põem em marcha resistências de vária ordem. Por isso, o Estado Novo de 1962 a 1968 passa por provas de fogo. Portugal está abandonando pelos próprios aliados ocidentais depois de conhecidos os conflitos africanos¹¹¹. De outro modo, a oposição radicaliza-se e o bastião do Estado Novo, a Igreja Católica, define caminhos diferentes e começam a surgir focos de oposição por parte destes¹¹².

O Marcelismo...

O Marcelismo correspondeu à entrada de Marcello Caetano no poder como novo Presidente do Conselho, sucessor de Salazar quando este ficou incapacitado para o efeito. A sua entrada dá-se em Setembro de 1968¹¹³ e termina com o golpe militar de 25 de Abril de 1974.

No seu conjunto este período divide-se em dois momentos: o primeiro que vai da sua entrada até 1970 e o segundo até à revolução de Abril¹¹⁴. Esta dualidade está conotada à intenção de Marcello Caetano querer implementar uma política de «Liberalização»¹¹⁵, suportada nas medidas preconizadas desde meados dos anos 50. Este propósito de «Liberalizar mantendo a Guerra»¹¹⁶ correspondeu assim à solução encontrada pelo Presidente do Conselho, de forma a compatibilizar as fações internas do regime. Assim, num primeiro momento, pretendeu dinamizar a integração da sociedade portuguesa na política, assistindo-se ao apaziguamento com a oposição e da ação repressiva. Por outro lado, implementou-se um conjunto de medidas que visavam a aproximação ao mundo «pró-europeu»¹¹⁷, no sentido de gerar melhorias em termos económicos e sociais. O segundo momento foi marcado pela estagnação das orientações anteriormente

¹¹¹ Cf. Rosas, «A Lenta...», 482.

¹¹² Cf. Rosas, «A Lenta...», 483-484.

¹¹³ Cf. Fernando Rosas, «Marcelismo: a liberalização tardia (1968-1974)», em *O Estado Novo*, coord. Fernando Rosas. Vol. 7 de *História de Portugal*, dir. José Mattoso (Lisboa: Editorial Estampa, 1998), 485.

¹¹⁴ Cf. António Reis, «Marcelismo», em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (Lisboa: Circulo de Leitores, 1996), 546.

¹¹⁵ Cf. Reis, «Marcelismo», 546; Rosas, «Marcelismo...», 486; Rita de Almeida Carvalho, «A definição do Marcelismo à luz da revisão da constituição», em *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo 1968-1974*, coord. Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira (Lisboa: Editorial Notícias, 2004), 38.

¹¹⁶ Rosas, «Marcelismo...», 486.

¹¹⁷ Rosas, «Marcelismo...», 486.

lançadas, refletidas na intenção de manter a guerra e no regresso à política repressiva do Estado sobre a sociedade¹¹⁸.

A entrada de Marcello Caetano na presidência do conselho resultou em alguma perplexidade, visto que existiam outros potenciais «candidatos», tais como Franco Nogueira, Adriano Moreira e Antunes Varela¹¹⁹. Caetano apesar de não se considerar um liberal¹²⁰, buscou apoios entre segmentos sociopolíticos que preconizavam a abertura do país, no quadro de um «projeto de modernização política, económica, social e até colonial»¹²¹. Algumas realizações, sobretudo projetos foram lançados, em termos de aproximação do país aos parâmetros europeus, nomeadamente em termos de justiça social, desenvolvimento económico, abertura ao estrangeiro, fomento das cooperativas agrícolas e de melhoria das estruturas de ensino e assistenciais¹²². Porém, o que faz Caetano entrar na descrença geral da sociedade portuguesa é o seu conceito de liberdade. Para Caetano, a sociedade portuguesa bem como a sociedade colonial não estavam preparadas para receber a liberdade, sem cair no caos¹²³.

A vontade em conceder mais liberdade não apaziguou as tensões no seio do regime. A questão que causará o desconforto maior no campo político será o «ultramar», refletida na cisão entre salazaristas e «liberais», apara além dos oposicionistas.¹²⁴ Daí que a «renovação na continuidade»¹²⁵ tendo sido a nota dominante que caracterizou o ciclo marcelista, adiando-se a adoção de soluções mais arrojadas¹²⁶.

A sociedade portuguesa e as fações políticas que começam agora a reagrupar-se chegaram mesmo acreditar na abertura do regime, devido ao abrandamento da censura; à nova lei eleitoral, a qual tentou tornar o ato de voto em universal; os presos sem culpa formada viram os seus dias de prisão diminuídos de seis para três meses; houve maior abertura entre o patronato e sindicatos em despeito com os contratos coletivos de trabalho; estas organizações deixaram de ter a necessidade de homologação por parte do ministério responsável; e, finalmente, atenuou-se a coerção da polícia¹²⁷.

As eleições para a Assembleia Nacional de 1969, as primeiras sob a alçada de Marcello Caetano, serviram como propaganda à continuação da guerra sob a divisa de maior liberdade. Por

¹¹⁸ Cf. Reis, «Marcelismo», 546.

¹¹⁹ Cf. Reis, «Marcelismo», 546; Rosas, «Marcelismo...», 485; Carvalho, «A definição...», 29.

¹²⁰ Cf. Carvalho, «A definição...», 30-31.

¹²¹ Rosas, «Marcelismo...», 485.

¹²² Cf. Rosas, «Marcelismo...», 486-487.

¹²³ Cf. Carvalho, «A definição...», 30-31.

¹²⁴ Cf. Reis, «Marcelismo», 546; Rosas, «Marcelismo...», 487.

¹²⁵ Cf. Reis, «Marcelismo», 546.

¹²⁶ Cf. Carvalho, «A definição...»; Rosas, «Marcelismo...», 487.

¹²⁷ Cf. Reis, «Marcelismo», 546; Rosas, «Marcelismo...», 486; Carvalho, «A definição...», 38.

isso, a liberdade não significou que Portugal estivesse livre de uma guerra e de um mundo do qual se queriam desfazer. Não obstante, são estas eleições que permitirão a entrada de liberais que tentaram, com a revisão constitucional de 1971, abrir o regime.

No início da década de 70 foi possível constatar que politicamente quase nada mudara. Os salazaristas mantinham ainda posições nevrálgicas no aparelho político do Estado, encarnado no símbolo do Presidente da República, Américo Tomás¹²⁸.

A revisão constitucional de 1971 acabou por não concretizar algumas das esperanças alimentadas pelos setores reformistas. Nem as garantias de liberdade foram consignados como ¹²⁹ e a eleição do Presidente da República continuou a realizar-se por sufrágio indireto.

Não obstante, outros golpes irão abalar o regime. A perda de apoios desenvolve-se em campos políticos diferentes, tanto à «esquerda» como à «direita» e no exército. O ano de 1973 foi o início do fim. Vários dissidentes políticos desde moderados a radicais fomentaram a luta contra o regime.

A imagem externa do regime também foi fortemente abalada neste ano, através do gesto de condenação da política colonialista das «terras portuguesas de África». A Igreja, tanto ao nível interno como externo, denunciava crescentemente a guerra colonial. Para o regime era a perda de uma instituição que outrora contribuíra fortemente para a cimentação do Estado Novo, e, além disso, torna-se difícil esconder de que tudo está bem encaminhado. O mito de criar Portugal uno, homogéneo e/ou federal esfumou-se¹³⁰.

¹²⁸ Cf. Rosas, «Marcelismo...», 489-470.

¹²⁹ Cf. Carvalho, «A definição...», 48-49.

¹³⁰ Cf. Carvalho, «A definição...», 68-70.

Capítulo II: As eleições: personalidades e *jornadas*

Qual a necessidade de eleições?

O Estado Novo foi um regime ditatorial autoritário, antidemocrático, antiparlamentar, antiliberal¹³¹ na sua estrutura base. Porém, pôr a tónica de eleições em questão parece controverso face a um sistema político que procurou ser o único expoente de ação em Portugal. Por isso, responder a uma questão desta natureza torna-se difícil, na medida em que havia todo um processo manipulado, o qual falseava as eleições, conotando para a Sociedade momentos de abertura, mas de pura ilusão.

Todavia, o regime tentou mostrar o aspeto de democraticidade, a oposição aproveitou-a e, dentro de dinâmicas próprias, conseguiu insurgir-se na sociedade e demonstrar quais os seus quadrantes políticos; conseguindo abalar as estruturas base do regime do Estado Novo.

A Constituição e a Assembleia Nacional

A «Constituição Política da República Portuguesa» de 1933 foi um resultado da agregação de várias fações políticas conhecidas após o Golpe Militar do 28 de Maio¹³². O documento da Constituição visou a continuação da separação dos poderes dos órgãos de soberania: executivo, legislativo e judicial, respetivamente «o Chefe do Estado, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais»¹³³. Por isso, convém clarificar qual a função da Assembleia Nacional no meio destes poderes e como Salazar acabou por concentrar em si toda a prática legislativa em detrimento da Assembleia Nacional¹³⁴. Convém salientar que a Assembleia Nacional foi uma herança democrática¹³⁵, pois o equilíbrio de forças do pós 28 de Maio forçou que alguns princípios continuassem em vigor¹³⁶.

¹³¹ Cf. Rosas, «O Estado Novo nos Anos 30», em *O Estado Novo*, coord. Fernando Rosas. Vol. 7 de *História de Portugal*, dir. José Mattoso (Lisboa: Editorial Estampa, 1998); Diogo Freitas do Amaral, «Corporativismo, Fascismos e Constituição», em *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e Álvaro Garrido (Coimbra: Edições Almedina, 2012), 85; Vital Moreira, «O sistema jurídico-constitucional do «Estado Novo»», em *A República (IV). O Estado Novo (I)*, dir. João Medina, Vol. XV, de *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, dir. João Medina (Alfragide: Edita Ediclube, 2004), 405 e 418; Luís Sá, *O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político* (Lisboa: Editorial Caminho, 1994), 158-159.

¹³² Cf. Castilho, «A Assembleia...», 85; Amaral, «Corporativismo...», 85; Moreira, «O sistema...», 406.

¹³³ Artigo 71º do decreto-lei nº 22:241, 22 de Fevereiro de 1933, 232.

¹³⁴ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 85; Moreira, «O sistema...», 406; Rosas, «O Estado...», 241-242. Amaral, «Corporativismo...», ; Luís Sá, *O Lugar...*, 160-161; Cf. Rosas, «O Estado...», 244.

¹³⁵ Cf. Amaral, «Corporativismo...», 85 e 89.

¹³⁶ Cf. José Manuel Tavares Castilho, «A Elite Parlamentar do Marcelismo (1965-1974)», em *Elites, Sociedade e Mudança Política*, org. António Costa Pinto e André Freire (Oeiras: Celta Editora, 2003), 46.

O documento da constituição transmitiu princípios assentes nas constituições anteriores, como são: os princípios (i) concentrados na liberdade e garantias do cidadão¹³⁷; (ii) a elegibilidade dos deputados à Assembleia Nacional por sufrágio direto e individual, juntamente com o Presidente da República pelo menos até 1959, mas sempre restringido na constituição do corpo eleitoral nos dois casos¹³⁸, embora no projeto inicial da constituição os deputados poderem vir a ser eleitos de duas formas: como adianta José Manuel Tavares Castilho o primeiro projeto da constituição visava eleger metade dos deputados «por sufrágio dos corpos administrativos e colégios corporativos coloniais»¹³⁹ e pelo sufrágio direto¹⁴⁰.

A estrutura destes órgãos para o sistema político fazia-se da seguinte forma: (i) pelo Presidente da República, o qual era eleito «por sete anos»¹⁴¹ «por sufrágio directo dos cidadãos eleitores»¹⁴², até à revisão constitucional de 1959¹⁴³, o qual passou a efetuar-se pelo sufrágio orgânico «por um colégio eleitoral» em que figuravam membros e representantes da Assembleia Nacional, da Câmara Corporativa, dos municípios ou província, dos conselhos legislativos e dos conselhos de províncias¹⁴⁴, para além do mais, este deveria superintender o Presidente do Conselho mas o qual não se veio a verificar; pelo Governo (ii), o poder executivo, o qual concentrou em si todo o poder político legislativo no esvaziamento da Assembleia Nacional da sua função legislativa¹⁴⁵ e conseguiu reduzir as funções do Presidente da República; pela Assembleia Nacional (iii), órgão de iniciativa legislativa, perdeu a sua capacidade, mais propriamente para o Presidente do Conselho (como já foi referido); (iv) ao lado desta funcionava a Câmara Corporativa, a qual era um órgão consultivo e dava parecer acerca da legislação, mas que também perdeu a pouca influência política que teve¹⁴⁶.

A Assembleia Nacional como o segundo órgão de soberania pela Constituição Política da República Portuguesa de 1933¹⁴⁷ foi nos órgãos que mais interação teve com o poder executivo, isto é, o Governo. Inicialmente era-lhe concedida «fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las»¹⁴⁸. De igual modo, cabia à Assembleia Nacional todo um leque de fatores que a colocavam no

¹³⁷ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 85.

¹³⁸ Cf. Amaral, «Corporativismo...», 85; Castilho, «A Assembleia...», 85; Moreira, «O sistema...», 418-419.

¹³⁹ Castilho, «A Assembleia...», 87.

¹⁴⁰ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 85; Sá, *O Lugar...*, 159; Amaral, «Corporativismo...», 85.

¹⁴¹ Artigo 72º, §1º do Decreto-lei nº 22:241, 22 de Fevereiro de 1933 p. 232.

¹⁴² Artigo 72º, §2º do Decreto-lei nº 22:241, 22 de Fevereiro de 1933 p. 232; Sá, *O Lugar...*, 159.

¹⁴³ Cf. Artigo 7º do Decreto-lei nº 2100, 29 de Agosto de 1959, 1005; Sá, *O Lugar...*, 159.

¹⁴⁴ Artigo 7º do Decreto-lei nº 2100, 29 de Agosto de 1959, 1005; Cf. Rosas, «O Estado...», 244; Castilho, «A Assembleia...», 86.

¹⁴⁵ Cf. Castilho, «A Elite...» 46; Rosas, «O Estado...», 244.

¹⁴⁶ Castilho, «A Elite...», 48.

¹⁴⁷ Cf. Artigo 71º, do Decreto nº 22:241, 22 de Fevereiro de 1933, 232.

¹⁴⁸ Artigo 91º, do Decreto nº 22:241, 22 de Fevereiro de 1933, 233.

centro de decisões, tais como: «vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis»¹⁴⁹; averiguar as questões económicas como realizar a apreciação das contas do Estado, dar autorização ao Governo na cobrança das receitas e pagamento das despesas e a explicitá-las no Orçamento do Estado¹⁵⁰; a autorizar o Governo proceder a empréstimos e da forma como estes se procederiam¹⁵¹; «Autorizar o Chefe do Estado a fazer a guerra [...] e a fazer a paz»¹⁵², bem como a ausentar-se para o estrangeiro e tomar nota das suas mensagens¹⁵³; «Declarar o estado de sítio», as quais podiam resultar na suspensão das «garantias constitucionais», em caso de ataque bélico a Portugal ou caso a ordem pública não estivesse assegurada¹⁵⁴; «Definir os limites dos territórios da Nação»¹⁵⁵; e, por fim, «Conferir ao Governo autorizações legislativas»¹⁵⁶.

A Assembleia Nacional também detém algumas reservas que são «matéria de lei», tais como: organizar a defesa nacional, criar e suprimir os serviços públicos, uniformizar os pesos, valores e denominações das moedas, a padronização dos pesos e medidas, criar bancos ou institutos de emissão, bem como as normas da «circulação fiduciária» e organizar os tribunais¹⁵⁷.

Face a esta série de ações que a Assembleia Nacional dispunha é necessário fazer notar que as leis pelas quais podiam participar apenas eram para «aprovação das bases dos regimes jurídicos»¹⁵⁸. Não obstante, a ação legislativa passa cada vez mais para a alçada do Governo o qual usurpa para si a função legislativa, bem como os Ministros passam a responder perante este e não para a Assembleia Nacional. Esta passa assim, a ser «um grande conselho político nacional, onde se reuniam, confrontavam e entendiam, sob a vigilância arbitral do Governo e do seu chefe, as forças estruturantes do regime»¹⁵⁹ reforçado em muito pela revisão constitucional de 1945 em que retirou poderes legislativos desta para o Governo¹⁶⁰, em que simplesmente a aprovava «as bases gerais dos regimes jurídicos»¹⁶¹. Para além do mais, o Governo apenas responde ao Presidente da República e não perante a Assembleia Nacional¹⁶². Ao Presidente do Conselho cabia-lhe o ato de informar a Assembleia Nacional das «propostas de lei que à mesma hajam de ser submetidas»¹⁶³; de outro modo, a iniciativa das leis, apesar de poderem partir da iniciativa tanto

¹⁴⁹ Artigo 91º, do Decreto nº 22:241, 22 de Fevereiro de 1933, 233.

¹⁵⁰ Cf. Artigo 91º, do Decreto nº 22:241, 22 de Fevereiro de 1933, 233; Castilho, «A Elite...», 47.

¹⁵¹ Cf. Artigo 91º, do Decreto nº 22:241, 22 de Fevereiro de 1933, 233; Castilho, «A Elite...», 47.

¹⁵² Artigo 91º, do Decreto nº 22:241, 22 de Fevereiro de 1933, 233; Cf. Castilho, «A Elite...», 47.

¹⁵³ Cf. Castilho, «A Elite...», 47.

¹⁵⁴ Artigo 91º, do Decreto nº 22:241, 22 de Fevereiro de 1933, 233-234; Castilho, «A Elite...», 47.

¹⁵⁵ Artigo 91º, do Decreto nº 22:241, 22 de Fevereiro de 1933, 234.

¹⁵⁶ Artigo 91º, do Decreto nº 22:241, 22 de Fevereiro de 1933, 234.

¹⁵⁷ Artigo 93º, do Decreto nº 22:241, 22 de Fevereiro de 1933, 234; Castilho, «A Elite...», 47.

¹⁵⁸ Artigo 92º, do Decreto-lei nº 22:241, 22 de Fevereiro de 1933, 232; Cf. Castilho, «A Elite...», 47; Sá, *O Lugar...*, 159.

¹⁵⁹ Rosas, «O Estado...», 243; Cf. Moreira, «O sistema...», 426-427.

¹⁶⁰ Rosas, «O Estado...», 243; Castilho, «A Elite...», 48.

¹⁶¹ Castilho, «A Assembleia...», 87; Sá, *O Lugar...*, 160.

¹⁶² Cf. Artigo 111º, do Decreto nº 22:241, 22 de Fevereiro de 1933, 235; Castilho, «A Elite...», 47.

¹⁶³ Artigo 113º, do Decreto nº 22:241, 22 de Fevereiro de 1933, 235.

do Governo como da Assembleia Nacional, os resultados da constituição de leis ficou bastante reticente¹⁶⁴. Mais tarde a Assembleia Nacional pôde também ter uma ação fiscalizadora, embora pouco significativa, visto, como já referido, o Governo ter ganhado «capacidade legislativa autónoma»¹⁶⁵ em que pouco ou nada se fazia sortir este efeito fiscalizador, a não ser, tenuemente, após 1959 onde os deputados puderam dirigir-se ao Governo para encontrar respostas às suas pretensões¹⁶⁶.

Apesar do Governo esvaziar a Assembleia Nacional, e é este fator um alvo de tamanha curiosidade, este órgão não esteve inerte. A representação não demonstra a vontade nacional dos eleitores devidos, por um lado, ao sufrágio, que, apesar de direto, estava bastante restrito¹⁶⁷ (como será possível ver adiante) e, por outro, pela manipulação de todo o processo eleitoral (como também será possível observar mais à frente). Todavia, pese embora a pouca capacidade de a Assembleia contribuir para a realização das leis, o número de deputados sofre alterações ao longo dos decénios. Iniciando-se com 90 deputados¹⁶⁸, vai subindo este número para 120¹⁶⁹, 130¹⁷⁰ e 150¹⁷¹, subsequentemente, os quais, após eleitos, permanecem por quatro anos¹⁷².

Os «Movimentos Cívicos» do Estado Novo

A União Nacional e a Acção Nacional Popular foram, na conceção do regime, os movimentos políticos (sem os ser) que visavam o apoio ao Estado Novo. Conduto, a definição de partido não entrava na ótica do regime, na medida em que significava a desordem, isto é, valores antagónicos que não consideravam o bem da Nação mas os seus próprios interesses. Porém, estes dois «movimentos» foram autênticos partidos durante a vigência política do Estado Novo. Todavia, o seu aparecimento têm vertentes próprias e distantes uma da outra. Mas, contudo, estes dois organismos foram importantes na seleção dos quadros do regime, ou seja, das individualidades que iriam agrupar as instituições do Estado Novo.

A década de 1930 foi um período propenso para a elevação de regimes fascistas na Europa. Pegando nos exemplos da Alemanha, Itália, Portugal e Espanha, todos eles tiveram

¹⁶⁴ Cf. Castilho, «A Elite...», 47.

¹⁶⁵ Sá, *O Lugar...*, 160.

¹⁶⁶ Cf. Sá, *O Lugar...*, 161.

¹⁶⁷ Cf. Rosas, «O Estado...», 242.

¹⁶⁸ Cf. Artigo 85º, do Decreto-lei nº 22:241, 22 de Fevereiro de 1933, 233; Sá, *O Lugar...*, 159.

¹⁶⁹ Cf. Artigo 1º, do Decreto-lei nº 34:938, 22 de Setembro de 1945, 767; Sá, *O Lugar...*, 159.

¹⁷⁰ Cf. «Mapa dos círculos eleitorais a que se referem os artigos 11º e 13º do Decreto-lei nº 37 570, de 3 de Outubro de 1949», do Decreto-lei nº 43 901, 8 de Setembro de 1961; Castilho, «A Assembleia...», 108; Sá, *O Lugar...*, 159.

¹⁷¹ Cf. Artigo 85º, Lei nº 3/71, 16 de Agosto de 1971, 1176-(4); Castilho, «A Assembleia...», 138.

¹⁷² Cf. Decreto-lei nº 283/73, 2 de Junho de 1973; Castilho, «A Assembleia...», 106; Sá, *O Lugar...*, 159.

diferentes formas de alcançarem o poder político¹⁷³. Os dois primeiros utilizaram os partidos como alavanca para a subida do poder e depois alteraram toda a orgânica da estrutura dos poderes. Enquanto os casos de Espanha e Portugal, regimes dos quais saíram de golpes militares, resultando em guerra civil no primeiro caso¹⁷⁴, torna-se pertinente compreender qual o papel da União Nacional, na medida em que o partido não conquistou o poder. A formação da U.N. foi criada com base na ideologia organicista, desde logo arroga o aspeto cívico e não partidário, pois se é orgânico, não pode estar em dividido por partes¹⁷⁵.

A U. N. nasce em 1930, quatro anos após o Golpe Militar de 28 de Maio¹⁷⁶ e três anos antes do plebiscito da Constituição Política da República Portuguesa, foi um recurso prático para albergar os vários campos divergentes das correntes ideológicas – daí o nome de «União» como ideia de uma frente única e indivisível¹⁷⁷ – nomeadamente liberais conservadores, integralistas, os católicos¹⁷⁸ e Nacionais Sindicalistas, ou seja, uma amálgama de correntes político-ideológicas que apesar de terem objetivos concretos, continuavam com diferentes divisões entre si. Por isso, a U.N., integrou várias concepções ideológicas, tais como: aos liberais conservadores, visavam criar a instabilidade e equilíbrio, porém, não olhavam o parlamentarismo como caminho a esse fim; os Integralistas Lusitanos, baseados na *Action Française*, de onde saíram as ideias do Corporativismo, não consentiam o «Estado de Direito (liberal)»¹⁷⁹; e por fim os Católicos afetos à doutrina social da Igreja, os quais pretendiam disseminar a encíclica papal *Rerum Novarum* para a política e também levantavam a tónica do Corporativismo como organização da sociedade. Contudo, estes dois últimos divergiam-se se manteriam a República ou voltar a impor a Monarquia¹⁸⁰. Sucintamente, «a ideologia do regime não nasce no partido único, mas no restrito campo das elites políticas do Estado Novo»¹⁸¹.

O Estado Novo visava a supressão dos partidos políticos e da ideia de partido tido nos regimes políticos anteriores. Por isso, a U.N. pretendia ser uma organização cívica em estilo de

¹⁷³ Cf. Manuel Loff, «Natureza, funções e efeitos das eleições em regimes ditatoriais: o Estado Novo em perspectiva comparada», em *Eleições e sistemas eleitorais no século XX portugueses: uma perspectiva histórica e comparativa*, org. André Freire (Lisboa: Fundação Mário Soares, Instituto de História Contemporânea, 2011), 136. O autor faz uma síntese histórica acerca da tomada do poder por mãos dos fascistas e a sua relação com o sistema político, constitucional e eleitoral, juntamente com a formação de um grupo partidário e da continuação de eleições dos princípios liberais.

¹⁷⁴ Cf. Loff, «Natureza...», 136; Manuel Braga da Cruz, «União Nacional», em *Dicionário da História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996); Manuel Braga da Cruz, «União Nacional», em *Dicionário de História do Estado Novo*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica (Porto: Livraria Figueirinhas, 1999).

¹⁷⁵ Goffredo Adinolfi, «O Sistema Político do Estado Novo», em *O sistema Político Português. Séculos XIX-XXI. Continuidades e Rupturas*, org. André Freire (Coimbra: Edições Almedina 2012), 130.

¹⁷⁶ Adinolfi, «O Sistema...», 131; Meneses, *Salazar...*, 157-158.

¹⁷⁷ Manuel Braga da Cruz, «União Nacional», em *Dicionário da História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), 989; Manuel Braga da Cruz, «União Nacional», em *Dicionário de História do Estado Novo*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica (Porto: Livraria Figueirinhas, 1999), 545.

¹⁷⁸ Cf. Adinolfi, «O Sistema...», 127-128; Meneses, *Salazar...*, 157-158.

¹⁷⁹ Adinolfi, «O Sistema...», 127.

¹⁸⁰ Cf. Adinolfi, «O Sistema...», 127.

¹⁸¹ Adinolfi, «O Sistema...», 131.

movimento «destinada a procurar e conseguir o apoio da opinião pública ao regime»¹⁸² cabendo-lhe um estatuto associativo e não partidário¹⁸³. Porém, o cariz de movimento não visava promover o envolvimento político das massas, nem tão-pouco conduzir a administração do Estado. Apesar de haver divisões quanto à autonomia da U.N., esta permaneceu sempre sobre alçada do Estado e dependente do Governo «do ponto de vista político e financeiro»¹⁸⁴. Esta dependência começava pelo Ministro do Interior sendo o principal intermediador¹⁸⁵. Nas palavras de Manuel Braga da Cruz, o qual sintetiza a função desta organização no seio político do Estado Novo, a U.N. «Sendo um partido *do* governo, não seria porém um partido *de* governo»¹⁸⁶ ou, mais simplesmente, «Era o Governo à frente da UN e não a UN à frente do Governo»¹⁸⁷. Não obstante, a U.N. serviu, nos primórdios do regime, para consolidar as bases políticas da nova ordem política a instaurar promovendo-se o consenso e a união entre as correntes e silenciando as divergências político-ideológicas entre elas. Assim, no ano de 1933, através do plebiscito da constituição¹⁸⁸, bem como na preparação das eleições levadas a efeito para a Presidência da República e para a Assembleia Nacional, órgão do qual eram provenientes todos os deputados¹⁸⁹, durante todo o regime, toda estrutura da U.N. trabalhava na aparência de movimentar a sociedade em torno a política. Com efeito, esta premissa de subordinação fez da U.N. uma sombra do Estado Novo.

A tónica de manter a ordem sobre as diretrizes naturais da organização da sociedade na família, nas freguesias e nas corporações¹⁹⁰, coloca a tónica da função do Estado. Como os regimes políticos anteriores utilizaram os partidos como uma representação da sociedade, a constituição do Estado não deveria assentar em fragmentações partidárias, nem tão-pouco em «organismos jurídicos», os quais estavam deslocados da sociedade do Século XX, mas num sentido «uno, orgânico e ético»¹⁹¹. Por isso, a ideia de unidade nasceria em fazer elevar uma ideologia única não havendo neutralidade estatal. A absorção da U.N. pelo Estado Novo, juntamente com a administração estatal na sua frente foi uma manobra política em criar elites nacionalistas voltadas à mesma ideologia e não sob cisões partidárias, visto que integrou vários campos políticos¹⁹² (como já foi referido). No caso português, a U.N. não criou a ideologia, mas foi através da manipulação

¹⁸² Cruz, «União...», 989.

¹⁸³ Cf. Ernesto Castro Leal, «União Nacional», em *O Estado Novo (III)*, dir. João Medina, Vol. XVI, de *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, dir. João Medina (Alfragide: Edita Ediclube, 2004), 14.

¹⁸⁴ Cruz «União...», 989; Cf. Adinolfi, «O Sistema...», 131.

¹⁸⁵ Cf. Meneses, *Salazar...*, 158; Leal, «União...», 15; Adinolfi, «O Sistema...», 131.

¹⁸⁶ Cruz, «União...», 1999, 546.

¹⁸⁷ Cruz, «União...», 989; Cruz, «União...», 1999, 548.

¹⁸⁸ Cf. Cruz, «União...», 989.

¹⁸⁹ Cf. Cruz, «União...», 1999, 546; Adinolfi, «O Sistema...», 135.

¹⁹⁰ Cf. Adinolfi, «O Sistema...», 129.

¹⁹¹ Adinolfi, «O Sistema...», 130.

¹⁹² Cf. Cruz, «União...», 989.

e falsidade de partido moderno¹⁹³ que o Estado Novo superintendeu a organização política de Portugal e fez baixar o tipo de Estado à «componente “natural”: as famílias»¹⁹⁴.

Os estatutos da U.N. foram promulgados em 20 de Agosto de 1932, tendo sido emitidos pelo Ministério do Interior através do Decreto-Lei nº 21608¹⁹⁵. Contudo, a organização registará alterações ao longo da sua existência. Virá a desempenhar funções políticas que evidenciam o progressivo declínio da organização, após o período áureo que correspondeu ao arranque da mesma (1934-1936).

A estrutura da U.N. funcionava hierarquicamente de «cima para baixo» em que «formam hierarquia pela sua ordem»¹⁹⁶. No topo da hierarquia encontrava-se a Comissão Central, a qual dirigia toda a estrutura, seguindo-se da distrital, da concelhia e de freguesia. Todas estas eram regidas por indivíduos responsáveis à sua manutenção. À comissão central cabia, primeiramente pelo decreto-lei 21 608, «um presidente, um certo números de vogais não superior a seis e um secretário geral, sem voto»¹⁹⁷; pelo decreto-lei nº 21 859 implementa o cargo de vice-presidente¹⁹⁸. Poderão existir «comissões técnicas ou consultivas»¹⁹⁹ conforme as necessidades. As três últimas eram constituídas por «um presidente e mais quatro ou seis vogais, dois dos quais serão secretários»²⁰⁰. Com a portaria nº 7 909 de 30 de Outubro de 1934 complexifica-se a estrutura da U.N.²⁰¹. As comissões continuam ordenadas pela Central, pelas Distritais, Concelhias e de Freguesia.

Em consonância do disposto saído do I Congresso Nacional²⁰², que implementa a figura do Chefe²⁰³, a Comissão Central é constituída por um presidente, um vice-presidente e vogais em número não superior a nove²⁰⁴ e é através desta que passa todo um leque de informações de cima para baixo e no sentido contrário, bem como na nomeação dos cargos de presidentes e vice-presidentes das várias dependências da estrutura da U.N.

Juntamente a esta comissão tem lugar a Comissão Executiva, dependente da mesma, onde assegura o «exercício permanente das funções da comissão central»²⁰⁵. É constituída por um

¹⁹³ Cf. Adinolfi, «O Sistema...», ; Cruz, «União...», 1999, 546.

¹⁹⁴ Adinolfi, «O Sistema...», 131.

¹⁹⁵ Decreto nº 21:608 – Aprova os estatutos da União Nacional, 20 de Agosto de 1932.

¹⁹⁶ Artigo 9º, do Decreto nº 21:608, 20 de Agosto de 1932, p. 1755; Cf. Leal, «União...», 18.

¹⁹⁷ Artigo 8º, do Decreto nº 21:608, 20 de Agosto de 1932, p. 1755.

¹⁹⁸ Cf. Leal, «União...», 19.

¹⁹⁹ § único, do Decreto nº 21:608, 20 de Agosto de 1932, p. 1755.

²⁰⁰ Artigo 8º, do Decreto nº 21:608, 20 de Agosto de 1932, p. 1755.

²⁰¹ Cf. Portaria nº 7:909, 30 de Outubro de 1934.

²⁰² Cf. Cruz, «União...», 1999, 548; Leal, «União...», 25; Artigo 8º, da Portaria nº 7:909, 30 de Outubro de 1934, 1937.

²⁰³ Cf. Cruz, «União...», 1999, 548; Leal, «União...», 25; Artigo 8º, da Portaria nº 7:909, 30 de Outubro de 1934, 1938.

²⁰⁴ Cf. Artigo 9º, da Portaria nº 7:909, 30 de Outubro de 1934, 1937.

²⁰⁵ Artigo 9º, da Portaria nº 7:909, 30 de Outubro de 1934, 1937.

presidente e dois vogais, tem como adjuntos um delegado de cada: das comissões de propaganda e da comissão distrital de Lisboa. Haverá ainda um Secretário-geral, o qual estará encarregue do expediente da Comissão Central, bem como trabalhará conforme as necessidades da Comissão Executiva²⁰⁶. Junto à Comissão Central participarão quatro comissões, as quais têm ação direta e trabalham paralelamente com esta, respetivamente: a Junta Consultiva, a comissão administrativa, a comissão de propaganda e o centro de estudos corporativos. Todos estes organismos são constituídos pelos respetivos responsáveis. A primeira será dotada de presidente, vice-presidente e número «ímpar» de vogais com «competência em administração pública»²⁰⁷; a segunda por presidente e dois vogais; a terceira por presidente, vice-presidente e número «ímpar» de vogais, sendo «nato o director do Secretariado da Propaganda Nacional»²⁰⁸, bem como o diretor do periódico da U.N.; a quarta terá uma «comissão orientadora» com presidente sendo o Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, dois vice-presidentes e número «par» de vogais²⁰⁹.

A Comissão Central era o centro de toda a estrutura. De lá saíam os presidentes e delegados para os vários cargos, respetivamente, a Comissão Central podia nomear: o presidente e vogais da Comissão Executiva; os delegados que integravam a comissão executiva, da comissão de propaganda e da distrital de Lisboa; o secretário-geral da comissão executiva; os presidentes e vice-presidentes das comissões distritais; e os presidentes e vice-presidentes das comissões concelhias sob proposta das anteriores²¹⁰.

As Comissões Distritais são constituídas com um presidente e vice-presidente, dependendo também de si uma comissão executiva com os mesmos propósitos que a comissão executiva da comissão central. Na sua constituição tinha três vogais, sendo um deles o «presidente da comissão concelhia da sede de distrito»²¹¹, o qual servirá de secretário, os restantes sairão dos presidentes das restantes comissões concelhias. As comissões de Lisboa e Porto, a título de exceção, terão mais quatro vogais nomeados pela Comissão Central²¹².

Quanto às Comissões Concelhias e de Freguesia a primeira terá o presidente, o vice-presidente, um número restrito saídos da «assembleia dos presidentes das comissões de freguesia»²¹³ no mínimo de cinco e máximo de sete e terá ainda o secretário o qual deverá ter

²⁰⁶ §2º, do Artigo 9º, da Portaria nº 7:909, 30 de Outubro de 1934, 1937.

²⁰⁷ §1º, do Artigo 10º, da Portaria nº 7:909, 30 de Outubro de 1934, 1938.

²⁰⁸ §3º, do Artigo 10º, da Portaria nº 7:909, 30 de Outubro de 1934, 1938.

²⁰⁹ §4º, do Artigo 10º, da Portaria nº 7:909, 30 de Outubro de 1934, 1938.

²¹⁰ 6º, do Artigo 14º, da Portaria nº 7:909, 30 de Outubro de 1934, p. 1938.

²¹¹ §1º, Artigo 12º, da Portaria nº 7:909, 30 de Outubro de 1934, 1938.

²¹² §2º, do Artigo 12º, da Portaria nº 7:909, 30 de Outubro de 1934, 1938.

²¹³ Artigo 13º, da Portaria nº 7:909, 30 de Outubro de 1934, 1938.

«residência na sede do concelho»²¹⁴. Finalmente, a Comissão de Freguesia, formada por presidente, vice-presidente, nomeados pela Comissão Concelhia e com o mínimo de 3 e máximo de 5 vogais eleitos pela «assembleia dos respetivos associados»²¹⁵.

A implementação desta estrutura da U.N. teve o apoio fulcral dos Governadores Cívicos e Presidentes das Câmaras, os quais prestaram as informações necessárias ao Governo. O motivo pelo qual a sua importância é tão elevada prende-se com um facto bastante simples, estes conhecem bem a situação política das suas regiões²¹⁶. Note-se que estes dois, ao nível administrativo e hierarquicamente, dependiam do Ministro do Interior sendo nomeados por este, o Governador Cívico e este último os Presidentes das Câmaras²¹⁷.

Nos primeiros anos da sua existência teve o partido de Rolão Preto, o Nacional-Sindicalismo, como concorrência. Após a sua ilegalização, a U.N. tornar-se-ia a única força política em Portugal, contudo, mais tarde, a partir de 1936, passou a ser uma organização pouco dinâmica e ativa, sendo ultrapassada pela Mocidade Portuguesa e pela Legião Portuguesa as quais conseguiram mobilizar a sociedade²¹⁸. Durante e no pós Segunda Guerra Mundial houve a pretensão de trazer outro ânimo à U.N. em que desejou-se fomentar a sua força política dando-lhe carisma e autonomia, isto é, afastar-se da alçada do Estado e ganhar ímpeto político²¹⁹. Assim as conferências da U.N. serviram para criticar posições e mais importante que tudo permitiu aos seus membros, dentro das comissões principais, trabalharem com liberdade tendo em vista problemas do foro corporativos e sociais²²⁰. A revisão dos estatutos quando tiveram lugar visaram novas diretrizes em matéria de doutrinação política²²¹ intentou-se a formação corporativa nas gerações mais novas; e juntamente a esta, muitas se somaram, como a supressão de intenções ideológicas, fomentar a ação interna através de eleições dentro das comissões e estimular o fator de atividade política²²².

Na sua generalidade, nunca houve uma efetiva separação entre a simbiose da administração do Estado com a estrutura da U.N.. Com efeito, fossem quais fossem as intenções para modificar a dinâmica de trabalho desta organização, a verdade é que nunca houve liberdade para os seus agentes trabalharem e, para além do mais, as fações políticas do Estado Novo nunca

²¹⁴ §1º, do Artigo 13º, da Portaria nº 7:909, 30 de Outubro de 1934, 1938.

²¹⁵ Artigo 14º, da Portaria nº 7:909, 30 de Outubro de 1934, 1938.

²¹⁶ Cf. Leal, «União...», 15.

²¹⁷ Cf. Cruz, «União...», 1999, 549.

²¹⁸ Cf. Cruz, «União...», 989; Meneses, *Salazar...*, 159-160; Leal, «União...», 28; Cruz, «União...», 1999, 548.

²¹⁹ Cf. Cruz, «União...», 1999, 549-550.

²²⁰ Cf. Cruz, «União...», 989-990.

²²¹ Cf. Leal, «União...», 29.

²²² Cf. Cruz, «União...», 1999, 550.

conseguiram ultrapassar o palco de divergências existente por forma a marcar a posição mais correta para a U.N.. Por isso, as fações de Santos Costa e de Marcello Caetano serão as que mais chocam os seus interesses, devido, por um lado, à conjuntura do após guerra, em que há uma cisão de interesses políticos, como, por outro lado, à saída dos monárquicos, os quais se afastam por as suas reivindicações não se reverem com alguns ideais. Face a este palco de divergências políticas é que Ernesto Leal demarcou quatro fases da vida política da U.N., em que a sua história confunde-se com a história do regime e é possível observar isso através das mudanças constantes da Comissão Executiva conforme a disposição das fações políticas do Estado Novo²²³.

Passado dois anos da entrada de Marcello Caetano a Presidente do Conselho de Ministros e sob um frenesi de contestação político-social vivida na época por a sua «liberalização» não se efetuar, nasce a A.N.P.. Esta organização nasceu a 20 de Fevereiro de 1970 e foi uma organização político-partidária por forma a procurar a legitimação do governo de Marcello Caetano²²⁴. Esta organização foi uma mudança da U.N., mas com intenções práticas, mais do que ideológicas, em se imiscuir com a sociedade. Porém, nunca abandonou a herança da U.N., o carácter nacionalista e unitário²²⁵.

A intenção da A.N.P. era ter uma dinâmica política participativa de cariz popular, mobilizando as massas, criar «o aprofundamento do pluralismo de opinião»²²⁶, criar bases de apoio mais consistentes ao regime, ou seja, fazer política na sociedade portuguesa «radicando-a e implantando-a cada vez mais na sociedade e atraindo para ela a juventude»²²⁷. Com efeito, a A.N.P. visava aquilo que Salazar sempre pretendeu estagnar a participação política em «arrebato das massas, e a sua mobilização activa»²²⁸. Esta organização, pelo contrário, intentou a integração da cidadania através da sua formação²²⁹, bem como na valorização de dinâmicas regionais onde houvesse reuniões plenárias levadas a cabo pelas comissões distritais da A.N.P. tendo sempre em vista a ação política. Para além da pretensão em chamar jovens para as fileiras da A.N.P., a mulher começa a ter um espaço nesta ação política através da constituição de espaços próprios a este efeito²³⁰.

²²³ Cf. Leal, «União...», 23-39.

²²⁴ Cf. Leal, «União...», 38; Manuel Braga da Cruz, «Acção Nacional Popular», em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), 13.

²²⁵ Cf. Cruz, «União...», 14.

²²⁶ Leal, «União...», 38; Cf. Cruz, «Acção...», 14.

²²⁷ Cruz, «Acção...», 14.

²²⁸ Cruz, «União...», 989.

²²⁹ Cf. Cruz, «Acção...», 14.

²³⁰ Cf. Cruz, «Acção...», 14.

Na presidência de Marcello Caetano a A.N.P., apesar dos poucos anos de existência, começou a perder força política tal como aconteceu com a U.N.²³¹. As comissões executivas alternaram-se conforme as necessidades de ocasião da administração do Estado. E, para além do mais, apesar do esforço em abraçar os vários quadrantes sociais e popular, visto que a sociedade portuguesa estava cada mais politizada em forças contrárias ao regime, nem no seu primeiro congresso, em Tomar, os agentes da A.N.P. conseguiram reunir esforços para modificar as correntes de liberdade que a sociedade ansiava.

A Oposição (legal) ao Estado Novo nos Atos Eleitorais

O Estado Novo teve sempre oposição a lutar contra si e, num quadro político de «abertura» após 1945, esta aproveitou para se fazer conhecer e mover. Em linhas gerais a oposição foi uníssona na luta contra o regime, mas não o foi na maneira como a abordou, havendo vários espectros políticos que lutaram contra o regime de forma diferenciada. Por isso, importa atender, muito em especial, aos momentos de relativa abertura do regime proporcionados pelas eleições de forma a conhecer os instrumentos de luta que foram mobilizados pela oposição²³².

Os princípios de convergência da oposição vêm já do início da década de 1940, em que a II Guerra Mundial abriu o diálogo entre as forças opositoras. No ano de 1943 nasce o Conselho Nacional de Unidade Antifascista que dará origem ao Movimento Nacional de Unidade Antifascista (M.U.N.A.F.), em que se congregam personalidades, Bento de Jesus Caraça, António Sérgio ou Mário de Azevedo Gomes; organizações partidárias, o Partido Comunista Português, a União Socialista, o Partido Socialista, o Partido Republicano Português; e outras organizações como a Maçonaria com a presença de Dias Amado, a Confederação Geral do Trabalho e os seareiros com a presença de Alberto Candeias²³³. Mas as vicissitudes internas e a pouca ação deste órgão levam à paulatina dispersão dos seus integrantes. O principal motivo de discórdia seria para que lado pendia a tomada de poder quando o regime findasse e, mais importante que tudo, qual o procedimento para atingir esse fim, se insurreição ou a transição²³⁴.

²³¹ Cf. Leal, «União...», 39.

²³² Cf. David Lander Raby, «oposição democrática», em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão Brito (Lisboa: Círculo de Leitores, 1998), 646.

²³³ Cf. Fernando Rosas, «Sob os Ventos da Guerra: A Primeira Crise séria do Regime (1940-1949)», em *O Estado Novo*, coord. Fernando Rosas, Vol. 7 de *História de Portugal*, dir. José Mattoso (Lisboa: Editorial Estampa, 1998), 344.

²³⁴ Cf. Rosas, «Sob os...», 346.

O Movimento de Unidade Democrática (M.U.D.) nasce à margem do M.U.N.A.F. no centro Almirante Reis²³⁵ com vista a participar às eleições para a Assembleia Nacional de Outubro de 1945²³⁶. É possível encontrar personalidades de destaque das forças político-partidárias em presença como sejam: liberais, democratas, socialistas, monárquicos (aqueles que não estavam com a política Salazarista). A partir deste grupo resolveram seguir a experiência do Estado Novo em criar um momento de abertura²³⁷. Assim, reivindicaram os seus propósitos de luta contra o regime, nomeadamente a restituição das liberdades, extinção da repressão e acima de tudo eleições honestas²³⁸. De modo sucinto, pretendiam a supressão do regime até atingir um modelo democrático, contudo, apesar de vários esforços e atritos com a máquina de repressão do Estado Novo, no final das eleições, o M.U.D. vence a «política da abstenção»²³⁹, caminho pelo qual enveredou. Todavia, este movimento ainda manteve a sua ação depois destas eleições, em datas comemorativas tais como o 31 de Janeiro e o 5 de Outubro²⁴⁰.

Os atos eleitorais para a Presidência da República e para a Assembleia Nacional no ano de 1949, a oposição dividiu-se nas eleições deste ano²⁴¹. Por isso, visto a conjuntura nacional e internacional dá-se na oposição três modos de ação, (i) se esta deve ter uma posição interventiva, (ii) interventiva até ao dia da eleição, (iii) se abstencionista que deixam marcas que demarcarão nas eleições da década seguinte²⁴². Com efeito, a assinatura do Tratado do Atlântico Norte e a eleição para o Presidente da República quebram ainda mais o entendimento na oposição. De um lado aparecem os atlantistas, os quais viam neste processo a vantagem de Portugal juntar-se a países da N.A.T.O./O.T.A.N., que viviam em processo de democratização e viam uma forma de atingir a democracia portuguesa. Estes são liderados por Mário de Azevedo Gomes constituindo a Comissão dos 24, mais tarde originou o Directório Democrático-Social²⁴³. Do outro lado, os anti-atlantistas, e agregados no Movimento Nacional Democrático (M.N.D.) com inspirações Comunistas, sob a direção de Ruy Luís Gomes, o qual tenta, depois de fragilizado o M.U.D., reagrupar a força deste, mas sem sucesso²⁴⁴. Estes viam neste tratado uma ameaça para a inculcação da democracia em Portugal, bem como o reforço do regime²⁴⁵. Para além do mais, é a

²³⁵ Cf. Manuel Braga da Cruz, «Eleições», em *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica (Porto: Livraria Figueirinhas, 1999).

²³⁶ Cf. Raby, «oposição...», 644.

²³⁷ Cf. Raby, «oposição...», 644.

²³⁸ Cf. Quintas, «eleições...»; Cruz, «Eleições».

²³⁹ Rosas, «Sob os...», 346.

²⁴⁰ Cf. Raby, «oposição...», 645.

²⁴¹ Raby, «oposição...», 645; Cruz, «eleições».

²⁴² Cf. Quintas, «eleições...»; Cruz, «Eleições».

²⁴³ Cf. Raby, «oposição...», 645; Rosas, «Sob os...», 346.

²⁴⁴ Cf. Rosas, «oposição...», 346; Raby, «oposição...», 645.

²⁴⁵ Cf. Quintas, «eleições...»; Cruz, «Eleições»; Raby, «oposição...», 645.

partir deste ano que esta força começa a ser hostilizada pela política não comunista e de ação contra o Estado Novo²⁴⁶.

Nas eleições presidenciais, após a morte de Óscar Carmona, em 1951, a oposição já dividida lança as candidaturas de Ruy Luís Gomes pelo M.N.D. e a de Quintão Meireles por parte dos liberais-democratas²⁴⁷. A primeira candidatura foi considerada inelegível pelo Conselho de Estado e o segundo acabou por desistir²⁴⁸.

A dinâmica da intervenção ou abstenção da oposição acentua-se na década de 1950, em que nas campanhas eleitorais à Assembleia Nacional de 1953 e 1957 se verifica que a oposição não encontrava consenso quanto à sua posição. Estes atritos são o resultado das eleições presidenciais de 1951. Os papéis ligados à intervenção e abstenção da oposição vão estar no cerne da participação da oposição nas eleições à Assembleia Nacional destes dois anos. Porventura, entre as campanhas eleitorais de 1953 e 1957, quem tomava uma destas posições, esteve nas eleições de 1953 como intervencionistas e nas seguintes como abstencionistas, sendo o inverso para quem foi intervencionista nas eleições de 1957 e abstencionista nas primeiras²⁴⁹.

Na campanha eleitoral de 1953 houveram listas da oposição nos distritos de Lisboa, Porto e Aveiro, lançadas pelo Directório Democrático-Social, uma herança do Comissão dos 24²⁵⁰. Esta facção da oposição vai ser acusada pelo Movimento Nacional Democrático de colaborar com o regime. Juntamente a estes, os monárquicos seguem também a abstenção, mas, neste caso, devido ao facto do regime engrossar nas suas listas personalidades republicanas²⁵¹ esquecendo-se cada vez mais destes. Como já vem sendo prática a pedido da oposição, esta anseia que as eleições tenham diretrizes que permitam ao ato eleitoral ser um reflexo da escolha dos eleitores, ou seja, estar em aberto as condições para um ato eleitoral devidamente escrutinado.

Na campanha eleitoral de 1957, Braga é o único distrito em que a oposição vai até às urnas, sem desistência no dia antecedente, aqueles que haviam sido os abstencionistas em 1953, são agora os intervencionistas²⁵². Todavia, juntamente a Braga também a oposição apresenta-se no Porto, Aveiro e Lisboa, no entanto, estas acabam por ser inelegíveis.

As presidenciais de 1958 vêm reunir novamente a oposição em torno de Humberto Delgado, candidato independente apoiado por António Sérgio e pelo Directório Democrático-

²⁴⁶ Cf. Rosas, «Sob os...», 346.

²⁴⁷ Cf. Raby, «oposição...», 645.

²⁴⁸ Cf. Raby, «oposição...», 645.

²⁴⁹ Cf. Cruz, «Eleições».

²⁵⁰ Cf. Quintas, «eleições...».

²⁵¹ Cf. Quintas, «eleições...»; Cruz, «Eleições».

²⁵² Cf. Quintas, «eleições...»; Cruz, «Eleições».

Social²⁵³. Arlindo Vicente, outro candidato para a Presidência da República, apoiado com o P.C.P. e outras personalidades, desiste em detrimento de Humberto Delgado e une-se à sua campanha. No final das eleições o regime mascarou a vitória de Humberto Delgado e deu a si o privilégio de ter sido o principal vencedor.

Em 1961, o *Programa para a Democratização da República*, desenvolvido por Jaime Cortesão, Mário de Azevedo Gomes, entre outros²⁵⁴, usufruiu de uma conjuntura externa favorável que procurou capitalizar em seu benefício. Além do mais procurou chamar a atenção da Organização das Nações Unidas e principalmente do exterior sobre a guerra iniciada em Angola no mesmo ano. Mas, ao nível interno, este programa não foi somente o conhecimento das palavras de desagrado da oposição, a sociedade mobiliza-se contra o regime, até sectores que haviam sido apoiantes do Estado Novo e, sentindo-se excluídos²⁵⁵, formam fileiras na oposição. Este programa também procurou realizar uma crítica à situação portuguesa e dar as respetivas soluções²⁵⁶.

Nas eleições legislativas deste ano assiste-se à formação de dez listas em dez círculos eleitorais, só em Braga formam-se duas listas²⁵⁷. Destas duas, as quais deram entrada no Governo Civil de Braga «da chamada oposição democrática»²⁵⁸, a lista C não consegue a elegibilidade, ficando afastada da campanha eleitoral²⁵⁹, inclusive é-lhe negado o pedido de qualquer ato de propaganda no Estádio 28 de Maio, à semelhança do pedido feito pela lista da U.N.²⁶⁰. Contudo, não é somente em Braga que as listas da oposição encontram entraves, em Lisboa e Santarém, são também alvos de elegibilidade²⁶¹. Assim, tendo em conta este quadro, a União Nacional pretende dar a conhecer, antes de qualquer retificação por parte do Supremo Tribunal Administrativo, quais os procedimentos que levaram à negação de algumas listas da oposição: os quais se baseiam na entrega atempada da composição das listas, das autorizações necessárias e, como já era usual em qualquer integração de indivíduos nos quadros do regime, «o acatamento dos princípios fundamentais da Constituição»²⁶². No fim, seguiu novamente o caminho da abstenção²⁶³.

²⁵³ Cf. Raby, «oposição...», 645.

²⁵⁴ Cf. Raby, «oposição...», 645.

²⁵⁵ Cf. Cruz, «Eleições».

²⁵⁶ Cf. Raby, «oposição...», 645.

²⁵⁷ Cf. Cruz, «Eleições»; s/a, «ELEIÇÕES para Deputados», *Correio do Minho*, 17 de Outubro, 1961.

²⁵⁸ s/a, «Eleições...», 1.

²⁵⁹ Cf. s/a, «Eleições...», 1.

²⁶⁰ s/a, «Câmara Municipal de Braga COMUNICADO», *Correio do Minho*, 7 de Novembro, 1961, 1.

²⁶¹ s/a, «Eleições...», 1.

²⁶² s/a, «Eleições...», 1.

²⁶³ Cf. Raby, «oposição...», 645.

Na campanha eleitoral de 1965 a oposição optou pela abstenção e enviou ao Presidente da República, Américo Tomás um documento no qual expôs os seus motivos, bem como os pontos de vista principais que defendiam a autodeterminação das «províncias ultramarinas»²⁶⁴.

No arranque do ciclo marcelista a oposição conseguiu conquistar «um espaço legal»²⁶⁵, no ano de 1969, no quadro da realização do II congresso republicano – lembre-se que o primeiro foi em 1957, em Aveiro²⁶⁶. Mas, as divisões para as eleições legislativas de 1969, e apesar da oposição se lançar ao nível nacional, continuaram a existir²⁶⁷, à semelhança de anos anteriores. Contudo, devido à falta de consenso no âmbito da formação das Comissões Distritais, nos círculos eleitorais de Braga, Porto e Lisboa a oposição dividiu-se na Comissão Democrática Eleitoral (C.D.E) – facção mais radical onde convergiram católicos progressistas, democratas e socialistas independentes e comunistas²⁶⁸. E a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (C.E.U.D.) – grupo que congregava os socialistas pró-ocidentais ou socialistas da Acção Socialista Portuguesa, católicos moderados e o do extinto Directório²⁶⁹, os quais recusavam o comando comunista. Em Braga chega a formar-se uma lista independente, mas a mesma acabou por desagregar-se. Em Lisboa os monárquicos participam nas eleições²⁷⁰.

No ano de 1973 a oposição realiza o terceiro congresso, não sob denominação de congresso Republicano, mas de «Oposição Democrática»²⁷¹. O objetivo era promover a união entre as facções e correntes da oposição. Nas eleições de 1973, a conjuntura política interna do regime estava marcada por uma grande tensão devido ao reforço da repressão, resultando na perda de bases de apoio a Marcello Caetano. Apesar da perda de direitos políticos por cinco anos a oposição entra no processo de abstenção²⁷². No círculo eleitoral de Braga esta enveredou por esse caminho, resultando «uma atitude negativa»²⁷³. Por fim, assinala-se que das listas da oposição que participaram no ato eleitoral, em dez distritos do país, estas apresentaram-se pela C.D.E.²⁷⁴.

²⁶⁴ Cf. Cruz, «Eleições»; Raby, «oposição...», 646; s/a, «Os candidatos oposicionistas/decidiram não concorrer às eleições», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1965.

²⁶⁵ Raby, «oposição...», 646.

²⁶⁶ Cf. Raby, «oposição...», 646.

²⁶⁷ Cf. Raby, «oposição...», 646.

²⁶⁸ Cf. Raby, «oposição...», 646; Rosas, «Marcelismo...», 488.

²⁶⁹ Cf. Raby, «oposição...», 646; Rosas, «Marcelismo...», 488.

²⁷⁰ Cf. Quintas, «eleições...»; Cruz, «Eleições».

²⁷¹ Raby, «oposição...», 646.

²⁷² Cf. Cruz, «Eleições»; Raby, «oposição...», 646.

²⁷³ s/a, «TIVERAM VIVO...».

²⁷⁴ Cf. Quintas, «eleições...»; Cruz, «Eleições».

Eleições Legislativas e Sistema Político

O voto é o traço caracterizador da legitimidade da representação nos órgãos do poder. No Estado Novo a existência de fortes restrições à participação política traduziu-se num efeito legitimador defraudado²⁷⁵. Assim, o direito de sufrágio encontra-se bastante circunscrito a um grupo de indivíduos usurpando a capacidade do voto refletir a vontade nacional perante a ratificação dos governantes.

O sufrágio não era universal.. Manuel Loff enumera sete características imprescindíveis por forma a formar um grupo de eleitores, como: (i) a educação, (ii) a capacidade económica, (iii) a autonomia social, (iv) o papel familiar, (v) a idoneidade judicial, psíquica e moral, (vi) a submissão política e (vii) a qualificação sexual²⁷⁶. Estas características são uma forma de restrição, seleção e mesmo exclusão dos eleitores para o direito de sufrágio, de uma forma ou de outra, a verdade é que estes sete fatores funcionaram em uníssono, na medida em que o voto era censitário e capacitário. Por isso, para se ser eleitor era necessário à partida, ser-se alfabetizado, exercer uma atividade económica viável de forma a contribuir financeiramente para o Estado, isto é, ter independência face a outrem, ser o chefe de família, ter capacidade moral (condição que faz com que os indigentes ficassem automaticamente excluídos), estar de acordo com a vigência política e, o mais importante de todos e que era desde logo o principal para a diferença do direito ao sufrágio, ser do sexo masculino ou do feminino²⁷⁷.

As eleições no Estado Novo foram sistematicamente manipuladas, apesar de a partir de 1945, por efeito de influência da conjuntura internacional, haver uma ideia de democraticidade e concorrência na sua dinâmica em termos político-partidários. Contudo, na prática as eleições não eram livres. As fraudes e a ausência de legitimidade do sistema minavam o sentido que o regime procurava imprimir retoricamente aos atos eleitorais. Os parlamentares e os candidatos a deputados eram todos membros da U.N.²⁷⁸ e da A.N.P.; pese embora no período de Marcello Caetano ter sido dada oportunidade (ainda que provisória) à constituição da chamada ala liberal.

É pertinente considerar que as eleições durante a trajetória do Estado Novo sofreram algumas alterações, sem contudo, eliminar a matriz de ilegitimidade que as marcou no seu conjunto. Assim entre a institucionalização do regime até 1945, as eleições caracterizam-se pela

²⁷⁵ Cf. Manuel Loff, «As Eleições no Salazarismo: Formalismo, Controlo e Fraude», em *Eleições e Sistemas Eleitorais – Perspectivas Históricas e Políticas*, org. Maria Antonieta Cruz (Porto: U. Porto Editorial, 2009), 128.

²⁷⁶ Cf. Loff, «As Eleições...», 128-137; Loff, «Natureza...»; Jorge Miranda, «leis eleitorais», em *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica (Porto: Livraria Figueirinhas, 1999).

²⁷⁷ Cf. Loff, «As Eleições...», 128-137.

²⁷⁸ Cf. Rosas, «O Estado...», 243.

existência de uma lista única em «*sistema de plebiscito*»²⁷⁹ nacional, mecanismo que eliminava, à partida, toda e qualquer concorrência. A partir de 1945 e com a pressão democrática do mundo do pós-guerra, continua a representação maioritária, em que o país é dividido em círculos eleitorais, conservando-se o sistema de listas (em que a lista mais votada ganha)²⁸⁰. Com efeito, a partir de então admite-se teoricamente a concorrência política, no entanto, esta efetuou-se segundo um «sistema de *concorrência simulada* ou controlada e de *hegemonia garantida*»²⁸¹. Por consequência, o processo eleitoral em toda a sua extensão serviu como mecanismo ao regime para este conhecer a atividade dos seus opositores. Por isso é que se verifica a repressão direta através da perseguição aos dissidentes políticos e, além do mais, foi uma forma de condicionar a vida política devido à pouca difusão dos quadrantes ideológicos e para difundir apenas a sua propaganda, censurando e impedindo qualquer atividade política que não obtivesse autorização prévia do Governo²⁸².

A montagem da máquina fraudulenta assentava em mecanismos intimidadores e repressivos, os quais assentavam nos seguintes instrumentos: (i) na função do Governador Civil e no controlo que exercia em cada distrito, (ii) no escrutínio do voto, (iii) nos boletins de voto, (iv) no exercício do voto e (v) no recenseamento dos eleitores²⁸³. Por isso, havia uma grande intervenção fora de cena ou não oficial, através de mecanismos, por exemplo, roubos e usar «legionários à paisana» por forma a criar atos de desordem, ou de «um representante da autoridade com poderes para suspender a sessão»²⁸⁴, indivíduos afetos ao regime, fosse um reforço extra para garantir a vitória da lista pretendida.

O Governador Civil era nomeado pelo Ministro do Interior e estava incumbido de nomear os delegados responsáveis pelo escrutínio. A apresentação das listas podia ser realizada através da respetiva entrega ao Governador Civil ou ao Supremo Tribunal Administrativo. No caso do primeiro não aceitar a candidatura, a mesma poderia sofrer a ratificação por este último. A partir de 1969, o Governador Civil poderia autorizar a substituição dos membros da candidatura²⁸⁵. Na entrega desta, os seus membros teriam de submeter-se à ordem política e social vigente, bem como conter subscritores que pudessem reconhecê-los para a efetivação da candidatura²⁸⁶.

²⁷⁹ Cruz, «eleições», 607.

²⁸⁰ Cf. Loff, «As Eleições...», 139; Loff, «Natureza...», 195.

²⁸¹ Cruz, «eleições», 607; Cf. Loff, «As eleições...», 139.

²⁸² Cf. Loff, «As Eleições...», 139.

²⁸³ Cf. Loff, «As Eleições...», 140-144; Loff, «Natureza...», 196-202.

²⁸⁴ Ana Sofia Ferreira, «As eleições no Estado Novo. As eleições presidenciais de 1949 e 1958», em *Revista da Faculdade de Letras*, III, s/nº (2006): 203.

²⁸⁵ Cf. Loff, «As Eleições...», 140; Loff, «Natureza...», 196.

²⁸⁶ Cf. Loff, «As Eleições...», 140; Loff, «Natureza...», 196.

Os delegados responsáveis pelas operações de escrutínio, respetivamente os presidentes da assembleia de voto e estes outros delegados, nomeados, como já foi referido, pelo Governador Civil, não eram vigiados por qualquer outra entidade até 1969²⁸⁷. Não obstante, a capacidade de averiguar o ato eleitoral divide-se por duas datas, a primeira, 1949, os candidatos do círculo podiam verificar o escrutínio, mas apenas passados 4 dias após o ato eleitoral, a segunda, em 1969, as listas podiam ter junto de cada assembleia de voto um representante da sua parte, mas, contudo, sempre com restrições²⁸⁸.

A emissão dos boletins de voto não era de responsabilidade estatal mas sim de cada lista as quais tinham de respeitar as diretrizes da legislação. Assim, os indivíduos afetos à U.N. e à A.N.P. recebiam os seus boletins através da administração. Quanto à oposição, o seu esforço era bastante maior, pois a estes era-lhes vedado o acesso aos cadernos eleitorais, os seus apoiantes só recebiam os boletins de voto clandestinamente²⁸⁹. Aponte-se a título de exemplo as eleições de 1958, presidenciais, e as de 1969, para a Assembleia Nacional, onde os boletins foram subitamente alterados por forma a assegurar que a oposição não registasse um número acrescido de votos nos seus candidatos²⁹⁰.

O processo fraudulento mais recorrente nas eleições do regime do Estado Novo era a utilização indevida das certidões de voto. Este processo era intimamente arquitetado entre responsáveis das assembleias de voto e legionários da Legião Portuguesa, os quais, através da certidão de voto, poderiam votar em mais que uma assembleia de voto, até, diga-se, de «eleitores ausentes ou falecidos»²⁹¹.

O processo de recenseamento correspondia assim ao expoente máximo do controlo governamental. Primeiramente, não havia iniciativa individual para o recenseamento, por isso, em segundo plano, o recenseamento era levado a efeito pelas comissões concelhias ou de bairro, as quais procediam ao cruzamento de informação acerca dos recenseados²⁹². Todo este processo era organizado metodicamente, exigindo um grande trabalho ao implicar por um lado, o cruzamento de informação e por outro, a mobilização de membros das autarquias locais. Havia assim uma constante ligação entre o Governo, mais propriamente com o Ministério do Interior e os

²⁸⁷ Cf. Loff, «As Eleições...», 141; Loff, «Natureza...», 197.

²⁸⁸ Cf. Loff, «As Eleições...», 141; Loff, «Natureza...», 197.

²⁸⁹ Cf. Loff, «As Eleições...», 141; Loff, «Natureza...», 198.

²⁹⁰ Cf. Loff, «As Eleições...», 141; Loff, «Natureza...», 198.

²⁹¹ Loff, «Natureza...», 198; Cf. Loff, «As Eleições...», 141-142;

²⁹² Cf. Loff, «As Eleições...», 142; Loff, «Natureza...», 199.

responsáveis locais e também dos «organismos» políticos do regime, em que eram excluídos ou incluídos os membros da oposição quando fosse oportuno²⁹³.

Os Círculos Eleitorais: formação e integração do círculo eleitoral de Braga

Em 1945 formam-se os círculos eleitorais em todo o território português com base no critério administrativo, correspondendo os círculos às áreas dos respetivos distritos.

Os círculos eleitorais estão organizados por ordem alfabética contabilizados em 30 círculos de toda a área geográfica de Portugal: continental, insular e «ultramarino»²⁹⁴. A mesma organização tem origem no Decreto-Lei n.º 34 938 de 22 de Setembro de 1945²⁹⁵, a qual institui os círculos eleitorais estruturados «com a área dos distritos administrativos»²⁹⁶. O número de deputados até ao ano de 1945 era de 90, a partir dessa data, o número eleva-se para 120: 98 do continente, 9 das ilhas e 13 das colónias, totalizados. Ao longo dos anos os números das representações dos deputados vão sofrendo alterações: em 1949 dá-se alterações nos círculos eleitorais de Cabo Verde e Índia; em 1959 o número de deputados passam para 130 através da revisão constitucional²⁹⁷, sendo mais tarde viabilizado pela nova alteração da lei eleitoral de 1961²⁹⁸: o continente e ilhas é constante e as colónias eleva-se para um total de 23 deputados; em 1971 para 150 também devido à alteração constitucional²⁹⁹, sendo também mais tarde viabilizado pela alteração eleitoral de 1973³⁰⁰: o continente passa a 106, as ilhas para 10 e as colónias para 34, respetivamente totalizados³⁰¹.

As diferenças do número de deputados do continente, ilhas e das «províncias ultramarinas» não são facto aleatório. De 1945 a 1961, a representação dos deputados do continente e das ilhas manteve-se constante e só em 1973 é que sofreram alterações. Porém, os deputados das «províncias ultramarinas» é que foram modificados com mais veemência no período de 1949 a 1973. Assim, em 1949, Cabo Verde, com 2 deputados em 1945 perde um representante em benefício da Índia a qual passa a ter dois deputados em 1949 mantendo-se todos os outros, contudo, no seu geral o valor total também se mantém constante igual aos demais; em 1961 dá-

²⁹³ Cf. Loff, «As Eleições...», 143-144; Loff, «Natureza...», 200.

²⁹⁴ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 106.

²⁹⁵ Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 34 938, p. 767; Cf. Castilho, «A Assembleia...», 105-106.

²⁹⁶ Decreto-Lei n.º 34:938, 22 de Setembro de 1945, 768.

²⁹⁷ Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 2100, 1006; Cf. Castilho, «A Assembleia...», 105-106.

²⁹⁸ Cf. Decreto-Lei n.º 43 901 de 8 de Setembro de 1961; Castilho, «A Assembleia...», 106.

²⁹⁹ Artigo 85.º, Decreto-Lei n.º 3/71, p. 1176; Cf. Castilho, «A Elite...», 51; Castilho, «A Assembleia...», 105-106.

³⁰⁰ Decreto-Lei n.º 283/73, de 2 de Junho, 934.

³⁰¹ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 106.

se o aumento substancial dos deputados de Angola, Moçambique, de três passam para sete cada um e em menor número, apenas um, da «provincia» da Índia que fica com três; em 1973 efetuam-se novas alterações, as quais resultam no aumento de deputados no seu geral e com o aumento de círculos do continente, nomeadamente Aveiro, Braga, Lisboa, Porto e Setúbal, das ilhas com o aumento de um deputado na Horta e nas «provincias ultramarinas» com um novo aumento de Angola e Moçambique, com doze cada um, Guiné aumenta para dois e Índia diminui para três.

Na constituição dos deputados na Assembleia Nacional verifica-se que o continente apesar de ter a primazia, com 81,7% em 1945 e 1949, 75,4% em 1961 e 70,7% em 1973, vai vê-la diminuída a partir dos anos de 1961 e 1973 em benefício do «ultramar», o qual aumenta substancialmente a sua participação representando, no mesmo período, 10,8%, 17,7% e 22,7%. As ilhas perdem ainda muito mais dentro do mesmo período com 7,5%, 6,9% e 6,6%, respetivamente. Verifica-se que os conflitos coloniais das décadas de 1950, 1960 e 1970 poderão ter contribuído para que se efetuasse um aumento da representação dos deputados destas circunscrições na Assembleia Nacional.

Tabela 1: Distribuição dos deputados pelos círculos eleitorais através das alterações das leis eleitorais de 1945, 1949, 1961 e 1973

Numeração dos Círculos	Sede dos Círculos	Números dos deputados			
		1945	1949	1961	1973
1	Aveiro	6	6	6	7
2	Beja	4	4	4	4
3	Braga	6	6	6	7
4	Bragança	4	4	4	4
5	Castelo Branco	4	4	4	4
6	Coimbra	6	6	6	6
7	Évora	4	4	4	4
8	Faro	4	4	4	4
9	Guarda	4	4	4	4
10	Leiria	6	6	6	6
11	Lisboa	12	12	12	14
12	Portalegre	4	4	4	4
13	Porto	10	10	10	12
14	Santarém	6	6	6	6
15	Setúbal	4	4	4	6
16	Viana do Castelo	4	4	4	4
17	Vila Real	4	4	4	4
18	Viseu	6	6	6	6
Total do Continente		98	98	98	106
19	Funchal	3	3	3	3
20	Angra do Heroísmo	2	2	2	2
21	Horta	1	1	1	2
22	Ponta Delgada	3	3	3	3
Total das Ilhas		9	9	9	10
23	Cabo Verde	2	1	2	2
24	S. Tomé e Príncipe	1	1	1	1
25	Guiné	1	1	1	2
26	Angola	3	3	7	12
27	Moçambique	3	3	7	12
28	Índia	1	2	3	2
29	Macau	1	1	1	1
30	Timor	1	1	1	2
Total das Colónias		13	13	23	34
Total Global Deputados		120	120	130	150

Fonte: Castilho, «A Assembleia...», 106, baseado nos decretos-lei n.º: 34 938 de 22 de Setembro de 1945, 37 50 de 3 de Outubro de 1949, 43 901 de 8 de Setembro de 1961 e 238/73 de 2 de Junho.

Os círculos eleitorais do continente, em sentido particular, existem diferentes classificações no número com que cada círculo se faz representar na Assembleia Nacional. Assim, é possível agrupar os círculos em três grupos diferentes³⁰². No período de 1945 a 1961, as principais cidades, Lisboa e Porto, capitais de distrito, correspondiam aos círculos que elegiam maior número de deputados, respetivamente 12 e 10, mas em termos de conjunto da sua representação na Assembleia e comparados com o resto do continente estão bastante diminutos com apenas com 22 deputados no seu total³⁰³. Um segundo grupo intermédio é composto pelos círculos que elegem 6 deputados e dele fazem parte os distritos: Aveiro, Braga, Coimbra, Leiria, Santarém e Viseu, perfazendo a representação de 36 deputados³⁰⁴. O terceiro grupo inclui os distritos que elege 4 deputados e compreende o maior número de distritos, os restantes 10, que contabilizam, no seu todo, 40 deputados: Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Portalegre, Setúbal, Viana do Castelo e Vila Real³⁰⁵.

No ano de 1973 o aumento da representação dos deputados correspondeu a alterações na composição e distribuição dos círculos eleitorais do continente. Os três grupos atrás mencionados passam a quatro. Com efeito, neste último ano diversifica-se o peso dos círculos eleitorais do continente. Na Assembleia Nacional comparativamente ao período anterior de (1945 a 1961) Lisboa e Porto continuam com a maior contribuição, respetivamente com 14 e 12, perfazendo um total de 26 deputados³⁰⁶. O novo grupo, com 7 deputados cada um, congrega Aveiro e Braga são aqueles que se distanciam do seu grupo inicial ficando em segundo lugar dos círculos com maior representação de deputados cada um à Assembleia Nacional, perfazendo 14³⁰⁷. O terceiro, com 6 deputados cada um, apesar de ter ficado sem dois círculos eleitorais fica com um novo círculo eleitoral, perfazendo cinco, Setúbal, com um total de 30 deputados³⁰⁸. O quarto e último grupo, com 4 deputados cada um fica mais diminuto, perfazendo 36 deputados de nove círculos eleitorais³⁰⁹.

³⁰² Cf. Castilho, «A Assembleia...», 106; Decreto-lei n.º: 34 938 de 22 de Setembro de 1945; Decreto-lei n.º 37 50 de 3 de Outubro de 1949; Decreto-lei n.º 43 901 de 8 de Setembro de 1961; Decreto-lei n.º 238/73 de 2 de Junho de Junho.

³⁰³ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 106; Decreto-lei n.º: 34 938 de 22 de Setembro de 1945; Decreto-lei n.º 37 50 de 3 de Outubro de 1949; Decreto-lei n.º 43 901 de 8 de Setembro de 1961; Decreto-lei n.º 238/73 de 2 de Junho de Junho.

³⁰⁴ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 106; Decreto-lei n.º: 34 938 de 22 de Setembro de 1945; Decreto-lei n.º 37 50 de 3 de Outubro de 1949; Decreto-lei n.º 43 901 de 8 de Setembro de 1961; Decreto-lei n.º 238/73 de 2 de Junho de Junho.

³⁰⁵ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 106; Decreto-lei n.º: 34 938 de 22 de Setembro de 1945; Decreto-lei n.º 37 50 de 3 de Outubro de 1949; Decreto-lei n.º 43 901 de 8 de Setembro de 1961; Decreto-lei n.º 238/73 de 2 de Junho de Junho.

³⁰⁶ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 106; Decreto-lei n.º: 34 938 de 22 de Setembro de 1945; Decreto-lei n.º 37 50 de 3 de Outubro de 1949; Decreto-lei n.º 43 901 de 8 de Setembro de 1961; Decreto-lei n.º 238/73 de 2 de Junho de Junho.

³⁰⁷ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 106; Decreto-lei n.º: 34 938 de 22 de Setembro de 1945; Decreto-lei n.º 37 50 de 3 de Outubro de 1949; Decreto-lei n.º 43 901 de 8 de Setembro de 1961; Decreto-lei n.º 238/73 de 2 de Junho de Junho.

³⁰⁸ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 106; Decreto-lei n.º: 34 938 de 22 de Setembro de 1945; Decreto-lei n.º 37 50 de 3 de Outubro de 1949; Decreto-lei n.º 43 901 de 8 de Setembro de 1961; Decreto-lei n.º 238/73 de 2 de Junho de Junho.

³⁰⁹ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 106; Decreto-lei n.º: 34 938 de 22 de Setembro de 1945; Decreto-lei n.º 37 50 de 3 de Outubro de 1949; Decreto-lei n.º 43 901 de 8 de Setembro de 1961; Decreto-lei n.º 238/73 de 2 de Junho de Junho.

O círculo eleitoral de Braga é o terceiro de todos os círculos. Desde 1945 a 1973 inseriu-se sempre no grupo de círculos que, individualmente, contribuiu com mais deputados à Assembleia Nacional, com exceção de Lisboa e Porto. No último ano partilhou um grupo com o círculo eleitoral de Aveiro, em que o conjunto dos dois conseguiam ter o mesmo número de deputados que Lisboa e mais que o Porto, embora o seu número individual os remetesse para metade da capacidade de deputados que poderiam oferecer cada um.

A inserção do círculo eleitoral de Braga ao nível do Norte (Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança) e Norte Litoral (Porto, Braga e Viana do Castelo) de Portugal continental, Braga assume, nos dois casos, o segundo lugar imediatamente a seguir ao Porto em contribuição de deputados. Contabilizando a divisão dos deputados por estas duas regiões entre os anos de 1945 a 1973 e 1973, verifica-se a secundarização do lugar de Braga com 21,43% e 22,58%, respetivamente, face aos 14,28% e 12,90% dos círculos de Viana do Castelo, Vila Real e Bragança cada um. O Porto assume a liderança com 35,71% e 38,70% nos mesmos períodos.

Realizando a mesma premissa para o conjunto dos círculos de Portugal continental, com 98 e 106 deputados³¹⁰, Braga contribui com 6,12% e 6,60%, 6 e 7 deputados, os restantes do Norte e Norte Litoral, 4,08% e 3,77%, 4 deputados cada um e o Porto com 10,20% e 11,33%, 10 e 14 deputados, respetivamente.

As Campanhas Eleitorais no Círculo Eleitoral de Braga

A inserção de Braga, uma superfície de 4 928 Km², é uma circunscrição do espaço nacional que, em primeiro lugar, foi a capital de Província do Minho até ao ano de 1959, ano em que esta organização administrativa tem mais relevância como uma autarquia em detrimento do distrito. O distrito estava confinado a uma mera divisão sob a autoridade político-administrativa do Governador Civil³¹¹. Após a revisão constitucional desse ano, o distrito reaparece como autarquia, substituindo a Província³¹².

As campanhas eleitorais do distrito em análise registaram dinâmicas e particularidades próprias no arco temporal em estudo³¹³. Uma das principais finalidades das campanhas era,

³¹⁰ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 106; Decreto-lei n.º: 34 938 de 22 de Setembro de 1945; Decreto-lei n.º 37 50 de 3 de Outubro de 1949; Decreto-lei n.º 43 901 de 8 de Setembro de 1961; Decreto-lei n.º 238/73 de 2 de Junho de Junho.

³¹¹ Cf. Oliveira, «O Estado...», 317.

³¹² Cf. Oliveira, «O Estado...», 317.

³¹³ Dos dados alicerçados na fonte principal, o periódico *Correio do Minho*. Não foi possível recolher informações absolutas das campanhas eleitorais em todos os anos. Há concelhos onde não contém informação acerca da realização de qualquer campanha eleitoral, no entanto, não é sinónimo

justamente, percorrer os treze concelhos do distrito - Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vila Verde³¹⁴ - realizando a designada «jornada nacionalista»³¹⁵.

Espaço e Tempo das Campanhas

A nomenclatura utilizada para designar a campanha eleitoral no período em análise era diversa. As expressões mais correntes eram, contudo, «sessões de esclarecimento eleitoral», «campanhas eleitorais», «sessões de propaganda» ou simplesmente «reuniões»³¹⁶.

De acordo com o calendário eleitoral, os períodos de campanha para a eleição dos deputados à Assembleia Nacional registaram oscilações ligeiras. Maioritariamente as sessões de propaganda tiveram lugar no mês de outubro e novembro (1949, 1953, 1961 e 1965) ou então apenas num desses meses, como se verificou em 1945 (novembro) e em 1957, 1969 e 1973 (outubro), conforme é possível observar na tabela 2.

Tabela 2: Eleições para a Assembleia Nacional: períodos de propaganda e datas do ato eleitoral (1945-1973)

Ano	Duração	Dia efetivo da eleição
1945	03 de Novembro a 15 de Novembro	18 de Novembro
1949	30 de Outubro a 09 de Novembro	13 de Novembro
1953	11 de Outubro a 05 de Novembro	08 de Novembro
1957	08 de Outubro a 29 de Outubro	03 de Novembro
1961	19 de Outubro a 09 de Novembro	12 de Novembro
1965	18 de Outubro a 03 de Novembro	07 de Novembro
1969	06 de Outubro a 23 de Outubro	26 de Outubro
1973	01 de Outubro a 24 de Outubro	28 de Outubro

Fonte: Dados obtidos a partir do periódico: *Correio do Minho*, 1945, 1949, 1953, 1957, 1961, 1965, 1969, 1973; Decreto n.º 34/972, 6 de Outubro de 1945; Decreto n.º 37/569, 3 de Outubro de 1949; Decreto n.º 39/371, 28 de Setembro de 1953; Decreto n.º 41/283, 23 de Setembro de 1957; Decreto n.º 43/938, 2 de Outubro de 1961; Decreto n.º 46/554, 27 de Setembro de 1965; Decreto n.º 49/217, 1 de Setembro de 1969; Decreto n.º 461/73, 15 de Setembro de 1973. Elaboração própria.

que não tivessem acontecido. A explicação pode ter haver com algum motivo da época, na medida em que o estudo do jornal teve revisões detalhadas nos dias que corresponderam às campanhas, bem como na contabilização dos dias das mesmas; por forma a clarificar se havia algum dia omissos ou se a entidade encarregue de guardar os periódicos, neste caso a Biblioteca Pública de Braga, não o fizesse em algum dia.

³¹⁴ Decreto-lei n.º 27/424, 31 de Dezembro de 1936, 1841-1869.

³¹⁵ s/a, «Braga, a Cidade Santa da Revolução Nacional, prepara-se para mais uma jornada nacionalista A comissão da União Nacional apresentou, ontem, no Governo Civil, a lista dos candidatos a Deputados propostos por este Círculo», *Correio do Minho*, 9 de Outubro, 1953.

³¹⁶ Os termos que utilizarei na escrita serão: campanhas para designar o período cronológico e o termo sessões para designar o acontecimento em cada concelho, ou seja, irei seguir estas designações por forma a tornar-se mais simples a compreensão de conjunto das eleições à Assembleia Nacional no distrito de Braga.

O calendário das sessões eleitorais distribuía-se pelos vários dias da semana. Porém, ao longo do arco temporal em análise é possível, e de acordo com a informação disponibilizada pela imprensa que, como veremos, não é sistemática, constata-se alterações. Assim, as sessões realizaram-se, por vezes, em dias consecutivos, outras vezes eram espaçadas. Nas campanhas eleitorais de 1945 e 1953, não se realizou atividade política no feriado dos Fiéis Defuntos.

A distribuição dos horários das sessões pelos concelhos do distrito era variável, podendo estas ocorrer tanto da parte da manhã, da tarde ou da noite. Na maioria das vezes, as sessões concentravam-se num conjunto de dias, repartindo-se entre as manchas do dia. Nas reuniões onde dois concelhos partilhassem o mesmo dia, as sessões poderiam realizar-se de manhã e à tarde ou à tarde e à noite; ou somente num destes períodos do dia. Não obstante, de acordo com a informação recolhida³¹⁷, as primeiras e as últimas sessões das campanhas realizaram-se à noite, exceto nos anos de 1953 e 1965 - na primeira, apenas a abertura da campanha teve lugar à noite e na segunda, a sessão de abertura ocorreu à tarde.

A análise do conjunto das campanhas eleitorais permite concluir que não existia um padrão em termos de itinerário espacial-propagandístico no distrito. Nesta linha, constata-se que o critério de proximidade geográfica entre os concelhos nem sempre tinha influência, dada a variabilidade das situações encontradas, como veremos à frente, no âmbito da descrição detalhada que traçamos sobre as campanhas no distrito por ciclos eleitorais (Cf. 66-80). No mesmo sentido importa referir que o número de sessões realizadas nos diferentes períodos eleitorais é globalmente constante, pesem embora algumas lacunas informativas devidamente assinaladas. Tendo presente os treze concelhos que compõem o distrito, constata-se que o total de sessões do ato eleitoral, realizadas na sede de concelho, excluindo as que se têm por palco a freguesia, que serão analisadas à frente, não sofreu variações de maior. No mínimo realizaram-se 13 sessões, uma cada por concelho. Regra geral, nos concelhos mais dinâmicos económica e socialmente ocorreram mais do que uma sessão, como sugere a distribuição que se apresenta, por ciclos eleitorais, no distrito.

Assim em 1945 registaram-se 17 sessões, sem qualquer sessão repetida, em 1949 tiveram lugar 13 sessões, não verificando-se mais do que uma sessão por concelho; em 1953

³¹⁷ Os dados recolhidos com base no periódico *Correio do Minho* não cobrem na totalidade ao ínfimo pormenor as premissas de estudo, as quais se baseiam em: Concelho, Presidente de Mesa/Sessão, dia efetivo, hora, local, número de candidatos a deputados presentes, nomes dos oradores, número total de oradores, número de candidatos a deputados oradores e dia da notícia. Há anos onde não existem informações que respondam a qualquer um destes requisitos. O ano de 1961 é aquele onde mais falta informação devido à campanha ter contornos diferentes das anteriores e posteriores.

registamos 12 sessões, número que não contempla os concelhos de Fafe e de Vila Verde, sobre os quais a informação é omissa, e que inclui duas sessões promovidas na cidade de Braga teve; em 1957, contabilizamos 15 sessões, tendo a cidade de Braga três sessões; em 1961, computamos 14 sessões número que engloba menção a Terras de Bouro e que inclui sessões duplas em Guimarães e Vila Nova de Famalicão (nomeadamente numa freguesia); em 1965, contamos 14 sessões, tendo tido lugar sessões duplas em Braga; em 1969, apuramos 11 sessões, valor que não engloba os concelhos de Póvoa de Lanhoso e Cabeceiras de Basto, sobre os quais não encontramos qualquer registo; e finalmente, em 1973 apuramos 18 sessões, tendo em Braga e Guimarães registados três sessões e Vila Nova de Famalicão. Com efeito, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão viram sempre repetidas as sessões ao contrário dos restantes concelhos que apenas tiveram uma cada um.

Quanto ao calendário e horário das campanhas constata-se algumas particularidades que importa destacar, numa perspetiva global. Entre 1945 e 1969, nos concelhos de Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão as sessões decorreram sempre à noite, a que soma, ainda, o concelho de Barcelos, nos anos de 1969 e 1973. Tratam-se dos concelhos proeminentes do distrito, concretamente os três primeiros, em termos económicos, sociais (e também demográficos). Soma-se ainda a relevância política e social das cidades de Braga e Guimarães que são aquelas que concentram as personalidades de prestígio nacional aquando da visita ao distrito, como aconteceu no quadro das campanhas eleitorais de 1945, 1949, 1953 e 1957. Respetivamente: Botto de Carvalho (advogado em Lisboa), Querubim Guimarães (presidente da U.N. de Aveiro), Joaquim Diniz da Fonseca (Subsecretário das Finanças), João da Costa Leite (Lumbralles; Ministro das Finanças), Jorge Pereira Jardim (Subsecretário do Comércio e Indústria), Gomes de Araújo (Ministro das Comunicações), Trigo de Negreiros (Ministro do Interior), Augusto Cancela de Abreu, Mário de Figueiredo, Baltasar Rebello de Sousa (Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Camilo Mendonça (membro da Comissão Executiva da U.N.), Camilo de Mendonça (membro da Comissão Executiva da U.N.), Álvaro de Mendonça (secretário de Camilo de Mendonça), Henrique Tenreiro (vogal da comissão executiva da U.N.) e Coronel Pacheco (denominado como um indivíduo do 28 de Maio de 1926).

Por seu turno, os espaços de realização das sessões de propaganda foram sempre espaços fechados, cuidadosamente preparados para o efeito. A única exceção diz respeito a uma sessão efetuada na freguesia de Pevidém, Concelho de Guimarães, a qual se realizou em espaço aberto³¹⁸.

³¹⁸ Cf. s/a, « Pevidém marcará a sua presença no próximo domingo com significativa firmeza », *Correio do Minho*, 13 de Novembro, 1945.

Verifica-se que a diferença nos espaços possa significar a magnanimidade dos atos eleitorais, na medida em que a relação das sessões com a participação dos candidatos, bem como a visita de autoridades exteriores ao concelho, fossem elas nacionais ou distritais, explique o recurso a determinados espaços e determinadas decorações dos mesmos. Regra geral, os espaços escolhidos eram salas de edifícios públicos, maioritariamente os salões nobres das Câmaras Municipais, situação verificada em 38 sessões no total do período em estudo. (Cf. Tabela 3: Espaços de realização das sessões de propaganda eleitoral no distrito de Braga, 1945-1973). O que se compreende atendendo ao propósito de valorizar o evento e ao mesmo tempo potenciar a ligação do regime aos espaços simbólicos do poder local e regional. Contudo, a identificação dos locais permite constatar uma maior diversidade, como o espelha a Tabela 3. De acordo com as disponibilidades dos concelhos em termos de oferta de edifícios considerados legítimos e significativos, o leque apresenta-se plural e contempla, nomeadamente teatros³¹⁹, salões³²⁰, monumentos³²¹, escolas, instalações de grêmios da lavoura e do comércio (Cf. Tabela 3), tribunais, Palácio do Governo Civil, escolas, além de salas privadas (salão paroquial, instalações dos Bombeiros, salão do Ateneu Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão). A escolha de espaços teatrais afigura-se uma escolha a qual sugere que as sessões lá realizadas tenham a ver com as personalidades que participavam, bem como estar relacionado com o peso dos concelhos.

É interessante sublinhar que na campanha eleitoral de 1973 se verifica uma preferência por espaços não oficiais (teatros, edifícios religiosos, quartéis de bombeiros, excetuando as escolas e o salão de festas da F.N.A.T.), como é possível observar na tabela 3. Observe-se ainda que as Câmaras Municipais parecem não acolher sessões de propaganda, nas campanhas de 1969, 1973 e apenas uma em 1961, de acordo com a informação apurada.

³¹⁹ Os Teatros são: o Teatro Circo, em Braga, Teatro Jordão, em Guimarães, Teatro Gil Vicente, em Barcelos, Teatro Augusto Correia, em Vila Nova de Famalicão e Teatro-Cine, em Esposende.

³²⁰ Os Salões são: Salão Olímpia, em Vila Nova de Famalicão.

³²¹ Os monumentos são: Salão Medieval da Biblioteca Pública, em Braga; Salão de Festas do Colégio de Refojos.

Tabela 3: Espaços de realização das sessões de propaganda eleitoral no distrito de Braga, 1945-1973

Locais	Anos							
	1945	1949	1953	1957	1961	1965	1969	1973
Câmaras Municipais	6	10	6	7	1	8	-	-
Teatros/Salões	4	3	-	1	2	1	4	2
Monumentos	1	-	1	4	-	-	-	-
Governo Civil	-	-	1	-	-	-	-	-
Tribunais	1	-	-	2	-	-	-	-
Grêmios da lavoura e do comércio	-	-	-	-	-	1	2	-
Escolas	-	-	1	1	1	-	-	1
Edifícios Religiosos	-	-	-	-	1	-	-	1
Edifícios de Bombeiros	-	-	-	-	-	-	-	4
Espaços Associativos (Ateneu)	-	-	1	-	-	-	-	-
Casa das Corporações	-	-	-	-	-	1	-	-
F.N.A.T.	-	-	-	-	-	-	-	1
Junta de Turismo	1	-	-	-	-	-	-	-
Salão de Freguesia	1	-	-	-	-	-	-	-
Largo da Feira	1	-	-	-	-	-	-	-
Indeterminados	2	-	2	-	-	3	-	-
Total	17	13	12	15	6	14	7	9

Fonte: Dados retirados do periódico: *Correio do Minho*, 1945, 1949, 1953, 1957, 1961, 1965, 1969, 1973. Elaboração própria.

Campanha Eleitoral de 1945

Na campanha eleitoral de 1945, às dezassete sessões que tiveram lugar nas sedes dos concelhos, contam-se ainda sessões de pequeno formato realizadas à escala de freguesias, concretamente dos concelhos de Braga e Guimarães, a saber: São Lázaro e Sé, Pevidém e Caldas das Taipas, respetivamente. Estas reuniões menores desenrolaram-se ao longo das três semanas da campanha eleitoral. O ritmo semanal das reuniões foi variável. No seu total as sessões ficaram repartidas por três semanas, quatro dias com duas sessões cada uma, quatro dias com uma sessão e um dia com quatro sessões, perfazendo nove dias de campanha. Numa semana ocupou dois dias, Sábado e Domingo, com uma sessão cada uma; na segunda semana a Quarta-Feira

com duas sessões, Sábado e Domingo com uma sessão cada uma; na última semana realizaram-se na Segunda a Quinta-feira ininterruptamente, com quatro sessões no primeiro dia da semana, uma na seguinte, e quatro nos dias seguintes com duas sessões cada dia. Quanto à correspondência da ocupação das sessões na repartição de um dia (manhã, tarde e noite), foi a seguinte: manhã: Pevidém; tarde: Vila verde, Esposende, Barcelos, Fafe, Póvoa de Lanhoso; noite: Vila Nova de Famalicão, Guimarães e Braga. Contudo, as sessões em sedes de concelho serão, daqui em diante, analisadas em separado das locais, na medida em que convém compreender o seu foco mais local, mais concentrado nestas áreas geográficas, ao contrário de se apenas realizar as sessões na sede do concelho.

As «grandes sessões de esclarecimento público em todos os concelhos»³²² só arrancaram a 3 de Novembro do período da campanha eleitoral de 1945. Porém, antes destas efetuaram-se reuniões preparatórias concelhias que tinham como finalidade expressa organizar a programação e atividades eleitorais. Estas registaram a seguinte ordenação, por concelhos: Braga, dia 24 de outubro³²³; Vila Nova de Famalicão, dia 26³²⁴; Guimarães, dia 29³²⁵; Barcelos e Esposende (entre os dias 29 e 3; Amares e Vila Verde, dia 30³²⁶ e, por último, Vieira do Minho e Cabeceiras de Basto, dia 2 de Novembro³²⁷. Estas reuniões não eram, obviamente, públicas. Destas apenas foi possível reconstituir alguns elementos, entre eles, que se reunia a «comissão encarregada de elaborar o plano de trabalhos [...] sob a presidência do Governador Civil»³²⁸ e fixar a agenda dos assuntos políticos.

Assim, entende-se que a campanha deste ano visou dois tipos de reuniões: estas primeiras, onde pouco se sabe quem foram os intervenientes, apenas que era a «comissão encarregada de elaborar o plano de trabalhos [...] sob a presidência do Governador Civil»³²⁹ e quais os propósitos por forma a marcar uma agenda de assuntos políticos. As sessões da campanha propriamente ditas, em que estas eram cerimónias onde «hão de receber bem as palavras que lhe serão dirigidas em sessões públicas»³³⁰, são abertas ao público.

³²² s/a, «A campanha eleitoral no Distrito Vão realizar-se grandes sessões de esclarecimento público em todos os concelhos», *Correio do Minho*, 25 de Outubro, 1945, 1.

³²³ s/a, «A campanha eleitoral...», *Correio do Minho*, 25 de Outubro, 1945, 1.

³²⁴ s/a, «Uma importante reunião DE ELEMENTOS NACIONALISTAS em Famalicão», 27 de Outubro, 1945, 1.

³²⁵ s/a, «Continuam a realizar-se importantes reuniões nacionalistas NOS CONCELHOS DO NOSSO DISTRITO», *Correio do Minho*, 30 de Outubro, 1945, 1.

³²⁶ s/a, «O momento político no Distrito Prosseguem com grande entusiasmo os trabalhos preparatórios das grandes sessões de propaganda eleitoral que se vão efectuar em todos os concelhos», 31 de Outubro, 1945, 1.

³²⁷ s/a, «Também em Vieira do Minho e Cabeceiras de Basto se vão realizar sessões de propaganda», 3 de Novembro, 1945, 1.

³²⁸ s/a, «Continuam a realizar-se importantes reuniões nacionalistas NOS CONCELHOS DO NOSSO DISTRITO», *Correio do Minho*, 30 de Outubro, 1945, 1.

³²⁹ s/a, «Continuam a realizar-se importantes reuniões nacionalistas NOS CONCELHOS DO NOSSO DISTRITO», *Correio do Minho*, 30 de Outubro, 1945, 1.

³³⁰ s/a, «Também...», 1.

O mapa da Figura 1 (Itinerário das sessões de propaganda eleitoral nos concelhos do distrito de Braga no ano de 1945) permite visualizar o percurso ordenado da campanha eleitoral nesse ano. A campanha arranca em Vila Verde (1), no dia 3³³¹, segue, no dia seguinte para Espozende (2), no dia 4³³². Na mesma semana realiza duas sessões em Amares (3) e Celorico de Basto (4), ambas no dia 7³³³. Após uma paragem de 2 dias, é retomada em Vila Nova de Famalicão (5), dia 10³³⁴, prosseguindo depois em Barcelos (6), no dia 11³³⁵. No dia a seguir dá-se quatro sessões no mesmo dia, em Terras de Bouro (8), Vieira do Minho (9), Cabeceiras de Basto e Guimarães (10), no dia 12³³⁶. Há um intervalo de um dia para depois prosseguir em Fafe (11) no dia 14³³⁷ e termina no dia a seguir, com a realização de duas sessões na Póvoa de Lanhoso (12) e em, sendo a última, em Braga (13) no dia 15³³⁸. Por seu turno, as reuniões mais reduzidas ocorreram na freguesia de Pevidém, concelho de Guimarães, no dia 11; e nas freguesias de São Lázaro e Sé, no concelho de Braga, a primeira no dia 13 e a segunda no dia 14.

³³¹ s/a. «Temos de votar em Carmona e em Salazar! A campanha eleitoral no Distrito foi ontem iniciada com uma imponente sessão de propaganda em Vila Verde em que o povo do concelho aclamou com grande entusiasmo os princípios e as figuras dominantes da Revolução Nacional hoje, será a vez de Espozende.», *Correio do Minho*, 4 de Novembro, 1945, 1.

³³² s/a. «Decorreu com o maior entusiasmo e perante uma enorme assistência, formada por gente de todas as classes, a sessão de propaganda eleitoral efectuada no domingo em Espozende.», *Correio do Minho*, 6 de Novembro, 1945, 1.

³³³ s/a. «As sessões de hoje nos concelhos de Amares e Celorico de Basto.», *Correio do Minho*, 7 de Novembro, 1945, .1; s/a. «O Distrito de Braga continua a sua entusiástica adesão ao Governo da Revolução Nacional, presidido por Salazar. Mais duas grandes jornadas de propaganda eleitoral. Em Amares a sessão atingiu um alto nível patriótico», *Correio do Minho*, 8 de Novembro, 1945, 1.

³³⁴ s/a. «A sessão de propaganda ontem realizada em Famalicão foi um grande acontecimento político que interessou todo o concelho. O exercito portuguez, naquele mesmo lugar insultado vilmente pelo dr. Daniel Rodrigues, foi aclamado de pé pela multidão que entoou o Hino Nacional.», *Correio do Minho*, 11 de Novembro, 1945, 1.

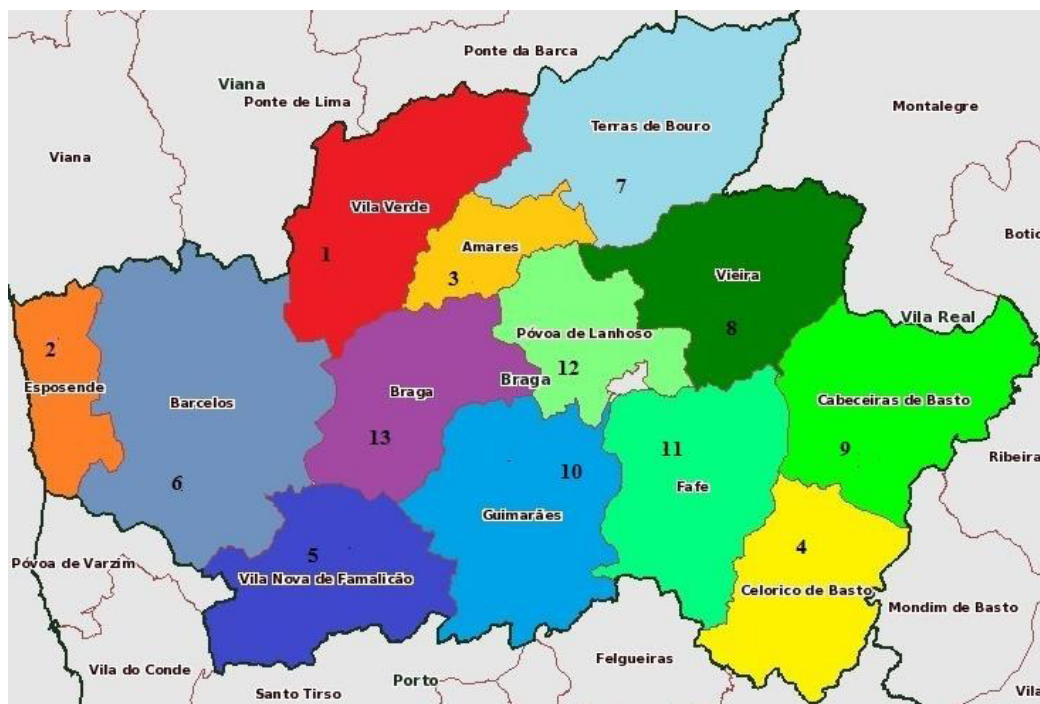
³³⁵ s/a. «A campanha eleitoral no Distrito prossegue com a maior elevação e o mais vivo entusiasmo. A sessão de Barcelos decorreu num ambiente de grande elevação patriótica e de nôvo o Exército foi vibrantemente aclamado.», *Correio do Minho*, 13 de Novembro, 1945, 1.

³³⁶ s/a. «A sessão de propaganda eleitoral em Cabeceiras de Basto marcou uma nova e brilhante jornada de adesão pública aos princípios e à obra do Estado Novo», *Correio do Minho*, 14 de Novembro, 1945, 1.

³³⁷ s/a. «Fafe – por intermedio de todo o Concelho – esteve ontem presente à sessão de propaganda do próximo acto eleitoral. Uma multidão de operários vitoriou o Estado Novo, num justo preito de gratidão – tudo isto não passa de uma mistificação, trata-se no fundo de uma nova tentativa comunista.», *Correio do Minho*, 15 de Novembro, 1945, 1.

³³⁸ s/a. «A sessão de propaganda efectuada na Póvoa de Lanhoso decorreu num ambiente de verdadeira exaltação nacionalista e perante numerosa assistencia.», *Correio do Minho*, 16 de Novembro, 1945, 1; s/a. «O termo da campanha eleitoral no Distrito. A grande sessão de propaganda ontem levada a cabo no Teatro Circo começou e acabou por entre ovações constantes a Portugal, a Carmona, a Salazar e ao Exército – no domingo, trata-se não de um triunfo de votos, mas de um triunfo moral – afirmou o sr. Ministro das Finanças, que presidiu à imponente sessão.», *Correio do Minho*, 16 de Novembro, 1945, 1.

Figura 1: Itinerário das sessões de propaganda eleitoral nos concelhos do distrito de Braga no ano de 1945



Fonte: Atlas. Cartografia Histórica <http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas.php?lang=pt>. Numeração própria.

Legenda:

1: Vila Verde, dia 3		6: Barcelos, dia 11		11: Fafe, dia 14	
2: Esposende, dia 3		7: Terras de Bouro, dia 12		12: Póvoa de Lanhoso, dia 15	
3: Amares, dia 7		8: Vieira do Minho, dia 12		13: Braga, dia 15	
4: Celorico de Basto, dia 7		9: Cabeceiras de Basto, dia 12			
5: Vila Nova de Famalicão, dia 10		10: Guimarães, dia 12			

Campanha Eleitoral de 1949

Na campanha eleitoral de 1949 realizaram-se treze sessões que tiveram lugar nas sedes dos concelhos. No seu total as sessões foram repartidas por três semanas, um dia com apenas uma sessão, seis dias com uma sessão cada uma à exceção de um dia com duas sessões com intervalo de um dia e quatro dias com duas sessões cada um à exceção de um dia com uma sessão, perfazendo onze dias. As primeiras das sessões concentraram-se num fim de semana. A campanha eleitoral decorreu em três semanas, perfazendo um total de onze dias. Numa semana ocupou apenas o Domingo com uma sessão. Na segunda semana repartiu-se de Segunda-Feira a

Domingo ininterruptamente, exceto na Terça-Feira, com uma sessão cada um e duas sessões na Quarta-feira. E na última semana com sessões até Quarta-feira, com duas sessões cada um, exceto na Terça-feira com uma sessão. Quanto ao número de sessões, excetuando a Quarta-Feira a qual teve duas sessões, todos os restantes dias tiveram apenas uma sessão.

O mapa da Figura 2 (Itinerário das sessões de propaganda eleitoral nos concelhos do distrito de Braga no ano de 1949) permite visualizar o percurso ordenado da campanha eleitoral de 1949. As sessões da campanha eleitoral de 1949 arrancaram no dia 30 de Outubro e finalizaram no dia 9 de Novembro. Estas registaram a seguinte ordenação, por concelhos. Inicia-se em Guimarães (1) no dia 30³³⁹. No dia seguinte segue para Terras de Bouro (2) no dia 31³⁴⁰. Tem um intervalo de um dia para prosseguir em Fafe (3) e Vila Nova de Famalicão (4) no dia 2³⁴¹. Seguem-se ininterruptamente até Domingo na Póvoa de Lanhoso (5) no dia 3³⁴², Vila Verde (6) no dia 4³⁴³, Esposende (7) no dia 5³⁴⁴, Celorico de Basto (8) no dia 6³⁴⁵. E, finalmente, realizam-se sessões até ao fim da mesma campanha em Cabeceiras de Basto (9) e Vieira do Minho (10) no dia 7, Barcelos (11) no dia 8³⁴⁶, Amares (12) e Braga (13) no dia 9 de Novembro³⁴⁷.

³³⁹ s/a. «Começou ontem no nosso distrito a campanha eleitoral - disse o Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria na sessão de ontem em Guimarães», *Correio do Minho*, 31 de Outubro, 1949, 1.

³⁴⁰ s/a. «A sessão de propaganda realizada em Terras de Bouro decorreu no meio do maior entusiasmo e fervor patriótico.», *Correio do Minho*, 12 de Novembro, 1949, 1.

³⁴¹ s/a. «Em Fafe e Famalicão dois GRANDES CENTROS INDUSTRIAIS DO Minho os trabalhos assistiram em forte número às sessões de propaganda tendo vitoriado calorosamente os Chefes da Revolução Nacional. A sessão de propaganda eleitoral, em Fafe, foi concorridíssima e vibrante de fé e patriotismo», *Correio do Minho*, 3 de Novembro, 1949.

³⁴² s/a. «O Chefe do distrito presidiu ontem à sessão eleitoral da Póvoa de Lanhoso onde os nomes do Marechal Carmona e de Salazar foram largamente ovacionados pelo povo daquele concelho», *Correio do Minho*, 4 de Novembro, 1949, 1.

³⁴³ s/a. «Campanha eleitoral na sessão ontem realizada a que presidiu o ilustre Deputado, Dr. Alberto Cruz o povo daquele concelho deu larga presença e calor às palavras dos oradores», *Correio do Minho*, 5 de Novembro, 1949, 1.

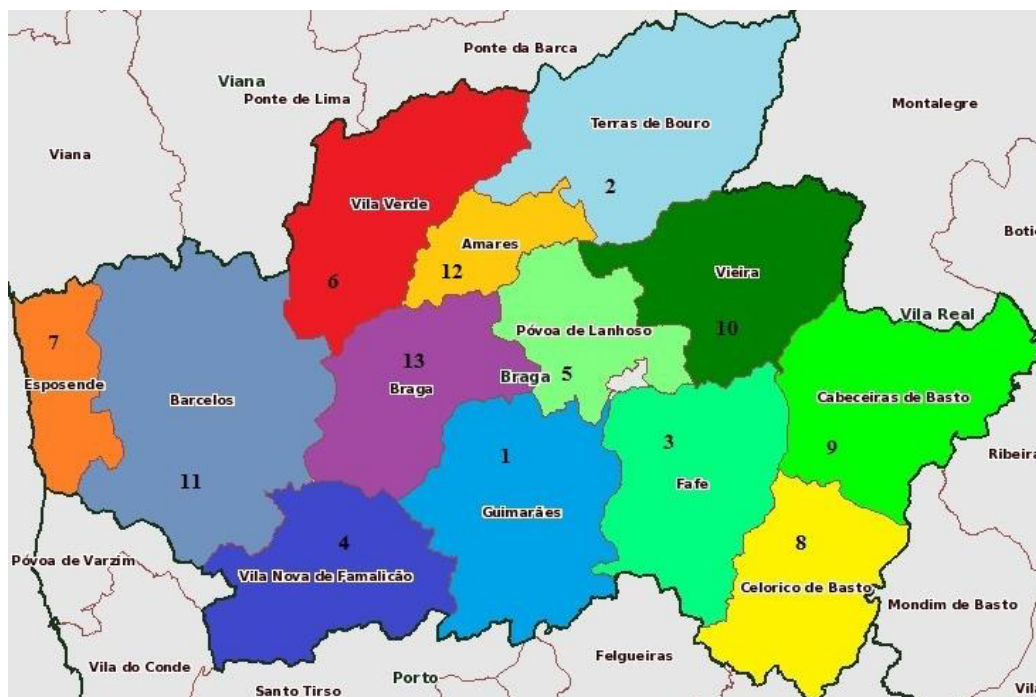
³⁴⁴ s/a. «Campanha eleitoral no concelho de Esposende realizou-se ontem mais uma sessão eleitoral, assistida largamente pela classe piscatória», *Correio do Minho*, 6 de Novembro, 1949, 1.

³⁴⁵ s/a. «Campanha eleitoral o concelho de Celorico de Basto acorreu ontem, em massa, à sessão eleitoral tendo aplaudido ardorosamente as afirmações políticas lá produzidas.», *Correio do Minho*, 7 de Novembro, 1949, 1.

³⁴⁶ s/a. «O concelho de Barcelos representado na plena maioria das suas forças vivas, teve ontem a sua sessão de propaganda eleitoral, a que presidiu o ilustre chefe do distrito na qual falou um dos deputados à próxima Assembleia Nacional - o Dr. Alberto Cruz», *Correio do Minho*, 9 de Novembro, 1949, 1.

³⁴⁷ s/a. «A sessão de Amares a que estiveram presentes dois candidatos a deputados foi uma grandiosa jornada nacionalista a que se associaram as populações rurais do concelho», *Correio do Minho*, 11 de Novembro, 1949, 1.

Figura 2: Itinerário das sessões de propaganda eleitoral nos concelhos do distrito de Braga no ano de 1949



Fonte: Atlas. Cartografia Histórica <http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas.php?lang=pt>. Numeração própria.

Legenda:

1: Guimarães, dia 30		6: Vila Verde, dia 4		11: Barcelos, dia 8	
2: Terras de Bouro, dia 31		7: Esposende, dia 5		12: Amares, dia 9	
3: Fafe, dia 2		8: Celorico de Basto, dia 6		13: Braga, dia 9	
4: Vila Nova de Famalicão, dia 2		9: Cabeceiras de Basto, dia 7			
5: Póvoa de Lanhoso, dia 3		10: Vieira do Minho, dia 7			

Campanha Eleitoral de 1953

Na campanha eleitoral de 1953 realizaram-se treze sessões que tiveram lugar nas sedes dos concelhos. No seu total as sessões ficaram repartidas por quatro semanas, perfazendo nove dias, um dia com uma sessão, três dias com uma sessão num dia e os restantes com duas sessões cada um, três dias com duas sessões num dia e os restantes com uma sessão cada e, finalmente, um dia com uma sessão, dá-se um intervalo e termina três dias depois. Numa semana ocupou um dia, no Domingo, com uma sessão. Prossegue na Terça-feira com uma sessão depois de um dia de intervalo até Quinta-feira com duas sessões cada. Depois retorna na semana seguinte na Segunda-feira com duas sessões e depois de um intervalo retoma na Quarta e Quinta-feira com

uma sessão cada um. Na última semana da campanha apenas têm lugar sessões na Segunda e Quinta-Feira. Quanto à correspondência na repartição do dia, foi a seguinte: manhã: Amares; tarde: Esposende, Terras de Bouro, Póvoa de Lanhoso, Braga; noite: Braga e Guimarães.

O mapa da Figura 3 (Itinerário das sessões de propaganda eleitoral os concelhos do distrito de Braga no ano de 1953) permite visualizar o percurso ordenado da campanha eleitoral nesse ano. A campanha arranca em Braga (1) no dia 11³⁴⁸. Retoma em Guimarães (2) no dia 20³⁴⁹ depois de um intervalo e prolonga-se em Celorico de Basto (3) e Amares (4) no dia 21³⁵⁰ e Barcelos (5) e Esposende (6) no dia 22³⁵¹. Depois um novo intervalo, agora durante um fim de semana, retoma Terras de Bouro (7) e Vieira do Minho (8) no dia 26³⁵², há uma nova paragem para recomeçar em Vila Nova de Famalicão (9) no dia 28³⁵³ e termina na Póvoa de Lanhoso (10) no dia 29 de Outubro³⁵⁴. Por último, depois de novo intervalo ao fim de semana, apenas se ocupam dois dias da semana com sessão em Cabeceiras de Basto (11) no dia 2³⁵⁵ e, passado três dias, em Braga (12) no dia 5 de Novembro³⁵⁶.

³⁴⁸ s/a. «Em plena campanha eleitoral. A sessão que hoje à noite se realiza no Salão Medieval da Biblioteca Pública é aguardada em ambiente de interesse e expectativa. Preside o Engenheiro Cancela de Abreu e falam os candidatos a deputados drs. Antão Santos da Cunha, Alberto Cruz e Augusto César Cerqueira Gomes», *Correio do Minho*, 11 de Outubro, 1953, 1; s/a. «O ciclo das Sessões de Propaganda Eleitoral foi ontem brilhantemente iniciado em Braga numa sessão que há-de ficar memorável nos anais da actividade política da União Nacional foram convictamente defendidos os princípios doutrinários em que assenta o regime e foi posto em evidência o carácter de anarquia, de heterogeneidade e anti-nacional da Oposição Mais de três mil pessoas assistiram, no Salão Medieval e no recinto anexo, à primeira Sessão de Propaganda», *Correio do Minho*, 12 de Outubro, 1953, 1.

³⁴⁹ s/a. «Em plena campanha eleitoral Guimarães, a cidade-berço da nacionalidade, viveu ontem horas de entusiasmo e intenso nacionalismo. Na sessão de propaganda realizada no Liceu Martins Sarmento foram calorosamente vitorizados os nomes de Salazar e Craveiro Lopes», *Correio do Minho*, 21 de Outubro, 1953, 1.

³⁵⁰ s/a. «Sessões de Propaganda Eleitoral. Em Amares há grande interesse pela reunião política que hoje terá ali lugar; Na sessão de propaganda que hoje tem lugar em Celorico de Basto», *Correio do Minho*, 21 de Outubro, 1953, 1.

³⁵¹ s/a. «Em plena campanha eleitoral Em Sessões invulgarmente concorridas e entusiásticas, Barcelos e Esposende manifestaram ontem o seu propósito firme e decidido de defender e apoiar a obras de Salazar; Na sessão de propaganda em Esposende, entre outras afirmações de importância, ventilou-se a necessidade da construção do seu porto, velha aspiração do seu povo», *Correio do Minho*, 23 de Outubro, 1953, 1.

³⁵² s/a. «Em plena Campanha eleitoral. Continuam a decorrer através do País, num ambiente de acalorada fé nacionalista, as sessões de propaganda da União Nacional as quais, pelo entusiasmo e concorrência, atestam a gratidão do povo português pela obra do Estado Novo. Em Terras de Bouro, sob a presidência de snr. António Maria Santos da Cunha, presidente da Câmara Municipal de Braga realizou-se uma animada sessão de propaganda», *Correio do Minho*, 27 de Outubro, 1953, 1.

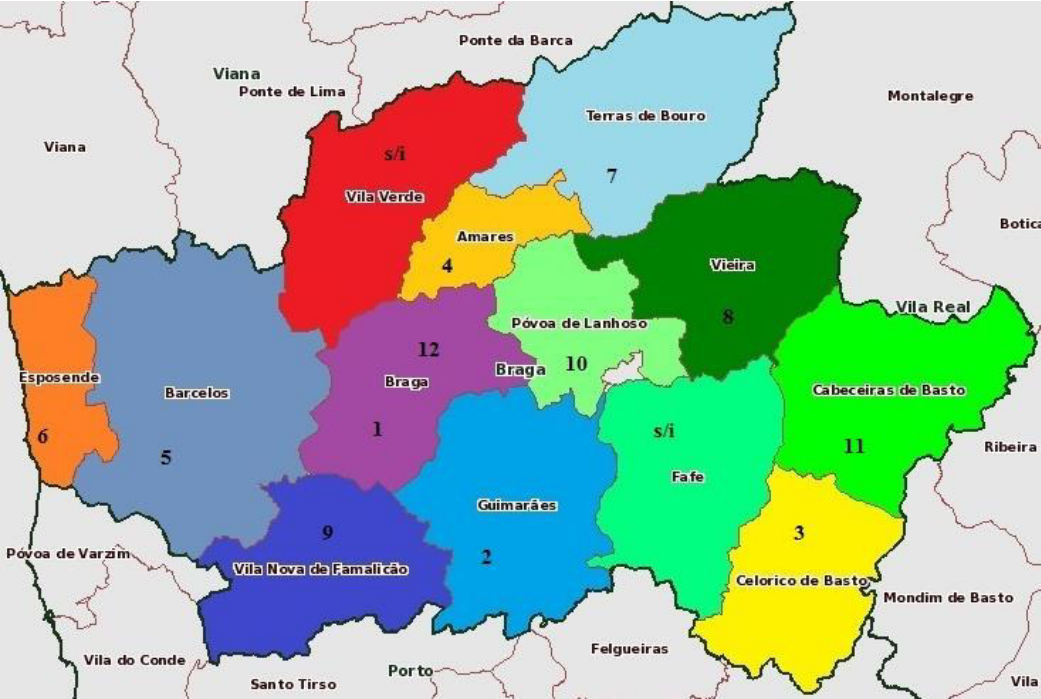
³⁵³ s/a. «Em plena campanha eleitoral. Em ambiente de interesse e entusiasmo, continuam, em todo o país, as manifestações de nacionalismo. Ontem realizaram-se sessões em Elvas, Porto e Famalicão, etc. Hoje há sessões na Figueira da Foz e, no todo Distrito, na Póvoa de Lanhoso. A sessão de Propaganda realizada em Famalicão foi a demonstração de que os meios industriais estão com Salazar», *Correio do Minho*, 29 de Outubro, 1953, 1.

³⁵⁴ s/a. «Em plena campanha eleitoral. Com uma estrondosa e concorrida sessão de propaganda na Figueira da Foz e outra, não menos animada, na Póvoa de Lanhoso, prosseguiu ontem a impressionante cruzada nacionalista, que está presentemente a interessar o País do Minho ao Algarve. Com numerosa e entusiástica assistência, realizou-se, ontem, uma sessão de propaganda na Póvoa de Lanhoso, sob a presidência do sr. Governador Civil», *Correio do Minho*, 30 de Outubro, 1953, 1.

³⁵⁵ s/a. «Em plena campanha eleitoral numa concorrida e animada sessão de propaganda, ontem efectuada na ridente vila minhota de Cabeceiras de Basto, foi mais uma vez vitorizada e aplaudida calorosamente a gigantesca obra do Estado Novo», *Correio do Minho*, 3 de Novembro, 1953, 1.















³⁵⁶ s/a. «No termo da campanha eleitoral. Com várias sessões realizadas ontem através do País chegamos ao fim desta campanha eleitoral. Nesta cidade, efectuou-se uma importante reunião, em que o sr. Ministro do Interior pronunciou um dos mais profundos discursos da temporada eleitoral. Antes, fôra prestada significativa homenagem ao ilustre membro do Governo, no Bom Jesus do Monte», *Correio do Minho*, 6 de Novembro, 1953, 1.

Figura 3: Itinerário das sessões de propaganda eleitoral nos concelhos do distrito de Braga no ano de 1953



Fonte: Atlas. Cartografia Histórica <http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas.php?lang=pt>. Numeração própria.

Legenda: S/i: sem informação.

1: Braga, dia 11		6: Esposende, dia 22		11: Cabeceiras de Basto, dia 2	
2: Guimarães, dia 20		7: Terras de Bouro, dia 26		12: Braga, dia 5	
3: Celorico de Basto, dia 21		8: Vieira de Minho, dia 26		s/i: Vila Verde	
4: Amares, dia 21		9: Vila Nova de Famalicão, dia 28		s/i: Fafe	
5: Barcelos, dia 22		10: Póvoa de Lanhoso, dia 29			

Campanha Eleitoral de 1957

Na campanha de 1957 realizaram-se catorze sessões que tiveram lugar nas sedes dos concelhos. No seu total as sessões ficaram repartidas por quatro semanas, perfazendo 12 dias, dois dias, um com duas sessões e outro com uma, quatro dias com uma sessão cada uma e um dia com duas sessões, quatro dias em que três deles tiveram uma sessão cada e outro com duas e dois com duas sessões cada, perfazendo 12 dias. Quanto à correspondência pela repartição do dia (manhã, tarde e noite), foi a seguinte: manhã: Terras de Bouro; tarde: Braga, Esposende, Vieira do Minho, Fafe, Barcelos, Celorico de Basto, Cabeceiras de Basto, Amares, Póvoa de Lanhoso e Vila Verde; noite: Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Braga.

O mapa 4 (Itinerário das sessões de propaganda eleitoral nos concelhos do distrito de Braga no ano de 1957) permite visualizar o percurso ordenado da campanha eleitoral nesse ano. A campanha arranca em Braga (este dia tem duas sessões) (1) no dia 8³⁵⁷. Tem um intervalo de quatro dias para seguir em Esposende (2), no dia 12³⁵⁸. Prossegue no dia seguinte em Vieira do Minho (3) no dia 14³⁵⁹, continua em Fafe (4) no dia 16³⁶⁰, em que se efetua dois dias de intervalos de pausa na campanha nomeadamente antes e depois deste dia para se efetuar em Guimarães (5) e Barcelos (6) no dia 17³⁶¹ e Celorico de Basto (7) no dia 19³⁶². Depois de um dia de intervalo retoma em Terras de Bouro (8) e Cabeceiras de Basto (9) no dia 21³⁶³. Novo intervalo prosseguindo em Amares (10) no dia 23³⁶⁴, Póvoa de Lanhoso (11) no dia 24³⁶⁵, passado três dias realiza-se em

³⁵⁷ s/a. «Em plena campanha eleitoral. "Quanto à resposta de Braga ninguém duvidará qual seja, pois há muito optou pela integridade e grandeza da Nação, contra todos os factores que tendam a dividi-la ou enfraquecê-la" - afirmou Sua Excelência o sr. Ministro do Interior no discurso proferido ontem de tarde. Na sessão da noite, no Salão Medieval, presidida pelo sr. Professor Doutor Mário de Figueiredo, a Obra de Ressurgimento do Estado Novo, foi aclamada por mais de duas mil pessoas», *Correio do Minho*, 9 de Outubro, 1957, 1.

³⁵⁸ s/a. «Em plena campanha eleitoral. Numa sessão presidida pelo Governador Civil de Braga, o povo de Esposende, afirmou ontem o seu incondicional apoio aos candidatos da União Nacional, vibrando de entusiasmo com as afirmações dos oradores. Salazar, Craveiro Lopes e a obra do Governo», *Correio do Minho*, 13 de Outubro, 1957, 1.

³⁵⁹ s/a. «Em Vieira do Minho realizou-se ontem, uma brilhante sessão de propaganda eleitoral que marcou pelo seu entusiasmo e pela sua fidelidade a Salazar», *Correio do Minho*, 15 de Outubro, 1957, 1.

³⁶⁰ s/a. «Em plena campanha eleitoral. Fiel aos seus princípios, a população de Fafe vibrou ontem de fervor nacionalista, na sessão de propaganda que presidida pelo Chefe do Distrito a União Nacional promoveu», *Correio do Minho*, 17 de Outubro, 1957, 1.

³⁶¹ s/a. «Em plena campanha eleitoral. O sr. Comandante Henrique Tenreiro presidiu ontem e Guimarães a uma vibrante e entusiástica sessão de propaganda eleitoral, onde, mais uma vez, a obra do Estado Novo foi aclamada por milhares de vozes», *Correio do Minho*, 18 de Outubro, 1957, 1; s/a. «Em plena campanha eleitoral. Barcelos, a linda cidade do Cávado, pela voz dos seus honestos e laboriosos filhos, numa memorável sessão, presidida pelo sr. Governador Civil, exaltou e aclamou a obra grandiosa do Governo de Salazar», *Correio do Minho*, 18 de Outubro, 1957, 1.

³⁶² s/a. «Em plena campanha eleitoral. Num ambiente de verdadeiro fervor nacionalista realizou-se ontem em Celorico de Basto uma sessão de propaganda na qual foi mais uma vez exaltada a obra de Salazar e do Estado Novo», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1957, 1.

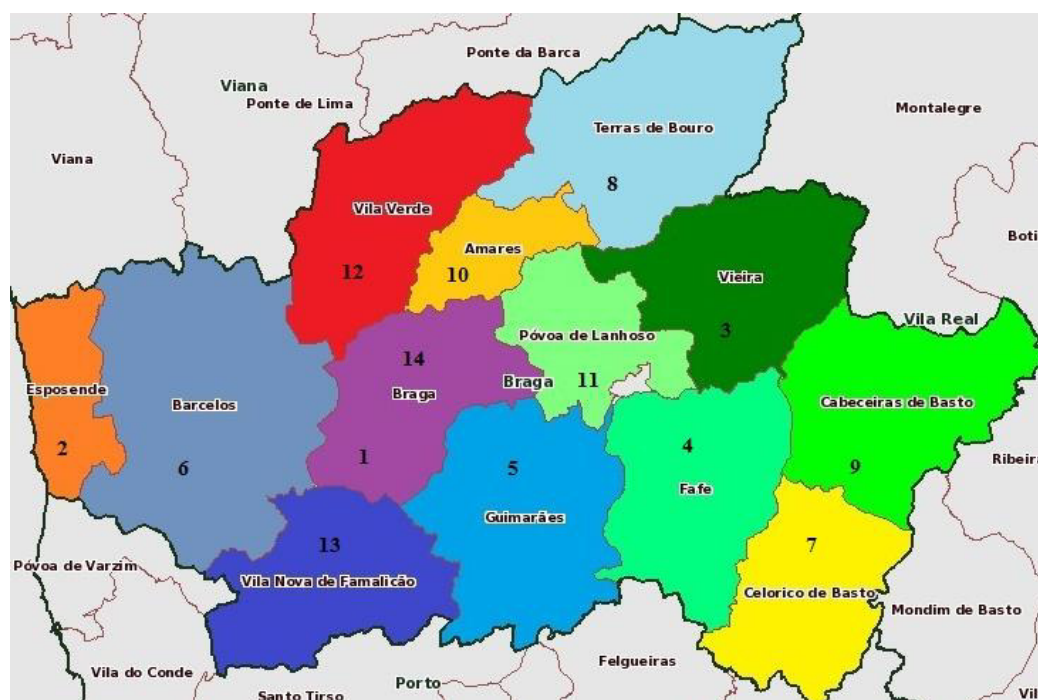
³⁶³ s/a. «Em terras de Bouro, realizou-se ontem uma sessão de propaganda eleitoral das Candidatas da U.N., que se rodeou de muito entusiasmo», *Correio do Minho*, 22 de Outubro, 1957, 1; s/a. «Sessão da União Nacional em Amares; na Póvoa de Lanhoso, realiza-se na quinta-feira uma sessão de propaganda», *Correio do Minho*, 22 de Outubro, 1957, 1.

³⁶⁴ s/a. «Em plena campanha eleitoral. O concelho de Amares, acorrendo em massa à sessão de propaganda promovida pela União Nacional, deu, ontem, uma verdadeira lição de nacionalismo e de exaltação da obra empreendida pela Revolução Nacional», *Correio do Minho*, 24 de Outubro, 1957, 1.

³⁶⁵ s/a. «Em plena campanha eleitoral. O concelho da Póvoa de Lanhos, acompanhando o seu dinâmico Presidente, acorreu ontem a tomar parte na sessão de propaganda promovida pela União Nacional para mais uma vez exaltar a obra do Estado Novo e da Revolução do 28 de Maio», *Correio do Minho*, 25 de Outubro, 1957, 1.

Vila Verde (12) continua no dia a seguir em Vila Nova de Famalicão (13) no dia 28³⁶⁶ e termina um dia depois em Braga (14), dia 29³⁶⁷.

Figura 4: Itinerário das sessões de propaganda eleitoral nos concelhos do distrito de Braga no ano de 1957



Fonte: Atlas. Cartografia Histórica <http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas.php?lang=pt>. Numeração própria.

Legenda:

1: Braga, dia 8		6: Guimarães, dia 17		11: Póvoa de Lanhoso, dia 24	
2: Esposende, dia 12		7: Celorico de Basto, dia 19		12: Vila Verde, dia 28	
3: Vieira do Minho, dia 14		8: Terras de Bouro, dia 21		13: Vila Nova de Famalicão, dia 28	
4: Fafe, dia 16		9: Cabeceiras de Basto, dia 21		14: Braga, dia 29	
5: Barcelos, dia 17		10: Amares, dia 23			

³⁶⁶ s/a. «Em plena campanha eleitoral. Vila Verde marcou honrosa presença na sessão de propaganda promovida pela União Nacional, vibrando entusiasmo, reiterou a sua confiança na obra grandiosa de Salazar», *Correio do Minho*, 29 de Outubro, 1957, 1; s/a. «Em plena campanha eleitoral. Vila Nova de Famalicão, que se não deixou embalar por utopias, manifestou de forma bem expressiva a sua fé na obra de Salazar e o seu incondicional apoio aos candidatos da U.N.», *Correio do Minho*, 29 de Outubro, 1957, 1.

³⁶⁷ s/a. «Em plena campanha eleitoral. No triunfo de uma causa séria milhares de pessoas assistiram ontem à sessão de propaganda da União Nacional, que em ambiente de grande entusiasmo decorreu no Salão Medieval da Biblioteca Pública. Em delírio, a assistência, aclamou o Senhor Subsecretário da Educação Nacional, candidato a deputado pelo Círculo de Braga. A obra do Estado Novo exaltada pelos brilhantes oradores da sessão foi ovacionada e aplaudida por toda a assistência», *Correio do Minho*, 30 de Outubro, 1957, 1.

Campanha Eleitoral de 1961

Na campanha eleitoral de 1961, às 4 sessões que tiveram lugar nas sedes de concelho contam-se ainda sessões que se realizaram noutros concelhos, mas não há evidências que sustentem o aparato de um dia de sessão à semelhança das campanhas antecedentes. Além do mais há ainda duas sessões de pequeno formato, a primeira realizada à escala de freguesias, concretamente do concelho de Vila Nova de Famalicão, a saber: Mogege. A segunda não é da iniciativa da U.N.. no seu total as sessões ficaram repartidas por

O mapa da figura 5 (Itinerário das sessões de propaganda eleitoral nos concelhos do distrito de Braga no ano de 1961) permite visualizar o percurso ordenado da campanha eleitoral nesse ano. A campanha arranca em Amares (1) no dia 19, segue no dia a seguir para Vila Verde (2) no dia 20. Após uma paragem de três dias é retomada na Póvoa de Lanhoso (3), Vieira do Minho (4), Cabeceiras de Basto (5) e Celorico de Basto (6) no dia 23. Novo intervalo e segue o seu percurso em Vila Nova de Famalicão (7) no dia 25. Dá-se um novo intervalo e reinicia-se em Esposende (8), Fafe (9), Guimarães (10) no dia 29 de Outubro³⁶⁸. Novo intervalo e retoma novamente em Guimarães (11) no dia 6³⁶⁹, prossegue no dia a seguir em Braga (12) no dia 7³⁷⁰ e após um dia de intervalo, em que se realiza uma sessão fora da iniciativa da U.N.³⁷¹, a campanha eleitoral de 1961 termina em Barcelos (13) no dia 9³⁷². Tal como a campanha eleitoral de 1945, este ano também houve uma sessão suplementar, na medida em que o concelho de Vila Nova de Famalicão também recebeu uma sessão numa das suas freguesias³⁷³.

³⁶⁸ S/a. «Os candidatos a deputados da U.N. pelo círculo de Braga contactaram em Esposende, Fafe e Guimarães com individualidades de destaque nos respectivos concelhos», *Correio do Minho*, 1 de Novembro, 1961, 1.

³⁶⁹ S/a. «Propaganda eleitoral. Em Guimarães, realizou-se ontem uma sessão de propaganda para apresentação dos candidatos a deputados pelo círculo de braga. Falaram alguns candidatos e foram proferidos alocuções de fervor patriótico e de certeza no futuro da Pátria. Presidiu o dr. Meira Ramos, presidente da Comissão Concelhia da União Nacional», *Correio do Minho*, 7 de Novembro, 1961, 1.

³⁷⁰ S/a. «Campanha eleitoral. Milhares de pessoas aclamaram Salazar e vitoriaram o Estado Novo na sessão de Propaganda que a União Nacional promoveu ontem, no Teatro Circo, para apresentação dos seus candidatos a deputados», *Correio do Minho*, 8 de Novembro, 1961, 1.








³⁷¹ S/a. «Campanha eleitoral. Atingiu o brilho que se esperava a sessão de propaganda realizada, ontem, no Teatro Circo, para esclarecimento do eleitorado do Distrito e a que assistiram os candidatos da U.N. pelo Círculo de braga. Presidiu o sr. Dr. Vilas Boas e Alvim - em representação de um grupo de eleitores», *Correio do Minho*, 10 de Novembro, 1961, 1.

³⁷² S/a. «Os candidatos a deputados da União Nacional pelo Círculo de Braga tiveram ontem, em Barcelos, uma reunião com elementos das diferentes hierarquias do concelho com vista ao próximo acto eleitoral», *Correio do Minho*, 10 de Novembro, 1961, 1.

³⁷³ S/a. «Sessão de propaganda eleitoral em Mogege - Famalicão», *Correio do Minho*, 9 de Novembro, 1961, 1.

The map displays the 13 municipalities of the Trás-os-Montes e Alto Douro region, each assigned a unique color and number. The municipalities are: 1. Amaral (yellow), 2. Vila Verde (red), 3. Póvoa de Lanhoso (light green), 4. Vieira (dark green), 5. Cabeceiras de Basto (bright green), 6. Celorico de Basto (yellow), 7. Vila Nova de Famalicão (blue), 8. Esposende (orange), 9. Fafe (light green), 10. Guimarães (blue), 11. Braga (blue), 12. Braga (purple), 13. Barcelos (blue). The map also shows neighboring regions and municipalities, including Viana do Castelo, Ponte da Barca, Terras de Bouro, Montalegre, Boti, Vila Real, Ribeira, Mondim de Basto, Felgueiras, Porto, Santo Tirso, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, and Viana.

Legenda:

1: Amares, dia 19		6: Celorico de Basto, dia 23		11: Guimarães, dia 6	
2: Vila Verde, dia 20		7: Vila Nova de Famalicão, dia 25		12: Braga, dia 7	
3: Póvoa de Lanhoso, dia 23		8: Esposende, dia 29		13: Barcelos, dia 9	
4: Vieira do Minho, dia 23		9: Fafe, dia 29		s/í: Terras de Bouro	
5: Cabeceiras de Basto, dia 23		10: Guimarães, dia 29			

Na campanha de 1965 realizaram-se catorze sessões que tiveram lugar nas sedes dos concelhos. No seu total as sessões ficaram repartidas por três semanas, cinco dias com uma sessão cada, seis dias com uma sessão cada à exceção de dois dias os quais tiveram duas sessões e um dia uma sessão, perfazendo 12 dias de campanha. Numa semana ocupou a semana toda com uma sessão em cada dia e com dois intervalos na Sexta-feira e no Domingo. Prosseguiu nos dias seguintes com duas sessões Segunda e Terça-feira e depois, ininterruptamente com uma sessão cada dia. Após dois dias de intervalo termina-se a campanha na Terça-feira da seguinte

semana. Quanto à correspondência na repartição do dia, foi a seguinte: manhã: Braga, Cabeceiras de Basto; tarde: Vieira do Minho, Vila Verde e Póvoa de Lanhoso.

O mapa da figura 6 (Itinerário das sessões de propaganda eleitoral nos concelhos do distrito de Braga no ano de 1965) permite visualizar o percurso ordenado da campanha eleitoral nesse ano. A campanha arranca em Vieira do Minho (1) no dia 18, no dia seguinte para Vila Verde (2) no dia 19, Amares (3) no dia 20³⁷⁴, Póvoa de Lanhoso (4) no dia 21³⁷⁵. Após um intervalo de um dia dá-se em Guimarães (5) no dia 23³⁷⁶. Novo intervalo e realiza-se em Cabeceiras de Basto (6) e Celorico de Basto (7) no dia 25³⁷⁷, Braga (8) e Esposende (9) no dia 26³⁷⁸, Vila Nova de Famalicão (10) no dia 27³⁷⁹, Barcelos (11) no dia 28³⁸⁰, Braga (12) no dia 30³⁸¹ e Terras de Bouro (13) no dia 31 de Outubro³⁸². Após nova interrupção realiza-se em Fafe (14) no dia 3 de Novembro³⁸³.

³⁷⁴ S/a. «Os candidatos a deputados pelo Círculo de braga estiveram, na quarta-feira, em Amares em reunião com as autoridades e individualidades mais destacadas daquele Concelho. A posse da Comissão Concelhia da U.N.», *Correio do Minho*, 22 de Outubro, 1965, 1.

³⁷⁵ S/a. «Para as eleições de 7 de Novembro. A apresentação dos candidatos a deputados pelo Círculo de Braga no Concelho da Póvoa de Lanhoso», *Correio do Minho*, 22 de Outubro, 1965, 1.

³⁷⁶ S/a. «Para as eleições de 7 de Novembro. Guimarães recebeu os candidatos pelo Círculo de Braga num ambiente de plena confiança no triunfo da União Nacional», *Correio do Minho*, 24 de Outubro, 1965, 1.

³⁷⁷ S/a. «Para as eleições de 7 de Novembro. Cabeceiras e Celorico de basto receberam, ontem, alguns dos candidatos a deputados pelo Círculo de Braga. Às sessões de trabalho presidiu o sr. Coronel Augusto Leonardo Neves - presidente da Comissão Distrital da U.N.», *Correio do Minho*, 26 de Outubro, 1965, 1.

³⁷⁸ S/a. «Para as eleições de 7 de Novembro. A União Nacional e os candidatos a deputados pelo Círculo trabalharam, ontem, com as autoridades e pessoas grada dos concelhos de Braga e Esposende. Presidiu às duas sessões - realizadas nas salas principais dos dois municípios - o Chefe do Distrito, dr. Pessoas Monteiro», *Correio do Minho*, 27 de Outubro, 1965, 1.

³⁷⁹ S/a. «Para as eleições de 7 de Novembro. A apresentação dos candidatos a deputados pelo círculo de Braga em Vila Nova de Famalicão foi um êxito da União Nacional. Presidiu à reunião o coronel Augusto Leonardo Neves - presidente da Comissão Distrital daquele Organismo político - e teve a presença de homens bons do concelho», *Correio do Minho*, 28 de Outubro, 1965, 1.

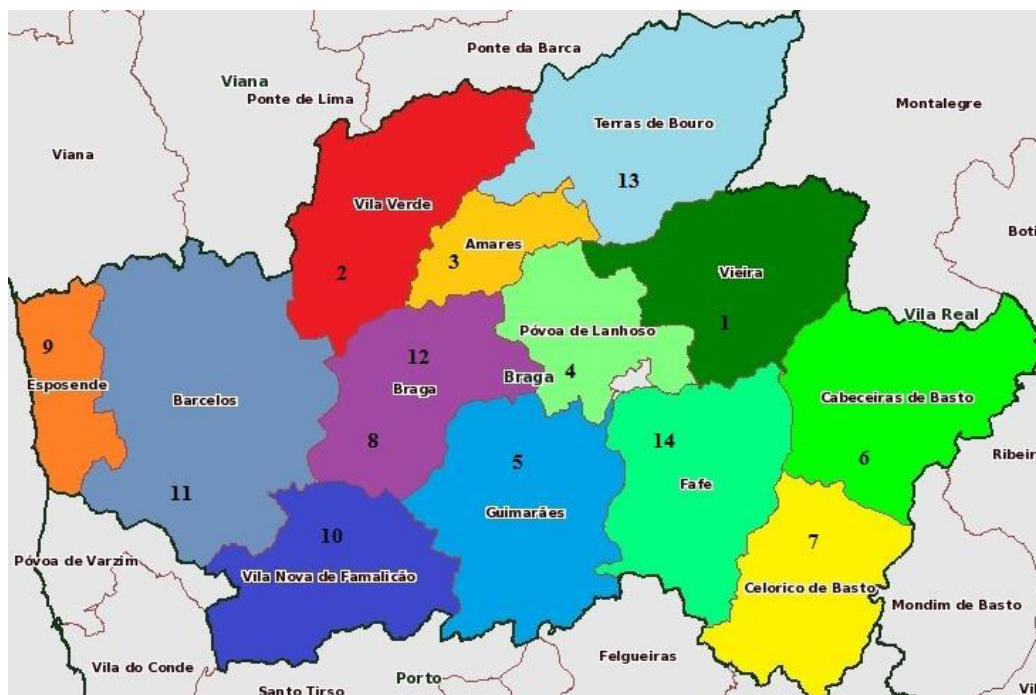
³⁸⁰ S/a. «Para as eleições de 7 de Novembro. Barcelos, ontem, a embaixada dos Candidatos a deputados da União Nacional pelo círculo de Braga e deu-lhes o "sim" das oitenta e nove freguesias do Concelho durante uma sessão realizada na sala principal do Município», *Correio do Minho*, 29 de Outubro, 1965, 1.

³⁸¹ S/a. «Para as eleições de 7 de Novembro. Sessão de propaganda no Teatro Circo. Milhares de pessoas - vindas de todos os Concelhos do Distrito "elegeram" deputados à Assembleia Nacional - para a próxima legislatura», *Correio do Minho*, 31 de Outubro, 1965, 1.

³⁸² S/a. «Para as eleições de 7 de Novembro. Terras de Bouro recebeu com manifestações de portuesismo a «embaixada» dos candidatos a deputados pelo Círculo de braga - e propostos pela União Nacional», *Correio do Minho*, 2 de Novembro, 1961, 1.

³⁸³ S/a. «A União Nacional encerrou, ontem, em Fafe, com uma reunião de trabalhos e de apresentação dos seus candidatos a deputados a sua campanha eleitoral. O Concelho de Fafe garantiu o «sim» dos seus eleitores por intermédio da «sua melhor gente», aos candidatos da Nação. Presidiu o Governador Civil do distrito», *Correio do Minho*, 4 de Novembro, 1965, 1.

Figura 6: Itinerário das sessões de propaganda eleitoral nos concelhos do distrito de Braga no ano de 1965



Fonte: Atlas. Cartografia Histórica <http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas.php?lang=pt>. Numeração própria.

Legenda:

1: Vieira do Minho, dia 18		6: Cabeceiras de Basto, dia 25		11: Barcelos, dia 28	
2: Vila Verde, dia 19		7: Celorico de Basto, dia 25		12: Braga, dia 30	
3: Amares, dia 20		8: Esposende, dia 26		13: Terras de Bouro, 31	
4: Póvoa de Lanhoso, dia 21		9: Braga, dia 26		14: Fafe, dia 3	
5: Guimarães, dia 23		10: Vila Nova de Famalicão, dia 27			

Campanha Eleitoral de 1969

Na campanha de 1969 realizaram-se catorze sessões que tiveram lugar nas sedes dos concelhos. No seu total as sessões ficaram repartidas por três semanas, um dia com uma sessão, três dias com duas sessões cada um e quatro dias com duas sessões num dia e uma sessão cada um, perfazendo oito dias de campanha. Numa semana ocupou a Segunda-Feira, Sábado e Domingo com duas sessões cada um. Na última semana ocupou a Segunda-feira com duas sessões e realizou-se até quinta, ininterruptamente, com uma sessão cada um. Quanto à correspondência na repartição do dia, foi a seguinte: manhã: Vila Verde; tarde: Vieira do Minho,

Celorico de Basto, Esposende, Terras de Bouro, Amares e Fafe; noite: Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Barcelos e Braga.

O mapa da figura 7 (Itinerário das sessões de propaganda eleitoral nos concelhos do distrito de Braga no ano de 1969) permite visualizar o percurso ordenado da campanha eleitoral nesse ano. A campanha arranca em Braga (1) no dia 6³⁸⁴. Há um intervalo de uma semana para retomar a campanha em Vieira do Minho (2) no dia 13³⁸⁵. Prossegue passado cinco dias em Vila Verde (3) e Barcelos (4) no dia 18³⁸⁶, segue no dia a seguir em Celorico de Basto (5) e Esposende (6) no dia 19³⁸⁷ e estende-se pela semana seguinte em Terras de Bouro (7) e Amares (8) no dia 20³⁸⁸, Vila Nova de Famalicão (9) dia 21³⁸⁹, Fafe (10) no dia 22³⁹⁰ até terminar em Guimarães (11) no dia 23 de Outubro³⁹¹.

³⁸⁴ S/a. «Sessão de propaganda dos candidatos a deputados pelo circuito de Braga no Teatro Circo – na próxima segunda-feira», *Correio do Minho*, 2 de Outubro, 1969, 1.

³⁸⁵ S/a. «Campanha eleitoral. Manifesto ao eleitorado dos candidatos a deputados ao eleitorado dos candidatos a deputados da U.N pelo circulo de Braga», *Correio do Minho*, 4 de Outubro, 1969, 1.

S/a. «As próximas sessões de esclarecimento promovidas no distrito pela U.N.», *Correio do Minho*, 14 de Outubro, 1969, 1.

³⁸⁶ S/a. «Grande entusiasmo pelas sessões de esclarecimento da U.N. em Vila Verde e em Barcelos», *Correio do Minho*, 17 de Outubro, 1969, 1; S/a. «A União Nacional realizou hoje sessões de esclarecimento eleitoral em Vila Verde e Barcelos», *Correio do Minho*, 18 de Outubro, 1969, 1; S/a. «Sessão de esclarecimento do eleitorado de Barcelos – realizada, ontem, no teatro Gil Vicente, daquela cidade», *Correio do Minho*, 19 de Outubro, 1969, 1; S/a. «Votar é um dever, mas votar por Marcello Caetano é um dever- afirmou o goês dr. George Vasco Fernandes, que presidiu à sessão de esclarecimento do eleitorado promovida pela UN em Vila Verde», *Correio do Minho*, 19 de Outubro, 1969, 1.

³⁸⁷ S/a. «Importante reunião de membros da União Nacional (Comissão Distrital e Concelhia) com os “responsáveis” pelo acto eleitoral, em Esposende, para esclarecimento do eleitoral, em Esposende, para esclarecimento do eleitorado. Presidiu o escritor Manuel Boaventura – primeira figura do concelho e verdadeiramente o homem telúrico das bandas do mar», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1969, 1; S/a. «Autentica e inequívoco plebiscito da população de Celorico de Basto – todos com a União Nacional, todos com Marcello Caetano», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1969, 1.

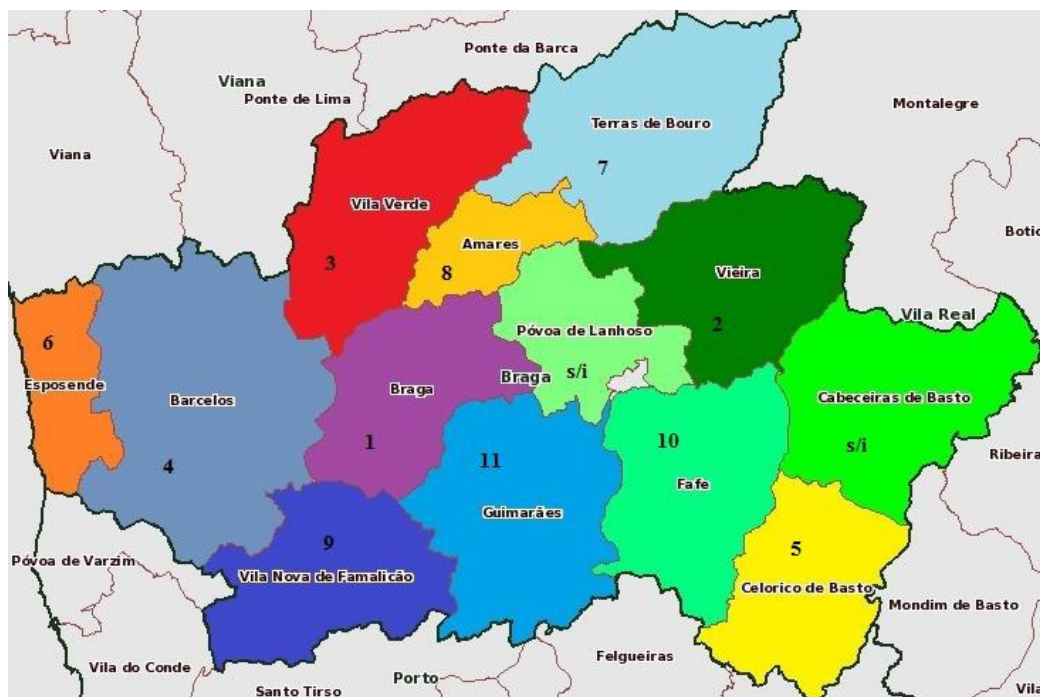
³⁸⁸ S/a. «Sessões de esclarecimento eleitoral em Terras de Bouro e Amares – perfeita sincronização política a favor da União Nacional nos meios rurais – Marcello Caetano o Homem do Povo elege», *Correio do Minho*, 21 de Outubro, 1969, 1.

³⁸⁹ S/a. «Grandiosa sessão de esclarecimento eleitoral pela União Nacional em Vila Nova de Famalicão. Os famalicenses deram inequívoco testemunho do seu portuguesismo aclamando Portugal e Marcello Caetano», *Correio do Minho*, 22 de Outubro, 1969, 1.

³⁹⁰ S/a. «O povo de Fafe deu um categórico “sim” a Marcello Caetano e à Política Ultramarina do Governo», *Correio do Minho*, 23 de Outubro, 1969, 1.

³⁹¹ S/a. «Sessão de esclarecimento eleitoral da União Nacional, em Guimarães. Uma multidão entusiasta que superlotou o Teatro Jordão viveu horas de mais são e profundo portuguesismo», *Correio do Minho*, 24 de Outubro, 1969, 1.

Figura 7: Itinerário das sessões de propaganda eleitoral nos concelhos do distrito de Braga no ano de 1969



Fonte: Atlas. Cartografia Histórica <http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas.php?lang=pt>. Numeração própria.

Legenda: S/I: sem informação.

1: Braga, dia 6	6: Esposende, dia 19	11: Guimarães, dia 23
2: Vieira do Minho, dia 13	7: Terras de Bouro, dia 20	s/i: Póvoa de Lanhoso
3: Vila Verde, dia 18	8: Amares, dia 20	s/i: Cabeceiras de Basto
4: Barcelos, dia 18	9: Vila Nova de Famalicão, dia 21	
5: Celorico de Basto, dia 19	10: Fafe, dia 22	

Campanha Eleitoral de 1973

Na campanha de 1973 realizaram-se catorze sessões que tiveram lugar nas sedes dos concelhos. No seu total as sessões ficaram repartidas por três semanas, seis dias com duas sessões cada um em três dias, três sessões num dia e duas sessões em cada um dos restantes dias, seis dias com uma sessão cada dia e um dia com uma sessão, perfazendo treze dias de campanha. Quanto à correspondência na repartição do dia, foi a seguinte: manhã: Cabeceiras de Basto, Vila Verde, Amares, Barcelos, Póvoa de Lanhoso e Esposende; tarde: Celorico de Basto, Vieira do Minho, Braga, Vila Nova de Famalicão, Barcelos e Braga; noite: Guimarães, Fafe, Barcelos, Guimarães e Braga.

O mapa da figura 8 (Itinerário das sessões de propaganda eleitoral nos concelhos do distrito de Braga no ano de 1973) permite visualizar o percurso da campanha eleitoral nesse ano. A campanha arrancou em Guimarães (1) no dia 1³⁹². Após uma paragem de um dia prossegue, ininterruptamente em Cabeceiras de Basto (2) e Celorico de Basto (3) no dia 3³⁹³, segue Vila Verde (4) e Vieira do Minho (5) no dia 4³⁹⁴, Póvoa de Lanhoso (6) no dia 11³⁹⁵, Esposende (7) e Braga (8) no dia 12³⁹⁶, Vila Nova de Famalicão (9) e Fafe (10) no dia 13³⁹⁷ até Amares (11) no dia 14³⁹⁸. Prossegue na semana seguinte em Terras de Bouro (12) no dia 15, Guimarães (13) no dia 16³⁹⁹, Vila Nova de Famalicão (14) no dia 17⁴⁰⁰, Barcelos (15) no dia 18, Guimarães (16) no dia 19⁴⁰¹ até Braga (17) no dia 20⁴⁰². E termina em Braga (18) no dia 24 de Outubro⁴⁰³.

³⁹² s/a. «A grandiosa sessão de propaganda eleitoral de Guimarães de apoio aos candidatos da A.N.P. pelo círculo de Braga.», *Correio do Minho*, 3 de Outubro, 1973, 1; s/a. «Eleições para Deputados. Somos contra o que divide os portugueses, dissolve o espírito da Nação, avilta os costumes e degrada a actuação política – afirmou o Dr. Luis Teixeira de Melo que presidiu à grandiosa sessão de apoio aos candidatos da A.N.P. pelo Círculo de Braga ontem à noite realizada em Guimarães.», *Correio do Minho*, 2 de Outubro, 1973, 1.

³⁹³ s/a. «Eleições para Deputados. Os candidatos da A.N. P. pelo círculo de Braga deslocaram-se ontem a Cabeceiras de Basto e a Celorico de Basto ontem tiveram reuniões de trabalho com o eleitorado dos dois concelhos.», *Correio do Minho*, 4 de Outubro, 1973, 1.

³⁹⁴ s/a. «Eleições para Deputados. Reuniões de trabalho dos candidatos ANP pelo círculo de Braga em Vila Verde e Vieira do Minho.», *Correio do Minho*, 5 de Outubro, 1973, 1.

³⁹⁵ s/a. «Eleições para Deputados. Realiza-se hoje na Póvoa de Lanhoso uma sessão de esclarecimento promovida pelos candidatos da A.N.P. de Braga.», *Correio do Minho*, 11 de Outubro, 1973, 1; s/a. «Rodeou-se do maior interesse a sessão de esclarecimento promovida pelos candidatos pelo círculo de Braga na Póvoa de Lanhoso.», *Correio do Minho*, 12 de Outubro, 1973, 1.

³⁹⁶ s/a. «Eleições para Deputados. Tiveram vivo interesse as sessões de esclarecimento promovidas ontem pelos candidatos da A.N.P. em Braga e em Esposende. Hoje efectuaram-se reuniões semelhantes em Famalicão e em Fafe.», *Correio do Minho*, 13 de Outubro, 1973, 1.

³⁹⁷ s/a. «Fervor Patriótico e inequívoca adesão a Marcello Caetano marcaram as sessões de esclarecimento dos candidatos da A.N.P. pelo Círculo de Braga realizadas ontem em Famalicão e em Fafe.», *Correio do Minho*, 14 de Outubro, 1973, 1.

³⁹⁸ s/a. «Eleições de Deputados. Rodeou-se do maior interesse o I plenário da A.N.P. e a apresentação dos candidatos a deputados em Amares.», *Correio do Minho*, 16 de Outubro, 1973, 1.

³⁹⁹ s/a. «Eleições para Deputados. Reuniões de trabalho e de esclarecimento no concelho de Guimarães promovida ontem pelos candidatos A.N.P. pelo círculo de Braga.», *Correio do Minho*, 17 de Outubro, 1973, 1.

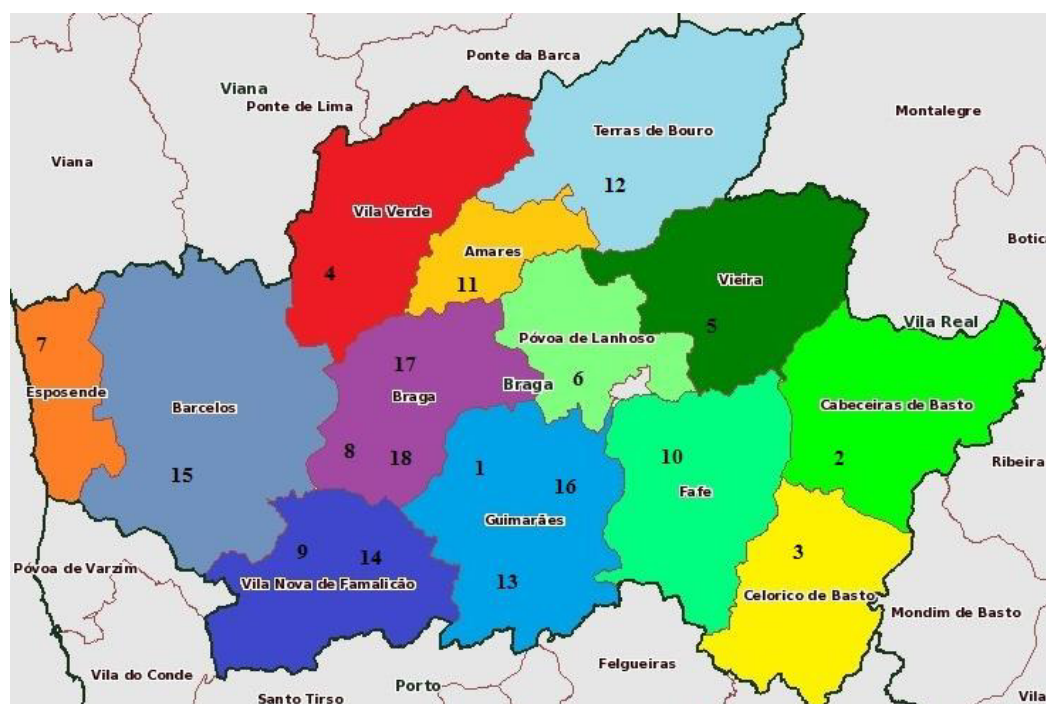
⁴⁰⁰ s/a. «Eleições para Deputados. Reuniões de trabalho e de esclarecimento realizadas ontem pelos candidatos A.N.P. pelo círculo de Braga no concelho de Vila Nova de Famalicão.», *Correio do Minho*, 18 de Outubro, 1973, 1.

⁴⁰¹ s/a. «Eleições para Deputados. Decorreram com o maior entusiasmo e rodearam-se de grande interesse as sessões de esclarecimento dos candidatos da A.N.P. pelo círculo de Braga realizadas ontem em Guimarães.», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1973, 1.

⁴⁰² s/a. «Eleições para Deputados. Sessão de esclarecimento promovida ontem em Braga pelos candidatos da A.N.P. e destinada especialmente a dirigentes e funcionários da organização corporativa.», *Correio do Minho*, 21 de Outubro, 1973, 1.

⁴⁰³ s/a. «Eleições para Deputados. Extraordinária manifestação de apoio a Marcelo Caetano e aos candidatos da A.N.P. Círculo de Braga na memorável sessão de encerramento da campanha eleitoral ontem à noite realizada no Tetro Circo.», *Correio do Minho*, 25 de Outubro, 1973, 1.

Figura 8: Itinerário das sessões de propaganda eleitoral nos concelhos do distrito de Braga no ano de 1973



Fonte: Atlas. Cartografia Histórica <http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas.php?lang=pt>. Numeração própria.

Legenda:

1: Guimarães, dia 1	7: Esposende, dia 12	13: Guimarães, dia 16
2: Cabeceiras de Basto, dia 3	8: Braga, dia 12	14: Vila Nova de Famalicão, dia 17
3: Celorico de Basto, dia 3	9: Vila Nova de Famalicão, dia 13	15: Barcelos, dia 18
4: Vila Verde, dia 4	10: Fafe, dia 13	16: Guimarães, dia 19
5: Vieira do Minho, dia 4	11: Amares, dia 14	17: Braga, dia 20
6: Póvoa de Lanhoso, dia 11	12: Terras de Bouro, dia 15	18: Braga, dia 24

Do mesmo modo, verifica-se que nem todos os concelhos se repetem, aqueles que tornam a realizar sessões são apenas em Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos. Este último entra contagem, na medida em que só neste dia houveram três sessões durante o decorrer do dia. Não obstante, em despeito aos restantes concelhos, verifica-se que estes, para além de terem tido apenas uma sessão, ocuparam as primeiras ações de alocação dos deputados, com exceção de Guimarães.

Depois da análise das campanhas dos atos eleitorais de 1945 a 1973 irá inserir-se as personalidades que lá figuravam. Estas eram movidas por indivíduos que se deslocavam a todos os concelhos do distrito de Braga, no caso das autoridades distritais, e por indivíduos que já se

encontravam nos locais. De igual modo, os deputados acompanhavam as autoridades distritais na realização das sessões nas campanhas eleitorais. Como será possível verificar a seguir.

As Personalidades nas Campanhas: o culto do Estado Novo através das suas autoridades

À semelhança do Portugal da província, o quotidiano eleitoral no distrito era dinamizado por um leque alargado de figuras, na sua maioria pertencentes à organização político-administrativa regional e concelhia, reflexo do estreito controlo governamental sobre as eleições, forma de assegurar a manutenção do regime. Contudo, em razão das orientações legislativas adotadas no quadro das eleições de 1961 e sobretudo no ciclo marcelista (1969 e 1973), evidenciam-se algumas diferenças, tanto em termos da dinâmica política como no plano da composição das equipas responsáveis pela propaganda eleitoral, como veremos, pesem embora as linhas de continuidade.

Como é sabido, os atos eleitorais constituíam momentos privilegiados de interação entre o centro e as periferias, contribuindo para reforçar os laços entre o regime e as populações e sobretudo para reforçar a imagem de legitimidade do regime, tanto mais necessária atendendo à mudança da conjuntura internacional no pós II Guerra Mundial. As pressões externas repercutiram-se internamente, sobretudo entre os meados dos anos 40 e 50, em razão de esperança de democratização que então animou setores políticos, como vimos, atrás, no quadro de emergência da oposição organizada ao Estado Novo. A agudização do problema colonial, refletido pelo início da Guerra Colonial, arrastou consigo o agravamento das tensões político-diplomáticas no quadro da bipolarização do mundo de então, circunstâncias que se refletem a seu modo nas dinâmicas das eleições desse período (1961, 1965) e de inícios da década de 70 e nas esperanças depositadas na esperada (gorada) renovação na continuidade marcelista. Paralelamente, há que ter presente a dinamização económica encetada nos finais dos anos 50 e que se prolonga nas décadas seguintes, no âmbito do lançamento das políticas de fomento e de planeamento económico que se traduziram, globalmente, nos sinais de prosperidade e de mudança social que atravessa o período⁴⁰⁴. Os sinais de mudança acelerada repercutiram-se no comportamento das

⁴⁰⁴ Cf. António Barreto, «Três Décadas de mudança Social», em *A Situação em Portugal, 1930-1995* (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1996), 35-36.

«campanhas nacionalistas», em sintonia compassada com a mudança mais global que marcava o mundo capitalista.

Quem figura nas sessões de propaganda eleitoral?

O universo das personalidades presentes nas sessões concelhias era composto por figuras afetas à organização política nacional, alguns ministros e deputados (para além dos candidatos pelo respetivo círculo), e privilegiadamente pelos representantes das autoridades político-administrativas regionais e concelhias bem como de outros serviços e entidades públicas, como o patenteia a Tabela 4.

Tabela 4: Universo de figuras que compunham a máquina eleitoral no distrito de Braga, por escalas de autoridade-poder, entre a IV e XI legislaturas (1945 a 1973)

Escala de Autoridade	1945 IV	1949 V	1953 VI	1957 VII	1961 VIII	1965 IX	1969 X	1973 XI	Total
Nacional	5	3	2	6	1	0	0	1	18
Ultramarina	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Distrital	21	21	11	20	14	14	22	8	131
Concelhia	40	43	50	68	36	50	40	1	328
i/i*	7	5	0	5	0	1	1	0	19
Total global	73	72	64	99	51	66	63	10	498

Fonte: Dados alcançados a partir do periódico: *Correio do Minho*, 1945, 1949, 1953, 1957, 1961, 1965, 1969, 1973. Elaboração própria.

i/i* Informação insuficiente acerca dos indivíduos.

A presença de personalidades nacionais, ministros e subsecretariados de Estado e militares, revela-se particularmente significativa atendendo à distinção e prestígio que estas suscitavam junto das populações, mas, em especial, como sinal da valorização (também instrumental) que o governo consignava às regiões do País e às respetivas chefias regionais. Com efeito, apenas as cidades de Braga e de Guimarães acolheram figuras desta envergadura, nas respetivas sessões eleitorais. A breve trecho, as alterações na legislação a partir das eleições de 1961, orientadas no sentido de atenuar a influência da máquina governamental e de sugerir uma ideia de maior democraticidade do regime, explicam a quebra de representantes nacionais nas

jornadas nacionalistas em análise⁴⁰⁵. Com efeito, dos 18 políticos de perfil nacional recenseados em sessões eleitorais, 16 concentram-se e distribuem-se entre os atos eleitorais de 1945 até 1957. O segmento seguinte, que engloba um mesmo número de eleições (quatro), apenas regista 2 figuras nacionais, respetivamente em sessões nas campanhas eleitorais de 1957 e 1973, Baltasar Rebello de Sousa⁴⁰⁶. No quadro das eleições de 1953, a cidade de Braga foi contemplada pelas presenças do Ministro do Interior, Trigo de Negreiros⁴⁰⁷, e de Augusto Cancela de Abreu⁴⁰⁸, na qualidade de membro da Comissão Executiva da U.N.. Por seu turno, a campanha referente à VII legislatura (1957) evidencia o maior número de representantes nacionais, a saber: Mário de Figueiredo⁴⁰⁹, Joaquim Trigo de Negreiros, Ministro do Interior, e Baltasar Rebello de Sousa, Subsecretário de Estado da Educação Nacional, os dois primeiros na sessão de abertura e o último na sessão de encerramento da campanha. Participaram ainda três membros da Comissão Executiva da U.N., Camilo de Mendonça⁴¹⁰, Álvaro de Mendonça e Henrique Tenreiro⁴¹¹, este último, em Guimarães. Em 1961, há apenas a registar a presença do Coronel Pacheco, militar que participou no Golpe Militar do 28 de Maio. De assinalar ainda a presença de uma deputada do Estado da Índia, Maria Lurdes Filomeno Figueiredo Albuquerque⁴¹², na campanha de 1965, certamente aliada à importância político-ideológica da questão colonial e ao agravamento do palco

⁴⁰⁵ Veja-se o aprofundamento no capítulo III.

⁴⁰⁶ Foi Subsecretário de Estado da Educação Nacional de 1955 a 1961. Contudo, desempenhou outros cargos políticos, nomeadamente: governador-geral de Moçambique (entre 1968 até 1970); Ministro das Corporações (entre 1970 a 1973), Ministro-delegado do Presidente do Conselho para a Emigração acumulando com a pasta de Ministro do Ultramar (novembro de 1973 até Abril de 1974). Cf. Fernando Martins, «SOUSA, Baltasar Leite Rebello de (n. 1921)», em *Dicionário de História do Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito. Vol. II (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), 952-953.

⁴⁰⁷ Verifica-se que este tem fortes ligações com o norte de Portugal e também no distrito de Braga, em que foi Conservador do Registo Predial em Esposende entre 1926-1928. Como Ministro do Interior desempenhou o cargo entre 1950 a 1958. Foi apoiante de Marcello Caetano. Cf. José Carlos Valente, «NEGREIROS, Joaquim Trigo de (1900-1973)», em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito. Vol. II (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), 659.

⁴⁰⁸ De 1950 a 1958 foi deputado na Assembleia Nacional e foi também, a partir de 1950, depois exonerado do cargo de Ministro do Interior, vogal e presidente da comissão executiva da U.N.: Cf. Fernando Martins, «ABREU, Augusto Cancela de», em *Dicionário de História do Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito. Vol. I (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), 8-9.

⁴⁰⁹ Mário de Figueiredo foi deputado à Assembleia Nacional desde o seu início até à sua morte. Este demarca-se por pertencer intransigentemente ao Salazarismo. Foi conselheiro e amigo de Salazar tanto neste órgão como ao nível pessoal e exercer grande influência dentro da U.N. da qual foi nomeado presidente da comissão consultiva em 1952. Fez parte do conselho de estado. Em 1961 é presidente da Assembleia Nacional e confirmado para o mesmo cargo em 1965. Pertenceu ao colégio eleitoral que nomeou Américo Tomás. Cf. António José Telo, «FIGUEIREDO, Mário de (1890-1969)», em *Dicionário de História do Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito. Vol. II (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), 358-360.

⁴¹⁰ Camilo de Mendonça é Engenheiro agrónomo e desempenhou vários cargos dentro do governo ligados a este sector. Junta-se aos círculos de Marcello Caetano, bem como às ideias reformistas de desenvolvimento industrial e económico, contrariando o ideário da economia rural. Cf. Luciano do Amaral, «Camilo de Mendonça», em *Dicionário de História do Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito. Vol. II (Vendas Novas: Bertrand Editora, 1996), 560-561.

⁴¹¹ S/a, «Sob a presidência do sr. Comandante Henrique Tenreiro, realiza-se, hoje à noite, em Guimarães uma sessão de propaganda promovida pela União Nacional e pela qual há o mais justificado interesse», *Correio do Minho*, 17 de Outubro, 1957. Para além de ser vogal da comissão executiva da U.N. foi também deputado na Assembleia Nacional de 1945 a 1973 pelo Círculo de Faro. Desempenhou vários outros cargos, principalmente militares, na Legião Portuguesa e em Grémios ligados ao sector das pescas. Cf. Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, «TENREIRO, Henrique Ernesto Serra dos Santos», em *Dicionário de História do Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito. Vol. II (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), 973-974.

⁴¹² Maria de Lourdes Filomena Figueiredo de Albuquerque, nascida a 18 de novembro de 1929, cumpriu apenas um mandato na Assembleia Nacional, eleita pelo Círculo Eleitoral da Índia nas eleições de 1965. Foi a primeira mulher sem licenciatura a integrar a Assembleia, sendo doméstica de profissão. Cf. J.M. Tavares Castilho, «Maria de Lourdes Filomena Figueiredo de Albuquerque», em *Os Deputados à Assembleia Nacional (1935-1974). Biografia e carreira parlamentar*, Assembleia da República, J.M. Tavares Castilho, http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/a/albuquerque_maria_de_lourdes_filomena_figueiredo_de.pdf [consultado em 3 de Setembro de 2016].

de guerra nas províncias africanas. As demais campanhas contaram as participações das seguintes personalidades nacionais: João da Costa Leite (Lumbralles)⁴¹³, Ministro das Finanças, e ainda

Joaquim Diniz da Fonseca, Subsecretário da Finanças, que animaram sessões que tiveram lugar, respetivamente, em Braga e Guimarães, na campanha de 1945. O leque de personalidades inclui ainda o Major Botelho Moniz, militar que participou no Golpe Militar do 28 de Maio⁴¹⁴, Querubim Guimarães, Presidente da U.N. de Aveiro e Botto de Carvalho, representante do SPN. Por seu turno, a campanha relativa às eleições de 1949, acolheu as visitas do Ministro das Comunicações, Gomes de Araújo⁴¹⁵, a Braga, e do Subsecretário do Comércio e Indústria, Jorge Pereira Jardim⁴¹⁶, a Guimarães.

Em termos de representação regional e local, o segmento apresentava-se bastante mais diversificado (Cf. Tabela I, no respetivo anexo ao capítulo). Contemplava, no topo da hierarquia, as figuras ligadas ao governo civil (governador civil em funções; antigos governadores civis e governador civil substituto, secretário do respetivo órgão, num total de 10) e à Junta de Província (mais tarde designada Junta de Distrito, presidentes e vice-presidentes, num total de 4). O segmento concelhio evidenciava, obviamente, um leque mais alargado de figuras, englobando as chefias e as autoridades municipais [Presidentes (71), antigos presidentes (24) e vice-presidentes (2), vereadores (10) e outros em representação do Presidente da Câmara (1) num total de 108], quadros municipais (Presidente da Comissão de Turismo (2); Presidente da Comissão Municipal de Assistência (1); Delegados e subdelegados de saúde (3); quadros superiores dos serviços florestais (2), que faziam partes dos «serviços especiais»⁴¹⁷ da administração pública; chefe das finanças (1); num total de 9), além do diretor da Biblioteca Pública de Braga (1).

⁴¹³ Foi Ministro das Finanças de 1940 a 1950. Anteriormente, desempenhou cargos análogos, concretamente como Subsecretário das Finanças, numa época em que era Ministro das Finanças Oliveira Salazar, e Ministro do Comércio e Indústria. Lumbralles foi desde o tempo em que esteve na Universidade de Coimbra, discípulo e assistente de Salazar, pelo qual nutria grandes afinidade. Cf. Fernando Rosas, «LEITE, (Lumbralles), João Pinto da Costa (1905-1975)», em *Dicionário de História do Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito. Vol. I (Vendas Novas: Bertrand Editora, 1996), 518-519.

⁴¹⁴ Cf. João Medina, «Um «barão» do salazarismo: o major Jorge Botelho Moniz», em *O «Estado Novo» (III) Opressão e Resistência (contt.)*. Vol. XVII de *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, dir. João Medina (SAPE: Edita Ediclube, Edição e Promoção do Livro, Lda, 2004), 141-146.

⁴¹⁵ Desempenhou o cargo de Ministro das Comunicações de 1947 a 1958. Antes exerceu o lugar de Subsecretário de Estado da Guerra, salientando-se como tendo sido um militar exímio. Nasceu em Barcelos, concelho do distrito de Braga. Cf. Isabel Ribeiro Ferreira Nunes, «ARAÚJO, Manuel Gomes de (1897-1982)», em *Dicionário de História do Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito. Vol. I (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), 60-61.

⁴¹⁶ Foi Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria de 1948-1952. Cf. Fernando Martins, «JARDIM, Jorge Pereira (1920-1982)», em *Dicionário de História do Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Carvalho. Vol. I (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), 496.

⁴¹⁷ Artigo 622º, Decreto-lei nº 31:095, 31 de Dezembro de 1940, 1698.

Em contrapartida, a presença de representantes à escala da freguesia era manifestamente lateral, uma vez que apenas registamos a presença de um Presidente da Junta de Freguesia, Manuel Couto.

Igualmente presentes nas sessões figuram as chefias e/ou vogais distritais e concelhios da U.N., mais tarde, no Marcelismo, da A.N.P., num total de 82. A distribuição afigura-se regular, cobrindo a maioria das sessões realizadas (Cf. Tabela II, nos anexos ao capítulo). Note-se, ainda, que nas campanhas eleitorais de 1965 e 1969 se evidenciou uma maior participação dos responsáveis das estruturas do partido do regime, principalmente da Comissão Distrital da U.N.. Acrescentem-se, ainda, as menções explícitas ao diretor do periódico oficial da União Nacional e respetivos colaboradores.

As estruturas corporativas e os serviços distritais afetos ao Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência encontram-se igualmente representados, nas sessões propagandísticas (Cf. Tabelas III e IV, nos anexos ao capítulo). No primeiro caso, figuram membros dos organismos corporativos primários (Presidente da Casa do Povo, Dirigente Sindical, Presidentes dos Grémios da Lavoura e do Grémio do Comércio⁴¹⁸), bem como Procuradores à Câmara Corporativa. No segundo caso, a presença do delegado do INTP é praticamente constante nas diversas campanhas (seis ocorrências num universo potencial de oito), registando-se ainda, episodicamente, o subdelegado e o juiz do Tribunal do Trabalho. Em termos de cômputo geral, a participação das instituições e serviços corporativas foi lateral, com exceção dos dirigentes distritais do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (I.N.T.P.), organismo que atuava sob a superintendência inicialmente de Oliveira de Salazar, através do Subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social (entre 1933 a 1950) e, posteriormente, do Ministro das Corporações e Previdência Social⁴¹⁹, ainda que exterior à administração pública⁴²⁰.

Note-se, ainda que o delegado do I.N.T.P. constituía uma extensão do Ministro da especialidade no plano regional⁴²¹. Por isso, como avança Graciete Barradas Rodrigues, era uma figura-chave no âmbito das funções de vigilância, controlo e influência que desempenhava ao nível da malha corporativa do distrito, atuando, igualmente, como figura tutelar no plano da

⁴¹⁸ Cf. Manuel de Lucena, «grémios», em *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica (Porto: Livraria Figueirinhas, 1999), 125; Rosas, «O Corporativismo...».

⁴¹⁹ Cf. Graciete Barradas Rodrigues, «Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP)», em *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica (Porto: Livraria Figueirinhas, 1999), 279; José Carlos Valente, «Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP)», em *Dicionário de História do Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), 486-487.

⁴²⁰ Cf. Rodrigues, «Instituto...», 279; Valente, «Instituto...», 486; Fernando Rosas, «O Corporativismo Enquanto Regime», em *Corporativismo, fascismo, Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e Álvaro Garrido (Coimbra: Edições Almedina, 2012).

⁴²¹ Cf. Rodrigues, «Instituto...», 280; Valente, «Instituto...», 487.

disseminação propagandística do corporativismo social⁴²², particularmente expressiva no quadro da dinamização da previdência social no ciclo marcelista. Em contrapartida, a participação mais irregular e modesta dos representantes dos organismos corporativos primários, nas sessões eleitorais, leva a sugerir que a presença dos mesmos é ditada, fundamentalmente, por razões de prestígio político-social dos indivíduos em si, em detrimento da relevância dos respetivos organismos. Veja-se o exemplo de Oliveira Pinto, na qualidade de Presidente da Casa do Povo de Ronfe (Guimarães), pese embora o seu poder de influência ser reflexo do seu longo mandato à frente da Presidência de municípios (Guimarães e Vila Nova de Famalicão). Figura na sessão eleitoral realizada, em 1945, em Esposende, ilustrativa da circulação das individualidades locais e regionais, no plano da dinamização propagandística⁴²³.

Os estabelecimentos de ensino mais representativos do distrito – Liceu Sá de Miranda, Diretor do Magistério Primário, Diretor da Escola Técnica e, mais tarde, da Universidade Católica – contam também com elementos das chefias e/ou professores, (ainda que nalguns casos respeitem a indivíduos que acumulam outros cargos políticos e administrativos), para além dos representantes superiores das estruturas administrativas do Ministério da Educação Nacional (diretor do Distrito Escolar e Delegado Escolar). Globalmente, porém, as ocorrências são marginais, saldando-se, no seu todo, em 18 (cf. Tabela V, nos anexos ao capítulo). Interrogamo-nos sobre o reduzido significado destes números, no panorama das eleições para a Assembleia Nacional, tanto mais, tendo presente o forte investimento na educação e no ensino nas décadas áureas do Estado Novo como canais de suporte privilegiado da disseminação e incorporação dos valores salazaristas.

A importância da educação e do ensino, ao «serviço do Estado»⁴²⁴, não era negligenciada pela órgão oficial do regime, que salientava o seu papel, frisando que «a escola prepara para a vida e a vida não é neutra»⁴²⁵. Analogamente, registam-se observações muito elogiosas sobre o lugar do professorado na preparação dos jovens, junto às famílias, no sentido de os preparar para quaisquer intempéries⁴²⁶. Seja como for, somos levados a admitir que a presença frequente dos reitores e vice-reitores dos Liceus de Braga e de Guimarães e de outros diretores dos

⁴²² Cf. Rodrigues, «Instituto...», 280.

⁴²³ Cf. s/a, «A nossa batalha pela independência e grandeza da Nação Decorreu com o maior entusiasmo e perante uma enorme assistência, formada por gente de todas as classes, a sessão de propaganda eleitoral efectuada no domingo em ESPOZENDE Amanhã, afirmarão a sua presença os concelhos de Amares e Celorico de Basto», *Correio do Minho*, 6 de Novembro, 1945.

⁴²⁴ Sampaio da Nôvoa e João Barroso, «Ensino Liceal», em *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica (Porto: Livrarias Figueirinhas, 1999), 633; Cf. Sampaio da Nôvoa, «Ensino Liceal», em *Dicionário de História do Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (Lisboa: Circulo de Leitores, 1996), 302.

⁴²⁵ s/a, «O CHEFE DO DISTRITO presidiu ontem à sessão eleitoral da Póvoa de Lanhoso onde os nomes do Marechal Carmona e de Salazar FORAM LARGAMENTE OVACIONADOS PELO POVO DAQUELE CONCELHO», *Correio do Minho*, 4 de Novembro, 1949, 4.

⁴²⁶ Cf. s/a, «O CHEFE...», 4.

estabelecimentos de ensino mais distintivos da capital de distrito, se devia fundamentalmente ao facto de serem figuras nomeadas pelo Governo⁴²⁷, que expressavam assim a sua fidelidade ao regime, no âmbito da pertença ao funcionalismo especializado do Estado.

As estruturas de enquadramento da juventude registam uma presença ocasional das chefias da Mocidade Portuguesa e da Legião Portuguesa (cf. Tabelas VI, nos anexos ao capítulo), sintoma provável da quebra de influência e de prestígio que estes organismos denotaram pós-1945.

Como é sabido, a Igreja foi durante muito tempo o principal eixo de colaboração com o regime, circunstância cimentada pela promulgação da Concordata e do Acordo Missionário, ambos datados de 1940, e, ao contrário de outras instituições, usufruiu sempre de autonomia face ao Estado⁴²⁸. Porém, ocorreram, ao longo do Estado Novo, alguns atritos relacionados, nomeadamente em matéria da educação, uma vez que o regime procurou sempre manter a liderança sobre o setor, condicionando e restringindo a dinamização das estruturas de ensino ligadas à Igreja. Analogamente, se registaram ecos de protesto, concretamente em termos de ação social, atendendo à miséria que grassava nas regiões do País, ou ainda à situação de guerra vivida no contexto colonial africano. Mas é na conjuntura pós-1945 que se multiplicam os sintomas de protesto e de contestação, muito em especial na década de 60⁴²⁹. Por sua vez, a hierarquia superior da Igreja Católica não se fez representar nas sessões (Cf. Tabela VIII, dos anexos ao capítulo). Apenas constam arceprestes (28 ocorrências), padres (8 menções) e 2 representantes não identificados, que figuram, em termos especialmente expressivos (e concentrados), até à campanha para IX Legislatura (1965). Uma representação que contrasta com a presença mais substantiva de dignidades superiores do arcebispado de Braga nas cerimónias políticas e propagandísticas que tiveram lugar na capital de distrito e em outras localidades da região, durante as décadas áureas do Estado Novo - provavelmente, reflexo da orientação interna adotada, sem contudo invalidar a presença de membros do clero nas estruturas da U.N., no período em estudo.

Não obstante, a estreiteza do universo em análise não nos permite extrair ilações substantivas. Veja-se o caso da campanha eleitoral de 1965, que corresponde ao auge da oposição ao regime no quadro do País, que evidencia, não obstante uma presença significativa de arceprestes nas sessões eleitorais promovidas no respetivo círculo. Será este indicador um sinal

⁴²⁷ Cf. Nóvoa, «Ensino...», 302; Nóvoa e Barroso, «Ensino...», 633.

⁴²⁸ Cf. Manuel Braga da Cruz, «Igreja Católica», em *Dicionário de História do Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), 434; Manuel Braga da Cruz, «Igreja Católica e Estado Novo», em *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica (Porto: Livrarias Figueirinhas, 1999), 234.

⁴²⁹ Cf. Cruz, «Igreja...», 1996, 437; Cruz, «Igreja...», 239-240.

de apoio reforçado ao regime, por parte de setores do clero mais tradicionais, porventura, como contrarreacção à existência de uma lista de católicos que enfileirou na oposição ao regime⁴³⁰? Admitindo como válida a interpretação proposta, a figura do arcepreste sugere uma imagem das relações firmes e sólidas, entre o Estado e a Igreja, em especial à escala concelhia, predominantemente rural. Com efeito, não há indícios da participação do Arcebispo Primaz nas sessões de propaganda, mesmo nas mais importantes, como são as realizadas em Braga, nas quais figuravam, inicialmente, elementos do governo, como vimos. Veja-se, a título de ilustração, o caso da receção ao Ministro do Interior, Trigo de Negreiros, registado na campanha eleitoral de 1953, que contou apenas com um representante do «Prelado da Arquidiocese», no almoço de homenagem ao mesmo⁴³¹. Por seu turno, o Provedor da Misericórdia pontuou, regularmente, nas sessões eleitorais, registadas até às eleições para a IX Legislatura (Cf. Tabela VIII, dos anexos ao capítulo). Tratava-se de um cargo ligado a um organismo privado, mas dotado de um elevado prestígio social, no âmbito da relevância que estas instituições desempenhavam no campo assistencial (ou de beneficência) e da saúde⁴³², numa época largamente carenciada de apoios no campo da proteção social, pesem embora os sinais de crescimento registados durante o Marcelismo.

De salientar, ainda, a presença de individualidades ligadas aos setores económicos e profissionais da região, nas sessões propagandísticas (Cf. Tabela IX dos anexos ao capítulo). Destacam-se as figuras pertencentes aos estratos superiores, concretamente profissões liberais (advogados e médicos, num total de 10 menções), notários (6 menções), profissões artísticas e culturais (escritores, jornalistas e artistas plásticos, num total de 6 ocorrências). Em contrapartida, a representação de empregados e trabalhadores afigura-se menor e diversificada (empregado bancário; chefe da estação ferroviária, tipografo e operário, num total de 6 ocorrências). Mais contida é a presença de representantes do patronato. Contabilizamos apenas três menções a industriais, valor que deve ser cruzado com os representantes dos organismos corporativos afetos ao patronato agrícola e comercial.

Por último, uma referência final sobre a presença das forças de segurança, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública, que também figuravam nas cerimónias

⁴³⁰ Cf. Cruz, «Igreja...», 241.

⁴³¹ s/a, «NO TERMO DA CAMPANHA ELEITORAL Com várias sessões realizadas ontem através da Pais chegamos ao fim desta campanha eleitoral Nesta cidade, efectuou-se uma importante reunião, em que o sr. Ministro do Interior pronunciou um dos mais profundos discursos da temporada eleitoral Antes, fôra prestada significativa homenagem ao ilustre membro do Governo, no Bom Jesus do Monte», *Correio do Minho*, 6 de Novembro, 1953, 1.

⁴³² Cf. Coriolano Ferreira, «hospitais», em *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica (Porto: Livrarias Figueirinhas, 1999), 199.

eleitorais, ainda que em sessões mais específicas. Juntamente a estas, acrescentam-se as associações humanitárias, como são exemplo os Bombeiros Voluntários, pertencentes tanto aos quadros do pessoal maior dos «serviços especiais»⁴³³ como do «pessoal menor, especializado e operário»⁴³⁴. Também aqui, os cargos superiores eram preenchidos de acordo com o grau de fidelidade ao regime, na ausência de concursos⁴³⁵, pese embora a presença marginal dos indivíduos recenseados (Cf. Tabela X, dos anexos ao capítulo).

* *

Das linhas expostas, depreende-se o peso esmagador da máquina político-administrativa regional e concelhia, a que não é alheia a natureza das eleições em estudo. Esta vinculação e dependência é, aliás, sublinhada nos estudos da especialidade, que realçam o poder de controlo estatal e governamental no território nacional, exercido por via dos delegados dos ministros de diferentes especialidades, em particular do ministério do Interior.

Neste âmbito, torna-se pertinente ir ao encontro da perspetiva aberta por António Costa Pinto, ao relevar a necessidade evidenciada pelos regimes autoritários e totalitários em «cooptar elites»⁴³⁶. As campanhas eleitorais, animadas pelo partido do regime, aqui examinadas, são disso um testemunho evidente. Com efeito, convertiam-se em espaços de reforço das socialidades políticas inter e intra autoridades, contribuindo, ao seu modo, para potenciar novas entradas entre as elites dirigentes regionais e locais, a partir do restrito universo das elites sociais. Sublinhe-se, neste sentido, a importância das modalidades da nomeação dos representantes regionais e locais, escolhidos em razão da fidelidade ao regime, como o denota um dos sentidos da palavra delegação, isto é, «confiar»⁴³⁷ - o fracionamento da autoridade consagra, para todos os efeitos, a unidade do Estado uno e indivisível. As eleições eram assim uma via privilegiada de o poder central irradiar às periferias. Disso é testemunho a presença quase constante do representante do governo central nas sessões eleitorais, que intervinha como condutor das sessões, pois quando mesmo ausente a sua representação era delegada em outra figura. As únicas exceções reportam-se às campanhas eleitorais de 1961 (em que não figura) e de 1969, em que desempenha um

⁴³³ Decreto-lei n.º 31:095, 1697.

⁴³⁴ Decreto-lei n.º 31:095, 1697.

⁴³⁵ Cf. Decreto-lei n.º 31:095, 1697.

⁴³⁶ António Costa Pinto, «Eleições e ditaduras. Um paradoxo estável – comentário» (Lisboa: Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea, 2011), 211; Para a mesma temática, Cf. Pedro Tavares de Almeida e António Costa Pinto, «Os ministros portugueses, 1851-1999: perfil social e carreira política», em *Quem Governa a Europa do Sul?*, org. Pedro Tavares de Almeida, António Costa Pinto e Nancy Bermeo (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006), 27.

⁴³⁷ José Pedro Machado, «delegar», em *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa com a mais antiga escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados* (Lisboa: Livros Horizonte, 1977), 295.

papel marcadamente passivo. Note-se, porém, que a inexistência de protagonismo público, não invalida a sua influência, nomeadamente nos bastidores da ação política. Em contraponto, os Presidentes e Vice-Presidentes das Câmaras Municipais exerceram uma participação ativa no âmbito do conjunto das campanhas em estudo, atuando como peças essenciais, como o espelha o exemplo que se segue, relativo à campanha de 1965, em que é atestada a presença dos 13 responsáveis pelas respetivas edilidades do distrito. Para todos os efeitos, intervinham na qualidade de intermediários da população do respetivo concelho junto aos representantes nacionais, candidatos a deputados, e demais individualidades de recorte nacional, como o sugerem as citações reproduzidas: «Podem contar com a minha lealdade e colaboração e o apoio da maioria dos vieirenses»⁴³⁸, «Quiseram VV. Exas deslocar-se ao meu concelho»⁴³⁹, «Faço-o em meu nome, em nome da edilidade a que presido (...) o mesmo é dizer em nome de todo o povo nacionalista deste concelho»⁴⁴⁰ - sintoma da expressão da cultura política veiculada nas sessões de campanha (como veremos, de forma mais desenvolvida, no III capítulo).

São igualmente uma manifestação eloquente da máquina político-administrativa salazarista e do «intervencionismo activo e dirigista», do respetivo Estado⁴⁴¹. No seu conjunto compunham a malha dos delegados e representantes do poder central ao nível das periferias, que atuava como corrente de informação distrito junto do Ministro⁴⁴². Daí ser prática corrente as solicitações oficiais do Ministro do Interior e do Governo, junto ao Governador Civil, no sentido que este intercedesse de forma a estimular manifestações efusivas do «apoio incondicional»⁴⁴³, meio de encenar a vivacidade do apoio expresso pelas populações do distrito. Em contraponto, o papel das estruturas da UN/ANP regionais e locais era lateral, como o sublinham os estudos da especialidade. Figurativo afigura-se ainda o papel dos organismos corporativos e dos estabelecimentos de ensino da região. Manifestação, provável, da quebra de protagonismo das entidades pertencentes ao Estado nas cerimónias eleitorais, em sintonia com o designio de mostrar ao mundo, a suposta

⁴³⁸ s/a, «Importante reunião dos candidatos a deputados pelo Círculo de Braga com as autoridades e individualidades mais destacadas de VIEIRA DO MINHO com vista às Eleições de Novembro próximo», *Correio do Minho*, 19 de Outubro, 1965, 4; Cf. s/a, «Para as eleições de 7 de Novembro Guimarães recebeu os candidatos a deputados pelo Círculo de Braga num ambiente de plena confiança no triunfo DA UNIÃO NACIONAL PRESIDIU à reunião de trabalhos o Coronel Leonardo Neves – Presidente da Comissão Distrital daquele Organismo Política», *Correio do Minho*, 24 de Outubro, 1965.

⁴³⁹ s/a, «Para as eleições de 7 de Novembro A apresentação dos candidatos a deputados PELO CÍRCULO DE BRAGA no Concelho da Póvoa de Lanhoso Presidiu à respectiva reunião o Chefe do Distrito – DR. FRANCISCO PESSOA MONTEIRO e teve a presença do Presidente da Comissão Distrital da U.N. – CORONEL LEONARDO NEVES, *Correio do Minho*, 22 de Outubro, 1965, 1.

⁴⁴⁰ s/a, «Para as eleições...», 22 de Outubro, 1965, 1.

⁴⁴¹ Diogo Freitas do Amaral, «administração pública», em *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica (Porto: Livraria Figueirinhas, 1999), 51.

⁴⁴² Artigo 404º, Decreto-lei nº 31:095, 31 de Dezembro de 1940, 1679.

⁴⁴³ s/a, «Telegramas de protesto enviados pelo Chefe do Distrito», *Correio do Minho*, 24 de Outubro, 1965, 1.

democraticidade do regime, pós-1945⁴⁴⁴. Sublinhe-se, por fim, a expressão da sociedade civil, em particular substantiva ao nível das elites sociais e económicas da região, o que sugere a imbricação particular de segmentos privilegiados das comunidades no quotidiano do regime. Em jeito de apontamento conclusivo, registem-se, ainda, alguns sinais das mudanças observadas nas campanhas eleitorais para a Assembleia Nacional, tomando por ilustração o ciclo marcelista, no quadro da campanha de 1973. A dinâmica propagandística altera-se substantivamente. A prática constante das visitas das autoridades distritais e nacionais, que percorriam os concelhos para espalhar as palavras de ordem das campanhas deixa de ter lugar. Essa função passa a ser exercida exclusivamente pelos candidatos a deputados. Os representantes distritais figuram agora em número consideravelmente menor. A espetacularidade e a simbologia das campanhas diluía-se.

Os Deputados pelo Círculo Eleitoral de Braga: quem eram?

A contabilização dos deputados eleitos pelo distrito de Braga traduziu-se num total de 24 parlamentares. O universo em análise contempla 18 estreias entre os representantes do respetivo círculo, no período em estudo (cf. Tabela 12: Distribuição dos deputados que se estrearam no círculo eleitoral de Braga entre 1945 e 1973 e dos deputados que mantiveram em funções parlamentares). Integra ainda um conjunto de 5 deputados (20,8%) que desempenharam funções anteriores, no quadro das eleições de lista única, concretamente: Alberto Cruz (1890), António Maria de Araújo Abreu Pinheiro Torres (1895-1966), Francisco Eusébio Fernandes Prieto (1891), José Gualberto Sá Carneiro (1897-1978) e José Maria Braga da Cruz (1888-1989). Este último singulariza-se por ter sido uma das figuras que abraçou o regime desde os seus primórdios, tendo sido um dos fundadores do Centro Católico Português, registando um percurso parlamentar ininterrupto entre a I e a V legislaturas⁴⁴⁵. De registar, por último, o caso de um deputado, Baltasar Rebello de Sousa, que encetou a sua carreira política como representante pelo círculo eleitoral de Évora, vindo a integrar a lista pelo distrito em estudo. Observe-se ainda que os atos eleitorais que registaram uma maior renovação foram os relativos às eleições de 1957, 1969 e 1973 com 3

⁴⁴⁴ Cf. Fátima Moura Ferreira e Natália Pereira, «Propaganda e Corporatização no terreno: a região de Braga, nos anos 30 e 40 do Estado Novo», em *A Conquista Social do Território. Arquitetura e Corporativismo no Estado Novo Português*, coord. Fátima Moura Ferreira, Francisco Azevedo Mendes e Natália Pereira [no prelo].

⁴⁴⁵ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 199; Manuel Braga da Cruz, «Cruz, José Maria Braga da», em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António da Costa Pinto (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Assembleia da República, 2004), 504.

estreias respetivamente, e, em especial, o de 1961 com 5 estreias (número que espelha a renovação quase integral do universo de 6 deputados do respetivo círculo).

Sublinhe-se, em todo o caso, que o número elevado de estreias é revelador da rotatividade dos deputados eleitos pelo círculo de Braga, como o evidencia, aliás, a distribuição pelo número de mandatos (cf. Tabela 13: Número de total de mandatos de acordo com o percurso dos deputados (1934-1973). Com efeito, considerando o percurso global dos deputados, constata-se que maioritariamente exerceram apenas 1 ou 2 mandatos (66,7%), em contraposição à fração que desempenhou entre 3 a 6-7 mandatos (33,3%).

De salientar ainda que o comportamento dos mandatos é irregular (cf. Tabela 14: Itinerários parlamentares dos deputados pelo Círculo de Braga, nas legislaturas do Estado Novo). Assim, há um segmento de deputados, mais de metade, que desempenham funções de forma contínua (13 casos), independentemente do número de mandatos exercidos (2 a 7). Em contraponto, o número daqueles que exerceram mandatos intercalares é substantivamente menos expressivo, saldando-se em 4 casos, sendo que o intervalo corresponde, regra geral, a apenas uma legislatura não preenchida (excetua-se o caso do deputado António Pereira M. Rocha Pereira, como a Tabela 6 o patenteia). Por seu turno, a circulação de deputados entre círculos eleitorais acusa uma diminuta expressão, no caso em análise. Apenas quatro deputados a registam, concretamente de Antão Santos da Cunha que no exercício ininterrupto do seu mandato como deputado, entre a V e a X legislaturas, foi eleito representante pelo círculo do Porto, no quadro das eleições 1957, 1961 e 1965 (respetivamente VII à IX legislaturas); António Pereira M. Rocha Lacerda que foi representante pelo círculo de Viana do Castelo na X legislatura, na esteira do mandato anterior pelo círculo de Braga no âmbito da VII legislatura; José Gualberto Sá Carneiro que integrou o círculo do Porto nas eleições de 1949 e de 1953, após ter representado o círculo de Braga nas eleições de 1945, figurando ainda no âmbito das II e III legislaturas; e, por último, Baltazar Rebello de Sousa, que ingressou como representante do círculo de Évora na VI legislatura, e mais tarde, representante do círculo de Braga nas eleições de 1957 e 1973, como referimos atrás.

As Personalidades nas Campanhas: a inserção dos deputados

Os candidatos a deputados não desempenharam a mesma relevância no âmbito da montagem das «jornada[s] nacionalista[s]», no curso dos quadriénios em estudo. Em algumas

campanhas eleitorais, a sua presença pouco ou nada se fazia sentir. Com efeito, nestes casos, a direção das sessões encontrava-se a cargo, maioritariamente, das autoridades político-administrativas e, em algumas situações mais marginais de representantes do governo e/ou elementos da U.N. Excetua-se o caso particular das eleições de 1973, em que a A.N.P. assume um maior protagonismo, como veremos. Com efeito, a análise da Tabela 15 evidencia marcadamente o protagonismo dos candidatos nas eleições de 1973, em que a presença nas sessões é acompanhada pela intervenção como oradores.

A análise da Tabela 15 permite constatar uma mancha bastante uniforme da participação dos deputados por concelhos, que se salda em 1 ou 2 candidatos. Excluem-se as duas principais cidades do distrito: Braga e Guimarães que registam a presença de um maior número de deputados nas sessões eleitorais, em razão da importância das mesmas, em termos históricos e de dinamização socioeconómica, à escala da região. Porém, a sede do distrito denota uma supremacia em termos de liderança, apenas, esbatida na campanha eleitoral do Estado Novo. Verifica-se ainda que a presença dos candidatos nas campanhas concelhias se encontrava intimamente relacionada a representação e a hierarquia concelhia. Os concelhos de menor importância, contam com as participações entre um a dois candidatos. Assim, regra geral, a presença de um número significativo de deputados (cujos máximos, recorde-se, se situam em 6 ao longo do período e 7 nas eleições de 1973) tem lugar nas sessões de encerramento da campanha eleitoral, registada na capital do distrito, como a Tabela 15 o evidencia. Contudo, há participações de deputados dominantes, no arco temporal em análise. Assim se observa, nas campanhas eleitorais de 1945, 1949 e 1953, em que o deputado que figurou num maior número de sessões foi Alberto Cruz, respetivamente em 7, 6 e 7, num total de 17 sessões; por sua vez, o protagonista na campanha eleitoral de 1957 foi o candidato António Lacerda, que esteve em 7 entre as 15 realizadas; em 1961, dois candidatos evidenciaram uma presença dominante, António Maria Santos da Cunha e Augusto César Cerqueira Gomes, em 4 das 13 sessões registadas⁴⁴⁶; na campanha de 1965, António Maria Santos da Cunha mantém o estatuto de estrela, estando presente em todas as sessões registadas (14); e nas campanhas de 1969 e 1973, Luís António Oliveira Ramos e o candidato mais ativo, comparecendo, respetivamente, a todas as sessões (11) e em 17, entre as 18 recenseadas⁴⁴⁷. De realçar, ainda, que e a partir das campanhas de 1961 que se constata uma presença mais constante de candidatos, sobretudo a partir de 1965, em

⁴⁴⁶ Este ano carece de informações globais, reportando-se os valores apenas a resultados parciais.

⁴⁴⁷ Cf. *Correio do Minho*, 1945, 1949, 1953, 1957, 1961, 1965, 1969 e 1973.

média de 3 candidatos. Excetuam-se, por sua vez, os concelhos proeminentes do distrito, sobretudo Braga, seguido com alguma distância pelo concelho de Guimarães e, a partir de 1957, Barcelos e Vila Nova de Famalicão.

Para além da presença dos candidatos a deputados nas sessões, importa ainda considerar que se constata diferenças na participação ativa dos mesmos enquanto oradores. Pois, era predeterminado que havia um conhecimento geral acerca dos deputados, como o sugere a ilustração que se segue, em que é questionado retoricamente: «Qual dos presentes desconhece a acção altamente meritória que (...) [estes deputados] têm desempenhado em legislaturas anteriores»⁴⁴⁸. Com efeito, à medida que se caminha para o fim do regime, com a abertura da U.N. e a «substituição» desta pela A.N.P., a posição dos candidatos torna-se mais relevante, não apenas figuram nas sessões como intervêm como oradores.

Os presidentes de mesa, os indivíduos que dirigiam as sessões, variam consoante as conjunturas políticas que atravessaram as campanhas para as eleições legislativas. De uma forma geral, os candidatos a deputados, o governador civil e, mais residualmente, figuras do governo eram as personalidades que protagonizavam as sessões (cf. Tabela 16). Note-se ainda que, frequentemente, os candidatos a deputados exerciam por delegação o lugar da presidência, em nome do governador civil⁴⁴⁹. Em contrapartida, afigura-se minoritária a participação de indivíduos ligados às estruturas da U.N, bem como de dirigentes municipais. Curiosamente, na campanha de 1957 verifica-se um maior o constrangimento por parte do governo civil e de figuras ligadas ao governo, porventura em razão de a lista da oposição neste círculo, ter prosseguido até ao final da campanha eleitoral, constituindo a exceção no país⁴⁵⁰. Por seu turno, nas campanhas de 1965 e 1969 ganham protagonismo, respetivamente os membros da Comissão Distrital da U.N. e figuras sem vinculação a instituições políticas e outros organismos do regime. Por último, a campanha de 1973 sugere uma maior espontaneidade organizativa atendendo a rarefação de presidentes de mesa.

⁴⁴⁸ s/a, «Para as eleições de 7 de Novembro A apresentação dos candidatos a deputados PELO CÍRCULO DE BRAGA no Concelho da Póvoa de Lanhoso Presidiu à respectiva reunião o Chefe do Distrito – DR. FRANCISCO PESSOA MONTEIRO e teve a presença do Presidente da Comissão Distrital da U.N. – CRORNEL LEONARDO NEVES, *Correio do Minho*, 22 de Outubro, 1965, 1.

⁴⁴⁹ Cf. s/a, «A Sessão de Propaganda realizada em Famalicão foi a demonstração de que os meios industriais estão com SALAZAR» *Correio do Minho*, 29 de Outubro, 1953, 1; s/a., «Em plena campanha eleitoral Continuam a decorrer através do País, num ambiente de acalorada fé nacionalista, as sessões de propaganda da União Nacional as quais, pelo entusiasmo e concorrência, atestam a gratidão do povo português pela obra do Estado Novo Em Terras de Bouro, sob a presidência do snr. António Maria Santos da Cunha, PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE BRAGA realizou-se uma animada sessão de propaganda», *Correio do Minho*, 27 de Outubro, 1953, 1; s/a. EM PLENA CAMPANHA ELEITORAL Numa concorrida e animada sessão de propaganda, ontem efectuada na ridente vila minhota de CABECEIRAS DE BASTO, foi uma vez vitorizada e aplaudida calorosamente a gigantesca obra do Estado Novo», *Correio do Minho*, 3 de Novembro, 1953, 1.

⁴⁵⁰ Cf. Manuel Braga da Cruz. «Eleições», em *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica (Porto: Livraria Figueirinhas, 1999), 610.

Perfis dos candidatos a deputados

Dos 24 deputados eleitos pelo círculo de Braga, maioritariamente são naturais do distrito de Braga (18), e distribuem-se por 6 concelhos da respetiva região (Cf. Tabela 17). Somando os deputados nascidos em distritos do Norte (Viana do Castelo e Porto (o numero eleva se para 21, valor expressivo da relação significativa entre a origem geográfica e a representação na Assembleia Nacional. Apenas dois deputados são oriundos de outros distritos tradicionalmente produtores de deputados Coimbra e Lisboa, verificando-se a presença de um natural de uma «provincia ultramarina», Badaz, Mapuçó.

A incidência encontrada em termos de naturalidade vai de encontro ao papel das elites regionais na sustentabilidade do Estado Novo, de acordo com as interpretações avançadas pela literatura da especialidade. Assim, o regime assegurava a possibilidade de franjas das elites políticas regionais ingressarem em posições do topo das elites políticas nacionais. Deve ser ainda realçado que os deputados exteriores ao distrito de Braga evidenciam alguma relação com a região, nomeadamente em termos de proximidade resultante da atividade profissional como o espelham os casos de José Magalhães Couto, deputado por Felgueiras e que exerceu funções na Câmara Municipal de Guimarães⁴⁵¹, Manuel Domingues Basto, candidato por Monção e que desempenhou o lugar de arcipreste em Fafe⁴⁵², Rocha Lacerda, deputado pela Ponte da Barca que foi diretor do Posto Agrário de Braga⁴⁵³ e ainda Baltazar Rebelo de Sousa que tinha ligações

⁴⁵¹ J.M. Tavares Castilho, «José Maria Pereira Leite de Magalhães Couto». *Os Deputados à Assembleia Nacional (1935-1974). Biografia e carreira parlamentar*, Assembleia da República, http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/couto_jose_maria_pereira_leite_de_magalhaes.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016], 2009; Marta Duarte, «COUTO, José Maria Pereira Leite de Magalhães (n.1888)», em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, Vol. I. (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004), 487.

⁴⁵² J.M. Tavares Castilho, «Manuel Domingues Basto». *Os Deputados à Assembleia Nacional (1935-1974). Biografia e carreira parlamentar*, Assembleia da República, http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/b/basto_manuel_domingues.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016], 2009; Maria Margarida Lopes, «BASTO, Manuel Domingues (1851-1953)», em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, Vol. I. (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004), 244-246.

⁴⁵³ J.M. Tavares Castilho, «António Pereira de Meireles Rocha Lacerda». *Os Deputados à Assembleia Nacional (1935-1974). Biografia e carreira parlamentar*, Assembleia da República, http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/l/lacerda_antonio_pereira_de_meireles_da_rocha.pdf [consultado de 3 de Setembro de 2016], 2009; s/a, «A UNIÃO NACIONAL apresenta em todos os Círculos listas de candidatos a Deputados Grande renovação da Assembleia Nacional», *Correio do Minho*, 4 de Novembro,

familiares ao distrito, onde terá passado parte da infância⁴⁵⁴. Os restantes dois candidatos não evidenciam qualquer tipo de afinidade ao distrito por onde foram eleitos⁴⁵⁵.

Das linhas expostas apreende-se, no caso em estudo, que os deputados são maioritariamente personalidades representantes do distrito e em alguns casos, dos concelhos, de onde eram originários, sem que se possa afirmar que haja uma «regra» sobre a matéria.

Do ponto de vista geracional os 24 deputados do círculo eleitoral de Braga distribuem-se por três segmentos geracionais (Cf. Tabela 18). O primeiro abarca as duas décadas finais de Oitocentos e estende-se até praticamente ao fim da Monarquia Constitucional. O segundo segmento geracional engloba a Primeira República e a Ditadura Militar até 1929. No seu conjunto, estes dois segmentos integram 20 dos 24 deputados do círculo eleitoral em estudo. O terceiro segmento inclui os nascidos na década de 30, e que representam apenas 16,7%, do total do universo em estudo, e que ingressam na vida ativa por volta dos meados dos anos 50, já em contexto pós II Guerra Mundial. A distribuição é porém elucidativa do relevo que as gerações nascidas no contexto da crise dos regimes liberais ocupam entre a elite parlamentar do regime.

Entre as gerações presentes, no caso em estudo, e seguindo Castilho, aquelas que acompanham em toda a extensão a Assembleia Nacional são as pertencentes às décadas de 80 e 90 do século XIX e a primeira década do século XX⁴⁵⁶. Com efeito, destas três gerações a que foi mais expressiva até à VII legislatura foi a relativa aos anos 90 de Oitocentos. A geração de 1900-1909 só começa a acelerar o seu ritmo a partir da VII legislatura. É a partir desta legislatura que as gerações são mais diversificadas, embora haja sempre duas gerações que dominem a composição da Assembleia Nacional⁴⁵⁷.

Os parlamentares nascidos na geração dos anos 10 do século XX começam a ingressar na IV legislatura, os da geração dos anos 20 na VI legislatura e os da geração da década de 30 ganham alguma visibilidade, na VII e na IX legislaturas, ainda que em termos pouco expressivos, atingindo uma maior notoriedade apenas na XI legislatura⁴⁵⁸. Por seu turno, a geração nascida

1957; s/a, «Candidatos da União Nacional – Lista A», *Correio do Minho*, 3 de Novembro de 1957, 1 e 4; Adelaide Ginga Tchen, «LACERDA, António Pereira de Meireles Rocha (n.1917)», em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, Vol. I. (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004), 792-793.

⁴⁵⁴ Cf. s/a, «Candidatos da União Nacional – Lista A», *Correio do Minho*, 3 de Novembro de 1957, 1 e 4; s/a, «A UNIÃO NACIONAL apresenta em todos os Círculos listas de candidatos a Deputados Grande renovação da Assembleia Nacional», *Correio do Minho*, 4 de Outubro, 1957, 1 e 3; Marta Carvalho Santos, «SOUZA, Baltasar Rebelo de (1921-2002)», em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto. Vol. II (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Assembleia da República, 2004), 643, a sua mãe é natural de Celorico de Basto e o seu pai é natural de Cabeceiras de Basto, ambos os concelhos fazem parte do distrito de Braga.

⁴⁵⁵ s/a, «Candidatos da União Nacional – Lista A», *Correio do Minho*, 3 de Novembro de 1957, 1 e 4; s/a, «A UNIÃO NACIONAL apresenta em todos os Círculos listas de candidatos a Deputados Grande renovação da Assembleia Nacional», *Correio do Minho*, 4 de Outubro, 1957, 1.

⁴⁵⁶ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 312.

⁴⁵⁷ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 312.

⁴⁵⁸ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 312.

entre 1940-1945, ausente no universo em estudo, tem uma expressão marginal no conjunto da Assembleia Nacional⁴⁵⁹.

Em termos de distribuição etária, o círculo eleitoral de Braga acompanha as tendências observadas à escala nacional⁴⁶⁰, ainda que evidencie algumas particularidades. A idade média dos deputados aquando do seu primeiro mandato fixou-se, no plano nacional, na faixa etária dos 40 anos de idade, oscilando a idade média em cada legislatura entre a faixa etária dos 40 e 50⁴⁶¹. Por seu turno, os deputados pelo círculo de Braga ostentam maioritariamente idades compreendidas nas faixas dos 30 anos (6/25%) e dos 40 anos (14/58,3%), de acordo com a Tabela 19. Em contraponto são residuais os deputados que a data do primeiro ingresso na Assembleia Nacional tinham idades compreendidas entre os 50 e mais de 60 anos (4/26,6%).

Abordar as gerações dos deputados por faixas etárias tem também um significado particular. O tempo de vida dos indivíduos é importante no sentido de compreender como estes se afirmam na política, ou seja, quanto mais velha ou mais nova for a geração, maior ou provavelmente menor, será a proximidade com o projeto político-ideológico vigente no seu tempo. Daí a importância de enquadrar o leque das idades dos deputados nas conjunturas que atravessam as legislaturas em que exercem pela primeira vez o mandato parlamentar, como vimos atrás.

Em contraste, a distribuição das idades no início do último mandato afigura-se quase uma inversão ao observado em relação à idade de ingresso na Assembleia Nacional. Assim, as idades a partir dos 50 anos totalizam 14 casos, logo seguidas pela faixa dos 40 anos que engloba 6 casos. São por conseguinte residuais os deputados que abandonam o parlamento com idades inferiores a 40 anos, de acordo com o critério assinalado. Atenda-se que 7 deputados apenas tiveram somente um mandato, motivo pelo qual não foram contabilizados na entrada e saída da última legislatura, pois o único mandato apenas é contabilizado para a idade de entrada.

Registe-se por ultimo que se observa a presença de deputados pertencentes a 4 segmentos geracionais entre a VII e a X legislaturas, quase integralmente (cf. tabela 20). Constata-se ainda que entre os deputados mais idosos, apenas dois, nascidos nas gerações da década de 90 de Oitocentos e na primeira década do século XX, se mantêm no ativo até, respetivamente, à IX e a XI legislaturas, sintoma do cruzamento geracional patenteado pelos deputados de Braga, sobretudo nas legislaturas finais do Estado Novo.

⁴⁵⁹ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 312.

⁴⁶⁰ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 310.

⁴⁶¹ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 310.

Globalmente, os deputados da Assembleia Nacional, entre 1945 a 1973, ostentaram o predomínio de licenciados, seguindo-se os militares com formação superior e depois em civis sem formação universitária (segmento que engloba os níveis de instrução primária, secundário incompleto, secundário completo e médio)⁴⁶², segundo valores que oscilaram no arco temporal em análise, sem alterarem a ordem enunciada atrás. Contudo, verifica-se a partir de 1961 que o peso dos militares de formação superior vai diminuindo, ao mesmo tempo que a Assembleia Nacional abre as portas a indivíduos sem formação universitária, situação que era inexistente nas primeiras legislaturas⁴⁶³. A distribuição dos deputados por áreas disciplinares permite constatar o predomínio do direito, seguindo-se a medicina⁴⁶⁴, as áreas ligadas as formações militares, a engenharia e, por fim, mais residualmente as humanidades, a matemática e as ciências naturais⁴⁶⁵.

O universo em estudo espelha um leque inferior de níveis educacionais, razão que nos levou a fazer uma adaptação da tipologia usada por José Manuel Tavares Castilho⁴⁶⁶, cruzando-a com o exercício profissional. Assim, entre as profissões mais frequentes, globalmente na Assembleia Nacional, figuram os advogados, os engenheiros, os médicos, os docentes universitários, os professores não universitários, os notários, os funcionários públicos e, por último, os industriais, os comerciantes e os banqueiros⁴⁶⁷.

No círculo eleitoral de Braga, a análise comparada do percurso formativo e do exercício profissional dos 24 deputados com os valores nacionais, entre 1945 a 1973, permite constar as seguintes afinidades (i) os deputados pelo círculo de Braga espelham indivíduos com formação universitária, militar, clerical e sem estudos universitários, a semelhança do observado à escala nacional, e (ii) analogamente, constata-se tendências idênticas no que se reporta as áreas de estudo e ao exercício profissional, conforme a Tabela 21.

Assim, mais de $\frac{3}{4}$ dos deputados que exerceram mandatos no círculo de Braga tinham formação universitária. Apenas um deputado tinha formação militar, outro deputado tinha formação religiosa e três registavam níveis de instrução médios, pertencendo ao segmento das elites comercial e industrial da região (cf. Tabela 22). À semelhança do observado à escala nacional, a distribuição por áreas de saber repartia-se, de acordo com a tendência nacional, em direito, as ciências exatas e a engenharia, a medicina e as ciências Histórico-Filosóficas. Com efeito, estas áreas de saber eram as consideradas mais prestigiantes e as passíveis de

⁴⁶² Cf. Castilho, «A Assembleia...», 188-189.

⁴⁶³ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 187.

⁴⁶⁴ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 206.

⁴⁶⁵ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 206.

⁴⁶⁶ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 226.

⁴⁶⁷ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 226.

asseguraram ocupação em termos de exercício profissional. Para todos os efeitos, constituíam importantes atributos em termos de capital escolar que permitiam potenciar, eventualmente, percursos de vida menos favorecidos por relações e capital social. Como contraponto, observe-se que, nos três casos em que os indivíduos não têm formação superior, dois deles usufruíram de título de *Comendador*, dignidade que traduz o sinal de reconhecimento público, e que para todos os efeitos deveria atuar como uma mais-valia social, para compensar o *deficit* formativo. Ao mesmo tempo, a presença destes deputados é expressiva da abertura do regime a personalidades locais e regionais afetas aos setores económicos e, porventura, sinal dos tempos e da exigência em reforçar as bases regionais do poder.

Por último assinala-se que os candidatos a deputados evidenciam na sua trajetória política o exercício de lugares de chefia em órgãos político-administrativos e em outros organismos do regime, nomeadamente corporativos. A entrada para a Assembleia Nacional espelha assim a pertença prévia a um universo público e político de recorte regional e, em casos menores, de âmbito nacional. Neste último caso, integram-se a título exemplar os mandatos de Duarte Freitas do Amaral, Baltazar Rebelo de Souza e Antão Santos da Cunha. O estatuto diferenciado que estes ocupavam no plano nacional, potenciado pelas relações de proximidade com figuras da nata do regime, acabava por constituir um instrumento poderoso, no âmbito das dinâmicas regionais e da articulação com as respetivas elites regionais e as bases de apoio locais e distritais.

Bases de Apoio

As observações finais reportam-se àqueles que constituíram as bases de apoio aos candidatos, que figuram tanto nas sessões eleitorais como nas listas de subscritores dos candidatos a deputados.

As informações disponíveis são escassas. Oscilam entre as referências anónimas as multidões, expressão que deve ser relativizada de acordo com o jornalismo propagandístico vigente, bem como com os mecanismos de persuasão mobilizados no sentido de estimular a presença nas reuniões oficiais de propaganda, até a menções explícitas a grupos socioprofissionais. Inicialmente, predominam os segmentos socioprofissionais distintivos como é exemplo a «a presença de médicos, advogados, professores, representantes de todos os organismos corporativos, professores da Instrução Primária, sacerdotes em largo número, patrões

e operários»⁴⁶⁸. Em suma, expressão do peso das elites em termos socioeconómicos e políticos, responsáveis por manter a viva fidelidade ao regime, pelo menos na aparência, junto das camadas populares. O que vai ao encontro da definição corrente do Estado Novo como um regime que procurou manter as massas apolitizadas, apoiado nas elites regionais e locais, responsáveis pelo controlo e vigilância das populações.

Por sua vez, a análise panorâmica das listas de subscritores dos candidatos a deputados, aqui examinadas no caso das campanhas de 1949, 1953, 1961, 1965 e 1969, permitem constatar a analogia entre aqueles que figuram e os perfis dos candidatos. Genericamente, enquadram as mesmas instituições e organismos do regime, bem como entre os representantes mais destacados das atividades económicas.

Justifica-se, em todo o caso, uma análise mais detalhada sobre as bases de apoio da campanha eleitoral de 1969, atendendo ao desígnio governamental que passava por mostrar o leque alargado de apoiantes, oriundos de meios socioprofissionais diversificados e pertencentes aos vários estratos sociais. Não obstante, esse propósito de expressar nas listas de subscritores, os setores que registaram uma maior afluência são a advocacia, a medicina, o comércio, os empregados/escriturários, o funcionalismo público, bem como professores, industriais e proprietários são em grande número e caracterizam-se por englobar indivíduos de várias atividades socioeconómicas e das respetivas hierarquias sociais. Contudo, apesar da sua grande visibilidade em mostrar o apoio de várias personalidades dos concelhos do distrito de Braga dentro das atividades socioeconómicas em apoiar a lista, estes, são os subscritores com maior afluência⁴⁶⁹. E nas reportagens propagandísticas, a nota dominante reside em salientar as personalidades que se afastaram da política ou do exercício de mandatos na administração distrital, como o ilustram os excertos que se seguem, na linguagem coloquial e direta que era usual entre a assistência, nos

⁴⁶⁸ s/a, «No triunfo de uma causa séria Milhares de pessoas assistiram ontem à sessão de propaganda da União Nacional, que em ambiente de grande entusiasmo decorreu no Salão Medieval da Biblioteca Pública. Em delírio, a assistência, aclamou o Senhor Subsecretário da Educação Nacional, candidato a deputado pelo Círculo de Braga A obra do Estado Novo exaltada pelos brilhantes oradores da sessão foi ovacionada e aplaudida por toda a assistência», *Correio do Minho*, 30 de Outubro, 1957, 1.

⁴⁶⁹ Cf. s/a, «Lista de Deputados da União Nacional do distrito de Braga – relação de todos os bons nacionalistas do distrito que subscreveram as candidaturas», *Correio do Minho*, 30 de Setembro, 1969, 1; s/a. «Lista de Deputados da União Nacional do distrito de Braga – relação de todos os bons nacionalistas do distrito que subscreveram as candidaturas», *Correio do Minho*, 25 de Setembro, 1969 1 e 4; s/a. «Lista de Deputados da União Nacional do distrito de Braga – relação de todos os bons nacionalistas do distrito que subscreveram as candidaturas», *Correio do Minho*, 26 de Setembro, 1969, 1 e 4; s/a. «Lista de Deputados da União Nacional do distrito de Braga – relação de todos os bons nacionalistas do distrito que subscreveram as candidaturas», *Correio do Minho*, 27 de Setembro, 1969, 1 e 4; s/a. «Lista de Deputados da União Nacional do distrito de Braga – relação de todos os bons nacionalistas do distrito que subscreveram as candidaturas», *Correio do Minho*, 1 de Outubro, 1969, 4;

«camarotes, via-se o Chefe do Distrito»⁴⁷⁰, ou ainda, «vimos o vice-presidente da Câmara [...], os vereadores⁴⁷¹ o Governador Civil [...], o presidente da Comissão Concelhia da UN de Braga⁴⁷²».

⁴⁷⁰ s/a, «Sessão de esclarecimento do ELEITORADO DE BARCELOS – REALIZADA, ONTEM, NO TEATRO GIL VICENTE, DAQUELA CIDADE», *Correio do Minho*, 19 de Outubro, 1969, 1.

⁴⁷¹ s/a. «Importante reunião de membros da União Nacional (Comissão Distrital e Concelhia) com os 2 responsáveis” pelo acto eleitoral, em Esposende, para esclarecimento do eleitorado Presidiu o escritor Manuel Boaventura – primera figura do concelho e verdadeiramente o homem telúico das bandas do mar», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1969, 1.

⁴⁷² s/a., «Votar é um direito, mas votar por Marcello Caetano é um dever – afirmou o goês dr. George Vasco Fernandes, que presidiu à sessão de esclarecimento do eleitorado promovida pela UN em Vila Verde», *Correio do Minho*, 19 de Outubro, 1969, 1.

Anexo ao capítulo II

Tabela 1: Representantes político-administrativos e de outros serviços públicos, à escala distrital e concelhia (1945-1973)

Cargos		Anos/início das Legislaturas															
		1945	P.*	1949	P.*	1953	P.*	1957*	P.*	1961*	P.*	1965	P.*	1969	P.*	1973	P.*
Distrital	Governador Civil	1	7	1	6	1	7	1	15	0	0	1	5	0	0	0	0
	Ex. Governador Civil	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Governador Civil Substituto	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	Presidente da Junta de Província/Distrital	0	0	1	4	1	3	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
	Vice-Presidente da Junta de Província/Distrital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
	Secretário do Governo Civil	0	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Concelhio	Presidentes das Câmaras	11	-	10	-	11	-	12	-	4	-	13	-	10	-	0	-
	Vice-Presidentes das Câmaras	4	-	5	-	5	-	3	-	2	-	4	-	1	-	0	-
	Ex. Presidentes das Câmaras	2	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
	Presidente da Comissão do Turismo	0	-	2	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
	Presidente da Comissão Municipal de Assistência	0	-	0	-	1	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
	Vereadores	0	-	2	-	2	-	2	-	2	-	1	-	1	-	0	-
	Secretários das Câmaras	0	-	1	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
	Em representação dos Presidentes das Câmaras	0	-	0	-	0	-	1	-	0	-	0	-	0	-	0	-
	Presidente da Junta de Freguesia	0	-	0	-	0	-	0	-	1	-	0	-	0	-	0	-
	Chefe de Finanças	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	1	-	0	-	0	-
	Delegados e subdelegados de Saúde	0	-	0	-	0	-	1	-	0	-	2	-	0	-	0	-
	Outros serviços	0	-	0	-	0	-	1	-	0	-	1	-	1	-	0	-

Fonte: *Correio do Minho*, 1945, 1949, 1953, 1957, 1961, 1965, 1969, 1973. Elaboração própria.

Legenda:

*P.: Presenças.

**No ano de 1957 também participou o Governador Civil do Porto, porém, apenas foi contabilizado o Governador Civil de Braga.

*No ano de 1961 apenas foram contabilizadas sessões em Vila Nova de Famalicão, Mogege (Vila Nova de Famalicão), Guimarães, Braga (duas sessões) e Barcelos.

Tabela 2: Representação das estruturas hierárquicas da União Nacional e da Acção Nacional Popular, respetivamente 1945 a 1969 e 1973

Cargos	Anos/início das Legislaturas															
	1945*	P.*	1949*	P.*	1953*	P.*	1957*	P.*	1961*	P.*	1965*	P.*	1969*	P.*	1973	P.*
Presidente da C.D. U.N.	1	4	1	1	1	2	1	1	1	2	1	14	1	9	-	-
Vice-Presidente C.D. U.N.	1	3	1	1	1	2	1	3	1	1	1	1	1	7	-	-
Vogal/membro C.D. U.N.	0	0	1	4	1	1	0	0	3	5	5	2	4	7	-	-
Presidente da C.C. U.N.	1	1	7	-	9	-	8	-	3	-	5	-	6	-	-	-
Vice-Presidente da C.C. U.N.	0	0	1	-	2	-	4	-	1	-	1	-	1	-	-	-
Presidente da C.D. A.N.P.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2
Vice-Presidente da C.D. A.N.P.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Membro da Comissão Distrital da - A.N.P.-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Vogal/membro C.C. U.N.	0	-	1	-	1	-	2	-	0	-	0	-	0	-	-	-
Representante do Presidente da Comissão Concelhia U.N.	0	0	0	-	0	-	0	-	0	-	1	-	0	-	-	-
Director do Correio do Minho	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Colaborador do Correio do Minho	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: *Correio do Minho*, 1945, 1949, 1953, 1957, 1961, 1965, 1969 e 1973. Elaboração própria.

Legenda:

*P.: Presenças.

*No ano de 1945 o Vice-Presidente da Comissão Distrital da União Nacional também exercia funções de Professor no Liceu de Braga.

*No ano de 1945 o Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional também era Provedor da Santa Casa da Misericórdia.

*No ano de 1945 um dos Colaboradores do *Correio do Minho* também exercia funções de Professor no Liceu de Guimarães.

*No ano de 1949 o Vice-Presidente da Comissão Distrital da União Nacional também exercia funções como Comandante Distrital da Legião Portuguesa.

*No ano de 1949 o Director do *Correio do Minho* também exercia funções na Comissão Distrital da União Nacional.

*No ano de 1953 o Vogal da Comissão Distrital da União Nacional também exercia funções como Presidente da Câmara Municipal.

*No ano de 1957 um dos candidatos a deputados também exercia funções como Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional.

*No ano de 1957 o Vice-Presidente da Comissão Distrital da União Nacional também exercia funções de Presidente da Comissão Concelhia do mesmo organismo.

*No ano de 1957 um dos Vogais comissão Distrital da União Nacional também exercia funções como Presidente da Câmara Municipal.

*No ano de 1961 o Vice-Presidente da Comissão Distrital da União Nacional também exercia funções como Candidato a Deputado à Assembleia Nacional.

*No ano de 1961 um dos Vogais da Comissão Distrital da União Nacional também exercia funções como Escritor e Jornalista.

*No ano de 1965 o Vice-Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional também exercia funções como Candidato a Deputado à Assembleia Nacional.

*No ano de 1969 um dos Vogais da Comissão Distrital da União Nacional também exercia funções como Advogado da Comarca e outro Delegado Escolar.

Tabela 3: Representação dos organismos corporativos e dos delegados do INTP, entre 1945 a 1973

Cargos	Anos/início das Legislaturas							
	1945	1949	1953	1957	1961	1965	1969*	1973
Procurador à Câmara Corporativa	1	0	0	0	0	0	1	0
Presidente do Grémio da Lavoura	1	0	0	0	0	1	1	0
Presidente do Grémio do Comércio	0	0	0	0	1	1	0	0
Presidente da Casa do Povo	1	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente Sindical	0	0	0	1	0	0	1	0

Fonte: *Correio do Minho*, 1945, 1949, 1953, 1957, 1961, 1965, 1969, 1973. Elaboração própria.

Legenda: *No ano de 1969 o indivíduo que desempenha a função de Procurador à Câmara Corporativa é, simultaneamente, Presidente do Grémio da Lavoura.

Tabela 4: Representação do INTP (1945 a 1973)

Cargo	Anos/início das Legislaturas															
	1945	P.*	1949	P.*	1953	P.*	1957	P.*	1961	P.*	1965	P.*	1969	P.*	1973	P.*
Delegado	1	1	1	2	0	0	1	2	1	1	0	0	1	2	0	0
Subdeleg.	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juiz do Tribunal do Trabalho	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: *Correio do Minho*, 1945, 1949, 1953, 1957, 1961, 1965, 1969, 1973. Elaboração própria.

Tabela 5: Representação das instituições de ensino e serviços do Ministério da Educação Nacional, 1945 a 1973

Cargo	Anos/início das Legislaturas							
	1945*	1949	1953*	1957	1961	1965	1969*	1973
Reitor	0	0	1	0	0	0	1	0
Vice-reitor/a	0	0	0	0	0	0	0	1
Representante do Reitor	0	0	0	0	0	0	0	0
Diretor do Magistério	0	1	1	1	0	0	0	0
Reitor da Faculdade	0	0	0	0	0	0	0	0
Diretor da Escola Técnica	0	0	0	0	1	0	0	0
Professores/as	1	1	0	1	3	1	0	0
Delegado Escolar	0	0	1	1	0	0	1	0
Diretor do Distrito Escolar	0	1	0	0	0	0	0	0

Fonte: *Correio do Minho*, 1945, 1949, 1953, 1957, 1961, 1965, 1969 e 1973. Elaboração própria.

Legenda:

*No ano de 1945 existem mais dois professores do Liceu, contudo, estes têm outra função: um é Vice-Presidente da Comissão Distrital da União Nacional e outro colaborador do *Correio do Minho*.

*No ano de 1953 o Diretor da Escola do Magistério Primário também era Vereador da Câmara Municipal de Braga.

No ano de 1969 o Delegado Escolar também exercia a função de Vogal da Comissão Distrital da União Nacional.

Tabela 6: Representação da Legião Portuguesa e da Mocidade Portuguesa, à escala distrital e concelhia nas sessões das campanhas legislativas no círculo eleitoral de Braga (1945 a 1973)

Organismos		Anos/início das Legislaturas															
		1945*	P.*	1949*	P.*	1953	P.*	1957	P.*	1961	P.*	1965	P.*	1969	P.*	1973	P.*
Distrital	Legião Portug.	1	1	1	6	0	0	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0
	Mocidad e Portug.	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Concelhia	Legião Portug.	1	-	0	-	1	-	0	-	0	-	3	-	1	-	0	-

Fonte: *Correio do Minho*, 1945, 1949, 1953, 1957, 1961, 1965, 1969 e 1973. Elaboração própria.

Legenda:

No ano de 1945 o Vice-Presidente da Câmara Municipal também é Comandante da Legião Portuguesa no Concelho.

No ano de 1949 o Comandante Distrital da Legião Portuguesa também desempenhava funções de Vice-presidente da Comissão Distrital da União Nacional.

Tabela 7: Representação do clero nas sessões de propaganda no distrito de Braga, 1945 a 1973

Cargo	Anos/início das Legislaturas							
	1945*	1949	1953	1957	1961	1965	1969	1973
Arcipreste	6	1	5	5	1	8	0	0
Prior e outros	1	3	1	1	2	0	0	0
Representante do Arcipreste	0	0	0	0	0	0	1	0
Representante do Clero	0	0	1	0	0	0	0	0

Fonte: *Correio do Minho*, 1945, 1949, 1953, 1957, 1961, 1965, 1969 e 1973. Elaboração própria.

Legenda:

No ano de 1945 o Arcipreste da Póvoa de Lanhoso também exerce a função de Provedor do Hospital do mesmo Concelho.

Tabela 8: Provedores das Misericórdias nas sessões eleitorais, no círculo eleitoral de Braga, 1945 a 1973

Cargo	Anos/início das Legislaturas							
	1945*	1949	1953	1957*	1961	1965	1969	1973
Provedor da Misericórdia/Hospital	1	1	1	2	1	1	0	0

Fonte: *Correio do Minho*, 1945, 1949, 1953, 1957, 1961, 1965, 1969 e, 1973. Elaboração própria.

Legenda:

*No ano de 1945 existiam dois Provedores da Misericórdia/Hospital, porém, apenas fica assinalado um. Destes dois: um também exercia funções de Arcipreste e de Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional.

No ano de 1957 um dos Provedores da Misericórdia/Hospital também exercia funções de Conservador do Registo Predial.

Tabela 9: Representação dos setores socioprofissionais e económicos da região de Braga, nas sessões propagandísticas (1945 a 1973)

Setores	Anos/início das Legislaturas							
	1945*	1949	1953	1957	1961*	1965	1969*	1973
Advogados	4	0	0	1	0	0	0	0
Médicos	0	0	0	0	0	0	5	0
Notário/Conservad.	1	0	2	3	0	0	0	0
Profissões Cult. e Artísticas	0	0	0	1	3	0	2	0
Industrial	1	0	0	0	2	0	0	0
Empregado Bancário	0	0	0	0	0	0	1	0
Chefe da Estação Ferroviária	0	1	0	0	0	0	0	0
Operário	3	0	0	0	0	0	0	0
Tipógrafo	0	0	0	0	1	0	0	0

Fonte: *Correio do Minho*, 1945, 1949, 1953, 1957, 1961, 1965, 1969 e 1973. Elaboração própria.

Legenda:

*No ano de 1945 um dos advogados presentes também exerce funções de Notário.

*No ano de 1961 um dos escritores exerce simultaneamente funções de jornalista e vogal da Comissão Distrital da União Nacional.

*No ano de 1961 o jornalista é também referenciado como escritor.

*No ano de 1969 um dos médicos é Médico Veterinário.

*No ano de 1969 a menção a um pintor é cumulativa ao cargo de Diretor do Ciclo Preparatório de Vila Verde.

Tabela 10: Representação dos comandantes da Guarda Nacional Republicana, da Polícia de Segurança Pública e dos Bombeiros Voluntários, nas campanhas legislativas do distrito de Braga (1945 a 1973)

Cargo	Anos/início das Legislaturas							
	1945	1949	1953	1957	1961	1965	1969	1973
Com. G.N.R.	1	0	0	0	0	0	0	0
Com. P.S.P.	0	0	0	1	0	0	0	0
Com. Bombeiros	1	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	1	0	0	0	0

Fonte: *Correio da Manhã*, 1945, 1949, 1953, 1957, 1961, 1965, 1969 e 1973. Elaboração própria.

Tabela 11: Representação das escalas de Poder/Autoridade, nos planos central e periférico, no quadro das sessões realizadas nos âmbito das campanhas eleitorais, no círculo de Braga (1945 a 1973)

Escalas de Poder/Autoridade das individualidades	
Autoridades do Poder Central	Ministros
	Presidente da Comissão Executiva da União Nacional
	Subsecretários de Estado
	Deputados
Autoridades Distritais	Governador Civil
	Presidente da Junta de Província
	Presidente e Vice-Presidente da Comissão Distrital da União Nacional
	Vogais da Comissão Distrital de União Nacional
	Delegado do INTP
	Diretor do Distrito Escolar
Autoridades Concelhias	Presidentes e Vice-Presidentes das Câmara Municipais
	Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Concelhias da União Nacional
	Vereadores
	Reitores dos Liceus e demais diretores e delegados de ensino
	Arciprestes
	Clero paroquial
	Casas do Povo
	Grêmios do Comércio e da Lavoura
	Funcionários do Exército
	Demais funcionários de serviços públicos especializados (nomeadamente, notários, conservadores, subdelegados de saúde)
	Regedores
	Presidentes das Juntas de Freguesia
	Professores
	Lavradores
	Comerciantes
	Outras personalidades de relevo não identificadas, mas que tinham um <i>status</i> social e económico distintivo do ponto de vista do poder de influência que detinham, constituindo, por isso figuras da autoridade informal.

Tabela 12: Distribuição dos deputados que se estrearam no círculo eleitoral de Braga entre 1945 e 1973 e dos deputados que mantiveram em funções parlamentares

	1945	1949	1953	1957	1961	1965	1969	1973	Total
Estreias	1	2	1	3	5	0	3	3	18
Permaneceram em funções*	5**	4	5	3	1	6	3	4	-
Total p/ legislatura	6	6	6	6	6	6	6	7	-

Fonte: *Correio do Minho*, 1945, 1949, 1953, 1957, 1961, 1965, 1969 e 1973. J.M. Tavares Castilho. *Os Deputados à Assembleia Nacional (1935-1974). Biografia e carreira parlamentar*, Assembleia da República, (http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/index.html, 2009); Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto. (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004). Elaboração própria.

* A categoria toma como critério o percurso parlamentar dos deputados de Braga, incluindo portanto a representação no quadro da lista única (até 1945) bem como a representação noutros círculos eleitorais.

** Os deputados que permaneceram em 1945 tinham sido eleitos no âmbito da lista única nacional.

Tabela 13: Número de total de mandatos de acordo com o percurso dos deputados (1934-1973)

Número de mandatos	Número de deputados	Percentagem
1	8	33,3
2	8	33,3
3	4	16,7
4	2	8,3
6-7	2	8,3
		99,9%

Fonte: J.M. Tavares Castilho. *Os Deputados à Assembleia Nacional (1935-1974). Biografia e carreira parlamentar*, Assembleia da República, (http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/index.html, 2009); Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto. (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004). Elaboração própria.

Tabela 14: Itinerários parlamentares dos deputados pelo Círculo de Braga, nas legislaturas do Estado Novo

Estado Novo

Nome	Legislaturas											Nº Legislaturas
	Lista única			Círculos Eleitorais								
	1935-38	1938-42	1942-45	1945-49	1949-53	1953-57	1957-61	1961-65	1965-69	1969-73	1973-74	11
Alberto Cruz	I	II	III	IV	V	VI	VII					7
Alberto Ribeiro da Costa Guimarães								VIII				1
Antão Santos da Cunha*					V	VI	VII	VIII	IX	X		6
António Alberto de Meireles Campos											XI	1
António Magro Borges de Araújo								VIII	IX			2

António Maria de Araújo Abreu Pinheiro Torres		II		IV								2
António Maria Santos da Cunha								VIII	IX			2
António Pereira de Meireles Rocha Lacerda*							VII			X		2
Augusto César Cerqueira Gomes				IV	V	VI	VII	VIII	IX			6
Baltazar Leite Rebello de Sousa*						VI	VII		IX			3
Camilo Lopes de Freitas											XI	1
Duarte Pinto de Carvalho Freitas do Amaral							VII		IX	X	XI	4
Fernando Dias de Carvalho Conceição										X	XI	2
Francisco Eusébio Fernandes Prieto			III	IV	V	VI						4
João Augusto Dias Rosas							VII					1
Joaquim José Nunes de Oliveira								VIII	IX	X		3
José da Costa Oliveira										X		1
José Gualberto Sá Carneiro*		II	III	IV	V	VI						5
José Maria Braga da Cruz	I	II	III	IV	V							5
José Maria Pereira Leite de Magalhães Couto						VI						1
Luís António de Oliveira Ramos										X	XI	2
Luís Folhadela de Oliveira								VII	IX			2
Manuel Domingues Basto					V	VI						2
Teotónio Rebelo Teixeira de Andrade e Castro											XI	1

Fontes: J.M. Tavares Castilho. *Os Deputados à Assembleia Nacional (1935-1974 ...)*; Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, *Dicionário Biográfico Parlamentar*, ...

*Deputados eleitos por outros círculos eleitorais que não Braga

Tabela 15: Representação do número de presenças dos candidatos a deputados e do número daqueles que foram oradores nas sessões de propaganda nos concelhos do distrito de Braga

Concelhos	Anos															
	1945		1949		1953		1957		1961		1965		1969		1973	
	*		**		***		****		*1		*2		*3		*4	
	P	O	P	O	P	O	P	O	P	O	P	O	P	O	P	O
Amares	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	3	3	2	2	5	5
Barcelos*	2	2	1	1	2	2	5	2	5	3	3	3	3	3	7	7
Braga*	6	1	6	3	4	3	9	5	9	4	8	8	3	3	18	18
Cabeceiras	1	1	1	1	1	1	2	1	-	-	3	3	-	-	3	3
Celorico	1	1	1	1	1	1	3	1	-	-	3	3	2	2	4	4
Esposende	1	1	1	1	2	2	1	1	-	-	3	3	1	1	5	5
Fafe	1	1	2	2	-	-	2	1	-	-	3	3	4	2	6	6
Guimarães*	3	2	3	3	4	2	3	2	4	4	3	2	5	3	18	14
P. Lanhoso	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	2	2	-	-	4	4
T. Bouro	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	2	2	2	2	3	3
V. Minho	0	0	1	1	1	1	2	1	-	-	3	3	3	3	3	3
V.N.F.*	1	1	2	2	2	2	3	2	6	5	3	3	4	3	12	12
Vila Verde	1	1	1	1	-	-	2	1	-	-	4	4	2	2	2	2

Fonte: *Correio da Minho*, 1945, 1949, 1953, 1957, 1961, 1965, 1969 e 1973. Elaboração própria.

Legenda: P: Presentes. O: Oradores.

*Os valores apresentados correspondem ao total global das sessões realizadas em sedes de concelho e nas freguesias contabilizadas no respetivo ano, perfazendo 17 registadas, respetivamente entre concelhos (13) e freguesias (4).

**Os valores apresentados correspondem ao total global das sessões realizadas apenas em sedes de concelho (13) no ano de 1949, perfazendo 13 registadas. Não foi possível apurar a eventual realização de sessões à escala da freguesia.

***Os valores apresentados correspondem ao total global das sessões realizadas apenas em sedes de concelho, 12 registadas, a que soma o que perfaz um total de 12 registadas, a que se soma a sessão suplementar ocorrida no concelho de Braga. Não foi possível apurar a eventual realização de sessões à escala da freguesia.

**** Os valores apresentados correspondem ao total global das sessões realizadas apenas em sedes de concelho no ano de 1957, perfazendo um total de 15 registadas, uma vez que o concelho de Braga contou com mais duas sessões suplementares. Não foi possível apurar a eventual realização de sessões à escala da freguesia.

*1 Os valores apresentados correspondem ao total global das sessões realizadas apenas em sedes de concelho (4) e na freguesia de Mogege (Vila Nova de Famalicão). Apesar de o jornal informar sobre a passagem pelas várias sedes de concelho do distrito de Braga, não há registo explícito sobre a realização das sessões nos demais concelhos.

*2 Os valores apresentados correspondem a um total de 14 sessões realizadas em sedes de concelho no ano de 1965. O concelho de Braga contou com mais uma sessão suplementar. Não foi possível apurar a eventual realização de sessões à escala da freguesia.

*3 Os valores apresentados correspondem ao total de 11 sessões realizadas apenas em sedes de concelho no ano de 1969.

*4 Os valores apresentados correspondem ao total global das sessões realizadas apenas em sedes de concelho, perfazendo 18 registadas. Os concelhos de Braga e Guimarães contaram com mais duas sessões e o de Vila Nova de Famalicão com mais uma sessão.

Tabela 16: Distribuição das sessões segundo o estatuto dos Presidentes de Mesa, entre 1945 a 1973

Estatuto dos Presidentes de Mesa	Anos/Campanhas Legislativas							
	1945	1949	1953 *	1957 **	1961	1965	1969	1973 **
Candidatos a Deputados	6	7	2	s/i	1	1	s/i	s/i
Governo Civil	5	4	4	11	s/i	5	-	-
Governo	2	2	1	3	s/i	s/i	-	-
I.N.T.P.	1	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i
Presidentes das Câmaras Municipais	1	s/i	s/i	s/i	1	s/i	s/i	s/i
Membro da Comissão Executiva da U.N.	s/i	s/i	1	1	s/i	s/i	s/i	s/i
Membro da Junta Consultiva da U.N.	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i
Membro da Comissão Distrital da U.N.	1	s/i	3	s/i	3	8	s/i	s/i
Membro da Comissão Concelhia da U.N.	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i
Membro da Comissão Distrital da A.N.P.	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	1
Presidente da Junta Distrital	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	1	s/i
Outras instituições	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	1	s/i
Sem vinculação às instituições e organismos	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	8	1
Desconhecidos	1	s/i	1	s/i	1	s/i	s/i	s/i
Total*	17	13	12	15	5	14	11	2

Fonte: *Correio da Minho*, 1945, 1949, 1953, 1957, 1961, 1965, 1969 e 1973. Elaboração própria.

Legenda:

*Na campanha eleitoral de 1953 verifica-se a existência de um indivíduo que acumula simultaneamente dois cargos. Trata-se de António Maria Santos da Cunha que exerce em simultâneo a presidência da Câmara Municipal de Braga e de Vogal da Comissão Distrital da U.N..

**Nas campanhas eleitorais de 1957 e 1973, Baltazar Rebelo de Sousa acumula o estatuto de candidato a deputado e o lugar de subsecretário de Estado da Educação Nacional e de ministro das Corporações e Previdência Social, respetivamente.

*Os totais apresentados correspondem às somas dos presidentes que constituíram as mesas nas sessões de propaganda. O seu número é variável de acordo com a dinâmica das sessões (isto é, para além das sessões programadas, por vezes, tem lugar sessões espontâneas, no mesmo concelho) e da disponibilidade da informação das fontes.

Tabela 17: Distribuição dos deputados pelos distritos e concelhos de origem

Distrito	Concelho	Número de candidatos
Braga	Braga	8
	Guimarães	3
	Vila Nova de Famalicão	3
	Barcelos	2
	Póvoa de Lanhoso	1
	Vila Verde	1
Total	-	18
Porto	Felgueiras	1
Total	-	1
Viana do Castelo	Monção	1
	Ponte da Barca	1
Total	-	2
Lisboa	Lisboa	1
Total	-	1
Coimbra	Figueira da Foz	1
Total	-	1
Estado da Índia	Bardez	1
Total	-	1
Total		24

Fonte: J.M. Tavares Castilho. *Os Deputados à Assembleia Nacional (1935-1974). Biografia e carreira parlamentar*, Assembleia da República, (http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/index.html, 2009); Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto. (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004). Elaboração própria.

Tabela 18: Gerações de nascimento dos deputados do Círculo de Braga (1945-1973)

Geração	Nascimentos	
	Nº	%
1880-1889	2	8,3%
1890-1899	6	25%
1900-1909	1	4,2%
1910-1919	5	20,8%
1920-1929	6	25%
1930-1939	4	16,7%
Total	24	100%

Fonte: J.M. Tavares Castilho, *Os Deputados à Assembleia Nacional (1935-1974). Biografia e carreira parlamentar*, Assembleia da República, (http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN_1935-1974/html/index.html, 2009); Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto. (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004). Elaboração própria.

Tabela 19: Idades dos deputados de Braga aquando do início do 1º mandato parlamentar e do início do último mandato, por faixas etárias (1945 a 1973)

Faixas etárias	Idades na primeira legislatura		Idades no início da última legislatura	
	N	%	N	%
30-34	3	12,5	1	4,2
35-39	3	12,5	3	12,5
40-44	7	29,2	4	16,7
45-49	7	29,2	2	8,3
50-54	2	8,3	5	20,8
55-59	1	4,2	2	8,3
+60	1	4,2	7	29,2
Total	24	100	24	100

Fonte: J.M. Tavares Castilho. *Os Deputados à Assembleia Nacional (1935-1974). Biografia e carreira parlamentar*, Assembleia da República, (http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN_1935-1974/html/index.html, 2009); Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto. (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004). Elaboração própria.

Tabela 20: Distribuição dos deputados do círculo eleitoral de Braga por segmentos geracionais e legislaturas (1945 a 1973)

Geração	Nascimentos		Legislaturas							
	Nº	%	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI
1880-1889	2	8,3%	1	1	1	-	-	-	-	-
1890-1899	6	25%	5	4	4	1	1	1	-	-
1900-1909	1	4,2%	-	-	-	1	-	1	1	1
1910-1919	5	20,8%	-	1	1	2	2	3	2	-
1920-1929	6	25%	-	-	-	2	3	1	1	3
1930-1939	4	16,7	-	-	-	-	-	-	2	3
Total	24	100%	6	6	6	6	6	6	6	7

Fonte: J.M. Tavares Castilho. *Os Deputados à Assembleia Nacional (1935-1974). Biografia e carreira parlamentar*, Assembleia da República, (http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/index.html, 2009); Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto. (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004). Elaboração própria.

..

Tabela 21: Níveis de formação escolar e áreas de estudo dos deputados do Circulo de Braga, entre 1945 a 1973

Ensino	Áreas de Estudo	Nº de deputados	Percentagem	Percentagem por níveis de estudo
Universitária	Direito/Ciências Jurídicas	8	33%	79%
	Ciências Exatas e Engenharia	5	21%	
	Medicina	4	17%	
	Ciências Histórico-Filosóficas	2	8%	
Militar	Escola do Exército	1	4%	8%
Seminário	Teologia	1	4%	
Não Universitária	Comércio e Indústria	3	13%	13%
Total		24	100%	100%

Fonte: J.M. Tavares Castilho. *Os Deputados à Assembleia Nacional (1935-1974). Biografia e carreira parlamentar*, Assembleia da República, (http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN_1935-1974/html/index.html, 2009); Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto. (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004). Elaboração própria.

Tabela 22: Representação do percurso escolar, académico e profissional dos deputados à Assembleia Nacional pelo círculo de Braga, entre 1945 a 1973

Nível de Estudo	Profissões	Exercício de apenas uma função
Formação Universitária, Seminário e Militar	Médico	3
	Engenheiro Eletrotécnico	1
	Docente não universitário	1
	Docente Universitário	2
	Advogado	3
	Notário	1
	Funcionário Público	1
	Sacerdote	1
Formação Não Universitária	Administrador de empresas	2
	Comerciante	1
	Total	16
	Exercício de duas funções	
Formação Universitária, Seminário e Militar	Funcionário Público e Administrador de Empresas	1
	Professor não universitário e alto funcionário público	1
	Oficial do Exército e Agricultor	1
	Advogado e Notário	1
	Advogado e alto funcionário público	1
	Engenheiro Civil e Gestor	1
	Médico e Político	1
	Total	7
	Exercício de três funções	
	Advogado, Funcionário Público e Gestor	1
Total		1
Total		8
Total Global		24

Fonte: J.M. Tavares Castilho. *Os Deputados à Assembleia Nacional (1935-1974). Biografia e carreira parlamentar*, Assembleia da República, (http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN_1935-1974/html/index.html, 2009); Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto. (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004). Elaboração própria.

Capítulo III: A cultura propagandística: imagens escritas

As sessões de propaganda por ato eleitoral tiveram ações específicas, no entanto, aquilo que suscita mais apreensão é a razão da sua realização. Todavia, não é na tentativa de colmatar através de alguma teoria a verdadeira razão das eleições. A verdade é que as campanhas deram-se num regime autoritário que não aceitava a concorrência. Por isso, quais seriam as imagens difundidas? As campanhas seriam para prestar culto ou para serem cultivadas? O certo, na miríade de hipóteses que possam surgir, há algo de muito importante a ter em conta, a representação de poder e a representação de autoridade pelas personalidades.

As campanhas eleitorais no distrito de Braga, examinadas a partir da sua difusão no órgão da «situação», o qual é neste distrito o periódico *Correio do Minho*, não se afastaram das abordagens teóricas que José Manuel Tavares Castilho levanta a partir dos estudos de outros autores, respetivamente, Guy Hermet, Phillippe Schmitter e Manuel Braga da Cruz⁴⁷³. Por isso, a ideia de os deputados, bem como as eleições serem um momento de dar a entender que todos os indivíduos são chamados a eleger disseminando-se a mensagem corrente, «vimos pedir-vos o testemunho da vossa adesão [...] elegendo-nos [nós, os deputados] vossos legítimos representantes»,⁴⁷⁴ parecia assim um modelo para a realização das campanhas, em que era garantido às populações que haviam indivíduos a intercede-los e a zelar pelos seus interesses.

A produção do discurso oficial levado a cabo no curso nos sucessivos quadriênios eleitorais, elevam constantemente a «obra» do Estado Novo, quer em termos materiais, sociais ou outros, sempre com o fim de justificar e legitimar a existência e a ação do regime tendo como fim atingir o bem comum da Nação. Daí que, na ausência da necessidade de procurar bases de apoio, pelo menos no que concerne ao apoio das massas, pretendia-se sim, através da encenação das campanhas eleitorais criar um espaço/tempo em que se mostrava e se ouvia a política.

Autoridades: a *veia* de comunicação da cultura política

Antes de tudo é pertinente atender a dois fatores extremamente importantes para a disseminação do discurso oficial: autoridade e cultura.

⁴⁷³ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 88-94.

⁴⁷⁴ s/a, «Sessão de esclarecimento do ELEITORADO DE BARCELOS - REALIZOU, ONTEM, NO TEATRO GIL VICENTE, DAQUELE CIDADE», *Correio do Minho*, 19 de Outubro, 1969, 4.

A autoridade é quando alguém ou algo tem em si mecanismos que lhe dê a capacidade superior de exercer algo sobre os outros ou outras coisas. Os indivíduos com o peso da autoridade é-lhes associado um grupo se significados, de entre muitos, que instiguem à influência, prestígio, importância, vontades, opiniões⁴⁷⁵; mais resumidamente, «Direito ou poder de mandar, de se fazer obedecer, de administrar ou legislar»⁴⁷⁶. Porventura, a autoridade não está acumulada apenas num só indivíduo ou numa instituição, mas muitos podem partilhá-la, quando esta está ligada à autoridade social⁴⁷⁷. O simples facto de ser detentor de autoridade ou haver diversos indivíduos que partilhem a autoridade não é sinónimo de terem exatamente poder, pois os dois conceitos podem estar dissociados um do outro⁴⁷⁸. Por isso faz sentido falar em autoridades distritais e concelhias, os quais exerciam e era-lhes conotado relações político-sociais as quais lhes pré-definiam as condições de visibilidade social.

A autoridade estava distribuída por vários grupos, indivíduos e instituições pertencentes à representação de poder do Estado Novo. Como foi possível observar no capítulo anterior, a composição das mesas das sessões das campanhas eleitorais constituíam espaços de representação de poder, uma vez que o somatório das personalidades presentes visava suscitar a admiração e o entusiasmo junto da população presente. Estes tinham uma carga simbólica, como se fossem divindades para quem assistia. E através das personalidades que enquadraram os cargos em instituições foi possível reunir prestígio por forma a ser mais fácil associá-los a figuras de autoridade. Por isso, a observação de uma mesa constituída por figuras representantes de determinados cargos, como os exemplos de Ministros do Governo, o Governador Civil,..., inculca à assistência a magnitude de temor perante o prestígio superior dos indivíduos.

As autoridades estavam compostas por diferentes graus e escalas, ou seja, vários agentes partilham e exercem a autoridade. Sucintamente, são personalidades que atuam em termos de grupo ou individual no quadro das relações sociais e é suposto que as mesmas tenham o crédito, prestígio, influência, vontades⁴⁷⁹ e a capacidade de autoridade. Há ideia de que quem se mostra e quem é mostrado são sempre «as autoridades mais representativas da vila»⁴⁸⁰.

⁴⁷⁵ Cf. José Pedro Machado, «autoridade», em *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa com a mais antiga escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*. (Lisboa: Livros Horizonte, 1977), 355.

⁴⁷⁶ Cf. s/a, «autoridade», em *Dicionário da Língua Portuguesa* (Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa), 431.

⁴⁷⁷ Cf. Roque Cabral, «Autoridade», em *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado. Antropologia Cultural, Direito, Economia, Ciência Política*, AAVV, Vol. 1 (Lisboa: Editorial Verbo, 1983), 493-494.

⁴⁷⁸ Cf. Norberto Bobbio, «Poder/Autoridade», em *Estado-Guerra*, dir. Ruggiero Romano. Vol. 14 de *Enciclopédia Einaudi* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989), 46-47; Cabral, «Autoridade», 493.

⁴⁷⁹ Cf. Machado, «autoridade», 355; s/a, «autoridade», 431.

⁴⁸⁰ s/a, «Num ambiente de verdadeiro fervor nacionalista realizou-se ontem em Celorico de Basto uma sessão de propaganda na qual foi mais uma vez exaltada a obra de Salazar e do Estado Novo», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1957, 1.

A ação da autoridade tem como fim a dominação. Apesar da mensagem veiculada conotar as autoridades como grupo homogêneo, não o são, na medida em que a dominação usufrui da desigualdade e, com efeito, cria a hierarquização⁴⁸¹. Por conseguinte, estes graus hierárquicos criam a diferenciação mesmo entre os agentes de autoridade. Assim, os agentes de «acção nos diferentes meios»⁴⁸² são chamados à cena política, pois socorrem-se da soberania, autoridade, influência⁴⁸³, que exercem nesses meios para impor práticas de sociabilidade de acordo com a visão política, social e económica pré-estabelecida. Daí a valorização, nalguns casos da glorificação dos agentes políticos que intervêm em vários níveis na organização político-administrativa, como o denota enfaticamente o excerto do candidato a deputado António Maria Santos da Cunha na campanha eleitoral de 1965 «sereis vós [o «vós» está vocacionado para as autoridades concelhias] os nossos [os deputados] intérpretes junto das vossas gentes, dos que vos respeitam e acatam»⁴⁸⁴. Existe um «contrato» entre os indivíduos que exercem influência sobre os outros uma ordem e estes obedecem-na através do reconhecimento⁴⁸⁵. Outrossim, é mais comum haver relação interpessoal entre as autoridades do que uma ação direta com as camadas mais baixas da sociedade.

A autoridade tendo em vista sempre a dominação foi uma forma que o Estado Novo procurou para impor a sua visão e versão oficial políticas, isto é, procurou dominar os mecanismos por forma a pôr em ação a legitimidade da sua estrutura política através da sua imagética baseada no nacionalismo em todas as vertentes⁴⁸⁶ e na justificação moral da vida. Partindo da classificação proposta por Max Weber, a partir da análise de Jorge Ramos do Ó⁴⁸⁷, há três modalidades a considerar no exercício da autoridade: «a racional-legal, a tradicional e a carismático»⁴⁸⁸ de maneira a garantir a obediência social. A primeira corresponde aos enquadramentos legais que asseguram a legitimidade de proceder à dominação; a segunda assenta nos parâmetros tradicionais, baseando no sistema de práticas hereditárias da dominação, a qual é exercida por indivíduos específicos; e a terceira assenta nas qualidades de

⁴⁸¹ Cf. A. Marques Bessa, «Dominação», em *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado. Antropologia Cultural, Direito, Economia, Ciência Política*, AAVV. Vol. 2 (Lisboa: Editorial Verbo, 1984), 690.

⁴⁸² s/a, «O momento político no Distrito PROSSEGUEM com grande entusiasmo os trabalhos preparatórios das grandes sessões de propaganda eleitoral que se vão efectuar em todos os concelhos», *Correio do Minho*, 31 de Outubro, 1945.

⁴⁸³ Bessa, «Dominação», 691.

⁴⁸⁴ s/a, «Importante reunião dos candidatos a deputados pelo Círculo de Braga com as autoridades e individualidades mais destacadas de Vieira do Minho/ com vista às eleições de Novembro próximo», 19 de Outubro, 1965, 4. Nesta citação proferida numa sessão de propaganda na campanha eleitoral de 1965, proferida em Vieira do Minho, «os nossos» corresponde ao candidato a deputado, António Maria Santos da Cunha, o qual estava a realizar a sua alocação acerca dos problemas da Lavoura da região, em que este apelou para os proprietários de terrenos agrícolas estarem vigilantes à necessidade de resolução destes problemas junto das classes inferiores.

⁴⁸⁵ Cf. Cabral, «Autoridade», 494.

⁴⁸⁶ Cf. Jorge Ramos do Ó, *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a "Política do Espírito" 1933-1949. Ideologia, instituições, agentes e práticas* (Lisboa: Editorial Estampa, 1999), 17; Bessa, «Dominação», 689-690.

⁴⁸⁷ Cf. Ó, *Os anos...*, 17; Cabral, «Autoridade», 493.

⁴⁸⁸ Ó, *Os anos...*, 17; Cf. Cabral, «Autoridade», 493.

um determinado indivíduo⁴⁸⁹. Mas para fomentar a autoridade foi preciso conceber e dinamizar estratégias que assegurassem a sua legitimidade, isto é, a dominação tinha de ser apresentada em termos inteligíveis. Por isso, é importante usar o modelo ideal de Max Weber de maneira a orientar, analiticamente, o modo como se cria a consciência e o sentimento de quem domina e quem é dominado. Daí o regime do Estado Novo se ter apropriado dos mecanismos de produção e disseminação dos artefactos culturais⁴⁹⁰, que cobriam um leque variado de modalidades, de forma a sustentar o projeto e o programa do regime. Na mesma linha, se inscrevem os mecanismos de propaganda geradores de cultura política assentes nos parâmetros do discurso oficial e público sobre os conteúdos que deveriam ser mobilizados⁴⁹¹.

De forma assegurar o poder das autoridades torna-se necessário cultivar⁴⁹² o poder e a autoridade, mais propriamente, promovendo uma abordagem mística e espiritual sobre o regime, corporizado no seu chefe e em outros valores simbólicos fundadores que incutiam o espírito do regime. Assim é construído um discurso político com o objetivo de reconfigurar a «essência de transformar os dados sensíveis em formas simbólicas e inteligíveis»⁴⁹³. A propaganda foi um instrumento aliado ao poder de imposição de política corporizado na «Política do Espírito».

O processo do Poder realiza-se através da «relação»⁴⁹⁴, na medida em que só faz sentido falar de autoridade e poder no âmbito de relações e processos sociais, sobretudo, de acções interpessoais⁴⁹⁵. Com efeito, a ação de «exercer sobre ...» gera a expectativa de ser acompanhada pelo seu oposto: a «obediência», ou seja, aspira-se a alimentar relações simbióticas entre os estratos superiores e os inferiores.

Com efeito, aspira-se a incutir a adesão, esperando-se que aqueles que não pertencem às elites políticas atuem invisivelmente, como se estivessem destinados a cumprir o seu papel de obediência. Assim, a ação de mandar pressupõe uma reciprocidade inquestionável entre dominantes e dominados⁴⁹⁶. E é através da autoridade que é possível gerar o poder⁴⁹⁷ e difundir esta relação social.

⁴⁸⁹ Cf. Ô, *Os anos...*, 17-18; Cabral, «Autoridade», 493.

⁴⁹⁰ Ô, *Os anos...*, 18.

⁴⁹¹ Cf. James C. Scott, *A Dominação e a Arte da Resistência. Discursos Ocultos* (Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013).

⁴⁹² Cf. José Pedro Machado, «cultura», em *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa com a mais antiga escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*. (Lisboa: Livros Horizonte, 1977), 264.

⁴⁹³ Manuel Antunes, «Civilização e Cultura», em *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado. Antropologia Cultural, Direito, Economia, Ciência Política*, AAVV. Vol. 1 (Lisboa: Editorial Verbo, 1983), 881.

⁴⁹⁴ Cf. José Durão Barroso e Roque Cabral, «Poder», em *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado. Antropologia Cultural, Direito, Economia, Ciência Política*, AAVV. Vol. 4 (Lisboa, Editorial Verbo, 1983), 1291.

⁴⁹⁵ Cf. Barroso e Cabral, «Poder», 1291.

⁴⁹⁶ Cf. Scott, *A Dominação...*, 109; Ô, *Os anos...*, 22.

⁴⁹⁷ Cf. Bobbio, «Poder/Autoridade», 57.

Meios de difusão repressiva

Entre a verdade oficial e os mecanismos da censura

O discurso político é difundido entre vários meios de comunicação, os quais tornam possível a disseminação da política através do público. Por isso, exige-se explicitar o meio de difusão da «situação» no distrito de Braga, o periódico *Correio do Minho*. Ou dito por outro modo, é assaz importante tecermos algumas considerações prévias sobre a análise e os processos de desconstrução crítica do discurso político, tanto em termos de conteúdos (e de omissões) como em termos da linguagem utilizada e da argumentação produzida. É certo que o meio de difusão em estudo apenas exprime um discurso, ou seja, o discurso oficial e público, aquele que é autorizado a circular. Mas, como será possível verificar mais à frente, apesar de este ser o esperado, não é sinónimo que o mesmo seja hegemónico. Pois, nada garante que o mesmo seja assimilado por todos os indivíduos da mesma maneira e também porque há outros enunciados discursivos. Todavia, como o regime do Estado Novo exerceu, repressiva e autoritariamente, atos punitivos para com os discursos que se pretendiam distantes da mensagem oficial, os discursos não oficiais conhecerem constrangimentos vários na sua difusão, acabando por se fazerem círculos restritos, tendencialmente privados.

A função do jornal era expandir uma verdade educacional⁴⁹⁸ de maneira a viabilizar e a justificar a imposição do poder. Assim construiu-se um sistema repressivo de forma a monopolizar a comunicação⁴⁹⁹ pelo regime. Por isso, a verdade era determinada e os censores não permitiam que mais nada fosse divulgado. Pretendia-se criar a ilusão de verdade; selecionando o que podia ser dito e contado.

O trabalho da censura foi essencial para a estruturação da informação para que ficasse centrada nos propósitos do regime. Para além do mais a censura era uma força coerciva que atuava direta e indiretamente, pois muitos jornais e jornalistas praticavam a autocensura de maneira a evitar que os jornais evidenciassem espaços em branco (recorde-se que por vezes foi

⁴⁹⁸ Cf. Anna Melich, «Propaganda Política», em *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado. Antropologia, Direito, Economia, Ciência Política*, AAVV. Vol. 4 (Lisboa: Editorial Verbo, 1983), 1631.

⁴⁹⁹ Cf. Ó, *Os anos...*, 203.

necessário refazer a pagina de alguns periódicos, o que obrigava a remodelar toda a paginação do periódico)⁵⁰⁰.

Incutia-se o silêncio ou silêncios das realidades político-sociais, através da mitigação crítica da informação. Logo não havia espaço à opinião livre e divergente para além da oficial. Notícias que relatassem uma situação relativa à alteração à ordem instituída, como manifestações, protestos, entre outros, eram de imediato censurados e reformulados⁵⁰¹. A censura era assim uma salvaguarda do Estado de forma a impor uma única visão sobre os acontecimentos e o mundo. Acrescente-se ainda que ao lado da censura existiam organismos que estavam vocacionadas para a organização da propaganda, controlo e repressão da informação, nomeadamente o Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional da Informação Cultura Popular e Turismo (S.P.N/S.N.I.), que atuavam como canais de intermediação entre a sociedade e o aparelho de Estado, de forma a melhor preparar (pedagogicamente) a inculcação da ideologia do Estado Novo⁵⁰². Contudo a ação destas agências diminuiu no pós-guerra⁵⁰³.

A oposição, parcelada e emparcelada conforme as conjunturas, também tinha os seus meios de difusão, embora fossem clandestinos ou brutalmente censurados, a verdade é que o regime não os conseguiu eliminar, nem, tão-pouco, ao seu discurso⁵⁰⁴. Com efeito, as diferentes correntes políticas da oposição conseguiram contornar parcialmente estes constrangimentos, em especial nos anos finais do regime⁵⁰⁵. São conhecidos alguns jornais e jornalistas que conseguiram contornar estes obstáculos de forma a puderem escapar à leitura oficial da informação através da utilização de figuras de estilo (eufemismo, alegorias, metáforas, entre outras)⁵⁰⁶. A exemplo disso, aponte-se a dinamização, por parte da oposição, da ideia de autodeterminação das colónias e do fim da guerra; posta a circular no curso dos anos 60, em contraposição à mensagem do regime para o qual o conflito passava pela defesa do território português contra os terroristas, atuando mais propriamente, em termos de «obra de pacificação»⁵⁰⁷.

⁵⁰⁰ Cf. Jorge Ramos do Ó, «Censura», em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (Venda Nova: Bertrand Editora, 1996), 140; Maria Antónia Palla, «A renovação da imprensa, apesar da censura», em *Portugal Contemporâneo*, dir. António Reis (Lisboa: Publicações Alfa, 1989), 208.

⁵⁰¹ Cf. Palla, «A renovação...», 208.

⁵⁰² Cf. Ó, *Os anos...*, 54.

⁵⁰³ Cf. Ó, *Os anos...*, 58-59.

⁵⁰⁴ Cf. Ó, *Os anos...*, 38.

⁵⁰⁵ Cf. Palla, «A renovação...», 208.

⁵⁰⁶ Cf. Ó, *Os anos...*, 38; Scott, *A Dominação...*, 92-93.

⁵⁰⁷ s/a, «Eleições para deputados Efectuou-se hoje, em Vila Nova de Famalicão uma sessão de propaganda promovida pela União Nacional», *Correio do Minho*, 25 de Outubro, 1961, 1.

Apesar do regime de censura foram surgindo brechas que resultaram na renovação da imprensa portuguesa⁵⁰⁸.

A propaganda é um instrumento central na construção da imagética e do imaginário político do Estado Novo. É um instrumento que não autoriza a noção de aleatoriedade. Por isso, sendo esta «um instrumento de governo»⁵⁰⁹, logo é determinada e construída para atingir um determinado objetivo. Assim, há uma arquitetura pedagógica para divulgar o Estado Novo de acordo com a imagem oficial pretendida, criando para o efeito, imagética ideológicas sobre a verdade que o regime pretende passar. Por isso, é comum o discurso político não inculcar diretamente a ideologia, mas antes sugerir situações de deslumbramento que concorram para a construção de uma mundividência única e exclusiva, moldada na visão ideológica que enforma o regime. Como sublinha Jorge Ramos do Ó:

«Feitas no momento em que a situação encabeçada por Salazar se dispôs a encarar a relevância das batalhas simbólicas, aceitando como sua instantânea necessidade a tarefa de fazer coincidir a actividade governativa com uma atmosfera idealizada, de progresso e bem-estar que lhe importaria demonstrar impossível noutro contexto que não o seu, aquelas indicações abriram caminho aos espectáculos da política, à política-espectáculo»⁵¹⁰.

Assim a política alia-se, por exemplo, aos modos de convivência social, nomeadamente à vida moral e aos valores dominantes, e transforma-os de maneira a compatibilizá-los com o que é pretendido derramar junto das populações. Com efeito, o regime usurpou as sociabilidades e transformou-as num revisionismo dinamizado à sua maneira e difundido pela sociedade⁵¹¹. Daí que a política-espetáculo tenha sido um instrumento para apresentar a verdade criada pelo Estado Novo.

O significado de propaganda visa a ação de propagar, ou seja, sugere a noção de ampliar, difundir, estender, doutrinas e ideias⁵¹². Com efeito, é uma ação de expandir as doutrinas/ideias políticas através da dilatação⁵¹³ informativa. Por isso, parte de uma pequena fonte de informação

⁵⁰⁸ Cf. Palla, «A renovação...», 213-220.

⁵⁰⁹ Ó, *Os anos...*, 29.

⁵¹⁰ Ó, *Os anos...*, 30.

⁵¹¹ Cf. Ó, *Os anos...*, 28.

⁵¹² Cf. José Pedro Machado, «propagar», em *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa com a mais antiga escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*. (Lisboa: Livros Horizonte, 1977), 442; Melich, «Propaganda...», 1630.

⁵¹³ Cf. Machado, «propagar», 442; Melich, «Propaganda...», 1630.

aumentando-a para ser recebida por vários recetores⁵¹⁴. Contudo, esta etimologia deve ser olhada para um espaço/tempo específico, a qual esta palavra se predispõe⁵¹⁵, ou seja, deve-se compreender o que *propaganda* é para o século XX e como esta se definiu como produto deste tempo e a sua inserção,

«É, pois, impossível falar de propaganda em si e para si. Ela reflecte sempre as ideologias de uma sociedade e de uma dada época, veicula os seus valores e as suas formas do saber, explícita e/ou implicitamente. É sempre historicamente determinada, derivando de um modo de produção específico, de um contexto sociocultural inconfundível, de relações de força peculiares»⁵¹⁶.

A propaganda num regime ditatorial e autoritário é um produto de si mesmo, isto é, assume contornos políticos próprios, uma mensagem que os agentes do regime político fizeram e ilustraram. Mas, acima de tudo, é na época contemporânea que a propaganda se assume como instrumento organizado e calculado para um determinado fim, de forma a condicionar o comportamento coletivo⁵¹⁷. O seu objetivo resume-se a tentar modificar as mentalidades apresentando o regime sob um determinado pano de fundo, que contribua para dar sentido e legitimidade ao mesmo. Desta forma, não se trata apenas de representá-lo como resultado da mera «revolução nacional», mas como um resultado de um desígnio nacional apostado em modificar o regime.

A expressão do Estado Novo, «Revolução Nacional», era um exemplo de propaganda, em que o seu uso podia ser utilizado em vários sentidos mas com apenas um intuito, tudo aquilo que era perceptível pela sensibilidade humana ficasse conotado por uma ação desencadeada do regime. Pois era o acontecimento que originou o mesmo, o qual motivou a realização da propaganda de maneira a forçar que o espírito da mudança ocorrida com o Golpe Militar de 28 de Maio não se dissipasse. Por isso, o regime tentou dar para si os seus fundamentos e vontades, desacreditando todo o resto, tentou adquirir um espaço privilegiado de pressão psicossocial com o intuito de o condicionar. Não se pode desvalorizar que a propaganda assume um fenómeno de massas e que assumiu no século XX o desfraldar para a esfera pública, os interesses coletivos

⁵¹⁴ Cf. Giovanni Busino, «Propaganda», em *Sociedade-Civilização*. Vol. 38 de *Enciclopédia Einaudi*, dir. Ruggiero Romano (Lisboa: Editorial Verbo, 1998), 315.

⁵¹⁵ Cf. Busino, «Propaganda», 315.

⁵¹⁶ Busino, «Propaganda», 314-315.

⁵¹⁷ Cf. Busino, «Propaganda», 335.

dos espaços sociais⁵¹⁸. Porventura, o que falta observar é: se o regime do Estado Novo considerou este fenómeno de características de interesses massificados, se apenas pretendia dar uma imagem narcisista de si ou, ainda dentro disto, sustentar uma imagem de convergência perante as divergências coletivas e individuais num sentido comum da política nacional, esquecendo a realidade das necessidades político-sociais, das divisões e dos conflitos.

O instrumento da propaganda tem o objetivo de «incitar à verdade» estimulando pontos de vista individuais e não cair em razões lógicas e racionais – acríticos e emocionalmente passionais – assenta «em estados de espírito»⁵¹⁹ ou, mais propriamente, na lógica natural⁵²⁰. Parte de uma premissa e explora-a, através de quem detém o saber, com metas definidas, condensadas, seletivas, simplificadas, estereotipadas em direção ao alvo pretendido por forma a determiná-lo⁵²¹.

A produção da mensagem

O caso da propaganda nas campanhas eleitorais cria uma interação simbólica, neste caso escrita, entre as imagens políticas veiculadas para serem lidas pelos recetores. Em primeiro lugar, os fornecedores são quem enviam a mensagem. Por isso, estes estão em vantagem, na medida em que sabem sempre algo mais que o recetor desconhece⁵²². Mas, também este está limitado às suas aptidões psicossociais e aos fatores de pressão externos (políticos, sociais, económicos), motivo pelo qual, quanto constrói a notícia, é a «sua verdade» que impera⁵²³. De igual modo, convém perspetivar quem são estes recetores, na medida em que a adesão e o envolvimento ao regime do Estado Novo não eram certamente iguais entre os indivíduos. Haveriam aqueles a quem a propaganda se lhes afigurava mais propensa a ser seguida, enquanto outros manifestariam maior distancia, ou seja, dito por outras palavras, seguindo Busino, o grau de implicação é a base de suporte para a apreensão ou não da propaganda⁵²⁴. Esta é uma manifestação do Poder e, por isso, nem toda a sociedade partilhava essas imagens, originando «teatros» sociais diferentes entre indivíduos.

⁵¹⁸ Cf. Busino, «Propaganda», 316.

⁵¹⁹ Busino, «Propaganda», 321.

⁵²⁰ Cf. Busino, «Propaganda», 330.

⁵²¹ Cf. Busino, «Propaganda», 326-327.

⁵²² Cf. Busino, «Propaganda», 327.

⁵²³ Cf. Busino, «Propaganda», 327-328.

⁵²⁴ Cf. Busino, «Propaganda», 332.

Todavia, nas campanhas eleitorais havia que buscar e usar as palavras que mais facilmente «entrassem» e fossem compreendidas, isto é, fomentar um espaço que chamasse atenção do público-alvo e aí, explorar e pressionar os sentimentos do mesmo. Pois, estes momentos de abertura permitiam aos recetores conhecer e apreender a mensagem de outra forma, na medida em que o discurso político do regime podia ser comprovado com exemplos sensíveis ao olhar humano, como era o caso recorrente das obras públicas. Ou seja, o próprio público-alvo poderia viver o momento e comprovar a veracidade dos factos, ainda que houvessem vários discursos políticos, o do regime era aquele que sobressaía. Com efeito, o «turbilhão» que poderia suscitar o valor das massas era desde logo repreendido.

Entender o jornal *Correio do Minho* como um pedaço daquilo que o regime quis transmitir obriga a fazer um exercício de análise denso sobre o que é dito e como é dito, no período em estudo, 1945-1973. Assim a mensagem do regime surge em modos simples, apelativa, sensacionalista, intuitiva e repetitiva por forma a inculcar mais facilmente a visão política do regime. Os temas que perpassam aos ouvintes são correntemente os mesmos: o enfoque: na economia, na política das obras públicas; o discurso mais técnico, ligado aos termos da realidade e pensamento económicos, sem não esquecer a resolução dos problemas da lavoura; as imagens ampliadas de Oliveira Salazar e Marcello Caetano, reputados pelas suas qualidades excepcionais que exibem e que os assemelha a heróis, figuras distintivas da nação, à luz da história da pátria; a par de outros como sejam a educação, as imagens antipatrióticas da oposição; e, mais tarde, a questão do ultramar e do terrorismo. Porém, pouco se alteram com o passar dos anos e dos atos eleitorais.

Contudo, é nos momentos de periodicidade da composição deste periódico que será possível verificar certos exemplos de temas que o regime transferia para o público. O exemplo de datas cerimoniais, tais como o 28 de Maio, o 1º de Dezembro, são marcos ininterruptos de propaganda que visa projetar festas comemorativas representando espaços sociais de reunião autorizados e a projeção da convergência de um número avultado de apoiantes como fator efusivo de apologia ao regime. Estes exemplos marcam a historicidade, inculcam a ênfase do altar da glória, embora estes dois acontecimentos distem um do outro vários séculos. O mais importante é que a sua comemoração passe para a sociedade as datas que se adequam ao ideal político do Estado Novo.

O 28 de Maio é a mística do regime, ou seja, foi o acontecimento histórico levado a cabo no ano de 1926 por Gomes da Costa o qual depôs a I República e deu origem, ao que vinha a

ser mais tarde denominado no ano de 1933 de Estado Novo. A exemplo disto, note-se a vinda de Oliveira Salazar a Braga na inauguração do Estádio 28 de Maio, no ano de 1950, em que se realiza uma cerimónia onde se confundem: (i) a inauguração do estádio, (ii) a centralização em Oliveira Salazar, o qual é caracterizado, logo no título e a vermelho, como o «Restaurador e Renovador de Portugal»⁵²⁵ e (iii) com a celebração da data do golpe militar desse dia. Com efeito, transmite-se a ideia e imagem de, por um lado, materializar o espírito revolucionário e ideológico da revolução através da construção do Estádio, isto é, criar algo físico e permanente que possa ser percecionado e conotado diretamente com o Estado Novo e, além do mais, denominado de «Estádio 28 de Maio», na cidade de Braga, a qual foi palco da partida do golpe militar; e, por outro, exacerbar a imagem que o Estado Novo não está parado.

O segundo dia marcava na História de Portugal a independência face a Espanha, ou seja, a glorificação de Portugal, a independência do povo português. A este exemplo note-se a celebração, em 1956, do 1º de Dezembro de 1640, em que realizou um «Cortejo Histórico»⁵²⁶ com a participação da Guarda Nacional Republicana, Mocidade Portuguesa, a Mocidade Portuguesa Feminina e a Escola do Magistério Primário. À exceção da G.N.R., todos os restantes organismos presentes têm temas alusivos a esta conjuntura da História Portuguesa⁵²⁷.

Mas outras datas festivas ligadas ao calendário religioso faziam-se apresentar, tais como a Páscoa, o 15 de Agosto e o 8 de Dezembro. Não obstante, também noticiava atos culturais e visitas de personalidades prestigiadas que pudessem visitar o distrito, mais propriamente, a cidade de Braga. Por conseguinte, estes atos eram muitas vezes referidos nas campanhas eleitorais por forma a prestigiar a ideologia do Estado Novo, na medida em que, tais como estes atos têm sempre um fator de heroicidade, o regime utiliza-os como fator de regozijo.

O discurso oficial: a narrativa das campanhas eleitorais nos atos eleitorais

As campanhas eram preparadas para um determinado fim com objetivos claros, disseminar o discurso do regime dentro das conjunturas em que estava inserido. Por isso,

⁵²⁵ s/a, «Braga recebeu com manifestações de indescritível regozijo o Restaurador e Renovador de Portugal PROFESSOR DOUTOR OLIVEIRA SALAZAR Na sua terceira viagem à capital do Minho o Chefe do Governo inaugurou o monumento comemorativo da Revolução, iniciada em Braga há 24 anos – O ESTÁDIO DO 28 DE MAIO», *Correio do Minho*, 29 de Maio, 1950, 1.

⁵²⁶ s/a, «Decorreram com muito entusiasmo as Festas do 1º de Dezembro e o Cortejo Histórico constituiu um êxito» *Correio do Minho*, 4 de Dezembro, 1956, 1.

⁵²⁷ s/a, «Decorreram...», 1.

considerar-se-á as décadas como a forma mais ampla de compreender o enredo das campanhas eleitorais.

As campanhas eleitorais de 1945 e 1949

Na década de 1940, respetivamente nas campanhas de 1945 e 1949, o vento do fim da II Guerra Mundial, em 1945, em que «Portugal suportou os males da guerra»⁵²⁸ e a pretensão de rever a constituição política do Estado Novo no ano 1951⁵²⁹, na campanha eleitoral de 1949, bem como «em enfrentar [...] como o da futura sucessão do mais alto magistrado da nação»⁵³⁰, foram marcas principais na agenda política. Mas, a par destes dois fatores surgem também os económicos, os quais eram tidos como orgulho da ação do Estado Novo.

Nas campanhas eleitorais de 1945 e 1949 verifica-se que as obras materiais são o motivo de regozijo que os oradores transmitiam. Por isso, em 1945 as obras públicas serviam como imagem e eram conotados como elementos-prova «de que a Nação [...] está com Salazar»⁵³¹, pois esta poderia observar que havia «um amplo cortejo de realizações materiais e morais em prol da Pátria»⁵³².

Na campanha eleitoral de 1945 a principal preocupação foi mostrar, nas primeiras eleições do pós-guerra, a imagem de um país completamente regenerado através da resolução dos seus problemas, nomeadamente: o «problema hospitalar está quasi resolvido; o problema social pode equipar-se ao dos povos mais cotados; há assistência ao trabalhador; o nome de Portugal é respeitado»⁵³³ e outras vantagens para a sociedade como «horários de trabalho, caixas de abono de família, salários mínimos, bairros sociais»⁵³⁴. Com efeito, foi um ano em que o discurso do regime pretendia enaltecer o seu desígnio reformador incutindo o valor premente do

⁵²⁸ s/a, «Temos de votar em Carmona e Salazar! A CAMPANHA ELEITORAL NO DISTRITO foi ontem iniciada com uma importante sessão de propaganda em Vila Verde em que o povo do concelho aclamou com grande entusiasmo os princípios e as figuras dominantes da REVOLUÇÃO NACIONAL/ HOJE, SERÁ A VEZ DE ESPOZENDE», *Correio do Minho*, 4 de Novembro, 1945, 1.

⁵²⁹ Cf. s/a, «TEM HOJE INÍCIO EM TODO O DISTRITO DE BRAGA A CAMPANHA ELEITORAL, PARA ELEIÇÃO DOS NOVOS DEPUTADOS/ Na sessão que hoje terá lugar em Guimarães, presidida pelo sr. Subsecretário do Comércio e Indústria, usarão da palavra, além do Governador Civil do Distrito Nery Teixeira, os Deputados: Dr. Alberto Cruz, Dr. Antão Santos da Cunha, Comissão Distrital da União Nacional», *Correio do Minho*, 30 de Outubro, 1949, 1.

⁵³⁰ s/a. O CHEFE DO DISTRITO presidiu ontem à sessão eleitoral da Póvoa de Lanhoso onde os nomes do Marechal Carmona e de Salazar FORAM LARGAMENTE OVACIONADOS PELO POVO DAQUELE CONCELHO», *Correio do Minho*, 4 de Novembro, 1949, 4.

⁵³¹ s/a, «Temos...», 4.

⁵³² s/a, «Temos...», 4.

⁵³³ s/a, «O DISTRITO DE BRAGA continua a afirmar a sua entusiástica adesão ao Governo da Revolução Nacional, presidido por SALAZAR/ Mais duas grande jornadas de propaganda eleitoral/ EM AMARES, a sessão atingiu um alto nível patriótico», *Correio do Minho*, 8 de Novembro, 1945, 3.

⁵³⁴ s/a, «No mesmo Teatro, mas outra gente e outros ideais... A sessão de propaganda ontem realizada em FAMALICÃO foi um grande acontecimento político que interessou todo o concelho/ O Exército português, naquele mesmo lugar insultado vilmente pelo dr. Daniel Rodrigues, foi aclamado de pé pela multidão que entoou o HINO NACIONAL», *Correio do Minho*, 11 de Novembro, 1945, 4.

«equilíbrio financeiro» e os benefícios que este apresentava: a «abertura de estradas, a criação de portos, (...) os navios [entregues] à Armada e (...) [e a renovação do] Exército»⁵³⁵.

No final do ato eleitoral deste ano, o apuramento dos votos no distrito, de acordo com a declaração emitida pela comissão encarregada pela contagem dos mesmos, «[s]ob a presidência do Chefe do Distrito», saldou-se em 72,6%⁵³⁶. Numa perspetiva concelhia, o quadro foi idêntico. Assim oficialmente, os resultados nos 13 concelhos foram os seguintes: Guimarães, recenseados 7362, votantes 5392, percentagem 73,4%; Famalicão, recenseados 4986, votantes 2272, percentagem 49,1; Barcelos, recenseados, 7416, votantes 5229, percentagem 70,5%; Fafe, 382, votantes 2745, percentagem 71,2%; Esposende, recenseados 1986, votantes 1646, percentagem 74,6%; Vila Verde, recenseados 3889, votantes 3261, percentagem 83%; Vieira do Minho, recenseados 1587, votantes 755, percentagem 47,5%; Póvoa de Lanhoso, 3060, votantes 2428, percentagem 79,3%; Terras de Bouro, 1267, votantes 661, percentagem 52,1%; Amares, recenseados 1472, votantes 1218, percentagem 82,6%; Cabeceiras de Basto, 2117, votantes 1302, percentagem 61,5%; Celorico de Basto, recenseados 1939, votantes 1609, percentagem 82,9%⁵³⁷. A hegemonia parecia total e nenhum comentário era tecido face aos concelhos que se configuravam distantes da média (Famalicão, Vieira do Minho, Terras de Bouro), com valores inferiores e/ou próximos dos 50%, que traduziam um afastamento na ordem dos 20, 22,5%.

Em 1949, de entre os vários temas relacionados com as obras públicas, tema recorrente na trajetória longa do Estado Novo, enaltece-se a educação. Esta deveria estar na alçada do Estado e ser direcionado de forma a fomentar o Patriotismo e os valores cristãos, não lhe cabendo uma ação neutral⁵³⁸. O trabalho de professor não devia acomodar-se à instrução, o qual acabava por causar efeitos nefastos à Nação, o professor é visto como um esteio que «educa e é essa a sua marcante função»⁵³⁹. A educação da juventude era um processo basilar, pois seriam eles, os homens do futuro e os quais levariam a Nação ao progresso. Como este grupo da

⁵³⁵ s/a, «O DISTRITO DE BRAGA continua a afirmar a sua entusiástica adesão ao Governo da Revolução Nacional, presidido por SALAZAR/ Mais duas grande jornadas de propaganda eleitoral/ O povo de Celorico de Basto compareceu em massa, vindo das freguesias mais distantes, para marcar a sua fidelidade ao Estado Novo», *Correio do Minho*, 8 de Novembro, 1945, 3.

⁵³⁶ s/a, «A percentagem total da votação no DISTRITO DE BRAGA foi de 72,6 por cento», *Correio do Minho*, 23 de Novembro, 1945, 1.

⁵³⁷ s/a, «Em nome do Interesse Nacional e do sufrágio popular, o ESTADO NOVO afirmou ontem, esmagadoramente, a sua supremacia perante a Nação e perante o mundo inteiro/ No distrito de Braga, a vitória atingiu proporções formidáveis, que a oposição pôde verificar, humilhada e esfarrapada, pois em muitas partes houve uma fiscalização feroz que chegou a colocar-se à margem da lei/ O recenseamento revelou deficiências, que atingiram e prejudicaram os eleitores nacionalistas, muitos dos quais não puderam votar, porque as eleições foram absolutamente sérias e livres», *Correio do Minho*, 19 de Novembro, 1945, 4.

⁵³⁸ Cf. s/a, «UMA GRANDIOSA SESSÃO NACIONALISTA, TEVE ONTEM LUGAR EM BRAGA, presidida pelo sr. Ministro das Comunicações Povo de todo o Distrito enchia o vasto edifício onde se realizou a sessão, vitorizando nos oradores, a doutrina política que o Marechal Carmona e o Presidente Salazar Simbolizam», *Correio do Minho*, 10 de Novembro, 1949, 4.

⁵³⁹ s/a, «UMA GRANDIOSA...» 10 de Novembro, 1949, 4.

Sociedade ainda não formou a sua consciência, o professor cooperava com a família para os tornar atentos aos perigos que encontrariam no seu futuro⁵⁴⁰. A escola tinha de exercer uma ação «coerciva», na medida em que «a escola prepara para a vida e a vida não é neutra»⁵⁴¹. O Estado Novo teria a ganhar com uma juventude espiritualmente consciente do modelo político impresso pelas gerações anteriores, de maneira a dar continuidade à Revolução Nacional e ao Estado Novo; a juventude atuava assim como alicerce da manutenção, na medida em que já lhe havido sido introduzida nos princípios e valores do regime⁵⁴².

No final das eleições à Assembleia Nacional deste ano, o apuramento dos votos no distrito traduziu-se em 83,9% de sufrágios favoráveis.⁵⁴³ Este valor reporta-se a um universo de eleitores 81.972 e de votantes 68.824 na lista da U.N.⁵⁴⁴. A distribuição dos votos pelos candidatos foi a seguinte, ordenados por ordem alfabética: Alberto Cruz: 68.228, Antão Santos da Cunha: 68.353, Augusto César Cerqueira Gomes: 68.175, Manuel Domingues Basto: 68.472, Francisco Eusébio Fernandes Prieto: 68.327 e José Maria Braga da Cruz: 67.947, votos respetivamente⁵⁴⁵.

Vejamos o comportamento da oposição no curso da década de 40. As várias ramificações do movimento unem-se contra o Estado Novo e dela resulta o Movimento de Unidade Democrática (M.U.D.),⁵⁴⁶ formado a partir do Centro Almirante Reis, que representa uma força da oposição, originária do Movimento de Unidade Nacional Antifascista (M.U.N.A.F.). O M.U.D. projetou concorrer às eleições do pós-guerra, antecipadas para 1945. O movimento integrava figuras de destaque das forças político-partidárias afetas ao campo liberal, democrata, socialista, monárquicos (aqueles que não se reviam no projeto salazarista). As principais reivindicações que preconizam são a restituição das liberdades, a extinção da repressão e acima de tudo eleições honestas⁵⁴⁷. De modo sucinto, pretendiam a supressão do regime até ser atingido um modelo democrático. Contudo, apesar de vários esforços e atritos com a máquina de repressão do Estado Novo, o M.U.D. absteve-se.

No distrito de Braga, à data da campanha eleitoral de 1945, há registo na imprensa da existência de focos de oposição, nomeadamente no concelho de Vila Nova de Famalicão⁵⁴⁸. A resposta do Governador Civil do distrito é pronta, ao justificar a não autorização sobre o pedido

⁵⁴⁰ Cf. s/a, «UMA GRANDIOSA...» 10 de Novembro, 1949, 4.

⁵⁴¹ s/a, «UMA GRANDIOSA...» 10 de Novembro, 1949, 4.

⁵⁴² Cf. s/a, «UMA GRANDIOSA...» 10 de Novembro, 1949, 4.

⁵⁴³ s/a, «Números eleitorais da passada Campanha eleitoral», *Correio do Minho*, 18 de Novembro, 1949, 1.

⁵⁴⁴ Cf. s/a, «Números...», 1.

⁵⁴⁵ Cf. s/a, «Números...», 1.

⁵⁴⁶ Cf. Cruz, «Eleições».

⁵⁴⁷ Cf. Quintas, «eleições...»; Cruz, «Eleições».

⁵⁴⁸ Cf. s/a, «Além de miseráveis insultos ao Exército, houve também vivas à “mulher livre” na reunião democrática de Famalicão», *Correio do Minho*, 27 de Outubro, 1945, 1.

de realização de reuniões de propaganda pelo movimento de oposição, alegando como fundamento a decisão do Supremo Tribunal Administrativo em não adiar as eleições.⁵⁴⁹

A «reunião democrática de Famalicão»,⁵⁵⁰ realizada a 24 de outubro de 1945⁵⁵¹, era o eco da efetuada no Centro Almirante Reis⁵⁵², local, recorde-se, de fundação do M.U.D.. Neste concelho, salienta-se a ação retórica de Daniel Rodrigues, um dos alvos principais na sessão da U.N. da campanha no distrito de Braga a esta reunião onde o «Exército português [...] foi aclamado de pé pela multidão que entoou o HINO NACIONAL»⁵⁵³. Contudo, também outras figuras como Domingos Pereira, Agatão Lança, Alexandre Córdova e Carlos Henriques, que intervieram como oradores na citada sessão⁵⁵⁴, foram alvo de ataques. Sucintamente, o jornal da «situação», o *Correio do Minho*, destaca como os pontos essenciais do encontro de democráticos, os insultos levantados contra ao exército, os «vivas à mulher livre» e a tentativa de criar listas nas freguesias de Riba d'Ave e Delães onde as mesmas não obtiveram o sucesso desejado⁵⁵⁵.

As campanhas eleitorais de 1953 e 1957

Na década de 1950, respetivamente nas eleições de 1953 e 1957, a projeção dos Planos de Fomento foram os principais impulsionadores da imagem da «política de realidades», embora esta amostra material já tenha algum relevo nas décadas anteriores, como forma de evidenciar, em jeito de propaganda, que o Estado Novo não está distraído, cumpria as suas obrigações e não fazia promessas para não as cumprir – conteúdo muito próximos dos enunciados produzidos e postos a circular no curso dos anos 30 e anos 40.

Na campanha de 1953 o enfoque nas obras públicas conserva-se, através do elogio do «engrandecimento material»⁵⁵⁶ e do progresso económico, expresso nas melhorias lançadas sobre o edificado e as vias de comunicação, como o ilustra o exemplo de melhoramentos no

⁵⁴⁹ Cfr. s/a, «REUNIÕES DE PROPAGANDA DEMOCRATICA», *Correio do Minho*, 13 de Novembro, 1945, 1 e s/a, «Foi rejeitado o recurso interposto pelos democráticos contra a fixação da data das eleições», de 10 de Novembro de 1945; «REUNIÕES DE PROPAGANDA/ DEMOCRATICA», *Correio do Minho*, 13 de Novembro, 1945.

⁵⁵⁰ s/a, «Além de miseráveis insultos ao Exército, houve também vivas à “mulher livre” na reunião democrática de Famalicão», *Correio do Minho*, 27 de Outubro, 1945, 1.

⁵⁵¹ s/a, «No mesmo Teatro, mas outra gente e outras ideias... A sessão de propaganda ontem realizada em Famalicão foi um grande acontecimento político que interessou todo o concelho O Exército português, naquele mesmo lugar insultado vilmente pelo dr. Daniel Rodrigues, foi aclamado de pé pela multidão que entoou/ o HINO NACIONAL», *Correio do Minho*, 11 de Novembro, 1945.

⁵⁵² Cf. Cruz, «Eleições»; s/a, «Além de miseráveis...», 1.

⁵⁵³ s/a, «No mesmo...».

⁵⁵⁴ s/a, «Além de miseráveis...», 1.

⁵⁵⁵ s/a, «Além de miseráveis...», 1.

⁵⁵⁶ s/a, «Em Plena Campanha Eleitoral Guimarães, a cidade-berço da nacionalidade, viveu ontem horas de entusiasmo e intenso nacionalismo Na sessão de propaganda realizada no Liceu Martins Sarmiento foram calorosamente vitorizados os nomes de Salazar e Craveiro Lopes», *Correio do Minho*, 21 de Outubro, 1953, 4.

concelho de Guimarães, ou ainda os trabalhos sobre os espaços da «assistência», tais como, as «oficinas de São José e no Asilo de Santa Estefânia», as medidas em prol da «assistência infantil», a construção de um «pavilhão para as doenças infecto-contagiosas do nosso Hospital da Misericórdia»⁵⁵⁷. Assim, punha-se em evidência e tentava-se exaltar «o que tem sido feito [...] as estradas, as pontes, os edifícios, a restauração de monumentos, a criação de inúmeras escolas, o ressurgimento económico e financeiro»⁵⁵⁸. Em contrapartida, na campanha eleitoral de 1957 começa a germinar-se um discurso económico diferente associado ao «novo Plano de Fomento [o qual] tem [por fim] encarar a industrialização de regiões que, como a nossa, teem grandes saldos fisiológicos»⁵⁵⁹ mas principalmente uma economia que «deixando de ser agrícola como [...] tem sido até agora, para receber também as vantagens do progresso industrial»⁵⁶⁰. Note-se a omissão do problema emigratório e ao mesmo tempo, sublinhem-se os ecos da mudança observada no campo do discurso económico, como foi referido no capítulo I, e os benefícios esperados para a região em termos da dinamização industrial em curso.

No desfecho do ato eleitoral de 1953, depois de ser referido que este tinha decorrido de forma «leal e ordeira»⁵⁶¹, os resultados oficiais avançados para o distrito eram os seguintes: Braga (concelho): inscritos 16024, votaram 12672, percentagem 76,2%; Celorico de Basto: inscritos 5226, votaram 2754, percentagem 85,4%; Fafe: inscritos 7030, votaram 6163, percentagem 87%; Terras de Bouro: inscritos 2187, votaram 2150, percentagem 85%; Vieira do Minho: inscritos 2789, votaram 2150, percentagem 77,4%; Vila Nova de Famalicão: inscritos 8997, votaram 6347, percentagem 74,5%⁵⁶²; Póvoa de Lanhoso: 88,21%; Vila Verde: 90,58%⁵⁶³.

As melhorias económicas e as consequentes melhorias sociais, o aumento da capacidade de distribuição e da expansão do consumo, marcam a tônica da campanha eleitoral de 1957.

⁵⁵⁷ s/a, «Em Plena Campanha Eleitoral Guimarães, a cidade-berço da nacionalidade, viveu ontem horas de entusiasmo e intenso nacionalismo Na sessão de propaganda realizada no Liceu Martins Sarmiento foram calorosamente vitorizados os nomes de Salazar e Craveiro Lopes», *correio do Minho*, 21 de Outubro, 1953, 1.

⁵⁵⁸ s/a, «EM PLENA CAMPANHA ELEITORAL Em sessões invulgarmente concorridas e entusiásticas, BARCELOS E ESPOSENDE manifestaram ontem o seu propósito firme e decidido de defender e apoiar a obra de SALAZAR» *Correio do Minho*, 23 de Outubro, 1953, 4.

⁵⁵⁹ s/a, «Em Plena Campanha Eleitoral “QUANTO À RESPOSTA DE BRAGA NINGUÉM DUVIDARÁ QUAL SEJA pois há muito optou pela integridade e grandeza da Nação, contra todos os factores que tendem a dividi-lo ou enfraquece-la – afirmou sua Excelência o sr. Ministro do Interior no discurso proferido ontem de tarde/ Na sessão da noite, no Salão Medieval, presidida pelo sr. Professor Doutor Mário de Figueiredo, a Obra de Ressurgimento do Estado Novo, foi aclamado por mais de duas mil pessoas», *Correio do Minho*, 9 de Outubro, 1957, 3.

⁵⁶⁰ s/a, «Em Plena Campanha Eleitoral “QUANTO À RESPOSTA DE BRAGA NINGUÉM DUVIDARÁ QUAL SEJA pois há muito optou pela integridade e grandeza da Nação, contra todos os factores que tendem a dividi-lo ou enfraquece-la – afirmou sua Excelência o sr. Ministro do Interior no discurso proferido ontem de tarde/ Na sessão da noite, no Salão Medieval, presidida pelo sr. Professor Doutor Mário de Figueiredo, a Obra de Ressurgimento do Estado Novo, foi aclamado por mais de duas mil pessoas», *Correio do Minho*, 9 de Outubro, 1957, 3.

⁵⁶¹ s/a, «A União Nacional ganhou, mas ganhou bem, em batalha eleitoral honesta, leal e ordeira!/ A eloquência dos números dispensa quaisquer comentários e o povo português disse a última palavra de aplauso e apoio à política construtiva de SALAZAR, votando, em massa, NOS CANDIDATOS NACIONALISTAS!/ Repetimos a sábia expressão do Mestre: - A Revolução continua», *Correio do Minho*, 1.

⁵⁶² s/a, «A União...», 1.

⁵⁶³ s/a, «Concelhos do Distrito de Braga/ Resultados conhecidos ontem à noite», *Correio do Minho*, 9 de Novembro, 1953, 4.

Alude-se ao Plano de Fomento que entrará em vigor no ano subsequente⁵⁶⁴ e naquilo que o Governo poderá desenvolver na vertente económica. É certo que é solicitada uma solução para os problemas económicos da região, através da reorganização «de algumas das suas indústrias tradicionais»⁵⁶⁵, bem como do fomento de outros ramos de forma a dinamizar o progresso económico.

Os resultados globais do ato eleitoral distribuídos pelas duas listas existentes, U.N. (lista A) e a da oposição (lista B), foram os seguintes: 54.280 votos, 91,31%, lista A contra os 5.151 votos atingidos (supostamente pela) pela lista B, traduzidos em 8,66%.⁵⁶⁶ A repartição por conselhos foi a seguinte: Amares teve como total de votantes 1821, destes 1753 votaram na lista A (92,10%) contra os 89 votantes, 4,35%, na lista B; Barcelos, o montante da população recenseada, 8801, repartiu-se entre 8352 que votaram na U.N., 94,89%, contra os 447, 5,07% que votaram na lista B; Braga: 10599 no total, votaram na lista A 8656, 82,27%, na lista B 1865, 17,64%; Cabeceiras de Basto: 2650 no total, votaram na lista A 2045, 99,30%, na lista B 16, 0,60%; Celorico de Basto: 1083, votaram na lista A 1978, 99,40%, na lista B 10, 0,05%; Esposende: 2387 no total, votaram na lista A 2274, 96,07%, na lista B 93, 5,02%; Fafe: 5701 no total, votaram na lista A 5617, 98,52%, na lista B 84, 1,47%; Guimarães: 8893 no total, votaram na lista A 7600, 85,41%, na lista B 1295, 85,41%; Póvoa de Lanhoso: 2457 no total, votaram na lista A 2250, 93,16%, na lista B 168, 6,83%; Terras de Bouro: 1511, votaram na lista A 1500, 99,80%, na lista B 2, 0,13%; Vieira do Minho: 1675 no total, votaram na lista A 1639, 97,90%, na lista B 34, 2,02%; Vila Nova de Famalicão: 5654 no total, na lista A 4049, 82,22%, na lista B 1005, 17,77%; e Vila Verde: 5515 no total, votaram na lista A 5441, 80,52%, na lista B 74, 1,17%⁵⁶⁷.

A dinâmica entre intervenção ou abstenção que marca a oposição acentua-se na década de 1950. Assim se verifica, nas campanhas eleitorais à Assembleia Nacional de 1953 e 1957 em que a oposição não conseguiu estabelecer consenso em termos de posição, em razão dos atritos nascidos em relação na escolha do candidato à eleição presidencial (1951), pela oposição.

⁵⁶⁴ s/a, «Na sessão da noite, no Salão Medieval, presidida pelo sr. Professor Doutor Mário de Figueiredo, a Obra de Ressurgimento do Estado Novo, foi aclamado por mais de duas mil pessoas», *Correio do Minho*, 9 de Outubro, 1957, 4; s/a, «Em plena campanha eleitoral. No triunfo de uma causa séria milhares de pessoas assistiram ontem à sessão de propaganda da União Nacional, que em ambiente de grande entusiasmo decorreu no Salão Medieval da Biblioteca Pública. Em delírio, a assistência, aclamou o Senhor Subsecretário da Educação Nacional, candidato a deputado pelo Círculo de Braga. A obra do Estado Novo exaltada pelos brilhantes oradores da sessão foi ovacionada e aplaudida por toda a assistência», *Correio do Minho*, 30 de Outubro, 1957, 3.

⁵⁶⁵ s/a, «Em Plena Campanha Eleitoral "QUANTA À RESPOSTA DE BRAGA NINGUÉM DUVIDARÁ QUAL SEJA, pois há muito optou pela integridade e grandeza da Nação, contra todos os factores que tendam a dividi-los ou enfraquecê-la" - afirmou a Sua Excelência o sr. Ministro do Interior no discurso proferido ontem de tarde», *Correio do Minho*, 9 de Outubro, 1957, 3.

⁵⁶⁶ s/a, «Em eleições verdadeiramente livres o povo do Distrito de Braga votou pelos Candidatos de Portugal A lista da União Nacional obteve esmagadora maioria de votos», *Correio do Minho*, 5 de Novembro, 1957, 1.

⁵⁶⁷ s/a, «Em eleições...», 1.

A nível nacional, a oposição na campanha de 1957 apresenta-se nos círculos eleitorais de Braga, Porto, Aveiro e Lisboa, mas apenas seguem até ao fim os «intervencionistas»⁵⁶⁸ do círculo eleitoral de Braga, na medida em que as restantes listas foram considerados inelegíveis. A lista da oposição do círculo eleitoral de Braga é acusada de subordinar aos «serventuários do Kremlim»⁵⁶⁹. Acusação corrente por forma a elevar o anticomunismo fervoroso do Estado Novo. Na lista de oposição por Braga constavam as seguintes personalidades: Joaquim Vítor Baptista Gomes de Sá, Artur Roriz Pereira, Lino de Carvalho Lima, Armando Filipe Cerejeira Bacelar, Avelino Ferreira Barbosa, Custódio da Silva, Joaquim Teixeira Sampaio, Eduardo José Salgado Lobo e Artur Lemos da Cunha Coelho⁵⁷⁰.

Na perspetiva veiculada pelo jornal, o seu Manifesto⁵⁷¹ é muitas vezes levado à cena pública. As questões económicas inumeradas pela oposição são recalçadas pelo discurso do regime, em que o Estado Novo já vem a realizar imensos melhoramentos e obras públicas⁵⁷². Se ainda não existem, o regime irá mais cedo ou mais tarde colmatá-las, isto é, está a trabalhar para resolver qualquer problema onde ele exista. Por isso, se intenta desacreditar os fundamentos do Manifesto da oposição «não é inédito entre nós, nem traduz qualquer peculiaridade do nosso país, meio ou época»⁵⁷³. Não obstante, o discurso da oposição mostrava as fragilidades do regime ao alegar que «somos um povo roto, faminto e descalço»⁵⁷⁴, perspetiva contestada em bloco pela situação ao alegar as vitórias que pautavam o ciclo do ressurgimento nacional⁵⁷⁵.

As campanhas eleitorais de 1961 e 1965

Na década de 1960, nas campanhas de 1961 e 1965, o tema principal radica no conflito nas «possessões ultramarinas». Assim, a título de mostrar que o conflito tem justificação e que Portugal está a ser atacado, denota-se que o discurso oficial entre uma e outra campanha pouco se altera, fazendo-se expandir a ideia: do «terrorismo bárbaro», «Pátria Portuguesa,

⁵⁶⁸ Cf. Quintas, «eleições...»; Cruz, «Eleições».

⁵⁶⁹ s/a, «A resposta a uma pergunta São comunistas elementos dos que apoiam a lista da oposição pelo círculo de Braga (OS NOMES E AS BIOGRAFIAS)», *Correio do Minho*, 1 de Novembro, 1957, 1.

⁵⁷⁰ Cf. s/a, «A resposta...», 1.

⁵⁷¹ Cf. s/a, «Na sessão...», 1.

⁵⁷² Cf. s/a, «Na sessão...», 1.

⁵⁷³ Cf. s/a, «Na sessão...», 1.

⁵⁷⁴ s/a, «Foi rejeitado...», 1.

⁵⁷⁵ Cf. s/a, «EM PLENA CAMPANHA ELEITORAL numa sessão presidida pelo Governador Civil de Braga, o povo de Esposende, afirmou ontem o seu incondicional apoio aos candidatos DA UNIÃO NACIONAL, vibrando de entusiasmo com as afirmações dos oradores Salazar, Craveiro Lopes e, a obra do Governo foram aclamados em uníssono por muitas centenas de nacionalistas daquela linda vila», de 13 de Outubro de 1957, 3; «Comunicado da Comissão Distrital de Braga da União Nacional», *Correio do Minho*, 30 de Outubro, 1957, 1 e 4.

independente, una e cristã»⁵⁷⁶, a «venda do que é nacional [...] mas Angola não se vende nem nenhuma parcela de Portugal, como se fosse uma quinta»⁵⁷⁷. Estas noções transmitem a imagem e o reforço que o regime visa exercer na sociedade, ou seja, disseminar a ideia da exigência de defesa do território e da sua indivisibilidade..

As campanhas eleitorais de 1961 e 1965 revestem, no entanto, contornos particulares relativamente aquelas que as antecederam. Em primeiro lugar, as principais autoridades do distrito e dos concelhos têm uma participação passiva na dinamização das sessões. Os candidatos a deputados ganham agora outro relevo. Estes projetam uma aparência de liberdade na disputa dos ideais políticos, matéria sobre a qual a oposição manifestava o seu protesto desde 1945⁵⁷⁸. Em segundo lugar, o discurso centrado nas obras públicas e na melhoria económica mantém-se⁵⁷⁹.

No início da campanha eleitoral de 1961, o Ministro de Estado, Dr. Correio de Oliveira, lança um comunicado de imprensa, que visa explicitar as diretrizes que irão ser usadas durante a campanha eleitoral⁵⁸⁰. O comunicado é bem elucidativo das preocupações do Governo no início da década de 60. A defesa do Ultramar é certamente a maior preocupação do regime e a campanha deverá centrar-se nos eventuais benefícios do debate político e, principalmente, na circulação das ideias contrárias às defesas da Pátria e do território ultramarino⁵⁸¹.

O comunicado referido atrás começa por questionar, bem como por colocar a ideia de que existe uma preocupação por parte da sociedade em saber qual o veredicto da realização da campanha eleitoral⁵⁸². A comunicação visa «esclarecer»⁵⁸³ na íntegra toda a Nação independentemente dos altos e baixos da sociedade. Enumera as razões pelas quais não há o adiamento das eleições, por um lado, a economia vir a ser prejudicada devido às perturbações surgidas pela campanha, a qual acentuaria as divergências dos interesses políticos, pois Portugal atravessava uma conjuntura difícil da sua História, a defesa de Angola. Transmite a ideia de que a campanha se efetua a qualquer preço, mesmo que acarrete risco para Portugal. Por outro lado,

⁵⁷⁶ s/a, «CAMPANHA ELEITORAL Milhares de pessoas aclamaram Salazar e vitoriam o Estado Novo na Sessão de Propaganda que a União Nacional promoveu ontem, no Teatro Circo, para apresentação dos seus candidatos a deputados Presidiu o snr. Dr. Francisco de Araújo Malheiro, Presidente da Comissão Distrital daquele Organismo/ «Não cedeu, não vendeu ou troca por outra qualquer forma alienar a menor parcela do território, tem de ser o nosso mandamento fundamental» - afirmou o prof. Dr. Joaquim Nunes de Oliveira», *Correio do Minho*, 8 de Novembro, 1961, 4.

⁵⁷⁷ s/a, «Importante reunião dos candidatos a deputados pelo Círculo de Braga com as autoridades e individualidades mais destacadas de VEIRA DO MINHO com vista às Eleições de Novembro próximo», *Correio do Minho*, 19 de Outubro, 1965, 4.

⁵⁷⁸ Cf. Cruz, «Eleições».

⁵⁷⁹ Cf. s/a, «A lista da União Nacional dos candidatos a deputados pelo Círculo de Braga é formada por individualidades do maior destaque do Distrito», *Correio do Minho*, 15 de Outubro, 1961, 1.

⁵⁸⁰ Cf. s/a, «POLÍTICA NACIONAL A comunicação do Ministro de Estado Dr. Correio de Oliveira sobre o próximo acto eleitoral», *Correio do Minho*, 11 de Outubro, 1961, 1 e 4.

⁵⁸¹ Cf. s/a, « POLÍTICA ...», 1.

⁵⁸² Cf. s/a, « POLÍTICA ...», 1.

⁵⁸³ s/a, « POLÍTICA ...», 1.

a Constituição não o consentir e, muito mais importante do que isso mostrar ao Mundo se a Nação está ou não está com o Governo e com a integridade de Portugal⁵⁸⁴. A principal ideia que transparece é que Portugal não está intimidado e nem põe em questão os territórios ultramarinos mesmo com os países estrangeiros a discordarem do país; é assim, fazer frente à vitimização portuguesa e da «guerra psicológica»⁵⁸⁵.

O regime visava assegurar, nas palavras proferidos pelo Ministro de Estado, que as eleições fossem, simplesmente, eleições para os candidatos a deputados à Assembleia Nacional e não «se transforme numa espécie de plebiscito dos princípios que informam a estrutura política da Nação»⁵⁸⁶. Daí que os candidatos a deputados tenham ganhado mais ênfase sobressaindo-se durante a campanha. Por isso, desde o início da campanha propriamente dita, o Governo tenha tido o intuito de «proteger» o eleitorado nacionalista da orientação das ideias subversivas da oposição⁵⁸⁷. Por isso se proíba o documento desta o qual não seria a melhor altura para ser difundido, denominado de «programa para a democratização da República»⁵⁸⁸.

Durante a campanha eleitoral predefinia-se o afastamento do Governo baseado em duas premissas. A primeira consistia no argumento de que o Governo não era um objeto ou veículo de propaganda (excecтуando o caso de algum membro estar integrado em alguma lista e desta forma impor-se o seu contributo para a dinamização eleitoral). Por isso mesmo, se admitia que o Governo deveria ripostar, em caso de críticas mal fundadas que lhe fossem dirigidas⁵⁸⁹. A segunda premissa baseava-se no facto de que as sessões de propaganda dar-se-iam conforme as necessidades de cada Círculo Eleitoral⁵⁹⁰.

A intenção principal era evitar que o período destinado à campanha eleitoral fosse afetado pela agitação das ideias da oposição, motivo pelo qual «se tenha decidido que os emissores nacionais da radiodifusão e da Rádio Televisão Portuguesa, não sejam utilizados como instrumento da campanha eleitoral»⁵⁹¹, assegurando-se que os demais meios de comunicação gozassem de liberdade para dirigir as acontecimentos da campanha eleitoral, desde que não sejam postos em causa os princípios do regime⁵⁹².

⁵⁸⁴ Cf. s/a, « POLÍTICA... », 1.

⁵⁸⁵ s/a, « POLÍTICA ... », 1.

⁵⁸⁶ s/a, « POLÍTICA ... », 4.

⁵⁸⁷ Cf. s/a, « POLÍTICA ... », 4.

⁵⁸⁸ s/a, « POLÍTICA ... », 4.

⁵⁸⁹ Cf. s/a, « POLÍTICA ... », 4.

⁵⁹⁰ Cf. s/a, « POLÍTICA ... », 4.

⁵⁹¹ s/a, « POLÍTICA ... », 4.

⁵⁹² Cf. s/a, « POLÍTICA ... », 4.

No círculo eleitoral de Braga os candidatos ganham mesmo outra dinâmica, isto é, ao invés de se realizarem as sessões em todos os concelhos, se tenham procurado entrevistar os candidatos a deputados. Com efeito, das sessões existentes, estas não tenham tido um aparato tão efusivo nos concelhos, concentrando-se a sua realização apenas em alguns (ver capítulo II). Através de entrevistas de imprensa, os candidatos puderam contribuir com as suas intenções, valores, ideias e pretensões, as quais pretendem ver assentes na Assembleia Nacional.

Os deputados foram dados a conhecer na «Imprensa Diária e Regional»⁵⁹³ e depois, ao longo de vários dias, foi concedida a cada um, uma entrevista⁵⁹⁴. Assim, os deputados puderam defender os seus pontos de vista, os quais não se afastaram do que era corrente nas sessões eleitorais. Verifica-se que a imprensa destaca-se nesta campanha. Juntamente a esta mudança de atitude das sessões da campanha, possivelmente para ludibriar a imagem que a oposição conotava que estas não eram totalmente livres, a campanha eleitoral de 1961 foi marcada por confinar a ação das listas apenas à circunscrição do círculo eleitoral, isto é, que ninguém «possa fazer parte da mesa ou usar da palavra qualquer individualidade que não seja eleitor do círculo ou candidato a deputado pelo mesmo»⁵⁹⁵ círculo.

O apuramento deu a vitória à lista da U.N., assim, nos concelhos do distrito de Braga os resultados foram: Amares: 2847 eleitores, votaram 2287, percentagem 80,55%; Póvoa de Lanhoso: eleitores 2737, votaram 2052, percentagem 74,97%; Esposende: eleitores 3078, votaram 2718, percentagem 88,30%; Famalicão: eleitores 9484, votaram 7544, percentagem 79,56%; Cabeceiras de Basto: eleitores 3445, votaram 3014, percentagem 87,48%; Vieira do Minho: eleitores 2875, votaram 2196, percentagem 78,85%; Fafe: eleitores 6000, votaram 5258, percentagem 87,65%; Vila Verde: eleitores 3034, votaram 2374, percentagem 79,19%; Guimarães: eleitores 16257, votaram 12194, percentagem 75,01%; Celorico de Basto: eleitores 3171, votaram 2376, percentagem 74,74%; em Braga a percentagem foi de 70,29%⁵⁹⁶.

⁵⁹³ s/a, «ELEIÇÕES PARA DEPUTADOS Os candidatos da União Nacional, pelo Círculo de Braga, reuniram com a Imprensa Diária e Regional», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1961, 1 e 4.

⁵⁹⁴ Cf. s/a, «Depõem os candidatos da União Nacional pelo Círculo de Braga/ Sinto sobre mim o pesado e difícil encargo de ser o porta-voz, em representante, das justas esperanças da juventude, afirmou-nos o sr. dr. Luís Folhadela de Oliveira», *Correio do Minho*, 18 de Outubro, 1961 1 e 4; s/a, «Depõem os candidatos da União Nacional pelo Círculo de Braga/ Abro os braços fraternalmente aos bons portugueses, idealistas sinceros e democratas como se intitulam, que se negaram a participar em manobras que só podem servir a causa do partido do estrangeiro – disse-nos o Comendador António Maria Santos da Cunha», *Correio do Minho*, 21 de Outubro, 1961, 1 e 4; s/a, «Depõem os candidatos da União Nacional pelo Círculo de Braga/ Posso garantir que tano eu como os restantes candidatos que compõem o elenco apresentado pela U.N., estamos animados do maior entusiasmo e poremos a mais firme dedicação ao serviço dos supremos interesse da Nação e do Distrito – disse-nos o PROF. DR. JOAQUIM NUNES DE OLIVEIRA», *Correio do Minho*, 25 de Outubro, 1961, 1 e 4; s/a, «Depõem os candidatos da União Nacional pelo Círculo de Braga/ Como industrial, tanto farei pelo criação de uma organização têxtil definiu, num sentido disciplinador das usas actividades sujeitas a dias coordenadas: - OBRIGAÇÕES E DIREITOS – disse-nos o ENG. ALBERTO COSTA», *Correio do Minho*, 27 de Outubro, 1961, 1 e 4; s/a, «Depõem os candidatos da União Nacional pelo Círculo de Braga «Se for eleito, não me sentirei certamente deslocado na representação deste círculo eleitoral. Fui chamado para servir com independência. Não tenho outro programa» disse-nos o dr. António Magro Borges de Araújo», *Correio do Minho*, 3 de Novembro, 1961, 1 e 4.

⁵⁹⁵ s/a, «Comunicado da União Nacional de Braga», *Correio do Minho*, 31 de Outubro, 1961, 1.

⁵⁹⁶ s/a, «Resultados da votação no Distrito de Braga», *Correio do Minho*, 13 de Novembro, 1961, 4.

Na campanha eleitoral de 1965, o conflito ultramarino continuava. Por isso, esta campanha em muitos assuntos não foi diferente da sua anterior onde se apelava ao «sacrifício consciente oferecido em holocausto da Pátria que nos transcende»⁵⁹⁷. Com efeito, dissemina-se a ideia de que Portugal está a ser vítima de todo o Mundo, o qual deseja todo o seu território desagregado. De outro modo continua a preocupação pelas evidências materiais, a herança inegável do 28 de Maio, as quais mantêm-se pelo trabalho do governo e dos seus auxiliares, os deputados. Todavia, o problema da lavoura é levantado na campanha de eleitoral de 1965, na medida em que «se nem só de pão vive o homem, sem ele também não se vive»⁵⁹⁸.

Neste ano as sessões de propaganda voltam àquilo que eram antes de 1961, isto é, com sessões em todo o distrito. Porventura, assiste-se ao mesmo preceito da campanha de 1961, o qual «se exige das autoridades completo alheamento»⁵⁹⁹, mas, apesar disso não é impeditivo de puderem vir a intervir quando a integridade da pátria estivesse a ser colocada em causa⁶⁰⁰. Porém, como foi possível observar no capítulo II, este preceito não impediu a participação dos Presidentes e dos demais responsáveis administrativos participarem ativamente nas sessões.

A reforçar ainda mais as sessões de propaganda por parte da U.N., uma sessão espontânea de indignação realiza-se na cidade de Braga⁶⁰¹. Depois de um cortejo pelas ruas da cidade e de cumprimentado o Delegado do I.N.T.P., esta termina no edifício do Governo Civil, em que se eleva o tom de incompatibilidade entre o regime e os pedidos de «autodeterminação»⁶⁰² das províncias ultramarinas por parte da oposição. Pois, estes territórios já contêm os mesmos direitos e deveres de qualquer região de Portugal⁶⁰³. Este movimento cívico é a resposta ao manifesto lançado pela oposição. De igual modo, por forma a reforçar a «repulsa»⁶⁰⁴ sentida pelo apelo à autodeterminação das províncias ultramarinas, a vereação da Câmara Municipal de Braga manifesta a sua indignação a este princípio⁶⁰⁵.

⁵⁹⁷ s/a, «Para as eleições de 7 de Novembro A apresentação dos candidatos a deputados PELO CÍRCULO DE BRAGA no Concelho da Póvoa de Lanhoso Presidiu à resposta reunião o Chefe do Distrito - DR. FRANCISCO PESSOA MONTEIRO e teve a presença do Presidente da Comissão Distrital da U.N. - CORONEL LEONARDO NEVES», *Correio do Minho*, 22 de Outubro, 1965, 1.

⁵⁹⁸ s/a, «Para as eleições...», 22 de Outubro, 4.

⁵⁹⁹ s/a, «Os candidatos a deputados pelo Círculo de Braga foram apresentados às autoridades e individualidades destacadas de Vila Verde numa sessão a que presidiu o Chefe do Distrito - dr. Francisco Pessoa Monteiro», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1965, 4.

⁶⁰⁰ Cf. s/a, «Os candidatos...», 4.

⁶⁰¹ s/a, «O Distrito de Braga disse "sim" a Portugal A Capital do Minho viveu ontem uma das mais expressivas e inolvidáveis jornadas patrióticas da sua história Os muitos milhares de pessoas que superlotaram a vasta praça de S. Tiago gritaram o seu portuguesismo e manifestaram a mais viva repulsa pelos sinistros desígnios antipatrióticos da Chamada Oposição democrática Os dirigentes corporativos e milhares de operários manifestaram ao Delegado do I.N.T.P. inteira adesão e incondicional apoio», *Correio do Minho*, 21 de Outubro, 1965, 1, 3 e 4.

⁶⁰² s/a, «O Distrito...», 1965, 1.

⁶⁰³ s/a, «O Distrito...», 1-4.

⁶⁰⁴ s/a, «A vereação da Câmara de Braga - sobre a proposta do seu Presidente aprovado por aclamação EXPRESSA AO GOVERNO toda a confiança e solidariedade do povo do Concelho», *Correio do Minho*, 21 e Outubro, 1965, 4.

⁶⁰⁵ Cf. s/a, «A vereação...», 4.

Em 1965 o resultado geral do distrito foi de 74,49%⁶⁰⁶. Os resultados por cada concelho, foram: Amares: estavam inscritos 2624, votaram 2126, percentagem 81,02%; Barcelos: inscritos 12766, votaram 9089, percentagem 78,24%; Braga: inscritos 19950, votaram 14324, percentagem 72,50%; Cabeceiras de Basto: inscritos 3155, votaram 2516, percentagem 80,25%; Celorico de Basto: inscritos 2950, votaram 2145, percentagem 75,26%; Esposende: inscritos 3122, votaram 2445, percentagem 78,31%; Fafe: inscritos 5156, votaram 4519, percentagem 87,64%; Guimarães: inscritos 16126, votaram 10864, percentagem 67,36; Póvoa de Lanhoso: inscritos 2376, votaram 1640, percentagem 68,96%; Terras de Bouro: inscritos 1770, votaram 1327, percentagem 74,97%; Vieira do Minho: 2668, votaram 1967, percentagem 73,72%; Vila Nova de Famalicão: 9861, votaram 7407, percentagem 75,11%; Vila Verde: inscritos 6016, votaram 4513, percentagem 75,02%⁶⁰⁷.

A oposição nestes dois anos volta-se a reunir, tal como havia acontecido com a conjuntura política em torno da eleição do Presidente da República no ano de 1958.

O *Programa para a Democratização da República* foi um documento executado pelos oposicionistas da ala socialista. Tal como o título pressupõe, desejavam implementar a democracia em Portugal, restabelecer as liberdades, abolir a censura e repartir as riquezas⁶⁰⁸. Logo em 1961 usufruiu de uma conjuntura externa da chamada de atenção por parte da Organização das Nações Unidas sobre a guerra iniciada em Angola no mesmo ano⁶⁰⁹. Com efeito, o conhecimento deste programa na opinião pública internacional pôs a descoberto a política que o regime levava. Mas, ao nível interno, este programa não foi somente o conhecimento das palavras de desagrado da oposição, a sociedade mobiliza-se contra o regime, até sectores que haviam sido apoiantes do Estado Novo e, sentindo-se excluídos⁶¹⁰, formam fileiras na oposição. Por isso, neste ano assiste-se à formação de dez listas em dez círculos eleitorais, só em Braga formam-se duas listas⁶¹¹. Destas duas, as quais deram entrada no Governo Civil de Braga a «chamada oposição democrática»⁶¹², a lista C não consegue a elegibilidade, ficando afastada da campanha eleitoral⁶¹³, inclusive foi-lhe negado o seu pedido para a realização de qualquer ato de propaganda no Estádio 28 de Maio, tal como aconteceu com a lista da U.N.⁶¹⁴. A lista que segue

⁶⁰⁶ s/a, «Resultados da votação», *Correio do Minho*, 8 de Novembro, 1965, 4.

⁶⁰⁷ s/a, «Resultados...», 4.

⁶⁰⁸ Cf. César Oliveira, «Programa para a democratização da República», em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, Vol. II (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), 806.

⁶⁰⁹ Cf. Oliveira, «Programa...», 807.

⁶¹⁰ Cf. Cruz, «Eleições».

⁶¹¹ Cf. Cruz, «Eleições»; s/a, «ELEIÇÕES para Deputados», 17 de Outubro, 1961, 1.

⁶¹² s/a, «Eleições...», 1.

⁶¹³ Cf. s/a, «Eleições...», 1.

⁶¹⁴ s/a, «Câmara Municipal de Braga COMUNICADO», *Correio do Minho*, 7 de Novembro, 1961, 1.

em frente até ao final é caracterizada por não seguir o «directório democrático; antes quis ser independente»⁶¹⁵. Contudo, não é somente em Braga que as listas da oposição encontram entraves, em Lisboa e Santarém, são também alvos de elegibilidade⁶¹⁶. Assim, tento em conta este quadro, a União Nacional pretende dar a conhecer, antes de qualquer retificação por parte do Supremo Tribunal Administrativo, quais os procedimentos que levaram à negação de algumas listas da oposição à exceção da U.N.: os quais se baseiam na entrega atempada da composição das listas, das autorizações necessárias e, como já era usual em qualquer integração de indivíduos nos quadros do regime, «o acatamento dos princípios fundamentais da Constituição»⁶¹⁷.

Na campanha eleitoral de 1965 a oposição optou pela abstenção e enviou ao Presidente da República, Américo Tomás, as suas intenções⁶¹⁸. No círculo eleitoral de Braga, houveram, por parte do Governador Civil e mais tarde retificado pelo Supremo Tribunal Administrativo, a inelegibilidade de dois candidatos da oposição, porém, a lista em questão teve autorização para concorrer às eleições⁶¹⁹.

A oposição neste ano não ficou parada e o próprio órgão de difusão da U.N. reconhece a apresentação de uma lista oposicionista no círculo eleitoral em que se reivindica o adiamento das eleições por forma a criar as condições necessários para o efeito⁶²⁰. Figuram nesta lista personalidades como Humberto Trindade Soeiro, Guilherme Branco, José Alberto Rodrigues, Manuel de Castro, Eduardo Ribeiro e Eugénio Feio Vale⁶²¹.

As campanhas eleitorais de 1969 e 1973

As últimas eleições do Estado Novo, tendo Marcello Caetano a Presidente da Conselho, diversificam-se quanto à sua dinâmica. As primeiras deram a impressão de apoio em massa à lista da U.N., em que personalidades de todo o distrito subscreveram esta lista. Todavia, dois

⁶¹⁵ s/a, «Importante...», 4.

⁶¹⁶ s/a, «Eleições...», 1.

⁶¹⁷ s/a, «Eleições...», 1.

⁶¹⁸ Cf. Cruz, «Eleições»; s/a, «Os candidatos oposicionistas/decidiram não concorrer às eleições», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1965, 1.

⁶¹⁹ Cf. s/a, «O SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO confirmou o despacho do Governador Civil de Braga sobre a inelegibilidade de dois candidatos oposicionistas», *Correio do Minho*, 29 de Outubro, 1965, 4.

⁶²⁰ Cf. s/a, «Para as eleições de 7 de Novembro Na Reunião com a Imprensa REALIZADA ONTEM NESTA CIDADE e na sede da Candidatura da Oposição esta declarou que desiste de ir às urnas se o Chefe de Estado não atender a sua petição para/ um adiamento das eleições, no distrito de Braga POR TRINTA DIAS - VAI DESISTIR, OU JÁ DESISTIU?... -», *Correio do Minho*, 3 de Novembro, 1965, 1-4.

⁶²¹ Cf. s/a, «Para as eleições...», 7 de Novembro, 1-4.

princípios vão abraçar estas campanhas, a primeira sob os efeitos da «primavera marcelista» e a segunda onde a tentativa de liberalizar o regime ficou muito aquém do desejado⁶²².

A nomenclatura das sessões da campanha modifica-se, denominando-se também de «sessão de esclarecimento»⁶²³, onde o eleitorado é esclarecido⁶²⁴, «elegendo-nos [aos deputados] vossos legítimos representantes»⁶²⁵ poderão ver quais as intenções que os movem e do mesmo modo fazer com que o eleitorado participasse na vida política⁶²⁶. Todavia, apesar da sua liberalização e da tentativa de modificar o regime do Estado Novo, na prática a campanha eleitoral pouco alterou a sua dinâmica. Nas sessões, os indivíduos salientaram a preocupação «em batalhar pela satisfação dos anseios» económicos e sociais, procurar «fontes de riqueza, aproveitemo-las, façamo-las produzir e tornemo-nos ricos»⁶²⁷, contudo, a preocupação da questão ultramarina e a oposição mantém-se.

A campanha eleitoral de 1969 começou com um arrebatador apoio à lista da U.N., em que várias personalidades subscreveram a lista do regime, como era já prática em anos anteriores. Porém, no ano de 1969, dissemina-se a pretensão de dar a conhecer quem eram estas personalidades de todo o distrito⁶²⁸. Aqui, neste número avultado de indivíduos que apoiam a lista, verifica-se o elevado número de personalidades com profissões mais meritórias, apesar de haveram indivíduos de várias atividades económicas. Salientam-se assim: advogados, comerciantes, escriturários, funcionários (estes estão ligados a vários serviços), industriais, médicos, professores, proprietários e serviços administrativos como secretários de finanças, como havia já sido referido no capítulo anterior.

Visto que a campanha eleitoral de 1969 eram as primeiras sob o a presidência de Marcello Caetano, os próprios deputados começam, paulatinamente, e como vem já sendo referido ao longo do capítulo II, a ganhar alguma importância no seio das sessões. Por isso, lançam na imprensa um «MANIFESTO AO ELEITORADO»⁶²⁹. Com efeito, tal manifesto,

⁶²² Cf. Cruz, «Eleições».

⁶²³ s/a, «Actividades dos candidatos da União Nacional», *Correio do Minho*, 19 de Outubro, 1969, 1.

⁶²⁴ Cf. s/a, «Importante reunião de membros da União Nacional (Comissão Distrital e Concelhia) com os “responsáveis” pelo acto, em Esposende, para esclarecimento do eleitorado/ Presidiu o escritor Manuel Boaventura – primeira figura do concelho e verdadeiramente o homem telúrico das bandas do mar/ FEZ A APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS O DR. RUA REIS, PRESIDENTE DA C.C. DA UNIÃO NACIONAL», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1969, 1.

⁶²⁵ s/a, «Sessão de esclarecimento do ELEITORADO DE BARCELOS - REALIZOU, ONTEM, NO TEATRO GIL VICENTE, DAQUELA CIDADE», *Correio do Minho*, 19 de Outubro, 1969, 4.

⁶²⁶ Cf. Cruz, «Eleições».

⁶²⁷ s/a, «Votar é um direito, mas votar por Marcello Caetano é um dever – afirmou o goês dr. George Vasco Fernandes, que presidiu à sessão de esclarecimento do eleitorado promovida pela UN em VILA VERDE», *Correio do Minho*, 19 de Outubro, 1969, 4.

⁶²⁸ Cf. s/a, «Lista de...», 30 de Setembro, 1969, 1; s/a. «Lista de...», 25 de Setembro, 1969 1 e 4; s/a. «Lista de...», 26 de Setembro, 1969, 1 e 4; s/a. «Lista de...», 27 de Setembro, 1969, 1 e 4; s/a. «Lista de...», 1 de Outubro, 1969, 4.

⁶²⁹ s/a, «CAMPANHA ELEITORAL MANIFESTO AO ELEITORADO DOS CANDIDATOS A DEPUTADOS DA UNIÃO NACIONAL pelo Círculo de Braga», *Correio do Minho*, 4 de Outubro, 1969, 1 e 4.

sucintamente em 6 pontos, propõe-se a elaborar uma série de melhoramentos, os quais serão acentuados pelos oradores durante as sessões.

Num primeiro ponto pretendia dar a imagem que os seus deputados assegurariam, «sem invalidar a OBRA realizada»⁶³⁰, iriam defender a «"Continuidade na evolução" – e "evolução na segurança"»⁶³¹, ou seja, os deputados apesar «de diferenças de opinião [...] comungam na aceitação dos princípios basilares na Nação Portuguesa e sua tradição cristã»⁶³².

O seguinte ponto era a continuação do primeiro, em que a «*continuidade da ordem, da paz social, da moeda estável, do progresso económico seguro, da defesa do Ultramar*»⁶³³ seria a tónica da campanha oficial da campanha, embora haja preocupação de colmatar ressentimentos face ao bem estar da sociedade⁶³⁴.

No terceiro ponto visada a «manutenção [...] que garanta os exercícios dos direitos consignados no artigo 8º da Constituição»⁶³⁵, ou seja, o regime propunha-se a modificar uma série de liberdades, as quais «Constituem direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses»⁶³⁶, certamente, este ponto em comunhão com os antecedentes seria «liberalizar» mas manter o que já estava feito.

O quarto ponto é aquele que mais evidencia a ação dos deputados e «garantir [...] as condições de ordem espiritual e material»⁶³⁷, isto é, abraça um programa de realizações, os quais são conotados para a educação, economia financeira e social⁶³⁸: a primeira pretende alargar o ensino especialmente o médio e o superior, elevar os quadros perante o «acesso da população aos diversos graus de ensino» e incentivar a investigação⁶³⁹; em termos económicos pretendia incrementar e continuar o Plano de Fomento, investir na agricultura, indústria e comércio e atender às particularidades da lavoura no Minho⁶⁴⁰, a qual «precisa de ser estrutura[da] com trabalhadores preparados e técnicos»⁶⁴¹; e, por fim, em termos sociais os deputados pretendiam

⁶³⁰ s/a, «CAMPANHA...», 1.

⁶³¹ s/a, «Importante reunião de membros da União Nacional (Comissão Distrital e Concelhia) com os "responsáveis" pelo acto eleitoral, em Esposende, para esclarecimento do eleitorado/ Presidiu o escritor Manuel Boaventura – a primeira figura do concelho e verdadeiramente o homem das bandas do mar/ FEZ A APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS O DR. RUA REIS, PRESIDENTE DA C.C. DA UNIÃO NACIONAL», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1969, 1.

⁶³² s/a, «CAMPANHA...», 1.

⁶³³ s/a, «CAMPANHA...», 1.

⁶³⁴ Cf. s/a, «CAMPANHA...», 1.

⁶³⁵ s/a, «CAMPANHA...», 1.

⁶³⁶ Artigo 8º, do Decreto-Lei nº 22:241, de 22 de Fevereiro, 1933, 228.

⁶³⁷ s/a, «CAMPANHA...», 1.

⁶³⁸ Cf. s/a, «CAMPANHA...», 1 e 4.

⁶³⁹ s/a, «CAMPANHA...», 1.

⁶⁴⁰ Cf. s/a, «CAMPANHA...», 1.

⁶⁴¹ s/a, «Sessões de esclarecimento eleitoral em Terras de Bouro e Amares – perfeita sincronização política a favor da União Nacional nos meios rurais- MARCELLO CAETANO o Homem do Povo e que o Povo elege/ Presidente da Câmara de Terras de Bouro: - «Os srs. da Oposição condenaram-se ao pretenderem negociar Angola, Moçambique e Guiné»/ TERRAS DE BOURO:», *Correio do Minho*, 21 de Outubro, 1969, 4.

a «Instauração de um Estado Social»⁶⁴², em que se pretendia dar benefícios e melhorias aos desfavorecidos e ampliar uma «política de saúde», bem como melhorar o «funcionalismo público»⁶⁴³. Para além do mais, e ainda dentro deste ponto, eleva-se a família dentro do quadro da Constituição Política⁶⁴⁴ em que pretende melhorar a situação económico-social dos «agregados familiares, proporcionando-lhes mais habitações em condições de salubridade, acautelando os direitos da mulher (mãe e trabalhadora), regulando impostos e os salários de acordo com os encargos familiares» de maneira a «evitar a corrupção dos costumes»⁶⁴⁵, visto que a família era a «fonte de conservação e desenvolvimento do povo português» que o próprio Estado assegura⁶⁴⁶. Contudo, é neste ponto que surge um discurso conotado com a visão política do Corporativismo como ideologia, o qual «condena o ambiente individualista [...] valorizando os indivíduos, fazendo uma justa repartição de riquezas, encurtando distancias sociais e dignificando o trabalho»⁶⁴⁷. Ou seja, surge um discurso em que o Estado assume que o Corporativismo é o único caminho «não aceitando solução individualista nem socialista»⁶⁴⁸, bem como ganha um carácter interventor.

No penúltimo ponto clarifica a opinião dos deputados acerca do ultramar, a continuação das porções dos «territórios» e a «consolidação das sociedades multirraciais»⁶⁴⁹. Com efeito, pretendia-se manter estes territórios autónomos, permitir que as populações participassem «nas estruturas políticas e administrativas»⁶⁵⁰ e permitir a entrada de investimento nos territórios do ultramar⁶⁵¹.

No último ponto reforça-se mais uma vez os problemas económicas, respetivamente os regionais. Tal ponto é como se fosse um resumo de todas as problemáticas, mas explicitando que estes serão integrados no conjunto nacional dentro de uma série de problemas, como: «agropecuária, a emigração, o ensino técnico, o fomento económico (industrial-comércio), o turismo»⁶⁵².

A restante campanha decorreu na mesma ordem de ideias que o manifesto dos deputados da U.N. defendiam e que os oradores das sessões enalteciam a resolução dos

⁶⁴² s/a, «CAMPANHA...», 1. De Outubro,

⁶⁴³ s/a, «CAMPANHA...», 1 e 4.

⁶⁴⁴ Cf. s/a, «CAMPANHA...», 4; Artigo 12º, do Decreto-Lei nº 22:241, de 22 de Fevereiro, 1933, 229; Artigo 12º, Lei nº 2100, de 29 de Agosto de 1959, 1005.

⁶⁴⁵ s/a, «CAMPANHA...», 4.

⁶⁴⁶ Artigo 12º, do Decreto-Lei nº 22:241, de 22 de Fevereiro, 1933, 229; Artigo 12º, Lei nº 2100, de 29 de Agosto de 1959, 1005.

⁶⁴⁷ s/a, «Sessão de esclarecimento eleitoral da União Nacional, em Guimarães Uma multidão entusiasta que superlotam o Teatro Jordão VIVEU HORAS DO MAIS SÃO E PROFUNDO PORTUGUESISMO «Estamos aqui com Marcello Caetano por um Portugal maior. Saíamos daqui com Marcello Caetano para um Portugal de todos e para todos» - afirmou o prestigioso militar Coronel Sequeira Braga que preside à memorável sessão», *Correio do Minho*, 24 de Outubro, 1969, 4.

⁶⁴⁸ s/a, «Sessão...», 24 de Outubro, 1969, 4.

⁶⁴⁹ s/a, «CAMPANHA...», 4.

⁶⁵⁰ s/a, «CAMPANHA...», 4.

⁶⁵¹ s/a, «CAMPANHA...», 4.

⁶⁵² s/a, «CAMPANHA...», 4.

problemas económicos, principalmente os da lavoura, como já foi referido. Todavia, o discurso de «Compete-nos, firmemente unidos, velar pela nossa Terra portuguesa» seria o argumento principal, bem como na justificação de que os territórios ultramarinos já vivem em liberdade torna-se um apelo à causa ultramarina⁶⁵³ onde se incute que o eleitorado deve estar consciente de que apenas há dois caminhos: «da ordem ou da desordem, da entrega ou abandono do Ultramar ou da integridade da Pátria»⁶⁵⁴. Juntamente a este, evidencia-se a tónica económica da agricultura da região, pela qual se apela para a sua problemática⁶⁵⁵. Para além do mais, a juventude está em questão, ou seja, há uma preocupação em não fazer desviar esta fase de vida para não cair na subserviência⁶⁵⁶. Com efeito, enfatiza-se a relação de «Professor-Família e Professor-aluno»⁶⁵⁷ por forma um estreitamento na educação da juventude.

Na final das eleições, o apuramento dos votos realizada pela «Assembleia de Apuramento Geral da Eleição dos Deputados à Assembleia Nacional»⁶⁵⁸, presidida pelo Governador Civil⁶⁵⁹, a percentagem que dava a vitória à lista A, a da U.N., foi de 89,12%, de um universo de 82058 votantes, dos quais 73131, votaram na lista A, 1775 na lista B e 7074 na lista C⁶⁶⁰. Por cada candidato os resultados foram: Antão Santos da Cunha 72811; Duarte Pinto do Amaral 72878; Fernando Dias de Carvalho Conceição 73114; Joaquim José Nunes de Oliveira 73100; José da Costa Oliveira 73004; Luís António de Oliveira Ramos 73124⁶⁶¹.

A campanha eleitoral de 1973 é aquela que, na sua dinâmica, mais se distancia das antecedentes. Em primeiro lugar se os deputados no seio das campanhas durante as décadas de 1940, 1950 e também nas de 1965 e 1969, estiveram descentralizados no decorrer das sessões, pois a sua «acção meritória»⁶⁶² já era bastante conhecida, na campanha de 1973, este quadro de fundo modifica-se integralmente. A nomenclatura de «Sessões de esclarecimento»⁶⁶³ mantém-se, modifica-se apenas a sua dinâmica e interação.

⁶⁵³ s/a, «Sessão...», 19 de Outubro, 1969, 1.

⁶⁵⁴ s/a, «Importante...», 1.

⁶⁵⁵ s/a, «Sessão...», 19 de Outubro, 1969, 1.

⁶⁵⁶ s/a, «Sessão...», 19 de Outubro, 1969, 1.

⁶⁵⁷ s/a, «Sessão...», 19 de Outubro, 1969, 1.

⁶⁵⁸ s/a, «Resultados definitivos da Eleição para Deputados no Distrito de Braga», *Correio do Minho*, 31 de Outubro, 1969, 1.

⁶⁵⁹ Cf. s/a, «Resultados...», 1.

⁶⁶⁰ s/a, «O DISTRITO DE BRAGA – onde nasceu Portugal – esteve igual a si próprio VOTANDO M MASSA NA UNIÃO NACIONAL “SIM” sem reticências à Política Ultramarina do Governo e a Marcello Caetano/ As mais concorridas eleições de sempre O Governador Civil e os Candidatos eleitos vivamente felicitados Percentagem de 89,12%, a favor da Lista da U.N. em relação ao número de votantes», *Correio do Minho*, 27 de Outubro, 1969, 1.

⁶⁶¹ s/a, «Resultados...», 1.

⁶⁶² s/a, «Para as eleições de 7 de Novembro A apresentação dos candidatos a deputados PELO CÍRCULO DE BRAGA no Concelho da Póvoa de Lanhoso Presidiu à resposta reunião o Chefe do Distrito - DR. FRANCISCO PESSOA MONTEIRO e teve a presença do Presidente da Comissão Distrital da U.N. - CORONEL LEONARDO NEVES», *Correio do Minho*, 22 de Outubro, 1965, 4.

⁶⁶³ s/a, «Eleições de Deputados SESSÕES DE ESCLARECIMENTO DO ELEITORADO DO CONCELHO DE BARCELOS promovidas pelos candidatos da A.N.P. PELO CÍRCULO DE BRAGA», *Correio do Minho*, 19 de Outubro, 1973, 1.

A entrega da lista de candidatura foi feita no Governo Civil de Braga pela mão do Presidente da Comissão Distrital da A.N.P.⁶⁶⁴. Em contrário às campanhas eleitorais anteriores, a primeira sessão de propaganda foi dedicada à «*apresentação dos candidatos do círculo de Braga às eleições para a XI Legislatura*»⁶⁶⁵. As suas biografias são dadas a conhecer à assistência durante a primeira sessão. Do mesmo modo, os candidatos presentes puderam, para além de apresentados, apresentar quais os propósitos e diretrizes principais pelas quais se regerão na Assembleia Nacional.

A política de infraestruturas para a região do Baixo Minho, a qual é uma antevisão do Plano de Fomento que entrará nos anos subsequentes, marcam as sessões levadas a cabo em todos os concelhos. Por isso, a disseminação de intenções para as obras públicas mantém-se, como, por exemplo: a criação da Universidade do Minho, «a criação do primeiro Parque Industrial»⁶⁶⁶ (em Guimarães), estradas, autoestradas, eletrificação, abastecimento de água, problemas na lavoura, turismo, educação, saúde e assistência. Saliente-se esta última devido ao seu crescimento ao longo da década de 1960 e encontra na década de 1970 o mesmo ritmo, devido à nova estruturação dos serviços de saúde direccionados para a prevenção «com vista assegurar a cobertura médico-social, sanitária e assistencial das populações, através de uma estrutura de serviços subordinados a uma política unitária de Saúde e Assistência»⁶⁶⁷; as profissionalizações nos quadros neste sector surtiu também um grande incremento⁶⁶⁸.

Para além do mais, incute-se uma nova «obra» do Estado Novo. Mais diversificado, não se baseia somente em questões materiais e economicistas, mas com uma nova conceção, em que salienta, tal como aconteceu na campanha anterior, mas agora com maior ênfase no papel, o Estado:

«activo e forte, intervencionista na vida económica e social, respeitador da iniciativa e das liberdade e direitos privados que afectem o bem-comum, zelador do desenvolvimento integrado do País, nele compreendendo uma mais justa

⁶⁶⁴ s/a, «Entregue no Governo Civil o processo de candidatura da lista da Acção Nacional Popular à próxima eleição para deputados», *Correio do Minho*, 26 de Setembro, 1973.

⁶⁶⁵ s/a, «Eleições para Deputados Somos contra o que divide os portugueses, dissolve o espirito da Nação, avilta os costumes e degrada a actuação política - afirmou o DR. LUIS TEIXEIRA DE MELO que presidiu à grandiosa sessão de apoio aos candidatos da A.N.P. pelo Círculo de Braga ONTEM À NOITE REALIZADA EM GUIMARÃES», *Correio do Minho*, 2 de Outubro, 1973.

⁶⁶⁶ s/a, «A grandiosa sessão de propaganda eleitoral DE GUIMARÃES de apoio aos candidatos da A.N.P. PELO CÍRCULO DE BRAGA Eng^o Duarte do Amaral Acima de tudo, primeiro que tudo é preciso reconhecer que o Governo tem sido firme na defesa da Pátria, aqui, no Ultramar e na batalha diplomática», *Correio do Minho*, 3 de Outubro, 1973.

⁶⁶⁷ s/a, «Comunicado das Comissões Eleitorais da A.N.P.», *Correio do Minho*, 12 de Outubro, 1973.

⁶⁶⁸ Cf. Coriolano Ferreira, «hospitais», em *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica (Porto: Livrarias Figueirinhas, 1999).

distribuição dos rendimentos, a correcção de desigualdades individuais e desequilíbrios regionais»⁶⁶⁹.

O Estado passa a ser o principal elo de estratégia e ação políticas, sociais e económicas. Ao contrário das campanhas anteriores, este órgão era pouco abordado. O intuito que fomentaria qualquer esforço de melhoramento para Portugal era, mais do que a ideologia, os homens, os responsáveis ou o responsável (Oliveira Salazar) que em prol do bem nacional trabalhavam para elevar as condições materiais e económicas do país. Estes eram as personalidades de ação e não uma instituição como o Estado. Outrossim, cria-se a imagem de um Estado Social, mais do que um Estado Corporativo com fomento Social.

Nas sessões da «campanha de esclarecimento em todo o distrito»⁶⁷⁰ os candidatos a deputados realizaram reuniões onde, como já foi referido, apresentaram os problemas estruturais da região, dotando a cada concelho a respetiva solução. Assim realiza-se um «aberto diálogo»⁶⁷¹, «em forma de mesa redonda, durante o qual fizeram perguntas, apresentaram sugestões, formularam carências, vários dos presentes»⁶⁷² por forma a colmatar quaisquer dúvidas entre os deputados e os eleitores. Para além do mais, como foi possível verificar no capítulo II, a campanha de 1973 teve, nos concelhos de Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão, e em Barcelos (só no mesmo dia se efetuaram três sessões) sessões em maior número, justifica-se por as sessões serem compostas para diferentes públicos-alvo, ou seja, são subsessões em que se concentram individualidades circunscritas por forma a clarificar os assuntos dos seus interesses. Assim, em paralelo com as sessões que eram já recorrentes noutras campanhas, formam-se «Sessões de trabalho»⁶⁷³ ou «REUNIÃO DE TRABALHO»⁶⁷⁴, mais propriamente, «reuniões sectoriais»⁶⁷⁵, onde participavam os diferentes públicos. A exemplo disso denota-se o contacto com «zonas industriais»⁶⁷⁶, com «individualidades ligadas nomeadamente

⁶⁶⁹ s/a, «Eleições para Deputados Somos contra o que divide os portugueses, dissolve o espírito da Nação, avilta os costumes e degrada a actuação política - afirmou o DR. LUIS TEIXEIRA DE MELO que presidiu à grandiosa sessão de apoio aos candidatos da A.N.P. pelo Círculo de Braga ONTEM À NOITE REALIZADA EM GUIMARÃES», *Correio do Minho*, 2 de Outubro, 1973.

⁶⁷⁰ s/a, «Rodeou-se do maior interesse a sessão de esclarecimento promovida pelos candidatos pelo Círculo de Braga NA PÓVOA DE LANHOSO Hoje: Sessões em Braga e Esposende», *Correio do Minho*, 12 de Outubro, 1973.

⁶⁷¹ s/a, «Eleições de Deputados Reuniões de trabalho dos candidatos da ANP PELO CÍRCULO DE BRAGA em Vila Verde e Vieira do Minho Uma certeza: Inequivoca adesão do eleitorado dos dois concelhos a MARCELLO CAETANO», *Correio do Minho*, 5 de Outubro, 1973.

⁶⁷² s/a, «Eleições de Deputados TIVERAM VIVO INTERESSE AS SESSÕES DE ESCLARECIMENTO promovidas ontem pelos candidatos da A.N.P. em Braga e em Esposende Hoje efectuar-se-ão reuniões semelhantes em Famalicão e em Fafe», *Correio do Minho*, 13 de Outubro, 1973.

⁶⁷³ s/, «Eleições de Deputados Sessões de trabalho e de esclarecimento realizadas ontem pelos candidatos da ANP pelo círculo de Braga no Concelho de Vila Nova de Famalicão», *Correio do Minho*, 18 de Outubro, 1973.

⁶⁷⁴ s/a, «Eleição de Deputados REUNIÃO DE TRABALHO E DE ESCLARECIMENTO NO CONCELHO DE GUIMARÃES promovida ontem pelos candidatos da A.N.P. pelo Círculo de Braga», *Correio do Minho*, 17 de Outubro, 1973

⁶⁷⁵ s/a, «Eleições de Deputados REUNIÃO DE TRABALHO E DE ESCLARECIMENTO no concelho de Guimarães promovida ontem pelos candidatos da A.N.P. pelo Círculo de Braga», *Correio do Minho*, 17 de Outubro, 1973.

⁶⁷⁶ s/a, «Eleições de Deputados...», 18 de Outubro, 1.

aos sectores industriais e económicos»⁶⁷⁷ e sessões «dedicada[a] [a]os dirigentes sindicais e aos trabalhadores das várias empresas do concelho»⁶⁷⁸.

O conflito em África ainda encontra expressão na campanha eleitoral de 1973. Ainda se alude ao discurso de defesa da «integridade da Nação Portuguesa, buscando a aceleração do seu progresso económico e da sua promoção social na Metrópole como Ultramar»⁶⁷⁹.

Os resultados finais obtidos nas eleições no ano de 1973 foram, no círculo eleitoral de Braga, de 72,73% para a lista da A.N.P.⁶⁸⁰. os resultados gerais em cada concelho no distrito de Braga foram: Amares: recenseados 4299, votaram 3677, percentagem 83,53%; Barcelos: 19779, votaram 16047, percentagem 81,73%; Braga: recenseados 31443, votaram 19675, percentagem 62,57%; Cabeceiras de Basto: 4039, votaram 3890, percentagem 96,31%; Celorico de Basto: recenseados 3315, votaram 2997, percentagem 90,40%; Esposende: recenseados 4731, votaram 3790, percentagem 80,27%; Fafe: recenseados 8492, votaram 7068, percentagem 83,23%; Guimarães: recenseados 27390, votaram 18127, percentagem 66,18%; Póvoa de Lanhoso: recenseados 4155, votaram 3258, percentagem 78,41%; Terras de Bouro: recenseados 3825, votaram 3524, percentagem 92,13%; Vieira do Minho: 4355, votaram 3674, percentagem 84,36%; Vila Nova de Famalicão: recenseados 19437, votaram 12558, percentagem 64,52%; Vila Verde: recenseados 10388, votaram 7670, 73,83%⁶⁸¹.

A oposição manteve a mesma estratégia de aglomeração de forças ou divisão à semelhança de anos anteriores. E nas campanhas de 1969 lança-se ao nível nacional. Contudo, devido à falta de consenso da formação das Comissões Distritais, nos círculos eleitorais de Braga, Porto e Lisboa a oposição dividiu-se na C.E.D., facção mais radical onde convergiram católicos progressistas, democratas independentes e comunistas; e do outro lado, a C.E.U.D., os democratas socialistas, os quais recusavam o comando comunista. Em Braga chega a formar-se uma lista independente, mas a mesma acabou por desagregar-se. Em Lisboa os monárquicos participam nas eleições⁶⁸².

Na campanha eleitoral de 1973, a conjuntura política do regime estava envolta de grande tensão devida à repressão, resultando na perda de bases de apoio a Marcello Caetano. Apesar da perda de direitos políticos por cinco anos à oposição que entrasse no processo de

⁶⁷⁷ s/a, «Eleições de Deputados...», 17 de Outubro, 1.

⁶⁷⁸ s/a, «Eleições de Deputados SESSÕES DE ESCLARECIMENTO do ELEITORADO DO CONCELHO DE BARCELOS promovidas pelos candidatos da A.N.P. PLEO CÍRCULO DE BRAGA», *Correio do Minho*, 19 de Outubro, 1973.

⁶⁷⁹ s/a, «Eleições para Deputados...», 2 de Outubro, 4.

⁶⁸⁰ s/a, «O País votou os novos deputados à Assembleia Nacional NAS MAIS CONCORRIDAS ELEIÇÕES DE SEMPRE O DISTRITO DE BRAGA disse um inequívoco "SIM" à política de Marcello Caetano», *Correio do Minho*, 30 de Outubro, 1973, 1.

⁶⁸¹ s/a, «O País...», 1.

⁶⁸² Cf. Quintas, «eleições...»; Cruz, «Eleições».

abstenção⁶⁸³, no círculo eleitoral de Braga esta enveredou por esse caminho, resultando «uma atitude negativa»⁶⁸⁴. Todavia, das listas da oposição que participaram, em dez distritos do país, estas apresentaram-se pela C.D.E.⁶⁸⁵.

* *

Em suma, em cada ato eleitoral o discurso do regime pouco se modificou. Com efeito, quando aconteceu, foi apenas com Marcello Caetano, em que o discurso procurou uma aproximação junto do eleitorado, apresentando a ação do regime como uma almofada social que o próprio Estado puxava para si; do que propriamente ser um discurso intrusivo, o qual acontecia no consulado de Oliveira Salazar. Todavia, a transversalidade entre estas duas diferentes realidades é na tentativa de procurar mostrar sempre algo sensível, isto é, como já foi referido anteriormente, as obras pública e depois a partir de 1957, o interesse em beneficiar economicamente a sociedade com novos projetos e técnicas económicas, o da lavoura no Minho, a educação, bem como outros fatores, surgem como evidências incontestáveis. Mais tarde, o conflito em África, também transversal, mostra-se como preocupação de manter uma divinização da imagem unitária e justificação histórica da integridade dos territórios europeus e coloniais como se fossem apenas um.

Observando os números oficiais avançados pelo periódico *Correio do Minho* acerca dos resultados do apuramento dos votos, e contrapondo com o Capítulo II, verifica-se que, face ao grande número de eleitores recenseados ser, transversalmente em todos os atos eleitorais, considerável nos concelhos de Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão, se justifique a razão pela qual tenha havido mais sessões nestes concelhos que nos restantes. Com efeito, verifica-se que os valores dos números inteiros e das respetivas percentagens da vitória da lista da U.N. e da A.N.P.. são na sua grande maioria acima dos 50%. Assim, o regime quis sempre mostrar que a vitória na lista da «situação» foi sempre retumbante, aniquilando, qualquer ânimo para a oposição.

⁶⁸³ Cf. Cruz, «Eleições».

⁶⁸⁴ s/a, «TIVERAM VIVO...», 1.

⁶⁸⁵ Cf. Quintas, «eleições...»; Cruz, «Eleições».

A Oposição Silenciada

A oposição no distrito de Braga, apesar das poucas referências que o jornal da «situação» lhes dada e quando o fazia, era sob um branqueamento discursivo arquitetado para o efeito. Porém, a oposição, no distrito de Braga procurou confrontar o regime em todos os anos em que se efetuaram campanhas eleitorais tanto para o Presidente da República como para a Assembleia Nacional⁶⁸⁶. Embora o regime tentasse minimizar a sua ação política, a oposição do distrito de Braga moveu várias personalidades conhecidas em alguns concelhos, entre os quais se salientam: Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde⁶⁸⁷, bem como conseguiu mover a população que, ao contrário do que se pensa, mostrou em várias circunstâncias a sua força opositora e sentimento democrático.

Na luta da oposição contra o regime do Estado Novo centra-se em muito nas personalidades que figuram a ofensiva. Com efeito, é corrente que os seus testemunhos sejam de indivíduos perseguidos, presidiários, os quais são exemplos utilizados por forma a evidenciar a repressão contra atos subversivos à perspetiva do regime. De outro modo, verifica-se que a sua organização surgiu num quadro cheio de obstáculos à sua ação. Por isso, apesar de todas as barreiras ainda persistem os locais onde a oposição se reuniu: Arco do Baúlhe, Braga, Celorico de Basto, Fafe, Famalicão, Guimarães e Moreira de Cónegos, muitas delas em residências particulares⁶⁸⁸.

A oposição na década de 1940

A década de 1940, no seu todo, foi brutalmente fustigada pela II Guerra Mundial que, apesar de Portugal não a ter combatido, sofreu com a estagnação económica. Assim, foi recorrente durante a primeira parte deste decénio a miséria dos géneros alimentícios das populações e do consequente racionamento que a isso era exigido⁶⁸⁹. Com efeito, as populações recorreram ao apelo das autoridades responsáveis para mudança da sua situação, a qual foi tida como motins resultando em prisões, perseguições desenfreadas⁶⁹⁰. Estes apelos saíam dos

⁶⁸⁶ Cf. J. Santos Simões, *Braga, Grito de Liberdade. História possível de meio século de resistência* (Braga: Governo Civil do Distrito de Braga, 1999), 15-238.

⁶⁸⁷ Cf. Simões, *Braga...*, 251-253.

⁶⁸⁸ Cf. Simões, *Braga...*, 249.

⁶⁸⁹ Cf. Simões, *Braga...*, 43-44.

⁶⁹⁰ Cf. Simões, *Braga...*, 43-44.

operários das fábricas, «das terras de trabalho de Pevidém e Riba d'Ave»⁶⁹¹, que se laçavam em manifestação pelo mesma causa. Por isso, pode estar na origem de, na campanha eleitoral de 1945 a U.N. ter tido necessidade de realizar uma sessão de propaganda em Pevidém, no concelho de Guimarães, por forma a mitigar o sentimento de descontentamento por parte dos operários⁶⁹².

O aproximar das forças aliadas da vitória face ao fascismo na Europa entusiasmou a oposição ao nível nacional em criar uma frente contra o regime. O então criado Movimento de Unidade Nacional Antifascista (M.U.N.A.F.) teve os seus militantes presos pela Polícia Política⁶⁹³.

O fim da II Guerra Mundial elevou o sentimento contido da população, a sua apologética à democracia através de manifestações, a qual provocou um mal-estar. Pois, particularizando Braga, «a terra do 28 de Maio»⁶⁹⁴, mostrou que a população em geral não guardou o sentimento da Revolução Nacional de 1926⁶⁹⁵.

No ano de 1945, o então criado Movimento de União Democrática (M.U.D.) foi uma herança do antigo movimento da oposição. Em Braga fazem parte da sua divisão distrital uma «elite de ouro»⁶⁹⁶ e é através deste movimento que Francisco Salgado Zenha, Lino Lima e Armando Bacelar se encontram com Guilherme Branco, José Sampaio, Humberto Soeiro, Miguel Ferreira, Mariano Felgueiras e Daniel Rodrigues, os quais, em unísono, dinamizam o M.U.D. pelos concelhos do distrito⁶⁹⁷.

No distrito realizaram uma sessão de propaganda em Vila Nova de Famalicão, como foi possível observar anteriormente. Contudo, a sua pretensão de realizar uma reunião em Guimarães ficou gorada⁶⁹⁸. Nos anos seguintes a oposição do distrito de Braga continua a desenvolver os passos seguintes. Mas, depois da ação do Governo esta oposição é descontinuada.

No ano de 1949 a oposição do distrito de Braga manteve a sua luta. Porém, nas eleições presidenciais desse ano, a oposição do distrito esteve em conflitos internos o que levou uma facção desta a dirigir-se a Ponte de Lima, nomeadamente: Vítor Sá, Salgado Zenha, Armando Bacelar e Lino Lima, a encontrar-se com Norton de matos por a forma afastar um grupo de

⁶⁹¹ Simões, *Braga...*, 45.

⁶⁹² Cf. subcapítulo anterior: «Espaço e Tempo das Campanhas».

⁶⁹³ Cf. Simões, *Braga...*, 48.

⁶⁹⁴ Simões, *Braga...*, 49.

⁶⁹⁵ Cf. Simões, *Braga...*, 49.

⁶⁹⁶ Artur Sá Costa, «Os democratas de Braga e as oposições à Ditadura no Distrito de Braga», em *Os Democratas de Braga: testemunhos e evocações*, org. José Viriato Capela, Henrique Barreto Nunes e Artur Sá da Costa (Braga: Húmus, 2014), 20

⁶⁹⁷ Cf. Costa, «Os democratas...», 20.

⁶⁹⁸ Cf. Simões, *Braga...*, 52; subcapítulo: «O discurso oficial: a narrativa das campanhas eleitorais em cada conjuntura».

republicanos que queriam «monopolizar a Comissão Distrital»⁶⁹⁹ e assim abrir a oposição a vários quadrantes políticos⁷⁰⁰.

A oposição na década de 1950

Na década de 1950, a oposição ao nível nacional divide-se, no distrito de Braga a sua situação segue o mesmo caminho. A divergência no apoio aos candidatos oposicionistas, nomeadamente a Ruy Luís Gomes através do Movimento Nacional Democrático (M.N.D.) e a Quintão Meireles, os quais acabaram por irem até ao final das eleições.

No decorrer da década as perseguições e prisões continuaram, na medida em que os oposicionistas, principalmente o Partido Comunista, efetuaram a clarificação das populações, incentivando e mobilizando as mesmas fosse qual o seu motivo como uma simples data comemorativa⁷⁰¹. Porém, apesar da tentativa de incremento à consciência cívica e política, a repressão foi mais forte, fazendo com que no ano de 1953, nas eleições à Assembleia Nacional, a oposição no distrito de Braga não tenha conseguido organizar-se e intervir⁷⁰². Para além do mais, ainda neste início do decénio, as dicotomias das oposições levou a que indivíduos afetos ao Partido Comunista fossem gradualmente postos na margem por muitos democratas⁷⁰³.

O ano de 1957 é para a oposição do círculo eleitoral de Braga uma forma de modificar ao nível nacional a sua dinâmica de luta política. Neste ano a oposição em Braga foi até às urnas, ao contrário do que até então acontecia noutros círculos eleitorais em anos anteriores, desistia à boca das urnas⁷⁰⁴.

Porventura, em Braga, esta participação não foi uníssona. As oposições voltaram a desentender-se, principalmente a ala republicana, a qual pretende abster-se⁷⁰⁵. A prática do abstencionismo era educar civicamente as populações, mas, na sua ideia, o ato de ir até às urnas era significativo de «colaboracionismo» com o regime⁷⁰⁶. Com efeito, a intenção de levar a cabo a oposição até ao final quebrou com a ideia de que Braga, cidade de onde partiu a Revolução Nacional, era desde logo a apoiante do regime e, tal como se observou, havia quem

⁶⁹⁹ Simões, *Braga...*, 63.

⁷⁰⁰ Cf. Costa, «Os democratas...», 21.

⁷⁰¹ Cf. Simões, *Braga...*, 79.

⁷⁰² Cf. Simões, *Braga...*, 81-82.

⁷⁰³ Cf. Simões, *Braga...*, 82.

⁷⁰⁴ Cf. Costa, «Os democratas...», 21.

⁷⁰⁵ Cf. Simões, *Braga...*, 84.

⁷⁰⁶ Victor de Sá, *Legendas para uma memória* (Braga: Biblioteca Pública de Braga (Universidade do Minho), 2001), 41.

quisesse cisar este pensamento⁷⁰⁷. Para além do mais, não foi uma oposição ao regime foi também quebrar com o «conformismo da oposição» que optava pelo abstencionismo⁷⁰⁸.

A oposição do círculo de Braga criou então todo um esforço para fazer a sua frente política. Instituiu assim dois caminhos: criar objetivos, isto é, um programa em que dessem visibilidade aos seus propósitos e levá-lo a conhecer à sociedade de forma transversal, de fácil assimilação e depois eleger quem melhor os enquadrasse, cisando assim com o espírito individual que fustigava a oposição, dando assim um aspeto democrático na escolha dos possíveis candidatos⁷⁰⁹. Por consequência, face a esta intransigência de efetivar uma ação opositora do regime até ao fim, a lista do círculo de Braga foi alvo de fortes pressões e desmoralizações tanto do lado oposicionista como do regime⁷¹⁰.

O intervencionismo da oposição em Braga deu a conhecer as fragilidades do regime em não contar com o atrevimento de terem pessoas a provocarem-lhe. Assim, apesar de desmoralizações e de todas as adversidades⁷¹¹, a lista B conseguiu encomendar os boletins de voto com todas as características exigidas, na medida em que realizaram o seu pedido no mesmo local que a U.N. fez a impressão dos seus boletins⁷¹². Assim, o regime teve de à última da hora procurar um retrocesso a este processo, em que foi obrigado a cativar mais votos⁷¹³. Por fim, junto da Assembleia de Voto conseguiram ter pelo menos um fiscal, na freguesia de São João do Souto, o conhecido opositor do regime Victor de Sá, mas o mesmo não aconteceu noutras assembleias⁷¹⁴.

No final a oposição, com era de esperar, não venceu nas urnas. Mas venceu noutros quadrantes. Vistos os resultados finais e a discrepância de valores apresentados nos jornais oficiais serem elevados, inculcou na população a interjeição da viabilidade do sistema de voto. A consciência de que os processos da eleições não eram representativas, nem tão-pouco correspondia à vontade da sociedade em legitimar os seus governantes, começou a generalizar-se, sendo um aliado na luta contra o regime⁷¹⁵.

Findo as eleições, muitos dos intervenientes da oposição seguiram para Aveiro por forma a prepararem as eleições presidenciais do ano seguinte⁷¹⁶.

⁷⁰⁷ Cf. Sá, *Legendas...*, 41.

⁷⁰⁸ Cf. Sá, *Legendas...*, 41; Costa, «Os democratas...», 26.

⁷⁰⁹ Cf. Sá, *Legendas...*, 43-45.

⁷¹⁰ Cf. Sá, *Legendas...*, 45.

⁷¹¹ Cf. Costa, «Os democratas...», 27.

⁷¹² Cf. Sá, *Legendas...*, 46.

⁷¹³ Cf. Sá, *Legendas...*, 47-48.

⁷¹⁴ Cf. Sá, *Legendas...*, 50-51.

⁷¹⁵ Cf. Sá, *Legendas...*, 51-52.

⁷¹⁶ Cf. Iva Delgado, *Braga Cidade Proibida. Humberto Delgado e as eleições presidenciais de 1958* (Braga: Governo Civil de Braga, 1998), 87

No ano de 1958, nas presidenciais, a disputa entre Américo Tomás e Humberto Delgado fez, em todo o país, a crispação do sentimento democrático na sociedade. Humberto Delgado foi a personificação deste sentimento através do modo como motivou a sociedade e da forma como esta se empolgou criando a apologia em massa à sua candidatura e contra o regime.

No distrito de Braga este sentimento também foi sentido. Porventura, neste distrito assume características próprias. A vinda de Humberto Delgado a Braga, marcada para o dia 27 de Maio foi motivo para os seus apoiantes o demoverem a vir para este distrito, pois, no dia a seguir, 28 de Maio, iria dar-se as comemorações os 32 anos da Revolução Nacional, com aparato do exército e da Legião Portuguesa com Santos Costa, Ministro da Defesa, a encabeçar⁷¹⁷. Assim, o general não veio, adiando-a para dia 1 de Junho, data que também não se fez apresentar ao distrito por restrição do Governo, justificando que iria perturbar as comemorações religiosas da Senhora do Sameiro, o centenário de Nossa Senhora de Lourdes⁷¹⁸. Porém, a população estava entusiasmada por recebê-lo, mas, no seio deste entusiasmo nascem confrontos entre os populares e as forças de segurança, os quais descarregam uma carga policial violenta, nos principais locais das cidades de Braga e Guimarães⁷¹⁹. Assim, «Humberto Delgado veio... sem vir»⁷²⁰. Por conseguinte, para fazer frente a estas incursões, a P.I.D.E. prende grandes personalidades da oposição como Oliveira Braga (responsável pela Comissão Distrital), Carlos Magalhães de Vieira do Minho, Armando Bacelas (Famalicão), Alfredo Caseiro (Braga) e Sousa Fernandes⁷²¹.

A oposição na década de 1960 e 1970

Os anos de 1960 vão ser muito promissores para o círculo eleitoral de Braga. As campanhas de 1961 e 1965 têm uma dinamização acrescida nos concelhos de Vila Nova de Famalicão, Barcelos e Braga⁷²². Porém, ao longo do decénio os conflitos no seio da oposição mantêm-se devido à tentativa de criar uma hegemonia ideológica no distrito, bem como conotar a certas personalidades a ação de luta, deixando a população aparte, o que originou a abertura de diferentes leques políticos⁷²³.

⁷¹⁷ Cf. Delgado, *Braga...*, 55.

⁷¹⁸ Cf. Delgado, *Braga...*, 57.

⁷¹⁹ Cf. Delgado, *Braga...*, 68-72.

⁷²⁰ Delgado, *Braga...*, 78.

⁷²¹ Cf. Delgado, *Braga...*, 81.

⁷²² Cf. José Manuel Barbosa, «Apontamentos da década de 60 na luta contra o regime de Salazar no Distrito de Braga», em *Os Democratas de Braga: testemunhos e evocações*, org. José Viriato Capela, Henrique Barreto Nunes e Artur Sá da Costa (Braga: Húmus, 2014), 75.

⁷²³ Cf. Costa, «Os democratas...», 25.

Logo nas eleições para a Assembleia Nacional de 1961, formam-se duas listas da oposição, denominadas de lista B e C. Na primeira integraram: Oliveira Braga, advogado, o qual já havia sido responsável pela Comissão Distrital da candidatura de Humberto Delgado em 1958, Guilherme Branco, advogado em Braga, Alfredo Vieira Gomes, proprietário em Braga, António Oliveira Braga, comerciante em Braga, Miranda de andrade, advogado em Barcelos e Joaquim Borges, advogado em Celorico de Basto⁷²⁴. Na segunda integraram: Francisco Pinto Rodrigues, advogado em Guimarães, nome que veio a ser recusado pelo Governador Civil, António Pinheiro Braga, engenheiro civil de Vila Nova de Famalicão, Elísio Guilherme de Azevedo, capitão reformado do exército do Arco do Baúlhe e Joaquim Vítor Gomes de Sá, licenciado em Letras, de Braga, Manuel Guedes Pinheiro, médico no Porto e Mem Tinoco Verdeal, engenheiro no Porto⁷²⁵.

As iniciativas da oposição, nomeadamente os seus comícios foram proibidos pelo que as listas da oposição tiveram de ser realizadas separadamente⁷²⁶. No comício da lista C marcaram presença o Padre Francisco de Almeida (capelão da Abadia em Bouro, Amares) e o Major Miguel Teixeira⁷²⁷. Nas eleições de 1961, o processo de fiscalização voltou a realizar-se no círculo eleitoral de Braga⁷²⁸.

No ano de 1965 a lista foi composta por: António Emílio Brochado Teixeira, de Guimarães, António Marinho Dias, de Celorico de Basto, António Pinheiro Braga, engenheiro em Vila Nova de Famalicão o qual foi inelegível pelo Governador Civil, Eduardo Ribeiro Martins, de Guimarães, Humberto Soeiro, de Braga sendo também inelegível pelo Governador Civil e Guilherme Branco, de Braga⁷²⁹. Contudo, estes viram-se isolados na concorrência à oposição, visto que a oposição desistiu em vários círculos⁷³⁰.

O ano a seguir às eleições de 1965, a oposição do círculo de Braga passa a ter uma constante presença na sociedade do distrito. Participam em várias reuniões políticas e conseguiram organizar-se por forma a cimentarem a sua ação política, devido à descentralização da organização da oposição, obtendo mais autonomia política⁷³¹. Passa a denominar-se de «democratas de Braga»⁷³².

⁷²⁴ Cf. Barbosa, «Apontamentos...», 76.

⁷²⁵ Cf. Barbosa, «Apontamentos...», 76.

⁷²⁶ Cf. Barbosa, «Apontamentos...», 76.

⁷²⁷ Cf. Barbosa, «Apontamentos...», 76.

⁷²⁸ Cf. Sá, *Legenda...*, 52.

⁷²⁹ Cf. Barbosa, «Apontamentos...», 77.

⁷³⁰ Cf. Barbosa, «Apontamentos...», 77.

⁷³¹ Cf. Costa, «Os democratas...», 30.

⁷³² Costa, «Os democratas...», 29.

Em 1967 a oposição viu-se fustigada por ter sido proibida de realizar as comemorações do 5 de Outubro. Assim, apesar disso, não foi motivo para esta parar e levou à difusão, mais propriamente, levou ao conhecimento geral da população, os problemas que o país atravessava através de várias publicações⁷³³.

Nas eleições de 1969 a oposição do círculo eleitoral de Braga difundiu vários documentos, como a «Nova Cartilha do Povo», reescrita por Santos Simões⁷³⁴. A lista formada em Agosto integrou: António Marinho Dias, Humberto Trindade Soeiro, Joaquim dos Santos Simões, Joaquim Victor Batista Gomes Sá, Eduardo Ribeiro e José Araújo Pereira Sampaio⁷³⁵.

A ação da oposição fica mais dinamizada, pois esta ganha autonomia, iniciativa política e organiza a sua estrutura por forma a ultrapassar o facto de estarem proibidos a existência de partidos políticos⁷³⁶. Com efeito, a iniciativa da oposição neste ano todo o distrito consegue mover-se e, o que mais eleva o sentimento de descontentamento foi assinatura por parte de muitos jovens de um documento em que tinham a intenção de pôr fim ao conflito colonial⁷³⁷.

Nas eleições para a Assembleia Nacional de 1973, a oposição de Braga não participou⁷³⁸. Contudo, não é significativo que a mesma tenha ficado inativa. O Congresso realizado em Aveiro junta imensos democratas, os quais conseguiram traçar os seus princípios, tais como a repressão contra os massacres sentidos nas colónias e denunciar os problemas socioeconómicos de Portugal⁷³⁹. Os oposicionistas de Braga participaram no mesmo congresso⁷⁴⁰ e tentaram expandir pelo distrito, mas a ação repressiva do governador civil intentou contra qualquer ato de organização por forma a enfrentar as eleições à Assembleia Nacional de 1973⁷⁴¹.

O teatro das campanhas eleitorais: as reuniões autorizadas

Abordar o discurso oficial e público do regime deve, antes de tudo, assumir-se como uma amostra da manifestação do Poder. Contudo, esta tem um intuito, a qual suscita dúvidas: por quem e para quem esta é transmitida e quais os efeitos que esta terá. As sessões de propaganda ou reuniões eram espaços e tempos em que as escalas sociais se agrupavam como uma

⁷³³ Cf. Costa, «Os democratas...», 28.

⁷³⁴ Cf. Costa, «Os democratas...», 29.

⁷³⁵ Cf. Barbosa, «Apontamentos...», 81.

⁷³⁶ Cf. Costa, «Os democratas...», 29.

⁷³⁷ Cf. Barbosa, «Apontamentos...», 81.

⁷³⁸ Cf. Simões, *Braga...*, 232.

⁷³⁹ Cf. Simões, *Braga...*, 212.

⁷⁴⁰ Cf. Simões, *Braga...*, 210.

⁷⁴¹ Cf. Simões, *Braga...*, 218-219.

unanimidade para apresentar o regime político, mas, de igual forma, é uma maneira da elite dominante criar cerimónias por forma a evidenciar a sua autoridade⁷⁴². As sessões, como foi possível observar, realizavam-se em espaços específicos e controlados, em que quem estivesse a assistir ficasse vislumbrado com o ambiente político de segurança ideológica.

A realização das sessões, pelo menos entre 1945 a 1969, recorriam a coreografias e elementos, ornamentavam-se, material e imaterialmente, de toda a mística do Estado Novo, da cultura da salvação portuguesa através da Revolução Nacional do 28 de Maio, inclusive, dos indivíduos que a tornaram possível. Para o conseguir, o espaço das sessões não era ao acaso, nem, tão-pouco, os que lá participavam, tanto da máquina eleitoral como as bases de apoio eram desinteressadas. Porém, não é possível precisar qual o número exato, bem como a divisão classista dos indivíduos presentes, na totalidade nas sessões. As informações registadas permitem apreender que se salientavam as figuras mais prestigiantes dentro das várias instituições presentes por todo o distrito de Braga, como foi possível observar anteriormente. Assim, verifica-se que o regime do Estado Novo procurou branquear as instituições e organismos e criá-los à sua imagem, mas para isso teve de se socorrer de novas individualidades com graus de autoridade diferenciada. Não obstante, esta escala estava presente nas sessões; não pode cair em esquecimento que os níveis de autoridade (nacional, distrital e concelhia) eram a imagem de uma elite agrupada e ajustada pela sua forma hierárquica, a qual variava conforme o peso das sessões. Contudo, outros grupos também eram enumerados, certamente para dar uma imagem de amplitude social transversal e de afluência, porém, não eram frisados pelo seu nome mas apresentados como um grupo em conjunto. Era, assim, a reprodução das autoridades quem mais contavam, as quais tanto poderiam agrupar-se na máquina eleitoral como na presença passiva das sessões, ou seja, «O espectáculo é constituído apenas por actores, e nenhum público»⁷⁴³. Mas, apesar disso, e como avança James C. Scott, quando há a participação das camadas sociais mais baixas nas sessões de propaganda está imbuída de características políticas e simbólicas dentro da lógica do regime:

«No simbolismo político da maior parte das formas de dominação pessoal encontramos implicitamente a ideia de que os subordinados só podem reunir-se quando são autorizados a fazê-los pelos seus superiores»⁷⁴⁴.

⁷⁴² Cf. Scott, *A Dominação...*, 99.

⁷⁴³ Scott, *A Dominação...*, 100.

⁷⁴⁴ Scott, *A Dominação...*, 102.

O inverso destas reuniões consistiam uma ameaça para a ordem vigente⁷⁴⁵.

Nas campanhas eleitorais da década de 1960, em plena defesa das «Províncias Ultramarinas»⁷⁴⁶, existem duas sessões as quais devem ser analisadas com outra perspetiva na medida em que se afastam deste padrão das restantes sessões de propaganda de 1945 a 1969, respetivamente em 1961 e 1965⁷⁴⁷. Não que o espetáculo proporcionado seja diferente, mas, antes pelo contrário, pretendia transmitir uma imagem de espontaneidade, em que a sociedade se funde no mesmo ideal de «intensificar a integração de Portugal no sentido e no rumo autêntico e glorioso da sua História»⁷⁴⁸, isto é, está na mesma linha de defesa do regime do Estado Novo, mais propriamente colocar em ordem a «verdade ofendida» pela oposição⁷⁴⁹. Do mesmo modo, toda a sessão de esclarecimento foi controlada por indivíduos exteriores à U.N.; os candidatos a deputados e as demais individualidades das instituições e organismos alicerçados na coesão política do Estado Novo estavam presentes mas numa atitude passiva.

A outra sessão que se diferencia, decorreu na campanha eleitoral de 1965, não faz parte de uma sessão como as suas homólogas, esta pretendia ser uma manifestação «desinteressada», realizada em prol da defesa das «Províncias Ultramarinas»⁷⁵⁰. Esta manifestação foi um autêntico desfile, em que a carga simbólica é bastante alta proliferando-se qualquer imagem material sinalizável: «Bandeiras, estandartes dos vários organismos, muitas dezenas de dísticos, retratos dos Chefes do Estado e do Governo, representações de empresas fabris»⁷⁵¹. Porém, o maior simbolismo político que se realiza foi o facto de esta manifestação ter sido uma amostra da subserviência e de completo alinhamento com o regime junto do Delegado do I.N.T.P. e do Governador Civil, principais intermediários do Governo central⁷⁵².

Portugal durante as décadas em estudo foi um país com uma grande taxa de analfabetismo. Com efeito, a inculcação da ideologia que o próprio periódico transmitia era desde logo rececionado assimetricamente, como já foi referido. Por outras palavras, esta taxa, embora em decréscimo, era bastante elevada, nem todos os indivíduos liam o jornal e, desse modo, nem todos teriam igual acesso à manifestação do poder político instituído em Portugal dentro

⁷⁴⁵ Cf. Scott, *A Dominação...*, 102.

⁷⁴⁶ Cf. Cruz, «Eleições», 612.

⁷⁴⁷ Cf. s/a, «Atingiu o brilho que se esperava a sessão de propaganda realizada, ontem, no Teatro Circo, para esclarecimento do eleitorado do Distrito e a que assistiram os candidatos da U.N. pelo Circulo de Braga», de 10 de Novembro de 1961, 1 e 4; s/a, «O Distrito de Braga disse "sim" a Portugal A capital do Minho viveu ontem uma das mais expressivas e inolvidáveis jornadas patrióticas da sua história Os muitos milhares de pessoas que superlotaram a vasta praça de S. Tiago gritaram o seu portuguesismo e manifestaram a mias viva repulsa pelos sinistros desígnios antipatrióticos da chamada Oposição democrática», *Correio do Minho*, 21 de Outubro, 1965, 1 e 4.

⁷⁴⁸ s/a, «Atingiu...», 1.

⁷⁴⁹ s/a, «Atingiu...», 1.

⁷⁵⁰ Cf. s/a, «O Distrito...», 1.

⁷⁵¹ s/a, «O Distrito...», 1.

⁷⁵² Cf. s/a, «O Distrito...», 1.

das conjunturas. Por isso, é que existem vários meios de comunicação. Na reportagem das sessões é muito comum dar a entender que a população que não cabia dentro dos espaços das sessões tinha acesso à comunicação dos discursos «através dos alto-falantes»⁷⁵³, abraçando assim um leque mais alargado de ouvintes que não pudessem assistir diretamente às sessões e não soubessem ler.

O discurso criado e organizado sob diretrizes, como foi já possível observar anteriormente, saía de uma construção e manipulação cuidada, abraçando moldes específicos. Porém, é curioso como este discurso buscava, para além de ser direto e emotivo, trazer um misticismo cuidadosamente nacionalista onde ficassem consignados uma direção precisa: a procura de chamar atenção para os imperativos do regime. Por isso, a dúvida quanto a quem leria o jornal fica difusa: queria o regime chamar atenção do povo? Mas qual povo? Ou queria incluir uma pequena percentagem dos alfabetizados com opções políticas dúbias? Se sim, qual seria o lugar e para quê criar um discurso tão enfatizado na dominação para as autoridades que dominavam os espaços políticos, económicos e sociais do distrito de Braga, sendo eles, primeiro, figuras de dominação e, em segundo, apoiantes do regime?

O tempo das campanhas era um período em que o regime autorizava a reunião de vários indivíduos para um fim comum, isto é, para ouvir a política. O efeito inibidor, servindo de tranquilizante⁷⁵⁴, era a necessidade de impregnar a ideia de fraternidade entre pessoas que partilham o mesmo ideal político e, ao mesmo tempo, criar a ideia de um eixo de ligação dos indivíduos dos concelhos a quem permite a proliferação desse ideal⁷⁵⁵, o poder central. Daí que fosse importante manter uma imagem conotada a uma pirâmide difundida pelos discursos e personalidades desde as camadas mais baixas até às mais altas, isto é, através de uma lógica ajustada à hierarquia social. Contudo, esta imagem não açambarcava os indivíduos de todas as classes sociais, mas assentava em personalidades que fossem a representação dessas classes, na medida em que as sessões serviriam para ouvir e serem vistas por inferiores, verem aqueles que ocupavam as mesas e realizavam alocações nas mesmas. Para reforço desta ligação, insurge-se a imagem de adesão emocionalmente efusiva, «de fervor nacionalista»⁷⁵⁶ às sessões,

⁷⁵³ s/a., «O CONCELHO DE BARCELOS, representado na plena maioria das suas forças vivas, teve ontem a sua sessão de propaganda eleitoral, a que presidiu o ilustre CHEFE DO DISTRITO e na qual falou dos Deputados à próxima Assembleia Nacional – o DR. ALBERTO CRUZ», *Correio do Minho*, 9 de Novembro, 1949, 1.

⁷⁵⁴ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 89-90.

⁷⁵⁵ Cf. Scott, *A Dominação...*, 103.

⁷⁵⁶ s/a., «FIEL AOS SEUS PRINCÍPIOS, a população de Fafe vibrou ontem de fervor nacionalista, na sessão de propaganda que presidida pelo Chefe do Distrito a União Nacional ali promoveu», *Correio do Minho*, 17 de Outubro, 1957, 1.

em que uma simples sala «encheu-se, sem exagero, literalmente e muitos foram as pessoas que só encontraram lugar no largo fronteiroço»⁷⁵⁷, por forma a conotar a enchente populacional.

Esta construção do discurso político estava arquitetado à escala regional, colocando cada concelho no seu lugar na Tradição, Etnografia, Geografia e História portuguesas. De 1945 a 1969, cada concelho ocupava «um lugar na História Pátria»⁷⁵⁸, em que estes foram palcos de personalidades e acontecimentos importantes no passado de Portugal. Mas, não menos importante, a geografia funde-se à tradição e à história no propósito de imbuir a cada concelho um espaço específico na evolução de Portugal, um fator do nacionalismo português. Não obstante, é um modo de glorificar a Pátria e conotar os concelhos como pertencentes à construção deste território, isto é, os valores que foram alcançados ao longo do tempo da história portuguesa e os quais agora são exaltados.

A tradição de cada concelho não estava estritamente ligado aos costumes etnográficos dos mesmos, mas pelo modo como estes «costumes» serviam como anestésico⁷⁵⁹ das populações, as quais ficavam elogiadas «pelas nobres tradições políticas»⁷⁶⁰ e pelo seu comportamento face ao regime político, ou seja, é um fator de transmissão às gerações e servia como memória coletiva dos espaços sociais⁷⁶¹. Por isso, sendo a tradição, a imaterialidade da transmissão de conteúdos indivisíveis de comportamento social⁷⁶², a aliança entre a tradição e a política eram os principais meios para se constituir uma prática de subserviência política, a denominada «vida habitual»⁷⁶³. Para além disso, este modo contido na vivência das populações era assegurado pelo espírito da «resignação cristã»⁷⁶⁴, a qual assegurava a disciplina e ordem dos subordinados inculcada pelas autoridades, isto é, disseminava-se um estoicismo assente em valores, rigidez de princípios, espírito de sacrifício e crenças religiosas as quais pudessem servir

⁷⁵⁷ s/a, «O Concelho de Amares, acorrendo em massa à sessão de propaganda promovida pela União Nacional, deu, ontem, uma verdadeira lição de nacionalismo e de exaltação da obra empreendida pela Revolução Nacional», *Correio do Minho*, 24 de Outubro, 1957, 1.

⁷⁵⁸ s/a, «Em Plena Campanha eleitoral GUIMARÃES, a cidade-Berço da nacionalidade, viveu ontem horas de entusiasmo e intenso nacionalismo Na sessão de propaganda realizada no Liceu Martins Sarmento foram calorosamente vitorizados os nomes de Salazar e Craveiro Lopes», *Correio do Minho*, 21 de Outubro, 1953, 1.

⁷⁵⁹ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 89-90.

⁷⁶⁰ s/a, «Em Plena Campanha Eleitoral Com uma estrondosa e concorrida sessão de propaganda Na Figueira da Foz e outra, não menos animada, na Póvoa de Lanhoso, prosseguiu ontem a impressionante cruzada nacionalista que está presentemente a interessar o País do Minho ao Algarve Com numerosa e entusiástica assistência, realizaram-se, ontem, uma sessão de propaganda na Póvoa de Lanhoso, sob a presidência do sr. Governador Civil», *Correio do Minho*, 29 de Outubro, 1953, 1.

⁷⁶¹ Cf. s/a, «tradição», em *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa*, Academia de Ciências de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa: Verbo, 2001), 3600.

⁷⁶² Cf. s/a, «tradição», *Dicionário da Língua Portuguesa...*, 3600.

⁷⁶³ s/a, «No termo da Campanha Eleitoral Com várias sessões realizadas ontem através do país chegamos ao fim desta Campanha Eleitoral Nesta cidade, efectuou-se uma importante reunião, em que o sr. Ministro do Interior pronunciou um dos mais profundos discursos da temporada eleitoral Antes, fôra prestada significativa homenagem ao ilustre membro do Governo, no Bom Jesus do Monte No Edifício do Governo Civil efectuou-se a anunciada reunião presidida pelo sr. Ministro do Interior», *Correio do Minho*, 6 de Novembro, 1953, 1.

⁷⁶⁴ s/a, «Em Plena Campanha Eleitoral Continuam a decorrer através do País num ambiente de acalorada fé nacionalista, as sessões de propaganda da União Nacional as quais, pelo entusiasmo e concorrência atestam a gratidão do povo português pela obra do Estado Novo Em Terras de Bouro, sob a presidência do sr. António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Braga realizou-se uma animada sessão de propaganda», *Correio do Minho*, 21 de Outubro, 1953, 1.

de obstáculo aos interesses contrários ao regime do Estado Novo, ou seja, e mais uma vez, criar disciplina e ordem. A tradição pode assim ser entendido como um uso do passado, de tempos imemoriais, quase inquestionáveis quanto aos modos de existência, os quais podem ser utilizados pelo poder político por forma assegurar a obediência⁷⁶⁵.

A geografia – e étnica até – dos concelhos tem uma importância vital por forma a designar cada concelho, estes passavam a ser santificados pelas raízes históricas que lá tivessem existido. Para além do mais, a caracterização da geografia humana era também um fator salientado, em que a população estava, simbolicamente, ornamentada pelo valor do trabalho levado a efeito em cada concelho, ou seja, elevavam-se os valores inatos e apáticos do apego ao trabalho e nas «dádivas que a terra lavrada prodigaliza»⁷⁶⁶, «que no amanho das terras gasta toda a vida e sem exprimir um queixume, sem exteriorizar um ódio. Vila Verde, apegada assim ao cultivo das virtudes mais nobres»⁷⁶⁷. Também se utilizavam pequenos conceitos como «encravadas na serrante»⁷⁶⁸, «longe dos povoados importantes e das cidades»⁷⁶⁹; «terra de Gualdim Pais [...] terra que [...] guarda em si o sarcófago de Sá de Miranda»⁷⁷⁰, «simbolizados na «sua» Maria da Fonte»⁷⁷¹ são exemplos de rótulos identitários e imagens idílicas sobre as populações de determinados concelhos, bem como quais os contributos de cada um para a história portuguesa. O regime utilizava assim as sociabilidades culturais para assegurar como suas e só tinham valor quando eram da iniciativa dos propósitos da autoridade política do Estado Novo⁷⁷², apesar de dar a entender que estas eram congénitas da sociedade independentemente da política que estivesse em vigor.

Os exemplos mais visíveis da história e geografia e do significado dos concelhos eram os de Braga e Guimarães, pelos motivos mais óbvios. No ideal do regime do Estado Novo, estas duas cidades tinham um simbolismo próprio, na medida em que a primeira, a «Cidade Santa da

⁷⁶⁵ Cf. Alice Maria Pinto de Azevedo Carneiro, «Os usos sociais do passado: a sacração do património», *noroeste. revista de história*, II, n.º 2 (2006).

⁷⁶⁶ s/a, «O DISTRITO DE BRAGA continua a afirmar a sua entusiástica adesão ao Governo da Revolução Nacional, presidido por SALAZAR Mais duas grandes jornadas de propaganda eleitoral Em Amares, a sessão atingiu um alto nível patriótico», *Correio do Minho*, 8 de Novembro, 1945.

⁷⁶⁷ s/a, «A sessão de hoje em Vila Verde de propaganda eleitoral inicia as jornadas nacionalistas a realizar em todo o Distrito», *Correio do Minho*, 3 de Novembro, 1945, 1.

⁷⁶⁸ s/a, «A campanha eleitoral no Distrito prossegue com a maior elevação e o mais vivo entusiasmo Em Terras de Bouro efectuou-se também uma sessão de propaganda que decorreu muito concorrida», *Correio do Minho*, 13 de Novembro, 1945, 1.

⁷⁶⁹ s/a, «EM PLENA CAMPANHA ELEITORAL Continuam a decorrer através do País, num ambiente de acalorada fé nacionalista, as sessões de propaganda da União Nacional as quais, pelo entusiasmo e concorrência, atestam a gratidão do povo português pela obra do Estado Novo», *Correio do Minho*, 27 de Outubro, 1953, 1.

⁷⁷⁰ s/a, «EM PLENA CAMPANHA ELEITORAL O DISTRITO DE BRAGA vai mostrando, dia a dia, o seu entusiasmo Ontem realizaram-se sessões em Amares e Celorico de Basto Hoje tem a vez Barcelos e Esposende EM AMARES, realizou-se uma sessão presidida pelo Dr. ALBERTO CRUZ em que ficou demonstrado que todo o Concelho segue com interesse e entusiasmo o acto eleitoral», *Correio do Minho*, 22 de Outubro, 1953, 1.

⁷⁷¹ s/a, «Para as eleições de 7 de Novembro A apresentação dos candidatos a deputados PELO CÍRCULO DE BRAGA no Concelho da Póvoa de Lanhoso Presidiu à respectiva reunião o Chefe do Distrito - DR. FRANCISCO PESSOA MONTEIRO e teve a presença do Presidente da Comissão Distrital da U.N. - CORONEL LEONARDO NEVES», *Correio do Minho*, 22 de Outubro, 1965; s/a. «O CHEFE...» 4 de Novembro, 1949, 1.

⁷⁷² Cf. Scott, *A Dominação...*, 103.

Revolução Nacional»⁷⁷³, «onde os próprios Chefes dizem retemperar as suas forças e energias»⁷⁷⁴ foi o local de onde partiu a revolta militar do 28 de Maio e a segunda foi a cidade palco do nascimento da nacionalidade onde o rei D. Afonso Henriques, o primeiro de Portugal, deu o «grito de independência»⁷⁷⁵; implementando-se a imagem arquitetónica da «colina sagrada com o belo tríptico do Castelo, Igreja de São Miguel e Paços dos Duques»⁷⁷⁶. Estas duas cidades davam ao distrito um simbolismo bastante forte, pois é lá que «perduram intactos os sentimentos patrióticos que germinaram no velho Condado Portucalense»⁷⁷⁷. Por isso, talvez este simbolismo possa explicar a vontade de, até 1957, serem os locais que receberam figuras de reconhecimento ao nível nacional. Assim, durante as campanhas, as sessões nestas cidades eram quase cerimónias em que se tentava criar a imagem de um sentimento básico na busca das origens, próprio do espírito do nacionalismo. Estas duas cidades convergiam-se na medida em que uma era o sinónimo de liberdade, independência (Guimarães) e a outra a renovação desses valores (Braga) os quais eram levados a efeito pelo Estado Novo e eram para o regime a fonte espiritual e mística, onde é possível «retemperar as suas forças e energias [...] reforçar os seus propósitos»⁷⁷⁸.

A história política estava em torno de um revisionismo em que o recurso à memória de tempos passados eram transmitidos como horror. De outro modo, a história política também pretendia demarcar duas posições: a primeira, o passado de violência, devaneio,..., transmitida pelo recurso da memória e contados na primeira pessoa por aqueles que passaram por momentos de flagelo; e o segundo, a construção de uma história nova, nascida no 28 de Maio, o «ressurgimento»⁷⁷⁹ implementado pelo Estado Novo. Assim, incute-se uma imagem de um vazio e decadência provocada pela oposição, principalmente no período da I República, «tudo quanto

⁷⁷³ s/a, «Braga, a Cidade Santa da Revolução Nacional, prepara-se para mias uma jornada nacionalista A comissão da União Nacional apresentou, ontem, no Governo Civil, a lista dos candidatos a Deputados propostos por este Círculo», *Correio do Minho*, 9 de Outubro, 1953, 1.

⁷⁷⁴ s/a, «NO TERMO DA CAMPANHA ELEITORAL Com várias sessões realizadas ontem através do País chegamos ao fim desta campanha eleitoral Nesta cidade, efectuou-se uma importante reunião, em que o sr. Ministro do Interior pronunciou um dos mais profundos discursos da temporada eleitoral Antes fôra prestada significativa homenagem ao ilustre membro do Governo, no Bom Jesus do Monte», *Correio do Minho*, 6 de Novembro, 1953, 1.

⁷⁷⁵ s/a, «Em Plena Campanha Eleitoral Guimarães, a cidade-berço da nacionalidade, viveu ontem horas de entusiasmo e intenso nacionalismo Na sessão de propaganda realizada no Liceu Martins Sarmento foram calorosamente vitorizados os nomes de Salazar e Craveiro Lopes», *Correio do Minho*, 21 de Outubro, 1953, 4.

⁷⁷⁶ s/a, «Em Plena...», 21 de Outubro, 4.

⁷⁷⁷ s/a, «O ciclo das Sessões de Propaganda Eleitoral foi ontem brilhantemente iniciado em Braga Numa sessão que há-de ficar memorável nos anais da actividade política da União Nacional foram convictamente defendidos os princípios doutrinários em que assente o regime e foi posto em evidência o carácter de anarquia, de heterogeneidade e anti-nacional da Oposição Mais de três mil pessoas assistiram, no Salão Medieval e no recinto anexo, à primeira Sessão de Propaganda», *Correio do Minho*, 12 de Outubro, 1953, 1.

⁷⁷⁸ s/a, «NO TERMO DA CAMPANHA ELEITORAL Com várias sessões realizadas ontem através do País chegamos ao fim desta campanha eleitoral/ Nesta cidade, efectuou-se uma importante reunião, em que o sr. Ministro do Interior pronunciou um dos mais profundos discursos da temporada eleitoral/ Antes, fôra prestada significativa homenagem ao ilustr membro do Governo, no Bom Jesus do Monte», *Correio do Minho*, 6 de Novembro, 1953, 4.

⁷⁷⁹ s/a, «O CONCELHO DE BARCELOS, representado na plena maioria das suas forças vivas, teve ontem a sua sessão de propaganda eleitoral, a que presidiu o ilustre CHEFE DO DISTRITO e na qual falou um dos Deputados à próxima Assembleia Nacional – o DR. ALBERTO CRUZ», *Correio do Minho*, 9 de Novembro, 1949, 3.

Braga conta de monumental progressivo, ou foi realizado antes de 1910, ou em plena vigência do Estado Novo, isto é, após 1926»⁷⁸⁰. Contudo, na década de 1960, a história política ganha uma nova realidade, a história «legitimista», a fonte de justificação, ou o altar de glorificação de mostrar ao Mundo que Portugal tem mais território para além do Europeu, mais propriamente, é conotado um sentimento de herança. Esta «guerra santa»⁷⁸¹ era a defesa do território nacional, o qual estava a ser invadido; por isso o apelo nas campanhas eleitorais na década de 1960, principalmente nos anos de 1961, 1965 e 1969, difundiu uma ideia de «retaguarda»⁷⁸², imagem de que os soldados estão na linha da frente e os quais têm atrás toda uma Nação que lhes dá apoio, isto é, o «somos os militares da retaguarda»⁷⁸³. Para além de uma justificação histórica da ocupação de Portugal noutros territórios dissemina-se a ideia de que este conflito imposto deve ser continuado por Portugal, na medida em que se trata de uma «obra missionário e civilizadora»⁷⁸⁴ que esse país teve no mundo, a difusão da civilização, do cristianismo e da capacidade de se adaptar aos diferentes povos, e, por isso, exalta-se a imagem de afirmar que Portugal «é, indiscutivelmente, o último baluarte, o último bastião da civilização ocidental»⁷⁸⁵. É a disseminação da ideia pluricontinental e de um Portugal alargado no Mundo, os principais fatores do nacionalismo português, ou, mais sucintamente, é a prossecução «da histórica e da essência portuguesa, que ecoava representações antigas dos portugueses como povo eleito para executar planos da providência divina de cristianização do mundo»⁷⁸⁶. Caso acontecesse a derrota de Portugal, este ficaria sob uma página em branco da sua história, em que o sentimento de todo o sacrifício dos antepassados teria ficado em vão.

A dominação tem uma lógica adjacente, a reciprocidade vigente está em torno do culto do sentimento e cumprimento do dever, da união e a subserviência da gratidão (dívida), isto é, que o Estado Novo deve «merecer a gratidão de todos os portugueses»⁷⁸⁷ ou «só por isso deveríamos estar gratos a este grande Homem»⁷⁸⁸. Os significados destas palavras vão alterando-

⁷⁸⁰ s/a, «A “Oposição democrática” de Braga falou...», *Correio do Minho*, 1 de Novembro, 1961.

⁷⁸¹ s/a, «Os candidatos a deputados pelo Círculo de Braga foram apresentados às autoridades e individualidades destacadas de Vila Verde numa reunião a que presidiu o Chefe do Distrito . dr. Francisco Pessoa Monteiro», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1965.

⁷⁸² Cf. s/a, «O Distrito...», 21 de Outubro, 1965, 1.

⁷⁸³ s/a, «Importante...», 1.

⁷⁸⁴ s/a, «O Distrito...», 21 de Outubro, 1965, 4.

⁷⁸⁵ s/a, «ELEIÇÕES PARA DEPUTADOS Os candidatos da União Nacional pelo Círculo de Braga reuniram com a Imprensa Diária e Regional/ Propósitos enunciados e directrizes traçadas» *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1961, 1.

⁷⁸⁶ Cf. José Manuel Sobral, «Povo, nação, raça: representações da identidade nacional portuguesa no século XX», em *Como se faz um Povo*, coord. José Neves (Lisboa: Tinta-da-China, 2010), 178.

⁷⁸⁷ s/a, «Em Plena Campanha eleitoral Guimarães, a cidade-berço da nacionalidade, viveu ontem horas de entusiasmo e intenso nacionalismo Na sessão de propaganda realizada no Liceu Martins Sarmiento foram calorosamente vitorizados os nemos de Salazar e Craveiro Lopes» *Correio do Minho*, 21 de Outubro, 1953, 1.

⁷⁸⁸ s/a, «Em Plena Campanha Eleitoral O Distrito de Braga vai mostrando, dia a dia, o seu entusiasmo Ontem realizaram-se vibrantes sessões em Amares e Celorico de Basto Hoje teem a vez de Barcelos e Esposende/ Em Celorico de Basto o sr. Governador Civil do Distrito presidiu a uma sessão que decorreu com grande animação» *Correio do Minho*, 22 de Outubro, 1953, 1.

se conforme a necessidade do regime procurar apoio às suas políticas em determinada conjuntura: o sentimento do dever, inicialmente, estava muito ligado ao cumprimento da ação da consciência, estar obrigado a seguir determinados atos morais por forma a assegurar um comportamento social direcionado. Mais tarde, embora não se afastando muito da sua inicial definição, está em torno do dever de defesa do Ultramar. A união assume um significado mas com duas definições, a primeira estava muito vinculada à união junto das autoridades e, principalmente, à política de Salazar e do Estado Novo, a segunda tem um cariz de apelar à união da inteireza da Pátria «una e indivisível»⁷⁸⁹ e «não criar uma manta-de-farrapos»⁷⁹⁰. A gratidão torna-se um culto de apresentar a figura de Salazar, bem como das demais autoridades, os principais propulsores da vivência quotidiana, a qual era evidenciada materialmente, isto é, inculca-se um sentimento de dívida para com as autoridades os quais permitiram a conjuntura social de pacificação e liberdade.

Ora, estes três meios serviam para justificar a ação do voto, «um dever a cumprir»⁷⁹¹, principal razão pela qual as sessões se efetuavam. Por isso, este ato foi durante grande tempo acompanhado como um meio dos eleitores mostrarem a sua adesão política. De outro modo, também esteve imbuída por dar a entender que o voto não estava estritamente ligado à eleição dos deputados, mas na ratificação do posto ocupado pelo Presidente do Conselho: «É lamentável andar fazendo uma preparação para darmos o voto a Salazar, porque o nosso dever é dar-lho por aquilo que ele tem feito por nós»⁷⁹². Do mesmo modo, transmite-se a ideia de que o voto tinha um efeito dual, isto é, «dar o seu voto aos deputados propostos, que é o mesmo que dar o voto a Salazar»⁷⁹³. Para além do mais, na ótica do regime, o voto não consistia na escolha de partidos, mas num movimento para o serviço da Nação. Em contrário do voto, a abstenção, o seu caminho era significado de «covardia moral e traição a uma causa que todos servimos»⁷⁹⁴ e também significaria que uma «abstenção [...] seria portanto prova do vosso desinteresse ou até da vossa adesão ao plano de Moscovo»⁷⁹⁵.

⁷⁸⁹ s/a, «Para as eleições de 7 de Novembro A apresentação dos candidatos a deputados PELO CÍRCULO DE BRAGA no Concelho da Póvoa de Lanhoso Presidiu à respectiva reunião o Chefe do Distrito - DR. FRANCISCO PESSOA MONTEIRO e teve a presença do Presidente da Comissão Distrital da U.N. – CORONEL LEONARDO NEVES», *Correio do Minho*, 22 de Outubro, 1965, 1.

⁷⁹⁰ s/a, «Para as...», 22 de Outubro, 1.

⁷⁹¹ s/a, «UMA GRANDIOSA SESSÃO NACIONALISTA, TEVE ONTEM LUGAR EM BRAGA, presidida pelo sr. Ministro das Comunicações Povo de todo o Distrito enchia o vasto edifício onde se realizou a sessão, vitorizando nos oradores, a doutrina política que o Marechal Carmona e o Presidente Salazar Simbolizam», *Correio do Minho*, 10 de Novembro, 1949, 3.

⁷⁹² s/a, «A nossa...», 4.

⁷⁹³ s/a, «No mesmo...», 4.

⁷⁹⁴ s/a, «UMA GRANDIOSA...», 3.

⁷⁹⁵ s/a, «O CHEFE DO DISTRITO presidiu ontem à sessão eleitoral da Povoia de Lanhoso onde os nomes do Marechal Carmona e de Salazar FORAM LARGAMENTE OVACIONADOS PELO POVO DAQUELE CONCELHO», *Correio do Minho*, 4 de Novembro, 1949, 4.

Desta ação resulta o fator mais controverso do regime do Estado Novo, pois, sendo uma ditadura, apostou em eleições, tanto à Assembleia Nacional como para o Presidente da República, este último até 1959. Por isso, a imagem criada no cumprimento do dever, na união e no ato de gratidão, firmados pelo voto, implementam-se naquilo que José Manuel Tavares Castilho enumera de outros autores⁷⁹⁶, os papéis desenrolados durante as campanhas os quais incutiam fatores imagéticos de completa confraternização social, tanto para as camadas mais baixas como para as mais altas da sociedade de se regularem numa mesma ação política e houvesse a percepção da sociedade ser a controladora dos políticos⁷⁹⁷ através da disseminação do discurso de: «Não há promessas: a não ser a de que os nossos candidatos vão trabalhar para satisfazer os vossos anseios»⁷⁹⁸; no entanto, isto está baseado num sentido figurativo. Para além do mais, e de outro modo, transmitia-se, através dos atos eleitorais, a necessidade de mitigar conflitos dissidentes das próprias fações do regime e transmitir essa imagem, ou seja, que não se origine uma «contra-elite»⁷⁹⁹ e, com efeito, se congreguem as dissidências políticas, económicas e sociais⁸⁰⁰ entre os dominantes e os subordinados tanto inferiores como os mais altos. Daí que James C. Scott aborde o conceito de «unanimidade»⁸⁰¹ para explicar que dentro de ambientes controlados de dominação, o discurso público passe a imagem clara de coesão por forma a não haver um enfraquecimento do poder, o qual se originaria caso se desse a conhecer os conflitos entre as classes dominantes⁸⁰². Assim resulta que a oposição tenha servido como uma aliada ao reforço desta ideia de «unanimidade» para o regime e ter um sentido inverso para esta, na medida em que se evidenciavam, sob o ponto de vista do Estado Novo, as dissidências, a ideia do outro, os quais não estavam em consonância com a ordem normal da política e da ideologia. Do mesmo modo, a imagem da oposição era incutida como um mero combinado de indivíduos, os quais não tinham qualquer presença de conjunto, isto é, estavam divididos, não se convergiam e não tinham um ideal que os ligasse entre si. Daí que resulte a diferença entre estar num regime em que apenas existe uma «união» e não partidos, pois estes, para além de obrigar «a votar segundo a ordem e não segundo a consciência», «eram orientados pela ambição [...] dos chefes, e não por ideias patrióticas»⁸⁰³. E além disso, não respeitavam o elo de ligação ao esforço dos governantes em propulsionar um bem-comum a Portugal, não

⁷⁹⁶ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 88-94;

⁷⁹⁷ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 92.

⁷⁹⁸ s/a, «Importante...», 1.

⁷⁹⁹ Castilho, «A Assembleia...», 91.

⁸⁰⁰ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 91.

⁸⁰¹ Scott, *A Dominação...*, 95.

⁸⁰² Cf. Scott, *A Dominação...*, 96.

⁸⁰³ s/a, «O CHEFE...», 4 de Novembro, 1949, 4.

cumpriam o seu dever, não estavam unidos no ideal político sendo considerados ingratos ou traidores⁸⁰⁴.

A imagem da oposição é bastante importante para a propaganda nesta época de «abertura» a novas posições políticas em Portugal. A ideia de as trazer para a cena política pode estar conotado com o reforço da imagem do regime, ou seja, ao verificar-se a vitória constante da lista pertencente ao Estado Novo, transmitisse que não haveria mais outra solução a não ser a ordem política que já estava imposta. Com efeito, era desacreditar moralmente esta facção política. Esta é apresentada pelas suas ramificações, isto é, «profundas diversidades ideológicas»⁸⁰⁵, respetivamente a Liberal, a qual levou à «imoralidade administrativa»⁸⁰⁶, Republicana, Socialista e Comunista, sendo este último o principal alvo de ataque, em que se apelava cumprimento do «vosso dever, dai embate [...] sem tréguas ao comunismo»⁸⁰⁷. De outro modo, poderia também haver um enredo entre estas conceções ideológicas, nomeadamente a liberal e a comunista: «os jovens comunistas, que se servem, para a sua ascensão, dos velhos espectros da desordem liberal»⁸⁰⁸. Apresentação da oposição era conotada com um simbolismo ligado ao terror e «obstrução»⁸⁰⁹ que os mesmos impunham. Do mesmo modo, para além de não serem uníssonos, estavam conotados à sua «desagregação»⁸¹⁰. Eram a personificação do tudo o que era contrário ao Estado Novo, nomeadamente na liberdade do Homem, mas esta liberdade na visão da oposição «seria o caminho dos que a querem destruir para sempre», pois o apelo que faziam à Democracia era um «sistema negador do homem escravizado»⁸¹¹. Na visão do regime a liberdade só seria alcançada no «ponto de equilíbrio entre a autoridade e a liberdade, como garantia da paz e de ordem»⁸¹².

Na única sessão da oposição que foi noticiada⁸¹³, na campanha eleitoral de 1965, cria-se um culto de descrédito da sua imagem. Os fatores de adesão, ornamentação do ambiente e caracterização dos intervenientes, encontram-se concentrados numa imagética de desprestígio. Em primeiro lugar a adesão é pouco significativa. Em segundo lugar, demonstra-se um ambiente

⁸⁰⁴ Cf. s/a, «Sessão...», 19 de Outubro, 1969, 1.

⁸⁰⁵ s/a, «Sessão de...», 19 de Outubro, 1969, 4.

⁸⁰⁶ s/a, «O CHEFE...», 4 de Novembro, 1949, 4.

⁸⁰⁷ s/a, «O CHEFE...», 4 de Novembro, 1949, 4.

⁸⁰⁸ s/a, «A nossa batalha pela independência e grandeza da Nação Decorreu com o maior entusiasmo e perante uma enorme assistência, formada por gente de todas as classes, a sessão de propaganda eleitoral efectuada no domingo em ESPOZENDE/ Amanhã, afirmarão a sua presença os concelhos de Amares e Celorico de Basto», *Correio do Minho*, 6 de Novembro, 1945, 1.

⁸⁰⁹ s/a, «Votar é um direito, mas votar por Marcello Caetano é um dever – afirmar o goês dr. George Vasco Fernandes, que presidiu à sessão de esclarecimento do eleitorado promovida pela UN em Vila Verde», *Correio do Minho*, 19 de Outubro, 1969, 1.

⁸¹⁰ s/a, «Sessão...», 19 de Outubro, 1969, 1.

⁸¹¹ s/a, «Sessão...», 19 de Outubro, 1969, 4.

⁸¹² s/a, «Sessão...», 19 de Outubro, 1969, 4.

⁸¹³ Cf. s/a, «Para as eleições de 7 de Novembro Na Reunião com a Imprensa REALIZADA ONTEM NESTA CIDADE e na sede da Candidatura da Oposição/ esta declarou que desiste de ir às urnas se o Chefe de Estado não atender a sua petição para um adiamento das eleições, no distrito de Braga POR TRINTA DIAS - VAI DESISTIR, OU JÁ DESISTIU?... -», *Correio do Minho*, 3 de Novembro, 1965, 1 e 4.

mal preparado para o efeito, despido de decoração afeta à oposição contendo apenas «uma figura da República»⁸¹⁴ e a composição da sala composta por «Meia dúzia de cadeiras [...] umas, a cheirar ao antigo, e outras chegadas da feira, ali ao lado»⁸¹⁵. A terceira realiza-se a caracterização das personalidades em que salientam fatores como a longevidade dos seus estudos incompatíveis com a idade já avançada dos indivíduos, bem como os seus discursos estão desprovidos de vivacidade, firmeza e robustez que são exigidos em discursos políticos.

A caracterização da oposição, nas várias vertentes políticas era feita, por exemplo: o comunismo estava «espreitando como a serpente na valêta à espera do caminhante»⁸¹⁶ e o liberalismo como uma «certa filosofia, de baixos horizontes nacionalistas que reduz a um pobre animal que produz e consome gosa e procria»⁸¹⁷. Assim, transmite-se a ideia de que o Estado Novo e o Corporativismo seriam a ideologia que se afastam destas duas, a qual criava a ordem na sociedade e dava a Portugal o espírito nacionalista que precisava, não havendo qualquer intervenção estrangeira, sendo este país como um exemplo para o Mundo. Porventura, acentua-se o pender de traidores à oposição à medida que estes formam o seu confronto mais acérrimo com o Estado Novo, principalmente, quando esta passa para a imprensa estrangeira denunciando o que se passava em Portugal.

A composição das mesas nas sessões tinha um valor de representação do poder bastante forte. Como foi possível observar anteriormente. As mesas tinham as personalidades do regime, nomeadas por este, eram assim, a imagem do Estado Novo. Por isso, desde 1945 a 1957 e 1965, a importância das sessões de propaganda não eram somente proliferar a ordem do dia do regime, mas fazê-lo através da personalidade do regime; eram estes que incutiam a autoridade mais baixa – depois do poder central – e se aproximavam do grupo heterogéneo pela qual a sociedade é constituída. Para além do mais, dentro do grupo dos oradores, dos poucos indivíduos que discursavam das classes mais baixas, por exemplo, operários, davam a imagem da presença de indivíduos das camadas mais baixas da sociedade, por forma a acumular e dar ao regime a conotação de transversalidade, incutir a imagem de uma participação heterogénea. Outrossim, a participação nas sessões conotava para a unanimidade das elites⁸¹⁸ políticas da regime em torno de uma política comum, contrariamente ao que se possa abordar em discursos

⁸¹⁴ s/a, «Para as...», 3 de Novembro, 1965, 1.

⁸¹⁵ s/a, «Para as...», 3 de Novembro, 1965, 1.

⁸¹⁶ s/a, «UMA GRANDIOSA SESSÃO NACIONALISTA, TEVE ONTEM LUGAR EM BRAGA, presidida pelo sr. Ministro das Comunicações Povo de todo o Distrito enchia o vasto edifício onde se realizou a sessão, vitoriando nos oradores, a doutrina política que o Marechal Carmona e o Presidente Salazar Simbolizam», *Correio do Minho*, 10 de Novembro, 1949, 4.

⁸¹⁷ s/a, «UMA GRANDIOSA...», 10 de Novembro, 1949, 4.

⁸¹⁸ Cf. Scott, *A Dominação...*, 97.

não oficiais e/ou subversivos. Daqui também se possa compreender as ilações de Guy Hermet, Philippe C. Schmitter, os quais relacionam a ordem do poder central trabalharem com as elites por forma a cimentar um regime ditatorial⁸¹⁹.

O povo era elevado no discurso público do regime, no entanto, a sua presença baseava-se meramente a estado de passividade, na medida em que pouco lugar encontrou na eleição de quem fosse. Ao povo era-lhe remetido o sentimento de pertença ao trabalho, principalmente o agrícola, predominantemente denominado de «agro»; do mesmo modo não lhes estava dada autonomia, na medida em que lhes era dado um estatuto de governados com «confiança nos homens que os governam sob a orientação dos princípios fundamentais da Grei»⁸²⁰ e tementes a Deus. Para além disso, acentua-se a tónica da pobreza, como é o exemplo de «gente humilde que antes quere a pobreza livre de que a fartura à chicotada»⁸²¹.

Não obstante, na dicotomia entre superiores e inferiores, o povo estava massificado numa só classificação, «gente humilde» ao contrário de indivíduos com prestígio social, os quais eram particularizados pela sua atividade profissional: «médicos, advogados, e sacerdotes, administradores de empresas»⁸²².

Nas últimas eleições legislativas o discurso do regime perde a sua componente educativa e prende-se por um discurso mais inclusivo da sociedade. Há uma maior preocupação em dialogar, «com a louvável intenção construtiva»⁸²³ com a sociedade os problemas que a mesma enfrenta e quais os caminhos que, através da política, serão utilizados para os colmatar. Outrossim propaga-se um discurso diferente, em que as sessões são dualmente tratadas: como «sessões de esclarecimento»⁸²⁴ e já não são de propaganda e «REUNIÃO DE TRABALHO»⁸²⁵. Estas mostram-se direcionadas para determinados efeitos, como foi possível verificar anteriormente. Assim, estas têm uma particularidade, é que estas reuniões mais pequenas em comparação com sessões maiores, podem ser vistas: por um lado, em chamar atenção da comunidade perante os seus problemas independentemente da sua classe, como, por outro lado, demarcar assuntos com personalidades e entidades mais específicas. Por consequência, o novo discurso do regime ganha outro lado, fica assim imbuído de efetivamente fazer política, isto é, dar a

⁸¹⁹ Cf. Castilho, «A Assembleia...», 88-94.

⁸²⁰ s/a, «Importante reunião dos candidatos a deputados pelo Círculo de Braga com as autoridades e individualidades mais destacadas de Vieira do Minho com vista às Eleições de Novembro próximo», *Correio do Minho*, 19 de Outubro, 1945.

⁸²¹ s/a, «O Distrito...», 21 de Outubro, 1.

⁸²² s/a, «O Distrito...», 21 de Outubro, 1.

⁸²³ s/a, «Eleições de Deputados TIVERAM VIVO INTERESSE AS SESSÕES DE ESCLARECIMENTO promovidas ontem pelos candidatos da A.N.P. em Braga e em Esposende», *Correio do Minho*, 13 de Outubro, 1973.

⁸²⁴ s/a, «Eleições de Deputados...», 13 de Outubro.

⁸²⁵ s/a, «Eleições para Deputados REUNIÃO DE TRABALHO E DE ESCLARECIMENTO NO CONCELHO DE GUIMARÃES promovida ontem pelos candidatos da A.N.P. pelo Círculo de Braga», *Correio do Minho*, 17 de Outubro, 1973.

imagem de que concorre com outras formas de ideologias políticas e de aproximação à sociedade.

Nota Conclusiva

Na extensão da presente dissertação que se apresenta foi possível observar as campanhas eleitorais de 1945 a 1973. Como foi possível verificar, as campanhas foram momentos em que se autorizava a manifestação de paixões políticas, principalmente as de apoio ao regime. Todas e quaisquer manifestações que não enquadrassem estes preceitos eram alvo de escárnio. Todavia, as realizações destes momentos serviram para retemperar as forças sociais ligadas à política, ou seja, a sua própria base de apoio, bem como mostrar a quem não fazia parte das elites políticas do regime, fosse às classes superiores ou inferiores, que o Estado Novo estava para continuar e em cada ano estava mais forte que nunca.

De modo a estruturar as campanhas foi possível verificar que, antes das campanhas eleitorais de 1969 e 1973, as do período marcelista, havia uma intimidade muito grande entre as personalidades da administração do Estado e de outras instituições, as quais, de uma forma ou de outra, eram nomeados pelo Governo e cabia-lhes participar e controlar as campanhas eleitorais. Apesar de, tendencialmente, nas campanhas eleitorais de 1961 e 1965 este processo se efetuasse de maneira diferente, isto é, que os deputados seriam os controladores das sessões, a verdade é que foi preciso chegar à campanha eleitoral de 1973 para que isso fosse uma realidade concreta.

Na condução das campanhas verifica-se que existe uma forte dinâmica entre as autoridades de todo o distrito ao darem consistência às sessões. A perspetiva que agora foi estudada é que a «comitiva» distrital ao passar pelos vários concelhos realizava um ato de supervisão e confirmação às autoridades concelhias, as quais, estas últimas estavam responsáveis por cada circunscrição geográfica dos concelhos do distrito e de que a ordem política estava a ser cumprida. Com efeito, existe sempre um ato de deferência entre autoridades, evidenciando que estas tinham hierarquia própria e havia «normas» sociais e políticas entre si, as quais ditavam quem prevalecia ou quem encabeçava as sessões.

Por fim, a oposição, pelo discurso transmitido pelo regime, apesar de lhe ser conotado um papel de perturbadores da ordem, a verdade é que estes conseguiram gradualmente desconstruir a máquina repressiva do regime. Tiveram uma ação direta contra o Estado Novo e conseguiram ultrapassar quaisquer obstáculos evidenciando que existiam brechas no regime as quais podiam ser utilizadas para modificar a ordem política. Para além do mais, a oposição conseguiu dar voz ao descontentamento sentido pela generalidade da população.

Fontes Impressas

Fontes Legislativas

Diário do Governo, I Série, nº 43, Decreto-lei nº 22:241 – Promulga do Projecto de Constituição Política da República Portuguesa, 22 de Fevereiro de 1933.

Diário do Governo, I Série, nº 306, Decreto-lei nº 27:424, Aprova o Código Administrativo, 31 de Dezembro de 1936.

Diário do Governo, I Série, nº 303, Decreto-lei nº 31:095 – Aprova o Código Administrativo e o Estatuto dos distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, 31 de Dezembro de 1940.

Diário do Governo, I Série, nº 195, Decreto nº 21:608 – Aprova os estatutos da União Nacional, Sábado 20 de Agosto de 1932

Diário do Governo, I Série, nº 198, Lei nº 2100: Promulga as alterações à Constituição Política da República Portuguesa, 29 de Agosto de 1959.

Diário do Governo, I Série, nº 213, Decreto-lei nº 34:938 – Estabelece os requisitos de elegibilidade dos candidatos à Assembleia Nacional e regula o exercício do direito eleitoral – Revoga os decretos-leis nº 24:631 e 24:662, o artigo 16º do decreto-lei nº 24:683 e a portaria nº 7:543, 22 de Setembro de 1945

Diário do Governo, I Série, nº 209, Decreto-lei nº 43 901: Altera algumas disposições do Decreto-lei nº 37 570, que promulga a nova lei eleitoral, 8 de Setembro de 1961.

Diário do Governo, I Série, nº 215, Decreto-lei nº 37:570 – Promulga a nova lei eleitoral – Aplica as disposições do presente decreto-lei à eleição do Presidente da República a às eleições administrativas em tudo que não estiver especialmente regulado na Lei nº 2:015 e no Código Administrativo – Revoga as Leis nº 3,294, 314 e 941, os Decreto nº 5:184 e 7:543, os Decretos-Leis nº 34:938 e 34:963 e a Portaria nº 3:150, 3 de Outubro 1949.

Diário do Governo, I Série, nº 224, Lei nº 3/71: Promulga a nova redacção de Várias disposições da Constituição Política da República Portuguesa, 16 de Agosto de 1971.

Diário do Governo, I Série, nº 130, Decreto-lei nº 283/73, 2 de Junho de 1973.

Diário do Governo, I Série, nº 224, Decreto-lei nº 396/71, 22 de Setembro de 1971.

Diário do Governo, I Série, nº 130, Decreto-lei nº 283/73, 2 de Junho de 1973.

Diário do Governo, I Série, nº 222, Decreto n.º 34:972, 6 de Outubro de 1945.

Diário do Governo, I Série, nº 215, Decreto n.º 37:569, 3 de Outubro de 1949.

Diário do Governo, I Série, nº213, Decreto n.º 39 371, 28 de Setembro de 1953.

Diário do Governo, I Série, nº 215, Decreto n.º 41 283, 23 de Setembro de 1957.

Diário do Governo, I série, nº 229, Decreto n.º 43 938, 2 de Outubro de 1961.

Diário do Governo, I Série, nº 219, Decreto n.º 46 554, 27 de Setembro de 1965.

Diário do Governo, I Série, nº 204, Decreto n.º 49 217, 1 de Setembro de 1969.

Diário do Governo, I Série, nº217, Decreto n.º 461/73, 15 de Setembro de 1973.

Jornais

1945

s/a. «A nova lei eleitoral foi ontem publicada. A futura Assembleia Nacional será constituída por 120 deputados, eleitos em 30 círculos por sufrágio directa», *Correio do Minho*, 12 de Setembro, 1945.

s/a. «O acto da posse do Sr. Dr. Joaquim de Oliveira, novo Presidente da Comissão Distrital da União Nacional», *Correio do Minho*, 27 de Setembro, 1945.

s/a. «Política nacional. As próximas campanhas eleitorais segundo o texto dos decretos há pouco publicados.», *Correio do Minho*, 28 de Setembro, 1945.

s/a. «Reuniu o Conselho de Estado, que resolve dissolver a Assembleia Nacional.», *Correio do Minho*, 29 de Setembro, 1945.

s/a. «As próximas eleições.», *Correio do Minho*, 9 de Outubro, 1945.

s/a. «Votar é assim um grande dever.», *Correio do Minho*, 9 de Outubro, 1945.

s/a. «Já o sabíamos! A oposição não concorre às eleições! Não lhe chegavam 40 dias para movimentar as massas democráticas! Escondendo-se atrás de um subterfúgio que aparentemente justifica a abstenção, os democráticos continuam a manter a mesma atitude de desinteresse perante os grandes problemas nacionais! Já adivinhamos! Que querem fazer agora os democráticos?», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1945.

s/a. «A representação da lista da União Nacional», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1945.

s/a. «De 1916 a 1920 a vida nacional decorreu assim:», *Correio do Minho*, 21 de Outubro, 1945.

s/a. «A campanha eleitoral do distrito. Vão realizar-se grandes sessões de esclarecimento público em todos os concelhos.», *Correio do Minho*, 25 de Outubro, 1945.

s/a. «O Governo vai proceder a um inquérito acerca do processo que está a ser empregado pelos agitadores democráticos para obterem assinaturas de apoio à moção do Centro Almirante Reis.», *Correio do Minho*, 25 de Outubro, 1945.

s/a. «Uma importante reunião de elementos nacionalistas em Famalicão», *Correio do Minho*, 27 de Outubro, 1945.

s/a. «Além de miseráveis insultos ao Exército houve também vivias à "mulher livre" na reunião democrática de Famalicão.», *Correio do Minho*, 27 de Outubro, 1945.

s/a. «Continuam a realizar-se importantes reuniões nacionalistas nos concelhos do nosso distrito.», *Correio do Minho*, 30 de Outubro, 1945.

s/a. «O momento político no Distrito Prosseguem com grande entusiasmo os trabalhos preparatórios das grandes sessões de propaganda eleitoral que se vão efectuar em todos os concelhos.», *Correio do Minho*, 31 de Outubro, 1945.

s/a. «O bota-abaixo.», *Correio do Minho*, 2 de Novembro, 1945.

s/a. «Realisa-se amanhã uma brilhante sessão de propaganda eleitoral em Vila Verde presidida pelo Chefe de Distrito.», *Correio do Minho*, 2 de Novembro, 1945.

s/a. «A sessão de propaganda em Espozende.» *Correio do Minho*, 2 de Novembro, 1945.

s/a. «A sessão de hoje em Vila Verde de propaganda eleitoral inicia as jornadas nacionalistas a realizar em todo o distrito.», *Correio do Minho*, 3 de Novembro, 1945.

s/a. «Temos de votar em Carmona e em Salazar! A campanha eleitoral no Distrito foi ontem iniciada com uma imponente sessão de propaganda em Vila Verde em que o povo do concelho aclamou com grande entusiasmo os princípios e as figuras dominantes da Revolução Nacional hoje, será a vez de Espozende.», *Correio do Minho*, 4 de Novembro, 1945.

s/a. «Decorreu com o maior entusiasmo e perante uma enorme assistência, formada por gente de todas as classes, a sessão de propaganda eleitoral efectuada no domingo em Espozende.», *Correio do Minho*, 6 de Novembro, 1945.

s/a. «As sessões de hoje nos concelhos de Amares e Celorico de Basto.», *Correio do Minho*, 7 de Novembro, 1945.

s/a. «O Distrito de Braga continua a sua entusiástica adesão ao Governo da Revolução Nacional, presidido por Salazar. Mais duas grandes jornadas de propaganda eleitoral. Em Amares a sessão atingiu um alto nível patriótico», *Correio do Minho*, 8 de Novembro, 1945.

s/a. «Constitui uma admirável jornada nacionalista a sessão da propaganda ontem efectuada em Celorico de Basto.», *Correio do Minho*, 8 de Novembro, 1945.

s/a. «Importantes sessões de propaganda no Distrito de Braga.», *Correio do Minho*, 9 de Novembro, 1945.

s/a. «à grande sessão de propaganda de hoje em Famalicão preside o Chefe de Distrito.», *Correio do Minho*, 10 de Novembro, 1945.

s/a. «Foi rejeitado o recurso interposto pelos democráticos contra a fixação de data das eleições.», *Correio do Minho*, 10 de Novembro, 1945.

s/a. «A sessão de propaganda ontem realizada em Famalicão foi um grande acontecimento político que interessou todo o concelho. O exercito portuguez, naquele mesmo lugar insultado vilmente pelo dr. Daniel Rodrigues, foi aclamado de pé pela multidão que entoou o Hino Nacional.», *Correio do Minho*, 11 de Novembro, 1945.

s/a. «Reuniões de propaganda democratica», *Correio do Minho*, 13 de Novembro, 1945.

s/a. «Pevidém marcará a sua presença no próximo domingo com significativa firmeza.», *Correio do Minho*, 13 de Novembro, 1945.

s/a. «Guimarães – berço da nacionalidade – soube escutar a voz da Nação.», *Correio do Minho*, 13 de Novembro, 1945.

s/a. «A campanha eleitoral no Distrito prossegue com a maior elevação e o mais vivo entusiasmo. A sessão de Barcelos decorreu num ambiente de grande elevação patriótica e de nôvo o Exército foi vibrantemente aclamado.», *Correio do Minho*, 13 de Novembro, 1945.

s/a. «A sessão de propaganda eleitoral em Cabeceiras de Basto marcou uma nova e brilhante jornada de adesão pública aos princípios e à obra do Estado Novo», *Correio do Minho*, 14 de Novembro, 1945.

s/a. «Promovida pela U.N. da freguesia de S. Lazaro realizou-se ontem no salão de festas desta freguesia uma sessão de propaganda que foi muito concorrida de operários do populoso bairro.», *Correio do Minho*, 14 de Novembro, 1945.

s/a. «A grande sessão de amanhã no Teatro Circo vai ser acontecimento da maior repercussão não só no Distrito como em todo o pais.», *Correio do Minho*, 14 de Novembro, 1945.

s/a. «Fafe – por intermedio de todo o Concelho – esteve ontem presente à sessão de propaganda do próximo acto eleitoral. Uma multidão de operários vitoriou o Estado Novo, num justo preito de gratidão – tudo isto não passa de uma mistificação, trata-se no fundo de uma nova tentativa comunista.», *Correio do Minho*, 15 de Novembro, 1945.

s/a. «Com a grande sessão de hoje no Teatro Circo encerra-se brilhantemente a campanha eleitoral no Distrito.», *Correio do Minho*, 15 de Novembro, 1945.

s/a. «A sessão de propaganda efectuada na Póvoa de Lanhoso decorreu num ambiente de verdadeira exaltação nacionalista e perante numerosa assistencia.», *Correio do Minho*, 16 de Novembro, 1945.

s/a. «O termo da campanha eleitoral no Distrito. A grande sessão de propaganda ontem levada a cabo no Teatro Circo começou e acabou por entre ovações constantes a Portugal, a Carmona, a Salazar e ao Exército – no domingo, trata-se não de um triunfo de votos, mas de um triunfo moral – afirmou o sr. Ministro das Finanças, que presidiu à imponente sessão.», *Correio do Minho*, 16 de Novembro, 1945.

s/a. «Depois, será em nome do sufrágio popular», *Correio do Minho*, 17 de Novembro, 1945.

s/a. «Os locais de funcionamento das urnas eleitorais na cidade de Braga para o grande acto de amanhã.», *Correio do Minho*, 17 de Novembro, 1945.

s/a. «O vibrante discurso do dr. Elias Gonçalves proferido na sessão de propaganda realizada em Celorico de Basto.», *Correio do Minho*, 17 de Novembro, 1945.

s/a. «Quatro mentiras Quatro ridículos de correspondente da “República”.», *Correio do Minho*, 18 de Novembro, 1945.

s/a. «Sempre ao serviço da Pátria.», *Correio do Minho*, 19 de Novembro, 1945.

s/a. «Continuam a apurar-se importantes percentagens de votantes em todo o Distrito, confirmando a grande vitória eleitoral de domingo. A massa nacionalista em toda a parte foi sensivelmente prejudicada pela deficiência dos recenseamentos.», *Correio do Minho*, 20 de Novembro, 1945.

s/a. «A sessão inaugural da 4ª legislatura da Assembleia Nacional efectua solenemente no próximo dia 30», *Correio do Minho*, 21 de Novembro, 1945.

s/a. «O acto eleitoral de domingo», *Correio do Minho*, 21 de Novembro, 1945.

s/a. «O Regulamento de fiscalização democrática ao acto eleitoral de domingo.», *Correio do Minho*, 22 de Novembro, 1945.

1949

S/a. «Foi entregue no Governo Civil a lista de candidatos a Deputados à Assembleia Nacional », *Correio do Minho*, 15 de Outubro, 1949.

s/a. «No próximo domingo, em Guimarães, terá início a Campanha Eleitoral do Distrito de Braga», *Correio do Minho*, 28 de Outubro, 1949.

s/a. «Tem hoje início em todo o distrito de Braga a campanha eleitoral para eleição dos novos deputados. Na sessão que hoje terá lugar em Guimarães, presidida pelo sr. Subsecretário do

Comércio e Indústria, usarão da palavra, além do Governador Civil do Distrito, Major Nery Teixeira, os deputados: Dr. Alberto Cruz, Dr. Antão Santos da Cunha, Dr. José Maria Braga da Cruz, Padre Manuel Domingues Basto e o Dr. Francisco de Matos Chaves, pela Comissão Distrital da União Nacional.», *Correio do Minho*, 30 de Outubro, 1949.

s/a. «Começou ontem no nosso distrito a campanha eleitoral - disse o Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria na sessão de ontem em Guimarães», *Correio do Minho*, 31 de Outubro, 1949.

s/a. «A sessão de propaganda realizada em Terras de Bouro decorreu no meio do maior entusiasmo e fervor patriótico.», *Correio do Minho*, 12 de Novembro, 1949.

s/a. «Em Fafe tem lugar outra sessão que está a despertar o maior interesse.», *Correio do Minho*, 2 de Novembro, 1949.

s/a. «Em Fafe e Famalicão dois GRANDES CENTROS INDUSTRIAIS DO Minho os trabalhos assistiram em forte número às sessões de propaganda tendo vitoriado calorosamente os Chefes da Revolução Nacional. A sessão de propaganda eleitoral, em Fafe, foi concorridíssima e vibrante de fé e patriotismo», *Correio do Minho*, 3 de Novembro, 1949.

s/a. «O Chefe do distrito presidiu ontem à sessão eleitoral da Póvoa de Lanhos onde os nomes do Marechal Carmona e de Salazar foram largamente ovacionados pelo povo daquele concelho», *Correio do Minho*, 4 de Novembro, 1949.

s/a. «Campanha eleitoral na sessão ontem realizada a que presidiu o ilustre Deputado, Dr. Alberto Cruz o povo daquele concelho deu larga presença e calor às palavras dos oradores», *Correio do Minho*, 5 de Novembro, 1949.

s/a. «Campanha eleitoral na sessão ontem realizada a que presidiu o ilustre Deputado, Dr. Alberto Cruz o povo daquele concelho deu larga presença e calor às palavras dos oradores», *Correio do Minho*, 5 de Novembro, 1949.

s/a. «Campanha eleitoral no concelho de Esposende realizou-se ontem mais uma sessão eleitoral, assistida largamente pela classe piscatória», *Correio do Minho*, 6 de Novembro, 1949.

s/a. «Campanha eleitoral o concelho de Celorico de Basto acorreu ontem, em massa, à sessão eleitoral tendo aplaudido ardorosamente as afirmações políticas lá produzidas.», *Correio do Minho*, 7 de Novembro, 1949.

s/a. «À sessão de propaganda de amanhã no Teatro Circo presidirá o ilustre Ministro das Comunicações», *Correio do Minho*, 8 de Novembro, 1949.

s/a. «O concelho de Barcelos representado na plena maioria das suas forças vivas, teve ontem a sua sessão de propaganda eleitoral, a que presidiu o ilustre chefe do distrito na qual falou um dos deputados à próxima Assembleia Nacional - o Dr. Alberto Cruz», *Correio do Minho*, 9 de Novembro, 1949.

s/a. «A sessão de Amares a que estiveram presentes dois candidatos a deputados foi uma grandiosa jornada nacionalista a que se associaram as populações rurais do concelho», *Correio do Minho*, 11 de Novembro, 1949.

1951

s/a, «Braga recebeu com manifestações de indescritível regosijo o Restaurador e Renovador de Portugal PROFESSOR DOUTOR OLIVEIRA SALAZAR Na sua terceira viagem à capital do Minho o Chefe do Governo inaugurou o monumento comemorativo da Revolução, iniciada em Braga há 24 anos – O ESTÁDIO DO 28 DE MAIO», *Correio do Minho*, 29 de Maio, 1950.

1953

s/a. «Braga, a cidade Santa da Revolução Nacional prepara-se para mais uma jornada nacionalista. A comissão Distrital da União Nacional apresentou, ontem, no Governo Civil, a lista dos Candidatos a Deputados propostos por este Círculo», *Correio do Minho*, 9 de Outubro, 1953.

s/a. «No salão Medieval da Biblioteca Pública, restaurado pelo Governo de Salazar, vai realizar-se, no próximo Domingo, pelas 21,15 horas, sob a presidência do Eng^o Cancela de Abreu, a primeira sessão de propaganda da presente campanha eleitoral. São oradores os srs. dr. Antão Santos da Cunha, dr. Alberto Cruz e dr. Augusto César Cerqueira Gomes», *Correio do Minho*, 9 de Outubro, 1953.

s/a. «A cidade do 28 de Maio mais uma vez vai dar uma lição de nacionalismo. Despertou o maior interesse a notícia da sessão de Propaganda que amanhã se realiza no Salão Medieval da Biblioteca Pública sob a presidência do Eng. Cancela de Abreu», *Correio do Minho*, 10 de Outubro, 1953.

s/a. «Em plena campanha eleitoral. A sessão que hoje à noite se realiza no Salão Medieval da Biblioteca Pública é aguardada em ambiente de interesse e expectativa. Preside o Engenheiro

Cancela de Abreu e falam os candidatos a deputados drs. Antão Santos da Cunha, Alberto Cruz e Augusto César Cerqueira Gomes», *Correio do Minho*, 11 de Outubro, 1953.

s/a. «O ciclo das Sessões de Propaganda Eleitoral foi ontem brilhantemente iniciado em Braga numa sessão que há-de ficar memorável nos anais da actividade política da União Nacional foram convictamente defendidos os princípios doutrinários em que assenta o regime e foi posto em evidência o carácter de anarquia, de heterogeneidade e anti-nacional da Oposição Mais de três mil pessoas assistiram, no Salão Medieval e no recinto anexo, à primeira Sessão de Propaganda», *Correio do Minho*, 12 de Outubro, 1953.

s/a. «Em plena campanha eleitoral. O Distrito de Braga comunga na onda de nacionalismo que agita o Pais de lés a lés, como resposta a uma Oposição inconsciente, sem razão, sem força e sem programa Guimarães tem hoje a sua sessão que se antevê calorosa e vibrante. Amares, Celorico de Basto, Barcelos e Esposende vão mostrar também o seu entusiasmo», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1953.

s/a. «Em plena campanha eleitoral Guimarães, a cidade-berço da nacionalidade, viveu ontem horas de entusiasmo e intenso nacionalismo. Na sessão de propaganda realizada no Liceu Martins Sarmiento foram calorosamente vitoriados os nomes de Salazar e Craveiro Lopes», *Correio do Minho*, 21 de Outubro, 1953

s/a. «Sessões de Propaganda Eleitoral. Em Amares há grande interesse pela reunião política que hoje terá ali lugar.; Na sessão de propaganda que hoje lugar em Celorico de Basto», *Correio do Minho*, 21 de Outubro, 1953.

s/a. «Em plena campanha eleitoral. O Distrito de Braga vai mostrando, dia a dia, o seu entusiasmo. Ontem realizaram-se vibrantes sessões em Amares e Celorico de Basto. Hoje têm a vez Barcelos e Esposende. Em Celorico de Basto o sr. Governador Civil do Distrito presidiu a uma sessão que decorreu com grande animação», *Correio do Minho*, 22 de Outubro, 1953.

s/a. «Em plena campanha eleitoral. O Distrito de Braga vai mostrando, dia a dia, o seu entusiasmo. Ontem realizaram-se vibrantes sessões em Amares e Celorico de Basto. Hoje têm a vez Barcelos e Esposende. Em Amares, realizou-se uma sessão presidida pelo Dr. Alberto Cruz em que ficou demonstrado que todo o concelho segue com interesse e entusiasmo o acto eleitoral», *Correio do Minho*, 22 de Outubro, 1953.

s/a. «Em plena campanha eleitoral Em Sessões invulgarmente concorridas e entusiásticas, Barcelos e Esposende manifestaram ontem o seu propósito firme e decidido de defender e apoiar a obras de Salazar; Na sessão de propaganda em Esposende, entre outras afirmações de

importância, ventilou-se a necessidade da construção do seu porto, velha aspiração do seu povo», *Correio do Minho*, 23 de Outubro, 1953.

s/a. «Em plena Campanha eleitoral. Continuam a decorrer através do País, num ambiente de acalorada fé nacionalista, as sessões de propaganda da União Nacional as quais, pelo entusiasmo e concorrência, atestam a gratidão do povo português pela obra do Estado Novo. Em Terras de Bouro, sob a presidência de snr. António Maria Santos da Cunha, presidente da Câmara Municipal de Braga realizou-se uma animada sessão de propaganda», *Correio do Minho*, 27 de Outubro, 1953.

s/a. «Em plena campanha eleitoral. Em ambiente de interesse e entusiasmo, continuam, em todo o país, as manifestações de nacionalismo. Ontem realizaram-se sessões em Elvas, Porto e Famalicão, etc. Hoje há sessões na Figueira da Foz e, no todo Distrito, na Póvoa de Lanhoso. A sessão de Propaganda realizada em Famalicão foi a demonstração de que os meios industriais estão com Salazar», *Correio do Minho*, 29 de Outubro, 1953.

s/a. «Em plena campanha eleitoral. Com uma estrondosa e concorrida sessão de propaganda na Figueira da Foz e outra, não menos animada, na Póvoa de Lanhoso, prosseguiu ontem a impressionante cruzada nacionalista, que está presentemente a interessar o País do Minho ao Algarve. Com numerosa e entusiástica assistência, realizou-se, ontem, uma sessão de propaganda na Póvoa de Lanhoso, sob a presidência do sr. Governador Civil», *Correio do Minho*, 30 de Outubro, 1953.

s/a. «Em plena campanha eleitoral numa concorrida e animada sessão de propaganda, ontem efectuada na ridente vila minhota de Cabeceiras de Basto, foi mais uma vez vitorlada e aplaudida calorosamente a gigantesca obra do Estado Novo», *Correio do Minho*, 3 de Novembro, 1953.

s/a. «Em visita relacionada com o momento eleitoral é hoje recebido nesta cidade o sr. Ministro do Interior», *Correio do Minho*, 5 de Novembro, 1953.

s/a. «No termo da campanha eleitoral. Com várias sessões realizadas ontem através do País chegamos ao fim desta campanha eleitoral. Nesta cidade, efectuou-se uma importante reunião, em que o sr. Ministro do Interior pronunciou um dos mais profundos discursos da temporada eleitoral. Antes, fôra prestada significativa homenagem ao ilustre membro do Governo, no Bom Jesus do Monte», *Correio do Minho*, 6 de Novembro, 1953.

s/a. «O País inteiro, acorrendo em massa às urnas, deu a sua incondicional confiança ao Governo da Nação. A oposição jaz aniquilada pela esmagadora maioria obtida pela União

Nacional Nas assembleias eleitorais da cidade votaram algumas entidades de maior destaque», *Correio do Minho*, 9 de Novembro, 1953.

1956

s/a, «Decorreram com muito entusiasmo as Festas do 1º de Dezembro e o Cortejo Histórico constituiu um êxito» *Correio do Minho*, 4 de Dezembro, 1956.

1957

s/a. «A União Nacional apresenta em todos os Círculos listas de candidatos a Deputados. Grande renovação da Assembleia Nacional», *Correio do Minho*, 4 de Outubro, 1957.

s/a. «Com a sessão de propaganda da próxima terça-feira, no Salão Medieval da Biblioteca Pública, presidida pelo Professor Dr. Mário de Figueiredo, a cidade de Braga inicia mais uma jornada nacionalista», *Correio do Minho*, 5 de Outubro, 1957.

s/a. «Os candidatos de Braga são hoje apresentados aos eleitores numa sessão a que preside o sr. Professor Doutor Mário de Figueiredo, cuja notícia despertou o mais justificado interesse. A cidade do 28 de Maio recebe hoje dentro dos seus muros, um dos mais ilustres ornamentos do Governo, o Senhor Ministro do Interior que presidirá a uma importante reunião no Salão da Biblioteca Pública», *Correio do Minho*, 8 de Outubro, 1957.

s/a. «Em plena campanha eleitoral. "Quanto à resposta de Braga ninguém duvidará qual seja, pois há muito optou pela integridade e grandeza da Nação, contra todos os factores que tendam a dividi-la ou enfraquecê-la" - afirmou Sua Excelência o sr. Ministro do Interior no discurso proferido ontem de tarde. Na sessão da noite, no Salão Medieval, presidida pelo sr. Professor Doutor Mário de Figueiredo, a Obra de Ressurgimento do Estado Novo, foi aclamada por mais de duas mil pessoas», *Correio do Minho*, 9 de Outubro, 1957.

s/a. «Em plena campanha eleitoral», *Correio do Minho*, 10 de Outubro, 1957.

s/a. «Em plena campanha eleitoral. "O regresso ao passado ou a uma política equivalente à do passado, não o poderão conseguir os nossos adversários, que ou são ainda os próprios já são outros feitos à imagem e semelhança dos que não souberam ou não puderam evitar o descalabro nacional que a Revolução de Maio dominou" - afirmou no Porto, o sr. Engenheiro Cancela de Abreu, vogal da Comissão Central da União Nacional; A sessão de propaganda em Esposende», *Correio do Minho*, 11 de Outubro, 1957.

s/a. «Em Esposende há o mais justificado interesse e entusiasmo pela sessão de propaganda que hoje ali promove a União Nacional», *Correio do Minho*, 12 de Outubro, 1957.

s/a. «Em plena campanha eleitoral. Numa sessão presidida pelo Governador Civil de Braga, o povo de Esposende, afirmou ontem o seu incondicional apoio aos candidatos da União Nacional, vibrando de entusiasmo com as afirmações dos oradores. Salazar, Craveiro Lopes e a obra do Governo», *Correio do Minho*, 13 de Outubro, 1957.

s/a. «Em Vieira do Minho realizou-se ontem, uma brilhante sessão de propaganda eleitoral que marcou pelo seu entusiasmo e pela sua fidelidade a Salazar», *Correio do Minho*, 15 de Outubro, 1957.

s/a. «Na laboriosa e progressiva Vila de Fafe realiza-se hoje uma sessão de propaganda promovida pela União Nacional e que será presidida pelo Sr. Governador Civil de Braga Mais duas sessões de propaganda para amanhã», *Correio do Minho*, 16 de Outubro, 1957.

s/a. «Em plena campanha eleitoral. Fiel aos seus princípios, a população de Fafe vibrou ontem de fervor nacionalista, na sessão de propaganda que presidida pelo Chefe do Distrito a União Nacional promoveu», *Correio do Minho*, 17 de Outubro, 1957.

s/a. «Em plena campanha eleitoral. O sr. Comandante Henrique Tenreiro presidiu ontem e Guimarães a uma vibrante e entusiástica sessão de propaganda eleitoral, onde, mais uma vez, a obra do Estado Novo foi aclamada por milhares de vozes», *Correio do Minho*, 18 de Outubro, 1957.

s/a. «Em plena campanha eleitoral. Barcelos, a linda cidade do Cávado, pela voz dos seus honestos e laboriosos filhos, numa memorável sessão, presidida pelo sr. Governador Civil, exaltou e aclamou a obra grandiosa do Governo de Salazar», *Correio do Minho*, 18 de Outubro, 1957.

s/a. «Graças à política de Salazar e à acção devotada do Ministro da Marinha foi possível a renovação das nossas frotas que tanto contribuem para o prestígio e prosperidade do País" - declarou o sr. Comandante Henrique Tenreiro, na grandiosa sessão de propaganda eleitoral promovida pela União Nacional em Guimarães», *Correio do Minho*, 19 de Outubro, 1957.

s/a. «Em plena campanha eleitoral. Num ambiente de verdadeiro fervor nacionalista realizou-se ontem em Celorico de Basto uma sessão de propaganda na qual foi mais uma vez exaltada a obra de Salazar e do Estado Novo», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1957.

s/a. «Sessões da União Nacional em Terras de Bouro e Cabeceiras de Basto», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1957.

s/a. «Em plena campanha eleitoral O snr. Subsecretário de Estado da Educação Nacional visitou, no domingo, nesta cidade, algumas dependências do seu Ministério em intensa fase de valorização e procedeu, em Esposende, à inauguração duma notável sala de operações e duma magnífica cantina escolar», *Correio do Minho*, 22 de Outubro, 1957.

s/a. «Em terras de Bouro, realizou-se ontem uma sessão de propaganda eleitoral das Candidatos da U.N., que se rodeou de muito entusiasmo», *Correio do Minho*, 22 de Outubro, 1957.

s/a. «A população de Cabeceiras de Basto reafirmou ontem na sessão de propaganda pela U.N. a sua fé nos destinos de Portugal sob a égide de Salazar», *Correio do Minho*, 22 de Outubro, 1957.

s/a. «Sessão da União Nacional em Amares; na Póvoa de Lanhoso, realiza-se na quinta-feira uma sessão de propaganda», *Correio do Minho*, 22 de Outubro, 1957.

s/a. «Em plena campanha eleitoral. Na sua primeira visita oficial aos Paços do Concelho o sr. Dr. António de Azevedo Abranches, Governador Civil do Distrito, presidiu ontem a uma importante reunião política ali realizada, sendo mais uma vez aclamada a obra do Estado Novo», *Correio do Minho*, 23 de Outubro, 1957.

s/a. «Sessão da União Nacional em Amares», *Correio do Minho*, 23 de Outubro, 1957.

s/a. «Em plena campanha eleitoral. O concelho de Amares, acorrendo em massa à sessão de propaganda promovida pela União Nacional, deu, ontem, uma verdadeira lição de nacionalismo e de exaltação da obra empreendida pela Revolução Nacional», *Correio do Minho*, 24 de Outubro, 1957.

s/a. «Na Póvoa de Lanhoso, realiza-se hoje uma sessão de propaganda dos candidatos da União Nacional», *Correio do Minho*, 24 de Outubro, 1957.

s/a. «Em plena campanha eleitoral. O concelho da Póvoa de Lanhos, acompanhando o seu dinâmico Presidente, acorreu ontem a tomar parte na sessão de propaganda promovida pela União Nacional para mais uma vez exaltar a obra do Estado Novo e da Revolução do 28 de Maio», *Correio do Minho*, 25 de Outubro, 1957.

s/a. «Em plena campanha eleitoral. Comunicado da Comissão Distrital de Braga da União Nacional», *Correio do Minho*, 26 de Outubro, 1957.

s/a. «Em plena campanha eleitoral. Sessões da União Nacional em Vila Verde, Famalicão e Braga», *Correio do Minho*, 27 de Outubro, 1957.

s/a. «Em plena campanha eleitoral. Vila Verde marcou honrosa presença na sessão de propaganda promovida pela União Nacional, vibrando entusiasmo, reiterou a sua confiança na obra grandiosa de Salazar», *Correio do Minho*, 29 de Outubro, 1957.

s/a. «Em plena campanha eleitoral. Vila Nova de Famalicão, que se não deixou embalar por utopias, manifestou de forma bem expressiva a sua fé na obra de Salazar e o seu incondicional apoio aos candidatos da U.N.», *Correio do Minho*, 29 de Outubro, 1957.

s/a. «Presidida pelo Subsecretário da Educação Nacional efectua-se hoje, nesta cidade, uma importante sessão de propaganda eleitoral a qual é aguardada com ansiedade por milhares de nacionalidades», *Correio do Minho*, 29 de Outubro, 1957.

s/a. «Em plena campanha eleitoral. No triunfo de uma causa séria milhares de pessoas assistiram ontem à sessão de propaganda da União Nacional, que em ambiente de grande entusiasmo decorreu no Salão Medieval da Biblioteca Pública. Em delírio, a assistência, aclamou o Senhor Subsecretário da Educação Nacional, candidato a deputado pelo Círculo de Braga. A obra do Estado Novo exaltada pelos brilhantes oradores da sessão foi ovacionada e aplaudida por toda a assistência», *Correio do Minho*, 30 de Outubro, 1957.

s/a. «Em plena campanha eleitoral Política de realidades Em ambiente de verdadeira apoteose popular foi ontem inaugurada pelo Sr. Subsecretário de Estado da Educação Nacional a nova Escola Técnica de Barcelos sendo o Estado Novo vitoriado pelo povo», *Correio do Minho*, 30 de Outubro, 1957.

s/a. «A resposta a uma pergunta. São comunistas elementos dos que apoiam a lista da oposição pelo círculo de Braga (os nomes e as Biografias)», *Correio do Minho*, 1 de Novembro, 1957.

s/a. «Candidatos da União Nacional - Lista A», *Correio do Minho*, 3 de Novembro, 1957.

1961

s/a. «Candidatos da União Nacional às próximas eleições para Deputados», *Correio do Minho*, 14 de Outubro, 1961.

s/a. «A lista da União Nacional dos candidatos a deputados pelo Círculo de Braga», *Correio do Minho*, 15 de Outubro, 1961.

s/a. «Depõem os candidatos a deputados pelo círculo de Braga da União Nacional», *Correio do Minho*, 18 de Outubro, 1961.

s/a. «Eleições para deputados. Os candidatos da União Nacional, pelo Círculo de Braga, reuniram com a Imprensa Diária e Regional. Propósitos enunciados e directrizes traçadas», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1961.

s/a. «Depõem os candidatos da União Nacional pelo Círculo de Braga. Abro os meus braços fraternalmente aos bons portugueses, idealistas sinceros e democratas como se intitulam, que se negaram a participar em manobras que só podem servir a causa do partido do estrangeiro - disse-nos o Comendador António Maria Santos da Cunha», *Correio do Minho*, 21 de Outubro, 1961.

s/a. «Em Vila Verde, os candidatos da União Nacional trabalharam com as autoridades e individualidades de relevo», *Correio do Minho*, 21 de Outubro, 1961.

s/a. «Eleições para deputados efectua-se, hoje, em Vila Nova de Famalicão uma sessão de propaganda eleitoral promovida pela União Nacional», *Correio do Minho*, 25 de Outubro, 1961.

s/a. «Depõem os candidatos da União Nacional pelo Círculo de Braga. Posso garantir que tanto eu como os restantes candidatos que compõem o elenco apresentado pela U.N., estamos animados do maior entusiasmo e poremos a mais firme dedicação ao serviço dos supremos interesses da Nação e do Distrito - disse-nos o Prof. Dr. Joaquim Nunes de Oliveira», *Correio do Minho*, 25 de Outubro, 1961.

s/a. «Campanha eleitoral. Realizou-se ontem, em Famalicão, a primeira sessão de propaganda dos candidatos da União Nacional. O Salão Olímpia encheu-se de uma assistência entusiasta que aplaudiu todos os oradores e soube envolvê-los numa impressionante manifestação de carinho», *Correio do Minho*, 26 de Outubro, 1961.

s/a. «Depõem os candidatos da União Nacional pelo Círculo de Braga. Como industrial, tudo farei pela criação de uma organização têxtil definida, num sentido disciplinador das suas actividades sujeitas a duas coordenadas: - obrigações e direitos - disse-nos o Eng. Alberto Costa», *Correio do Minho*, 27 de Outubro, 1961.

S/a. «Campanha eleitoral. Discurso pronunciado pelo Reve.º P.e Benjamim Salgado, vogal da Comissão Distrital de Braga da União Nacional, na sessão de propaganda eleitoral ante-ontem efectuada, no cinema Olímpia, em Famalicão», *Correio do Minho*, 17 de Outubro, 1961.

S/a. «Os candidatos a deputados da U.N. pelo círculo de Braga contactaram em Esposende, Fafe e Guimarães com individualidades de destaque nos respectivos concelhos», *Correio do Minho*, 1 de Novembro, 1961.

S/a. «Campanha eleitoral», *Correio do Minho*, 1 de Novembro, 1961.

S/a. «Depõem os candidatos da União Nacional pelo Círculo de Braga. «Se for eleito, não me sentirei certamente deslocado na representação deste círculo eleitoral. Fui chamado para servir com independência. Não tenho outro programa» - disse-nos o dr. António Magro Borges de Araújo», *Correio do Minho*, 3 de Novembro, 1961.

S/a. «Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, secção do contencioso, sobre o recurso interposto pelos candidatos oposicionistas da lista C. O dr. Luís Francisco Lopes Navarro assinou vencido no respeitante à elegibilidade dos funcionários aposentado sem prévia autorização», *Correio do Minho*, 3 de Novembro, 1961.

S/a. «Propaganda eleitoral. Em Guimarães, realizou-se ontem uma sessão de propaganda para apresentação dos candidatos a deputados pelo círculo de braga. Falaram alguns candidatos e foram proferidos alocuções de fervor patriótico e de certeza no futuro da Pátria. Presidiu o dr. Meira Ramos, presidente da Comissão Concelhia da União Nacional», *Correio do Minho*, 7 de Novembro, 1961.

S/a. «Campanha eleitoral. Milhares de pessoas aclamaram Salazar e vitoriam o Estado Novo na sessão de Propaganda que a União Nacional promoveu ontem, no Teatro Circo, para apresentação dos seus candidatos a deputados», *Correio do Minho*, 8 de Novembro, 1961.

S/a. «Sessão de propaganda eleitoral em Mogege - Famalicão», *Correio do Minho*, 9 de Novembro, 1961.

S/a. «Efectua-se, hoje, no Teatro Circo, uma sessão de esclarecimento eleitoral, promovida por um grupo de eleitores, que está a ser aguardado com o maior interesse», *Correio do Minho*, 9 de Novembro, 1961.

S/a. «Campanha eleitoral. Atingiu o brilho que se esperava a sessão de propaganda realizada, ontem, no Teatro Circo, para esclarecimento do eleitorado do Distrito e a que assistiram os candidatos da U.N. pelo Círculo de braga. Presidiu o sr. Dr. Vilas Boas e Alvim - em representação de um grupo de eleitores», *Correio do Minho*, 10 de Novembro, 1961.

S/a. «Os candidatos a deputados da União Nacional pelo Círculo de Braga tiveram ontem, em Barcelos, uma reunião com elementos das diferentes hierarquias do concelho com vista ao próximo acto eleitoral», *Correio do Minho*, 10 de Novembro, 1961.

S/a. «O acto eleitoral de hoje», *Correio do Minho*, 12 de Novembro, 1961.

S/a. «Marcantes as individualidades políticas que constituem a Lista da União Nacional para a candidatura a deputados na próxima Legislatura - e que vai ser sujeita a sufrágio - a continuidade, sinal de mérito e de prémio - no Círculo de Braga», *Correio do Minho*, 8 de Outubro, 1965.

S/a. «As próximas eleições para deputados Dr. Castro Fernandes. Não é esta uma altura em que possam existir divisões sobre o essencial», *Correio do Minho*, 13 de Outubro, 1965.

S/a. «Para as eleições de 7 de Novembro. Os candidatos a deputados, pelo Círculo de Braga, serão apresentados, na próxima 2ª feira, ao eleitorado de Vieira do Minho», *Correio do Minho*, 16 de Outubro, 1961.

1965

S/a. «Para as eleições de 7 de Novembro. Foram empossados os membros da Comissão Concelhia da União Nacional de Braga a que preside o Comendador António Santos da Cunha», *Correio do Minho*, 19 de Outubro, 1965.

S/a. «O Distrito de Braga em Peso - e à frente a população da Cidade - vai, amanhã, ao Governo Civil dizer que repudia as palavras de traição contidas no manifesto da Oposição Democrática», *Correio do Minho*, 19 de Outubro, 1965.

S/a. «Para as eleições de 7 de Novembro. O Distrito de Braga em Peso - e à frente a população da cidade - vai, hoje, ao Governo Civil dizer que repudia as palavras de traição contidas no manifesto da Oposição democrática», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1965.

S/a. «O Distrito de Braga disse "sim" a Portugal. A capital do Minho viveu ontem uma das mais expressivas e inolvidáveis jornadas patrióticas da sua história. Os muitos milhares de pessoas que superlotaram a vasta praça de S. Tiago gritaram o seu portuguesismo e manifestaram a mais viva repulsa pelos sinistros desígnios antipatrióticos da chamada Oposição democrática», *Correio do Minho*, 21 de Outubro, 1965.

S/a. «Para as eleições de 7 de Novembro. A apresentação dos candidatos a deputados pelo Círculo de Braga no Concelho da Póvoa de Lanhoso», *Correio do Minho*, 22 de Outubro, 1965.

S/a. «Os candidatos a deputados pelo Círculo de Braga estiveram, na quarta-feira, em Amares em reunião com as autoridades e individualidades mais destacadas daquele Concelho. A posse da Comissão Concelhia da U.N.», *Correio do Minho*, 22 de Outubro, 1965.

S/a. «Para as eleições de 7 de Novembro. Guimarães recebeu os candidatos pelo Círculo de Braga num ambiente de plena confiança no triunfo da União Nacional», *Correio do Minho*, 24 de Outubro, 1965.

S/a. «Para as eleições de 7 de Novembro. Cabeceiras e Celorico de Basto receberam, ontem, alguns dos candidatos a deputados pelo Círculo de Braga. Às sessões de trabalho presidiu o sr.

Coronel Augusto Leonardo Neves - presidente da Comissão Distrital da U.N.», *Correio do Minho*, 26 de Outubro, 1965.

S/a. «Para as eleições de 7 de Novembro. A União Nacional e os candidatos a deputados pelo Círculo trabalharam, ontem, com as autoridades e pessoas grada dos concelhos de Braga e Esposende. Presidiu às duas sessões - realizadas nas salas principais dos dois municípios - o Chefe do Distrito, dr. Pessoas Monteiro», *Correio do Minho*, 27 de Outubro, 1965.

S/a. «Para as eleições de 7 de Novembro. A apresentação dos candidatos a deputados pelo círculo de Braga em Vila Nova de Famalicão foi um êxito da União Nacional. Presidiu à reunião o coronel Augusto Leonardo Neves - presidente da Comissão Distrital daquele Organismo político - e teve a presença de homens bons do concelho», *Correio do Minho*, 28 de Outubro, 1965.

S/a. «Para as eleições de 7 de Novembro. Barcelos, ontem, a embaixada dos Candidatos a deputados da União Nacional pelo círculo de Braga e deu-lhes o "sim" das oitenta e nove freguesias do Concelho durante uma sessão realizada na sala principal do Município», *Correio do Minho*, 29 de Outubro, 1965.

S/a. «A sessão de propaganda eleitoral - que, hoje, se realiza no Teatro Circo - vai ser a apoteose do patriotismo dos bracarenses - a que se juntam os bons portugueses de todo o Distrito -», *Correio do Minho*, 30 de Outubro, 1965.

S/a. «Para as eleições de 7 de Novembro. Sessão de propaganda no Teatro Circo. Milhares de pessoas - vindas de todos os Concelhos do Distrito "elegeram" deputados à Assembleia Nacional - para a próxima legislatura», *Correio do Minho*, 31 de Outubro, 1965.

S/a. «Para as eleições de 7 de Novembro. Terras de Bouro recebeu com manifestações de portuguesismo a «embaixada» dos candidatos a deputados pelo Círculo de braga - e propostos pela União Nacional», *Correio do Minho*, 2 de Novembro, 1961.

S/a. «Para as eleições de 7 de Novembro. Na reunião com a Imprensa realizada nesta cidade e na séde da Candidatura da Oposição esta declarou que desiste de ir às urnas se o Chefe de Estado não atender a sua petição para um adiamento das eleições, no distrito de Braga por trinta dias - via desistir, ou já desistiu?... -», *Correio do Minho*, 3 de Novembro, 1965.

S/a. «A União Nacional encerrou, ontem, em Fafe, com uma reunião de trabalhos e de apresentação dos seus candidatos a deputados a sua campanha eleitoral. O Concelho de Fafe garantiu o «sim» dos seus eleitores por intermédio da «sua melhor gente», aos candidatos da Nação. Presidiu o Governador Civil do distrito», *Correio do Minho*, 4 de Novembro, 1965.

1969

S/a. «Individualidades do maior relevo político social constituem a lista de candidatos da União Nacional pelo Circuito de Braga à próxima legislativa da Assembleia Nacional», *Correio do Minho*, 20 de Setembro, 1969.

S/a. «Apresentação no Governo Civil a lista proposta pela União Nacional dos candidatos a deputados», *Correio do Minho*, 24 de Setembro, 1969.

S/a. «Lista de deputados da União Nacional do Distrito de Braga em relação de todos os bons nacionalistas do distrito que subscrevem as candidaturas», *Correio do Minho*, 25 de Setembro, 1969.

S/a. «Lista de deputados da União Nacional do Distrito de Braga - relação de todos os bons nacionalistas do distrito que subscrevem as candidaturas», *Correio do Minho*, 26 de Setembro, 1969.

S/a. «Lista de deputados da União Nacional do Distrito de Braga - relação de todos os bons nacionalistas do distrito que subscrevem as candidaturas», *Correio do Minho*, 27 de Setembro, 1969.

S/a. «Lista de deputados da União Nacional do Distrito de Braga - relação de todos os bons nacionalistas do distrito que subscrevem as candidaturas», *Correio do Minho*, 30 de Setembro, 1969.

S/a. «Lista de deputados da União Nacional – relação de todos os bons nacionalistas do distrito que subscreveram as candidaturas», *Correio do Minho*, 1 de Outubro, 1969.

S/a. «Sessão de propaganda dos candidatos a deputados pelo circuito de Braga no Teatro Circo – na próxima segunda-feira», *Correio do Minho*, 2 de Outubro, 1969.

S/a. «Reina grande entusiasmo no Distrito pela sessão de propaganda dos candidatos a deputados da U.N. a realizar no Teatro Circo na próxima segunda-feira», *Correio do Minho*, 3 de Outubro, 1969.

S/a. «Campanha eleitora. Manifesto ao eleitorado dos candidatos a deputados ao eleitorado dos candidatos a deputados da U.N pelo círculo de Braga», *Correio do Minho*, 4 de Outubro, 1969.

S/a. «As próximas sessões de esclarecimento promovidas no distrito pela U.N.», *Correio do Minho*, 14 de Outubro, 1969.

S/a. «Grande entusiasmo pelas sessões de esclarecimento da U.N. em Vila Verde e em Barcelos», *Correio do Minho*, 17 de Outubro, 1969.

S/a. «A União Nacional realizada hoje sessões de esclarecimento eleitoral em Vila Verde e Barcelos», *Correio do Minho*, 18 de Outubro, 1969.

S/a. «Sessão de esclarecimento do eleitorado de Barcelos – realizada, ontem, no teatro Gil Vicente, daquela cidade», *Correio do Minho*, 19 de Outubro, 1969.

S/a. «Actividades dos candidatos da União Nacional», *Correio do Minho*, 19 de Outubro, 1969.

S/a. «Votar é um dever, mas votar por Marcello Caetano é um dever- afirmou o goês dr. George Vasco Fernandes, que presidiu à sessão de esclarecimento do eleitorado promovida pela UN em Vila Verde», *Correio do Minho*, 19 de Outubro, 1969.

S/a. «Importante reunião de membros da União Nacional (Comissão Distrital e Concelhia) com os “responsáveis” pelo acto eleitoral, em Esposende, para esclarecimento do eleitoral, em Esposende, para esclarecimento do eleitorado. Presidiu o escritor Manuel Boaventura – primeira figura do concelho e verdadeiramente o homem telúrico das bandas do mar», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1969.

S/a. «Autentica e inequívoco plebiscito da população de Celorico de Basto – todos com a União Nacional, todos com Marcello Caetano», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1969.

S/a. «Sessões de esclarecimento eleitoral em Terras de Bouro e Amares – perfeita sincronização política a favor da União Nacional nos meios rurais – Marcello Caetano o Homem do Povo elege», *Correio do Minho*, 21 de Outubro, 1969.

S/a. «Grandiosa sessão de esclarecimento eleitoral pela União Nacional em Vila Nova de Famalicão. Os famalicenses deram inequívoco testemunho do seu portuguesismo aclamando Portugal e Marcello Caetano», *Correio do Minho*, 22 de Outubro, 1969.

S/a. «O povo de Fafe deu um categórico “sim” a Marcello Caetano e à Política Ultramarina do Governo», *Correio do Minho*, 23 de Outubro, 1969.

S/a. «Sessão de esclarecimento eleitoral da União Nacional, em Guimarães. Uma multidão entusiasta que superlotou o Teatro Jordão viveu horas de mais são e profundo portuguesismo», *Correio do Minho*, 24 de Outubro, 1969.

1973

s/a. «Candidatos da Acção Nacional Popular pelo círculo de Braga à próxima Legislatura da Assembleia Nacional A lista é formada por individualidades do maior relevo político e social.», *Correio do Minho*, 25 de Setembro, 1973.

s/a. «A grandiosa sessão de propaganda eleitoral de Guimarães de apoio aos candidatos da A.N.P. pelo círculo de Braga.», *Correio do Minho*, 3 de Outubro, 1973.

s/a. «Eleições para Deputados. Somos contra o que divide os portugueses, dissolve o espírito da Nação, avilta os costumes e degrada a actuação política – afirmou o Dr. Luis Teixeira de Melo que presidiu à grandiosa sessão de apoio aos candidatos da A.N.P. pelo Circulo de Braga ontem à noite realizada em Guimarães.», *Correio do Minho*, 2 de Outubro, 1973.

s/a. «Eleições para Deputados. Os candidatos da A.N. P. pelo círculo de Braga deslocaram-se ontem a Cabeceias de Basto e a Celorico de Basto ontem tiveram reuniões de trabalho com o eleitorado dos dois concelhos.», *Correio do Minho*, 4 de Outubro, 1973.

s/a. «Eleições para Deputados. Reuniões de trabalho dos candidatos ANP pelo círculo de Braga em Vila Verde e Vieira do Minho.», *Correio do Minho*, 5 de Outubro, 1973.

s/a. «Eleições para Deputados. Realiza-se hoje na Póvoa de Lanhoso uma sessão de esclarecimento promovida pelos candidatos da A.N.P. de Braga.», *Correio do Minho*, 11 de Outubro, 1973.

s/a. «Eleições para Deputados. Comunicado das Comissões Eleitorais da A.N.P. em resposta à C.D.E. de Lisboa.», *Correio do Minho*, 10 de Outubro, 1973.

s/a. «Rodeou-se do maior interesse a sessão de esclarecimento promovida pelos candidatos pelo círculo de Braga na Póvoa de Lanhoso.», *Correio do Minho*, 12 de Outubro, 1973.

s/a. «Eleições para Deputados. Tiveram vivo interesse as sessões de esclarecimento promovidas ontem pelos candidatos da A.N.P. em Braga e em Esposende. Hoje efectuaram-se-ão reuniões semelhantes em Famalicão e em Fafe.», *Correio do Minho*, 13 de Outubro, 1973.

s/a. «Fervor Patriótico e inequívoca adesão a Marcello Caetano marcaram as sessões de esclarecimento dos candidatos da A.N.P. pelo Circulo de Braga realizadas ontem em Famalicão e em Fafe.», *Correio do Minho*, 14 de Outubro, 1973.

s/a. «Eleições de Deputados. Rodeou-se do maior interesse o I plenário da A.N.P. e a apresentação dos candidatos a deputados em Amares.», *Correio do Minho*, 16 de Outubro, 1973.

s/a. «Eleições para Deputados. Reuniões de trabalho e de esclarecimento no concelho de Guimarães promovida ontem pelos candidatos A.N.P. pelo círculo de Braga.», *Correio do Minho*, 5 de Outubro, 1973.

s/a. «Eleições para Deputados. Reuniões de trabalho e de esclarecimento realizadas ontem pelos candidatos A.N.P. pelo círculo de Braga no concelho de Vila Nova de Famalicão.», *Correio do Minho*, 18 de Outubro, 1973.

s/a. «Eleições para Deputados. Decorreram com o maior entusiasmo e rodearam-se de grande interesse as sessões de esclarecimento dos candidatos da A.N.P. pelo círculo de Braga realizadas ontem em Guimarães.», *Correio do Minho*, 20 de Outubro, 1973.

s/a. «Eleições para Deputados. Sessão de esclarecimento promovida ontem em Braga pelos candidatos da A.N.P. e destinada especialmente a dirigentes e funcionários da organização corporativa.», *Correio do Minho*, 21 de Outubro, 1973.

s/a. «Eleições para Deputados. Contactos dos candidatos da A.N.P. pelo círculo de Braga com o eleitorado do Distrito. Amanhã: grandiosa sessão no Teatro Circo», *Correio do Minho*, 23 de Outubro, 1973.

s/a. «Eleições para Deputados. Grande entusiasmo em todo o Distrito pela sessão de encerramento da campanha eleitoral que se realiza hoje à noite no Teatro Circo e promovida pelos candidatos da A.N.P. pelo círculo de Braga.», *Correio do Minho*, 24 de Outubro, 1973.

s/a. «Eleições para Deputados. Extraordinária manifestação de apoio a Marcelo Caetano e aos candidatos da A.N.P. Círculo de Braga na memorável sessão de encerramento da campanha eleitoral ontem à noite realizada no Teatro Circo.», *Correio do Minho*, 25 de Outubro, 1973.

s/a. «Eleições para Deputados. Notável discurso - na forma e no conceito - do candidato da A.N.P. pelo círculo de Braga - Dr. Baltazar Rebello de Sousa - na memorável e grandiosa sessão realizada no Teatro Circo.», *Correio do Minho*, 26 de Outubro, 1973.

s/a. «Assembleias de voto na cidade de Braga.», *Correio do Minho*, 27 de Outubro, 1973.

s/a. «Hoje: eleição dos deputados à nova Assembleia Nacional.», *Correio do Minho*, 28 de Outubro, 1973.

s/a. «O País votou os novos deputados à Assembleia Nacional nas mais concorridas eleições de sempre. O distrito de Braga disse um inequívoco “sim” à política de Marcelo Caetano.», *Correio do Minho*, 30 de Outubro, 1973.

s/a. «Eleições para Deputados. Sessões de esclarecimento do eleitorado do concelho de Barcelos promovidas pelos candidatos da A.N.P. pelo Círculo de Braga.», *Correio do Minho*, 19 de Outubro, 1973.

Fontes da Internet

Atlas. Cartografia Histórica, <http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas.php?lang=pt> [consultado a 21 de Dezembro], s/d.

CASTILHO, J.M. Tavares. *Os Deputados à Assembleia Nacional (1935-1974). Biografia e carreira parlamentar*, Assembleia da República, 2009

http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/index.html
[consultado a 3 de Setembro de 2016].

____Alberto Cruz. http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/cruz_alberto.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016].

____Alberto Ribeiro da Costa Guimarães
http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/g/guimaraes_alberto_ribeiro_da_costa.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016].

____Antão Santos da Cunha.
http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/cunha_antao_santos_da.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016].

____António Magro Borges de Araújo.
http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/a/araujo_antonio_magro_borges_de.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016].

____António Maria de Araújo Abreu Pinheiro Torres.
http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/t/torres_antonio_maria_de_araujo_abreu_pinheiro.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016].

____António Maria Santos da Cunha.

http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/cunha_antonio_maria_santos_da.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016].

____António Pereira de Meireles Rocha Lacerda.

http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/l/lacerda_antonio_pereira_de_meireles_da_rocha.pdf [consultado de 3 de Setembro de 2016].

____Augusto César Cerqueira Gomes.

http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/g/gomes_augusto_cesar_cerqueira.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016].

____Baltazar Leite Rebello de Sousa.

http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/s/sousa_baltazar_leite_rebello_de.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016].

____Camilo Lopes de Freitas».

http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/f/freitas_camilo_lopes_de.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016].

____Duarte Pinto de Carvalho Freitas do Amaral.

http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/a/amaral_duarte_pinto_de_carvalho_freitas_do.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016].

____Fernando Dias de Carvalho Conceição.

http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/conceicao_fernando_dias_de_carvalho.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016].

____Francisco Eusébio Fernandes Prieto.

http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/p/prieto_francisco_eusebio_fernandes.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016].

____João Augusto Dias Rosas.

http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/r/rosas_joao_augusto_dias.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016].

____Joaquim José Nunes de Oliveira.

http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/o/oliveira_joaquim_jose_nunes_de.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016].

____José da Costa Oliveira.

http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/o/oliveira_jose_da_costa.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016].

____José Gualberto Sá Carneiro.

http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/carneiro_jose_gualberto_de_sa.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016].

____José Maria Pereira Leite de Magalhães Couto.

http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/couto_jose_maria_pereira_leite_de_magalhaes.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016].

____Luís António de Oliveira Ramos.

http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/r/ramos_luis_antonio_de_oliveira.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016].

____Luís Folhadela de Oliveira.

http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/o/oliveira_luis_folhadela_carneiro_de.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016].

____Manuel Domingues Basto.

http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/b/basto_manuel_domingues.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016].

____Manuel Domingues Basto.

http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/a/albuquerque_maria_de_lourdes_filomena_figueiredo_de.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016]

____Teotónio Rebelo Teixeira de Andrade e Castro.

http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/castro_teotonio_rebelo_teixeira_de_andrade_e.pdf [consultado a 3 de Setembro de 2016]

Bibliografia dos parlamentares

ALVES, Edmundo. «OLIVEIRA, Joaquim José Nunes de (n.1916)». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 266-267. Vol. II. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

CARVALHO, Rita Almeida de. «GOMES, Augusto César Cerqueira». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 713-717. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

CASTILHO, José Tavares. «CAMPOS, António Alberto de Meireles (n. 1933)». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 314. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

CASTILHO, José Tavares. «CASTRO, Teotónio Rebelo Teixeira de Andrade e (n. 1927)». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 405. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

CASTILHO, José Tavares. «FREITAS, Camilo Lopes (n.1931)». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 677-678. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

CRUZ, Manuel Braga da. «Cruz, José Maria Braga da». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 503-505. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

DUARTE, Marta. «CONCEIÇÃO, Fernando Dias de Carvalho (n.1923)». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 430-431. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

DUARTE, Marta. «COUTO, José Maria Pereira Leite de Magalhães (n.1888)». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 487. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

LEITÃO, Cláudia. «OLIVEIRA, José da Costa (n.1960)». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 267-28. Vol. II. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

LEITÃO, Cláudia. «RAMOS, Luís António de Oliveira (n. 1939)». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 426-427. Vol. II. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

LOPES, Maria Dória. «CUNHA, Antão Santos da (1914-1971)». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 514-516. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

LOPES, Maria Margarida. «BASTO, Manuel Domingues (1851-1953)». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 244-246. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

LOPES, Marina Dória. «ARAÚJO, António Magro Borges de (n.1918)». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 189-190. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

MARTINS, Susana. «GUIMARÃES, Alberto Ribeiro da Costa (n.1921)». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 758-759. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

SANTOS, Marta Carvalho. «ROSAS, João Augusto Dias (n.1921)». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 501-504. Vol. II. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

SANTOS, Marta Carvalho. «SOUSA, Baltasar Leite Rebelo de Sousa (1921-2002)». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 643-647. Vol. II. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

SARAIVA, Rute. «TORRES, António Maria de Araújo Abreu Pinheiro (1895-1966)». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 706-707. Vol. II. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

SILVA, Ana Filipa. «CRUZ, Alberto (n. 1890)». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 491-493. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

SILVA, Filipa Ribeiro. «CUNHA, António Maria Santos da Cunha da (1911-1972)». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 517-519. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

SILVA, Filipa Ribeiro. «OLIVEIRA, Luís Folhadela Carneiro de (n. 1928)». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 270-271. Vol. II. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

TCHEN, Adelaide Ginga. «AMARAL, Duarte Pinto de Carvalho Freitas do (1909-1979)». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 158-160. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

TCHEN, Adelaide Ginga. «LACERDA, António Pereira de Meireles Rocha (n.1917)». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 792-793. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

TRINDADE, Luís. «PRIETO, Francisco Eusébio Fernandes (n. 1891)». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 399. Vol. II. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

Bibliografia citada e/ou lida

ADINOLFI, Goffredo. «O Sistema Político do Estado Novo». In *O Sistema Político Português. Séculos XIX-XXI. Continuidades e Rupturas*, org. André Freire, 123-148. Coimbra: Edições Almedina, 2012.

AMARAL, Diogo Freitas do. «administração pública». Em *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 51-58. Vol. VII. Porto Livraria Figueirinhas, 1999.

AMARAL, Diogo Freitas do. «Corporativismo, Fascismos e Constituição». Em *Corporativismo, fascismo, Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e Álvaro Garrido, 81-98. Coimbra: Edições Almedina, 2012.

AMARAL, Luciano. «Agricultura e política agrícola: o país que nós perdemos». Em *O Estado Novo*, coord. Fernando Rosas. Vol. 7 de *História de Portugal*, dir. José Mattoso, 383-402. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

AMARAL, Luciano. «Camilo de Mendonça». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, 560-561. Vol. II. Vendas Novas: Bertrand Editora, 1996.

ALMEIDA, Pedro Tavares de e António Costa Pinto. «Os ministros portugueses, 1851-1999: perfil social e carreira política». Em *Quem Governa a Europa do Sul?*, org. Pedro Tavares de Almeida, António Costa Pinto e Nancy Bermeo, 19-59. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

ANTUNES, Manuel. «Civilização e Cultura». Em *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado. Antropologia Cultural, Direito, Economia, Ciência Política*, AAVV, 876-885. Vol. 1. Lisboa: Editorial Verbo, 1983.

BARBOSA, José Manuel. «Apontamentos da década de 60 na luta política contra o regime de Salazar no Distrito de Braga». Em *Os Democratas de Braga: testemunhos e evocações*, org. José Viriato Capela, Henrique Barreto Nunes e Artur Sá da Costa, 75-83. Braga: Edições Húmus, 2014.

BARRETO, António. «Três Décadas de Mudança Social». Em *A Situação Social em Portugal, 1930-1995*, org. António Barreto, 35-60. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1996.

BARROSO, José Durão e Roque Cabral. «Poder». Em *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado. Antropologia, Direito, Economia, Ciência Política*, AAVV, 1291-1298. Vol. 4. Lisboa: Editorial Verbo, 1983.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. «Modernização Agrícola, Política e Economia». Em *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e Álvaro Garrido, 179-190. Coimbra: Edições Almedina, 2012.

BESSA, A. Marques. «Dominação». Em *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado. Antropologia, Direito, Economia, Ciência Política*, AAVV, 689-691. Vol. 2 Lisboa: Editorial Verbo, 1984.

BOBBIO, Norberto. «Poder/Autoridade». Em *Estado-Guerra*. Vol. 14 de *Enciclopédia Einaudi*, dir. Ruggiero Romano, 44-57. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

BUSINO, Giovanni. «Propaganda». Em *Sociedade-Civilização*. Vol. 38 de *Enciclopédia Einaudi*, dir. Ruggiero Romano, 314-335. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

CABRAL, Roque. «Autoridade». Em *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado. Antropologia Cultural, Direito, Economia, Ciência Política*, AAVV, 494-495. Vol. 1. Lisboa: Editorial Verbo, 1983.

CARNEIRO, Alice Maria Pinto de Azevedo. «Os usos sociais do passado: a sagração do património». *noroeste. revista de história*, II, nº 2 (2006): 575-591.

CARVALHO, Rita de Almeida. «a definição do Marcelismo à luz da revisão da constituição». Em *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo 1968-1974*, coord. Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira, 29-89. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

CASTILHO, José Manuel Tavares. «A Assembleia Nacional». Tese de Doutoramento, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa do Instituto Universitário de Lisboa, 2007.

CASTILHO, José Manuel Tavares. «A Elite Parlamentar do Marcelismo (1965-1974)». Em *Elites, Sociedade e Mudança Política*, org. António Costa Pinto e André Freire, 9-66. Oeiras: Celta Editora, 2003.

CRUZ, Manuel Braga da. «Igreja Católica». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, 434-438. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

CRUZ, Manuel Braga. «Eleições». Em *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica. Vol. VII, 607-615. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999.

CRUZ, Manuel Braga. «Igreja Católica e Estado Novo». Em *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 233-242. Vol. VII. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999.

CRUZ, Manuel Braga. «União Nacional». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, 989-991. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

CRUZ, Manuel Braga. «União Nacional». Em *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 545-555. Vol. VII. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999.

COSTA, Artur Sá. «Os “democratas de Braga” e as oposições à Ditadura no distrito de Braga». Em *Os Democratas de Braga: testemunhos e evocações*, org. José Viriato Capela, Henrique Barreto Nunes e Artur Sá da Costa, 15-33. Braga: Edições Húmus, 2014.

DELGADO, Iva. *Braga Cidade Proibida. Humberto Delgado e as eleições presidenciais de 1958*. Braga: Governo Civil de Braga, 1998.

ELEUTÉRIO, Vitor Luís. «Santa Casa da Misericórdia de Lisboa». Em *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 396. Vol. IX Porto: Livrarias Figueirinhas, 1999.

FERREIRA, Ana Sofia. «As eleições no Estado Novo. As eleições presidenciais de 1949 e 1958». *Revista da Faculdade de Letras*, III, s/nº (2006): 197-212.

FERREIRA, Coriolano. «hospitais». Em *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 199-200. Vol. IX. Porto: Livrarias Figueirinhas, 1999.

FERREIRA, Fátima Moura e Natália Pereira. «Propaganda e Corporatização no terreno: a região de Braga, nos anos 30 e 40 do Estado Novo». Em *A Conquista Social do Território. Arquitetura e Corporativismo no Estado Novo Português*, coord. Fátima Moura Ferreira, Francisco Azevedo Mendes e Natália Pereira [no prelo].

KUIN, Simon. «Mocidade Portuguesa». Em *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 499-501 Vol. VIII. Porto Livraria Figueirinhas, 1999.

KUIN, Simon. «Mocidade Portuguesa». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão e Brito, 607-609. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

LAINS, Pedro. «A Economia Portuguesa no Século XX: Crescimentos e Mudança Estrutural». Em *Portugal Contemporâneo*, coord. António Costa Pinto, 117-135. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2005.

LEAL, Ernesto Castro. «União Nacional». Em *O «Estado Novo» (III)*, dir. João de Medina. Vol. XVI de *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, dir. João de Medina, 9-46 Amadora: Edita Ediclube, Edição e Promoção do Livro, 2004.

LEAL, Ernesto Castro. «Mocidade Portuguesa». Em *O «Estado Novo» (III)*, dir. João de Medina. Vol. XVI de *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, dir. João de Medina, 77- 106. Amadora: Edita Ediclube, Edição e Promoção do Livro, 2004.

LEMOS, Mário Matos. *Jornais Diários Portugueses do Século XX: um dicionário*, 191-196. Coimbra: Ariadre Editora, 2006.

LEMOS, Mário Matos e Luís Reis Torgal, coord. *Candidatos da oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo 1945-1973: Um Dicionário*. Lisboa: Texto Editores, 2009.

LOFF, Manuel. «As eleições no Salazarismo: Formalismo, Controlo e Fraude». Em *Eleições e Sistemas Eleitorais – Perspectivas Históricas e Políticas*, org. Maria Antonieta Cruz, 127-149. Porto: U. Porto Editorial, 2009.

LOFF, Manuel. «Natureza, Funções e Efeitos das Eleições em Regimes Ditatoriais: O *Estado Novo* em Perspectiva Comparada». Em *Eleições e sistemas eleitorais no século XX Português: uma perspectiva histórica e comparativa*, coord. André Freire, 135-207 Lisboa: Edições Colibri, 2011.

LUCENA, Manuel de. «grémios». Em *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 125-134. Vol. VIII. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999.

MACHADO, José Pedro. «autoridade». Em *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, José Pedro Machado, 355. Vol. I. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

MACHADO, José Pedro. «cultura». Em *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, José Pedro Machado, 264. Vol. II. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

MACHADO, José Pedro. «delegar». Em *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, José Pedro Machado, 295. Vol. II. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

MACHADO, José Pedro. «nomear ». Em *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa com a mais antiga escrita documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, José Pedro Machado, 218. Vol. IV. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

MACHADO, José Pedro. «propagar». Em *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa com a mais antiga escrita documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, José Pedro Machado, 442. Vol. IV. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

MARTINS, Fernando. «JARDIM, Jorge Pereira (1920-1982)». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Carvalho, 496-497. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

MATA, Eugénia e Nuno Valério. *História Económica de Portugal. Uma Perspectiva Global*. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

MEDINA, João. «Um «barão» do salazarismo: o major Jorge Botelho Moniz». Em *O «Estado Novo» (III) Opressão e Resistência (contt.)*. Vol. XVII de *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, dir. João Medina, 141-149. SAPE: Edita Ediclube, Edição e Promoção do Livro, 2004.

MELICH, Anna. «Propaganda Política». Em *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado. Antropologia, Direito, Economia, Ciência Política*, 1630-1632. Vol. 4. Lisboa: Editorial Verbo, 1983.

MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar – Uma Biografia Política*. Alfragide: Publicações D. Quixote, 2010.

MIRANDA, Jorge. «leis eleitorais». Em *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 368-370 Vol. VIII. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999.

MOREIRA, Vital. 2004. «O sistema jurídico-constitucional do «Estado Novo»». Em *A República (IV). O «Estado Novo» (I)*, dir. João de Medina. Vol. XV de *História de Portugal dos tempos pré-*

históricos aos nossos dias, dir. João de Medina, 407-454. Amadora: Edita Ediclube, Edição e Promoção do Livro, 2004.

NÓVOA, Sampaio da e João Barroso. «Ensino Liceal». Em *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 632-634. Vol. VII. Porto: Livrarias Figueirinhas, 1999.

NÓVOA, Sampaio da. «Ensino Liceal». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. de Brandão Brito, 301-303. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

NUNES, Isabel Ribeiro Ferreira. «ARAÚJO, Manuel Gomes de (1897-1982)». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, 60-61. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

Ó, Jorge Ramos do. *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a "Política do Espírito" 1933-1949. Ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

Ó. Jorge Ramos do. «Censura». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, 139-141. Vol. I. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996.

OLIVEIRA, César. «O Estado Novo e os municípios corporativos». Em *História dos Municípios e do Poder Local (Dos Finas da Idade Média à União Europeia)*, dir. César Oliveira, 285-325. s/l: Temas e Debates, 1996.

OLIVEIRA, César. «Programa para a democratização da República». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, 806-807. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

PALLA, Maria Antónia. «A renovação da imprensa, apesar da censura». Em *Portugal Contemporâneo*, dir. António Reis, 207-220. Vol. 5. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

PEREIRA, Joana Dias. «A liquidação do sindicalismo livre». Em *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e Álvaro Garrido, 253-271. Coimbra: Edições Almedina, 2012.

PINTO, António Costa. «Portugal Contemporâneo: uma introdução». Em *Portugal Contemporâneo*, coord. António Costa Pinto, 11-50. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2004.

PINTO, António Costa. *O Salazarismo e Fascismo Europeu. Problemas de Interpretação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

PINTO, António Costa. «Eleições e ditaduras. Um paradoxo estável – comentário». Em *Eleições e Sistemas Eleitorais no século XX Português: uma perspectiva histórica e comparada*, coord. André Freire, 209-212. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

PINTO, António Costa. «Legião Portuguesa (LP)». Em *Dicionário de História de Portugal*, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 359-361. Vol. VIII. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999.

QUINTAS, José Manuel. 1996. «eleições para a Assembleia Nacional». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir., Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, 288-291. Vol. I Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

RABY, David Lander. «oposição democrática». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M Brandão de Brito, 644-646. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

REIS, António. «Marcelismo». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, 546-548. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

RODRIGUES, Carlos Farinha. «Planos de Fomento». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, 739-742. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

RODRIGUES, Graciete Barradas. «Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP)». Em *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 279-280. Vol. VIII. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999.

RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira. «TENREIRO, Henrique Ernesto Serra dos Santos». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, 973-974. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

RODRIGUES, Luís Nuno. «Legião Portuguesa». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão e Brito, 510-512 Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

ROLLO, Fernanda. «A industrialização e os seus impasses». Em *O Estado Novo*, coord. Fernando Rosas. Vol. 7 de *História de Portugal*, dir. José Mattoso, 402-421. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ROSAS, Fernando. «A Lenta Agonia do Salazarismo». Em *O Estado Novo*, coord. Fernando Rosas. Vol. 7 de *História de Portugal*, dir. José Mattoso, 451-484. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ROSAS, Fernando. «Marcelismo: a Liberalização Tardia (1968-1974)». Em *O Estado Novo*, coord. Fernando Rosas. Vol. 7 de *História de Portugal*, dir. José Mattoso, 485-493. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ROSAS, Fernando. «O Estado Novo nos anos 30». Em *O Estado Novo*, coord. Fernando Rosas. Vol. 7 de *História de Portugal*, dir. José Mattoso, 241-252. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ROSAS, Fernando. «Sob os Ventos da Guerra: A Primeira Crise Séria do Regime (1940-1949)». Em *O Estado Novo*, coord. Fernando Rosas. Vol. 7 de *História de Portugal*, dir. José Mattoso, 267-367. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ROSAS, Fernando. «O Corporativismo Enquanto Regime». Em *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e Álvaro Garrido, 17-47. Coimbra: Edições Almedina, 2012.

ROSAS, Fernando. «LEITE, (Lumbralles), João Pinto da Costa (1905-1975)». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito. Vol. I, 518-519. Vendas Novas: Bertrand Editora, 1996.

SÁ, Luís. *O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político*. Lisboa: Editorial Caminho, 1994.

SÁ, Victor de. *Legendas para uma memória*. Braga: Biblioteca Pública de Braga (Universidade do Minho), 2001.

SCOTT, James C.. *A Dominação e a Arte da Resistência. Discursos Ocultos*. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

SIMÕES, Santos J.. *Braga, Grito de Liberdade. História possível de meio século de resistência*. Braga: Governo Civil do Distrito de Braga, 1999.

SOBRAL, José Manuel. «Povo, nação, raça: representações da identidade nacional portuguesa no século XX». Em *Como se faz um Povo*, coord. José Neves, 167-181 Lisboa: Tinta-da-China, 2010.

S/a. «autoridade». Em *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa*, Academia de Ciências de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian. 431-432. Vol. I. Lisboa: Verbo, 2001.

S/a, «tradição». Em *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa*, Academia de Ciências de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian, 3600. Vol. II. Lisboa: Verbo, 2001.

TELO, António José. «Fernando dos Santos Costa (1899-1982)». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, 233-235. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

TELO, António José. «FIGUEIREDO, Mário de (1890-1969)». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito. Vol. II, 358-360. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

VALENTE, José Carlos. «Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP)». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, 486-488. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

VALENTE, José Carlos. «NEGREIROS, Joaquim Trigo de (1900-1973)». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, 659-660. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.